Ana Luísa Micaelo

# "Essa Terra Que Tomo de Conta"

## Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco

ICS

Ana Luísa Micaelo

# «Essa Terra Que Tomo de Conta»

## Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco

# Índice

# Índice de quadros e figuras

## Quadros



## Figuras

O significado da propriedade não é constante. A instituição em si, bem como o modo como as pessoas a vêem e portanto o significado que atribuem à palavra, todos variam no tempo [...] As mudanças estão relacionadas com alterações nos propósitos que a sociedade ou as classes dominantes da sociedade esperam que a instituição propriedade sirva.

Quando essas expectativas mudam, a propriedade torna-se um assunto controverso: não se discute apenas o que a instituição propriedade deveria ser, a disputa estende-se à definição do que ela é. Pois quando têm expectativas diferentes as pessoas tendem a ver os factos diferentemente. Os factos sobre uma instituição feita pelo homem que cria e mantém certas relações entre as pessoas – e é isso que a propriedade é – nunca são simples.

Crawford Brough Macpherson, *Property, Mainstream and Critical Position*.

# Agradecimentos

Este livro corresponde à tese de doutoramento em Antropologia que realizei no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e concluí em Maio de 2014. À minha orientadora, Susana de Matos Viegas, agradeço o alento e a incansável generosidade intelectual com que acompanhou desde o primeiro momento este trabalho. Agradeço também aos arguentes da tese pelos seus importantes comentários, em especial a Moacir Palmeira, pela minuciosa discussão que fez de grande parte do texto.

Foi a participação no projecto de investigação «A trama territorial: pertença, mobilidade e trabalho no Brasil contemporâneo» (PTDC/CS-ANT7102957/2008) que me proporcionou o meio institucional e sobretudo intelectual para este trabalho. Tenho para mim como um privilégio a companhia de Simone Frangella, Vanda Aparecida da Silva, Rita Pestana, Joana Oliveira, Raúl Márquez, Emília Pietrafesa de Godoi, Susana de Matos Viegas e João de Pina-Cabral. A este último estou há muito grata pelo entusiasmo antropológico que partilha em cada texto, cada aula e cada conversa.

A investigação contou ainda com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da concessão da bolsa de doutoramento (SFRH/BD/46957/2008 e SFRH/BD/61518/2009), e do ICS, a instituição onde encontrei acolhimento diário e apoio para livros e viagens. No ICS, agradeço a todos os colegas, professores e funcionários que me acompanharam neste longo percurso académico e com quem partilhei o caminho e muitos momentos de companheirismo, em especial a Ana Rita Amaral, Raquel Carvalheira, Murilo Guimarães, Max Ramos, Elísio Jossias, Madalena Reis, Elvira Costa, Márcio Darck e Maria Goretti Matias. A edição foi apoiada pelo Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL), através do financiamento UID/ANT/04038/2013, e contou com as gentis diligências da Manuela Raminhos. À Imprensa de Ciências Sociais deixo o meu apreço pela bondade com que o processo

foi conduzido, em especial a Clara Cabral e Karin Wall. As fotografias e diagramas apresentados são da minha autoria e beneficiaram do tratamento gráfico inicial de Francisca Moreira e Bernardo Faria, a quem agradeço o trabalho.

Aos amigos, companheiros e camaradas Oriana, Rita, Ana Marta, Francisca, Cândida, Bernardo, Joana, Ana Margarida, Teresa e Jorge o meu infinito bem-hajam. Entre os que conheci no Recife, estou particularmente agradecida a Karolyne e Evilásio (e Teozinho), Renata, Alessandra, Guilherme, Geovana e Levino e a todos aqueles com quem privei na cozinha dos outros.

Agradeço ainda, em especial, à minha família, Inês e André, por serem a luz dos meus olhos, aos meus irmãos, aos meus pais, pilares de bondade e exemplo. E sobretudo ao Bruno por me segurar a mão e ao mesmo tempo fazer expandir os meus horizontes.

Gostaria também de agradecer àqueles que generosamente me receberam nas universidades brasileiras da UFPE, Campina Grande, Museu Nacional e Unicamp: Nazareth Wanderley, Renato Athias, Russel Parry Scott, Lady Selma Albernaz, Patrícia Cabral da Silva, Marilda Menezes, Moacir Palmeira, José Sérgio Leite Lopes, Benoît de L'Estoile, Fernanda Figurelli, Simone Silva, Manuela Cordeiro, Luis Meza, Sel Guanaes, Emília Pietrafesa de Godoi, John Monteiro *(in memoriam)*, Nashiely Loera, Verena Sevá Nogueira, Rodrigo Bulamah e Manuel Bívar.

Esta reflexão é igualmente fruto de um diálogo que procurei fazer com diversas pessoas que trabalham há muito nas instituições actuantes na Zona da Mata de Pernambuco. Na CPT agradeço a Plácido Júnior, ao Padre Thiago e a Geovani, que abriram o círculo da roda e me permitiram acompanhá-los nas suas viagens e reflexões. Ao Jaime Amorim, pelo acolhimento e disponibilidade na minha visita ao Mst em Caruaru. Ao Alexandre e ao Marcos Figueiredo, do Centro Sabiá, por partilharem comigo o seu conhecimento da Zona da Mata. No INCRA do Recife agradeço especialmente a Zéfinha, Horácio, Patrícia e Leonardo por me facilitarem o acesso à documentação e aos meandros da instituição. Na Fetape estou particularmente grata a Zé Rodrigues, Georgina, Paulo Roberto e Lucinha, que me receberam e convidaram para tantas actividades, desde os encontros caseiros às manifestações nacionais. Registo ainda a minha gratidão para com aqueles que me receberam nos seus sindicatos, assentamentos e comunidades rurais que avidamente visitei por toda a Zona da Mata, em especial a João A., Célia, Fernando e Marcos.

E, por fim, agradeço a todos os que conheci em Arupema e que, aos poucos, se foram disponibilizando, dando-me a provar algumas histórias

doces e amargas entre frutas novas e deslumbrantes. Estou especialmente grata a Cristina e João, Dona Antônia e Do Carmo, Dinho, Priça, Fia, Jô, Drica e Jônatas, o meu pequeno companheiro de campo. Foi a cumplicidade dos que me acolheram generosamente em suas casas, hortas e terreiros que tornou aqueles meses uma experiência de vida transformadora.

Além de tudo, em Arupema também eu ganhei uma terra.

# Siglas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Condepe/Fidem – Empresa Estadual de Pesquisa e Planejamento de Pernambuco
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores(as) na Agricultura
Coopagel – Cooperativa de Assistência Técnica
Coopterra – Cooperativa dos Trabalhadores sem Terra
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Fadurpe - Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
Funtepe – Fundo de Terras do Estado de Pernambuco
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPA – Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco
Iterpe – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
Mirad – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

Mst – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MT – Movimento dos Trabalhadores
MTB – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros
MTBST – Movimento dos Trabalhadores Brasileiros sem Terra
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTRUB – Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil
OLC – Organização de Luta no Campo
ONG – Organização não governamental
PA – Projeto de assentamento (INCRA)
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento (INCRA)
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGAS – Programa de pós-graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro)
PRA – Plano de Recuperação do Assentamento (INCRA)
Proalcool – Programa Nacional do Álcool
PT – Partido dos Trabalhadores
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
Serta – Serviço de Tecnologia Alternativa
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (INCRA)
SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Capítulo 1

# Introdução de uma assentada

Neste livro procuro entender como se constitui um assentamento rural ao longo do tempo, enfatizando a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares dos antigos moradores e trabalhadores assalariados dos engenhos de cana na Zona da Mata de Pernambuco, no Brasil. Partindo das experiências vividas dos habitantes de um assentamento rural onde realizei trabalho de campo com observação participante, proponho perceber como as suas biografias se inscrevem na história da terra nesta região rural brasileira, contribuindo para o conhecimento da fase histórica de reorganização do espaço e das relações com a terra no processo de consolidação de um assentamento criado em 1998 no decorrer do processo de reforma agrária. A reflexão aqui presente tem, então, particular atenção às dinâmicas familiares subjacentes à sucessão geracional e à transmissão da terra. Apesar de se tratar de uma das problematizações mais características dos trabalhos sobre sociedades rurais nos estudos do campesinato, a articulação destas dinâmicas nos programas de reorganização do espaço rural espelhados nos movimentos de reforma agrária na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, tem sido menos perspectivada a partir deste enfoque na experiência e historicidades dos assentados do que no processo que o antecede, a luta pela terra.

Tendo em conta que o próprio modelo de reforma agrária presume uma espécie de quadro atemporal, o tema da sucessão ganha aqui contornos com interesse etnográfico particular. De facto, como irei explicitar, a sucessão não está prevista neste modelo da reforma agrária. Por isso, proponho uma problematização da preponderância da unidade familiar a partir das práticas sociais e face ao processo da reforma agrária em curso. Neste caso, demonstrarei como as lógicas de trabalho e de residência dos antigos engenhos permanecem como referentes muito fortes para a maior parte da população da Zona da Mata de Pernambuco. Mediante diferen-

tes valores da terra em confronto, procurarei dar conta das experiências vividas dos *assentados*, das suas práticas e dos vários significados locais que o parentesco encapsula no contexto da reforma agrária, tendo nas casas e na terra uma chave para compreender a sua importância prática na vida quotidiana.

No seu projecto inicial, esta investigação propunha uma reflexão sobre a mobilidade associada ao trabalho, tendo como ponto de referência as mudanças sociais e territoriais resultantes da reorganização da economia da cana-de-açúcar face ao renovado aumento da produção de cana impelido pela procura de etanol para o mercado mundial. No entanto, o conhecimento da Zona da Mata de Pernambuco nos primeiros dez meses de pesquisa de campo, entre 2009 e 2010, foi direccionando a abordagem para os assentamentos rurais criados no decorrer do processo recente da reforma agrária. Esta problemática inicial do projecto – a migração sazonal de pequenos agricultores do interior do estado de Pernambuco que, desde finais do século XIX, procuravam trabalho nos engenhos da Zona da Mata – inspirou-se nos trabalhos sociológicos e antropológicos que têm visto a migração dos trabalhadores de cana-de-açúcar que ocorre há longa data como prática constitutiva da reprodução social das famílias camponesas, contrariando os argumentos que consideravam que essa migração constituía uma desestruturação familiar causada pela dispersão dos vários elementos da família. Sob este prisma, propunha-me debater a mobilidade humana numa perspectiva diferente daquela que é preponderante nos estudos das migrações internacionais e da transnacionalidade (Palmeira 1994; Menezes 2002; Woortmann 1990). Ao converter esse tema da mobilidade dos trabalhadores na problemática das dinâmicas familiares, suscitado pela renovação das territorialidades do meio rural canavieiro com os assentamentos rurais, novas perspectivas se abriam: perspectivas que tinham na mobilidade laboral um referente que se passou a remeter para as trajectórias de vida dos meus interlocutores nas suas condições de vida actuais.

Resultado de processos recentes que caracterizaram a reforma agrária brasileira sobretudo entre as décadas de 1990 e 2000, o «assentamento rural» é uma área de terra demarcada pelo Estado, no seguimento de processo administrativo e jurídico de desapropriação da propriedade, e que é depois distribuída por famílias que obtêm a concessão de uso de uma parcela de terra. Na região canavieira de Pernambuco, aqueles que se envolveram neste processo de reforma agrária concretizavam desta foram, e pela primeira vez, um ideal de fixação e posse da terra face a uma história de longo termo de interdependência entre laços sociais e laborais assentes nas

relações com os senhores-de-engenho. Neste sentido, a disseminação de assentamentos na região apresentava-se-me como o contexto privilegiado para problematizar as questões da territorialidade, pertença e mobilidade propostas na reflexão inicial. Um dos propósitos da investigação seria também o de articular a compreensão da vida dos que trabalhavam a terra principalmente como assalariados no corte da cana e daqueles que não participam exclusivamente na economia de mercado da cana-de-açúcar.

A situação particular dos assentamentos rurais da Zona da Mata inscreve essa articulação dos sujeitos da reforma agrária numa agricultura familiar com a sua trajectória de vida nos antigos engenhos da região. Esse cruzamento entre um plano territorial e laboral absolutamente novo, configurado no estatuto de ser *dono* da terra no assentamento, e um plano territorial e laboral antigo, referente ao espaço dos engenhos e à dependência laboral, instituiu o enquadramento mais lato de análise. Num certo sentido, a investigação seguia um percurso que ouvi ser sintetizado na expressão «fui escravo e hoje sou dono!». O facto de lidar com a população que havia vivido como assalariada nos engenhos açucareiros e recentemente alterou essa condição através da reforma agrária criou um eixo de problematização etnográfica central sobre formas de sobreposição, de continuidade e de ruptura entre os espaços do engenho e os do assentamento.

Quando conheci pela primeira vez o assentamento Arupema, onde vim a desenvolver trabalho de campo, a sobreposição da vida dos moradores assentados com a do antigo engenho foi materializada de modo muito imediato. Subindo a grande encosta em direcção a Arupema, depois da estrada asfaltada que segue para a usina situada na proximidade, seguimos por uma estrada de barro, percorrendo 5 km de terra batida que pareciam não acabar. A dada altura surgiu uma placa indicativa da direcção com a inscrição «Engenho Arupema». A designação causou desconforto ao meu cicerone, que parecia querer explicar-me um equívoco: esta placa tinha sido colocada indevidamente por alguém *de dentro*. Ora, Arupema já não é um engenho, agora é um assentamento, acrescentava. O meu interlocutor era José Francisco, presidente da Associação do Assentamento Arupema, que me recebia em visita naquele dia e acabaria por me receber também como hóspede em sua casa ao longo do trabalho de campo.[1]

---

[1] Como é comum nas monografias etnográficas, os nomes das pessoas e dos lugares que são referidos no texto foram substituídos. A escolha de pseudónimos procurou, contudo, não perder a sua verosimilhança.

A longa história do cultivo da cana-de-açúcar reflecte-se até aos nossos dias na Zona da Mata de Pernambuco. Desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, que esta região do Nordeste do Brasil é marcada pelas extensas plantações de cana ao longo das encostas onde antes existia uma densa mata atlântica. A produção de açúcar baseou-se no sistema de *plantation*, que se caracterizava pela concentração da terra, pelo emprego de trabalho escravo e pela transformação industrial da cana numa única unidade económica, chamada «engenho», cujo proprietário era o «senhor-de-engenho». Este detinha não só o controlo sobre a terra, como sobre a totalidade das condições de produção. No início, os proprietários desses engenhos eram sesmeiros ligados aos donatários das capitanias e recebiam o financiamento de comerciantes europeus (Andrade 2001). Apesar da reorganização cíclica da economia da cana que teve lugar ao longo do tempo, nenhum destes ciclos quebrou substantivamente a implementação de propriedades privadas de terra com cultivo extensivo de cana-de-açúcar até ao presente. Primeiro com mão-de-obra escrava trazida de África e depois assalariada, as plantações de cana-de-açúcar tornaram-se estruturantes do sistema económico, social e político de Pernambuco, como Gilberto Freyre descreveu no clássico *Casa Grande & Senzala* (2001 [1933]).[2]

Por entre o vasto manto verde da cana-de-açúcar, a paisagem da Zona da Mata é pontuada por outro ícone material da sua história, as chaminés altas dos antigos engenhos, onde se processava mecanicamente a cana para produzir açúcar e aguardente *(cachaça)*. Não são claros os limites entre engenhos, mas cada uma destas chaminés, conhecidas localmente como *bueiros*, identifica o que já foi um engenho e que englobava, para além da plantação de cana, uma moagem, onde era processada a matéria-prima. É geralmente ao redor deste edifício que se aglomera um conjunto de casas típicas da sede do engenho: a *casa-grande* do proprietário do engenho (o *senhor-de-engenho*), uma pequena igreja ou capela católica e um conjunto de casas geminadas e alinhadas, conhecidas como *arruado*, onde moravam alguns trabalhadores do engenho, conhecidos como *moradores de engenho* (Freyre 2001 e 2004; Diégues Jr. 2006; Andrade 1973; Dabat 2007).

Num artigo muito breve onde sistematiza as condições de morada dos trabalhadores de engenho e que veio a tornar-se central no debate acerca das relações de trabalho no meio rural e da própria natureza do campesinato brasileiro, Moacir Palmeira (2009a) demonstra como, dentro dos

[2] Cf., entre outros, Andrade (1973) e Ferlini (2003).

**Figura 1.1 – A paisagem da Zona da Mata de Pernambuco (Outubro de 2010)**

engenhos, a relação de trabalho era indissociável da relação de morada (residência), na medida em que todos os residentes estavam ligados ao *patrão* por laços de dependência, justamente a partir da família. Para o senhor-de-engenho era o homem, *pai de família*, quem assumia pessoalmente o vínculo laboral, mas presumia-se que ele não habitaria sozinho e nem subsistiria sozinho. O trabalho de Palmeira deu o mote a inúmeras pesquisas que lhe sucederam, evidenciando como o conceito de *morada* é seminal na dinâmica de relações dos antigos moradores de engenho, que constituem, ainda hoje, a maior parte da população rural desta região do Nordeste.

Nesse contexto, *pedir trabalho* implicava pedir uma casa para a família morar, a chamada *casa de morada*. A natureza da relação de trabalho e de residência dos engenhos, que constituía a própria relação de *morada*, estabelecia uma hierarquia entre os diferentes trabalhadores do engenho, distinguindo entre os *moradores de arruado*, *moradores com sítio*, *cabos*, *vigias*, *apontadores* e *administradores*, entre outros, mediante a função exercida e o estatuto social e político que dela advinha naquele universo de relações (Palmeira 2009a). Na realidade, a hierarquia é inversa e encabeçada pelo administrador, que, enquanto intermediário do proprietário da terra e patrão, é o responsável pela unidade produtiva que cada engenho constitui. Abaixo da posição de administrador estão os seus homens de confiança: *o cabo* – que confere a realização do trabalho por parte dos trabalhadores; *o apontador* – a quem compete registar o número de horas e o volume de trabalho que cada trabalhador realiza; *os vigias* – habitualmente montados a cavalo e armados, são eles que transportam o dinheiro para pagar aos

trabalhadores e asseguram, pela dissuasão ou pela intervenção directa, que nada no engenho é roubado. Entre os restantes trabalhadores do engenho existe também uma multiplicidade de distinções. Estas estabelecem-se designadamente por relação ao tipo de tarefa que executam, indo da função mais especializada, como atear e controlar o fogo na plantação de cana ou o manuseio da maquinaria na moagem, até ao próprio corte da cana, que é a tarefa mais exigente em termos de esforço físico, aquela que tem maior contingente de trabalhadores e também cuja remuneração é a mais baixa.

Uma outra distinção substantiva era a que diferenciava *moradores de arruado* e *moradores com sítio* – os primeiros habitando no arruado da sede do engenho e os outros num ponto disperso da propriedade, a quem era dado o direito de cultivarem uma área de terra para a subsistência da sua família, conhecida como *sítio*. Aqueles trabalhadores que não residiam no engenho estavam abaixo dos *moradores*, englobando os contratados sazonalmente durante períodos determinados do ano, entre os meses de Setembro a Janeiro, em que é necessária mais mão-de-obra para *a safra*, ou seja, a colheita da cana. Sendo conhecidos localmente como *corumbas*, estes homens eram na maior parte dos casos migrantes temporários de outras regiões do interior do estado, geralmente do Agreste (cf. Menezes 2002). É relevante notar que os *corumbas* não só eram homens que vinham para os engenhos da Zona da Mata trabalhar sozinhos, sem as respectivas famílias, como estavam deslocados. Por essa razão, e apenas durante o período da safra, ficavam alojados colectivamente num *galpão* (isto é, uma construção grande, ampla e frequentemente sem divisórias internas), ficando, portanto, excluídos da *relação de morada*.

A relação do morador de engenho para com a terra esteve sempre mediada pela sua relação com o senhor-de-engenho. A terra de um morador podia abranger:

*a*) A *casa de morada,* onde os trabalhadores viviam com as suas famílias, que podia ser localizada no arruado ou noutro ponto mais afastado do engenho;

*b*) Uma pequena parcela de terra, que podia ser rotativa e onde os moradores poderiam *botar roçado*, ou seja, cultivar lavouras de ciclo curto (tais como mandioca, inhame, milho ou feijão) nos tempos livres do trabalho no canavial.

Tanto a casa como esta área pertenciam, no entanto, ao proprietário do engenho, que, depois de um trabalhador sair, as cedia a outra família enquanto o contrato durasse (cf. Palmeira 2009a);

*c*) O *sítio*, que era uma outra porção de terra que o patrão podia conceder a alguns moradores da sua confiança e onde lhes era permi-

> tido plantar o que quisessem, incluindo árvores de fruto. Aqueles a quem tinha sido concedido um sítio ganhavam não apenas uma porção de terra para trabalhar e viver, mas também uma certa distinção na relação com o senhor-de-engenho.

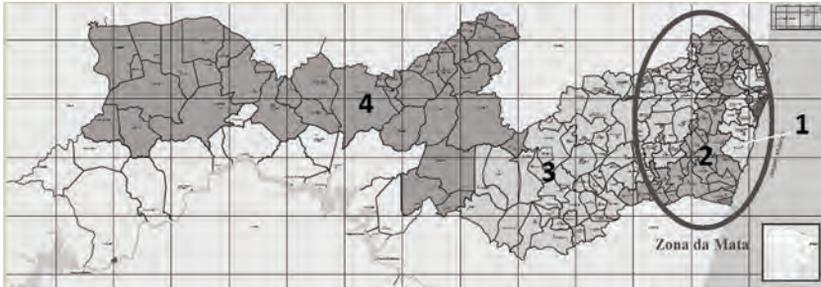
A terra era, então, o espaço de habitar, primeiro, e de cultivo de roça, depois, que de certa forma media o valor da relação entre os moradores e o senhor-de-engenho. O *sítio* espelhava um tipo específico de posse da terra, mais duradouro se comparado com a casa de morada ou a parcela de terra. Um aspecto que será relevante para o debate a desenvolver ao longo deste livro é que esta ocupação prolongada de um terreno criava efectivos direitos sobre a posse da terra. Como irei demonstrar, esses direitos eram reivindicados a partir da existência de árvores de fruto no local de habitação e cultivo, as quais levam vários anos a crescer e a dar fruto. Assim, um morador com sítio que saísse de um engenho seria indemnizado pelas suas plantações ou, no caso de o engenho mudar de dono, era-lhe reconhecida pelo novo proprietário a posse efectiva da terra cultivada. Mais ainda, mesmo dentro do sistema de *plantation,* como era a Zona da Mata de Pernambuco, onde grande parte da terra é propriedade de um latifundiário, é reconhecido aos pequenos agricultores, moradores e foreiros[3] o direito de colectarem os seus cultivos das áreas de terra onde trabalharam. O princípio da ocupação da terra, pela habitação e mais ainda pelo cultivo, que, segundo os historiadores marca a filosofia política da propriedade da terra no Brasil desde o período colonial (Motta 2009), tem certamente neste sistema uma das suas faces.

De facto, ao contrário das regiões do Agreste (3 no mapa abaixo) e do Sertão (4), do interior do estado, na Zona da Mata de Pernambuco (2) a terra foi sendo apropriada à medida que a capacidade de produção de açúcar aumentava. As povoações rurais foram-se formando dentro da grande plantação e sob a autoridade do proprietário do capital ligado à economia do açúcar que, por extensão, era também o proprietário das terras (Furtado 1964, 156).[4] Assim, os engenhos de cana-de-açúcar correspondem não apenas à forma como a estrutura fundiária e as relações

---

[3] Os foreiros são agricultores que pagam foro ao proprietário pelo seu uso e domínio temporário de um terreno delimitado (o mesmo que enfiteuse). Sobre a diferença entre foro e arrendamento, v. o capítulo seguinte.

[4] Contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos tanto na economia canavieira como no sector têxtil e de mineração, a oligarquia açucareira pernambucana, implantada no século XVI, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, mantendo o controlo político e económico do estado (Andrade 2001, 247).

**Figura 1.2 – Mapa de Pernambuco**

Adaptado de Condepe/Fidem (1 – Região Metropolitana do Recife; 2 – Zona da Mata; 3 – Agreste; 4 – Sertão)

de trabalho estão organizadas em Pernambuco desde há séculos, mas acabaram também, devido ao peso destes factores, por vir a constituir-se como a forma de povoamento rural mais generalizada nesta região do Nordeste brasileiro.

Visto na perspectiva dos trabalhadores, se é a morada que permite a sucessão da relação de trabalho (da qual os *corumbas* não participam), ela está também inserida num esquema estratificado onde se dá uma intensificação dos direitos de propriedade, que vai desde o direito de acesso ao trabalho, que todos partilham, passando pelo acesso à casa de morada (apenas para os moradores), finalmente até ao acesso à transmissão temporal da terra, permitido exclusivamente àqueles que dispõem de um sítio. Este sistema, que prevaleceu desde a abolição da escravatura, sofreu uma profunda transformação a partir das décadas de 1950 e 1960. À medida que os engenhos foram sendo substituídos por unidades industriais com maior capacidade de processamento da cana, foram sendo implantadas grandes fábricas ou *usinas* nas imediações das plantações de um mesmo proprietário, que concentrava as várias fases do processo de produção (Andrade 1973, 66).[5] Devido a este processo de industrialização e com o aumento da plantação de cana para alimentar o mercado mundial de açúcar, começou então a haver uma incorporação de novas terras nos canaviais e as usinas deixaram de respeitar o direito à residência e ao *sítio para plantar* dos canavieiros e suas famílias. O período da década de 1950--1960 ficou conhecido como *o fim da morada* e esta expulsão crescente dos moradores teve um forte impacto e significação social nesta região,

[5] Sobre o processo de modernização industrial do açúcar desde a criação de engenhos centrais em Pernambuco no final do século XIX cf. Andrade (1973) e, para uma caracterização da indústria canavieira contemporânea, Andrade (2001).

onde a maior parte da população residia nos engenhos (Furtado 1964, 144). Expulsos dos respectivos engenhos, onde acabavam por ter então uma condição de pequenos *sitiantes*, muitos moradores passaram a ser trabalhadores assalariados e viram-se obrigados a procurar casa nas periferias das cidades da Zona da Mata, as chamadas *pontas de rua*, que rápida e espontaneamente cresceram a partir de então. Os proprietários de terra passaram então a contratualizar apenas com trabalhadores assalariados durante a época da safra, altura em que tinham maior necessidade de mão-de-obra, dado que nesta região do Nordeste o corte da cana é feito manualmente.

A oscilação da economia da cana marcou sempre as relações de poder na região, não apenas na esfera do trabalho, mas também de residência e acesso à terra (Andrade 2001; Wolford 2004). Apesar da reestruturação da economia canavieira, com a implementação do domínio técnico e económico das usinas, os antigos engenhos de Pernambuco mantiveram-se enquanto unidades de produção agrícola e de localização dos seus trabalhadores, assim como mantiveram o nome pelo qual eram designados, mesmo quando a expulsão dos moradores já seguia adiantada (Palmeira 1994, 32). Durante este processo, a terra foi uma das primeiras reivindicações dos trabalhadores que foram expulsos dos engenhos (Palmeira 1978; Sigaud 1979). Com *o fim da morada* seguiram-se formas contundentes de desapropriação dos trabalhadores, pequenos proprietários e foreiros e foi nesta configuração das relações sociais e da desigual distribuição da terra que as áreas canavieiras do Nordeste se apresentaram desde as últimas décadas com um número muito elevado de conflitos fundiários.

No momento em que o debate teórico das ciências sociais decreta o fim do campesinato, em finais dos anos 1990, no mundo inteiro e em particular no Brasil as questões do acesso à terra, das florestas e da água, tal como as identidades colectivas de grupos indígenas, quilombolas e outros, tornaram-se centrais e têm vindo a funcionar como bandeira política de reivindicação de direitos no Brasil (Almeida 2007).[6] O que é in-

---

[6] Mauro Almeida refere-se aqui às narrativas agrárias culturalistas (que surgiram sobretudo na Europa, onde se via o campesinato como uma totalidade cultural), sociológicas (na América, concebendo o campesinato como sociedade parcial, subordinada ao poder das cidades e à mudança cultural) e económicas (propostas, nomeadamente, pelos autores russos, para quem o campesinato foi entendido enquanto sistema económico e modo de produção). Baseadas na narrativa do atraso para o progresso, reuniam numa categoria de campesinato uma grande variedade de objectos que, apesar de o conceito ter perdido a capacidade analítica, não foram extintos pela modernização e globalização (cf. Almeida 2007).

teressante para nós hoje e que tem sido sempre central no debate brasileiro acerca do campesinato é que o tema da terra esteve e continua a estar em causa nestas reivindicações sociais e políticas (Rosa 2004a; Wanderley 2004; Menezes 2004; Almeida 2007; Velho 2009). Com efeito, o debate acerca da propriedade da terra continua a fazer correr muitas páginas entre a enorme produção dos cientistas sociais e da historiografia brasileira que se têm dedicado à questão agrária no Brasil (Welch *et al.* 2009). A luta organizada pela terra e pela implementação da reforma agrária, que teve o seu auge durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, fez ressurgir, através da criação de *assentamentos rurais*, novos modos de acesso e reconhecimento da posse da terra à população rural pobre. A literatura antropológica sobre os movimentos e lutas sociais que movem e têm movido esse processo de reestruturação das formas de acesso à terra neste contexto é já bastante vasta (cf., entre outros, Sigaud 2000, Sigaud e L'Estoile 2006, Rosa 2004a, Leite *et al.* 2004, Sigaud 2009 e Sigaud *et al.* 2010). Esses trabalhos foram de grande inspiração para mim e foi a partir deles que considerei útil desenvolver uma abordagem complementar que desse resposta à questão sobre o que sucede depois de *ganhar a terra*.

As mudanças que aconteceram na Zona da Mata de Pernambuco nos últimos vinte anos e que alteraram substancialmente a sua estrutura fundiária, social e política foram decorrentes da acção dos grupos organizados que reclamaram a *função social da terra*, designadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Mst), os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e os grupos ligados à Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim, pretende-se situar a problemática da apropriação da terra nas novas dinâmicas sociais e territoriais resultantes da reorganização das relações sociais e da trama territorial que tem vindo a acontecer na região, impelida pela espiral das ocupações da terra levadas a cabo sobretudo ao longo da década de 1990 e inícios dos anos 2000 e que concentram na região da Zona da Mata dois terços dos assentamentos de reforma agrária de todo o estado de Pernambuco.

## Metodologia

Em Abril de 2010 cheguei a Pernambuco com o objectivo de conhecer o conjunto dos assentamentos da região e de encontrar um assentamento rural onde permanecer e vir a desenvolver investigação com observação

participante de longa duração. Durante a primeira fase deste trabalho de campo prolongado, decorrida entre Abril e Setembro de 2010, instalei--me na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, onde encetei a aproximação ao terreno. Aí recolhi dados junto do órgão oficial responsável pela execução da reforma agrária, o INCRA, cuja sede da Superintendência Regional de Pernambuco (INCRA SR/03) se encontra no Recife. Nesta instituição entrei em contacto com vários dirigentes e técnicos, de forma a ter uma primeira orientação sobre o estado da reforma agrária na região. Consultei a documentação interna sobre vários assentamentos, incluindo os Planos de Desenvolvimento e de Recuperação dos Assentamentos (PDA e PRA), listas de «beneficiários», mapas, entre outros.

A investigação estava enquadrada, já nessa altura, num projecto que integrava uma equipa alargada de trabalho ligado ao tema da territorialidade no Brasil, nomeadamente na Bahia e no Maranhão, intitulado «Trama territorial».[7] Esse enquadramento permitiu-me estabelecer vários contactos académicos no Brasil, entre os quais, em Abril de 2010, a passagem pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde tinha conversado com alguns dos antropólogos, estudantes e investigadores que têm trabalhado sobre a região da Zona da Mata de Pernambuco nos últimos tempos e cujos trabalhos haviam sido cruciais para formular o problema de investigação. Com a indicação de nomes e contactos específicos, cheguei a instituições envolvidas no processo de reivindicação da terra no Recife, como a Fetape e os sindicatos dos trabalhadores rurais, a delegação regional da CPT e também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde as referências me abriram portas e agilizaram a minha entrada em campo. A partir de então realizei uma série de viagens exploratórias a assentamentos por toda a Zona da Mata. Nestas deslocações, para as quais era imprescindível o recurso ao transporte do mototáxi, fiz visitas guiadas ao assentamento, frequentemente acompanhada pelo presidente da respectiva associação ou por outra pessoa contactada pelo sindicato ou pelo *movimento*, onde recolhia previamente dados mais qualitativos acerca do assentamento, da sua composição, funcionamento e história.

Ao mesmo tempo procurei ainda instituições cuja intervenção fosse dirigida ao contexto da Zona da Mata e que me pudessem fazer um diag-

---

[7] Projecto de investigação «A trama territorial: pertença, mobilidade e trabalho no Brasil contemporâneo», coordenado por João de Pina-Cabral (PTDC/CS-ANT7102957/2008).

nóstico da sua situação económica, social e ambiental. Tal foi o caso do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), órgão responsável pela assistência técnica aos agricultores do estado, e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, uma ONG de Pernambuco dedicada à promoção da agricultura familiar e da agroecologia e que tem trabalhado também nas áreas da reforma agrária.

Numa segunda fase do trabalho de campo, mais prolongada, foi tempo de desenvolver a pesquisa com observação participante num assentamento rural. Ponderei então qual seria o assentamento onde permaneceria com base em alguns critérios prévios, tais como o tempo decorrido desde a criação do assentamento, a sua dimensão e composição, o *movimento* ao qual estava ligado e ainda a localização e facilidade de integração. Ao decidir por Arupema, contactei novamente José Francisco e tratámos das diligências necessárias à minha instalação no assentamento, onde vivi entre Outubro de 2010 e Maio de 2011. Na minha chegada a Arupema, em conversa com outras pessoas na área comunitária, chegou a colocar-se espontaneamente a possibilidade de se construir uma pequena casa de barro para mim, dado que manifestava interesse em ali residir por algum tempo. Essa possibilidade – que, à altura, me parecia absolutamente inusitada – foi rapidamente dissipada quando manifestei a minha vontade em morar com uma família, justamente para ter acesso ao quotidiano da experiência familiar num assentamento.

Se, a princípio, a residência em casa da família do presidente da associação do assentamento, figura política local fundamental, foi tida como a forma autorizada para aceder àquele espaço, esta situação viria a adquirir relevância na forma como fui tendo acesso às pessoas que vivem em Arupema. Por essa razão, é bastante provável que a minha presença possa ter sido dissuasora de algum comentário mais crítico ou jocoso que, com um outro posicionamento relacional, me permitiria ter uma perspectiva diferente dos acontecimentos. Evidentemente, a circunstância marcou o modo como fui estabelecendo a minha relação com as pessoas em campo o que constitui, em si, uma condição de produção do conhecimento etnográfico que aqui apresento. Mais do que uma implicação política ou ética, a mutualidade etnográfica é a própria condição de possibilidade do gesto etnográfico (Pina-Cabral 2013). Assim, por mais reflectida que fosse a decisão de ficar a residir em casa de uma família assentada, ela teria necessariamente vantagens e desvantagens. Aproveitando a proximidade com a área comunitária do assentamento, a casa daquele que foi o antigo administrador do engenho e uma das mais antigas famílias a residir em Arupema mostrava-se central na vivência local. Era lá que as pessoas iam

para tratar de algum assunto burocrático que tivesse a mediação da associação ou do sindicato, por via de *Seu José*, ou comprar produtos cosméticos por catálogo através de *Dona Emília*, sua esposa. Permitia-me ainda uma posição privilegiada por relação às infra-estruturas de uso colectivo que agregavam mais sociabilidade, como são as duas igrejas evangélicas, a escola, a sede da associação e o pequeníssimo comércio onde se compra a botija do gás em prestações e os homens bebem cerveja gelada. Por outro lado, esta era, de facto, uma das casas que tinham melhores condições de acolhimento, como o quarto vago da filha, que tinham ido estudar para a cidade e só regressava aos fins de semana, o que muito me facilitava a integração. Na noite em que o neto de Emília e José Francisco me *pediu a bênção* antes de ir dormir foi o momento em que percebi que também afectivamente era já parte daquela casa.

Com o tempo, das hortas coloridas e das roças onde me mostravam a diferença entre um pé de macaxeira e o outro de mandioca – coisa que nunca cheguei realmente a conseguir saber –, fui sendo convidada para conversar nos terreiros, nas salas e nas cozinhas das casas dos assentados. Entre as várias actividades que compunham o seu dia a dia, ir *amarrar os bois* na várzea, *aguar* ou ver o leite das bananas ainda verdes escorrer no chão do terreiro mostravam-se tão interessantes para mim como aprender a fazer cuscuz de milho para o *café da manhã* ou apurar a maneira de *botar o feijão no fogo*. Também eu colhi coentros e cebolinho para vender semanalmente nas feiras do Recife, onde algumas vezes acompanhei os produtores. Ocasionalmente, cheguei a pernoitar em casa de outras famílias onde ia passar o dia, uma vez que as suas parcelas eram mais distantes do *engenho*, designação pela qual muitos referem a área comunitária onde, de facto, ainda permanecem as ruínas da antiga moagem de cana.

A observação da vida social local passou ainda pela participação em alguns eventos mais esporádicos, como as reuniões da associação do assentamento, onde todos os *parceleiros* se reúnem periodicamente para tratar dos assuntos que dizem respeito à organização colectiva do assentamento. Além destas reuniões mensais, participei também em algumas reuniões da associação dos produtores orgânicos nas quais discutiam regularmente a sua estratégia produtiva, organizativa e comercial. Realizadas na sede da associação, foi nessas ocasiões que, ao mesmo tempo que me ia inteirando dos debates políticos, ia sendo apresentada formalmente a todos e assim conhecendo as pessoas que mais tarde encontraria nas suas parcelas.

Por sua vez, frequentei assiduamente as duas igrejas evangélicas locais, cuja sonoridade exuberante invade as noites precocemente escuras de

**Figura 1.3 – Horta biológica e, ao fundo, a chaminé do antigo engenho (assentamento Arupema, Junho de 2010)**

Arupema. De início na companhia de algum elemento da minha família hospedeira, a frequência de duas ou três vezes por semana das igrejas acabou por ser uma forma de conhecer as pessoas, dado que uma grande parte da população do assentamento é evangélica. Conhecer a sua liturgia e a ritualística, tão diferentes daquelas em que eu própria havia sido educada (o catolicismo), e sobretudo os testemunhos que enfaticamente apresentam em cada *assembleia de irmãos* foi também um modo de entrar no universo moral dos seus problemas de vida, que tantas vezes discutíamos fora das paredes da igreja.

Assim, à medida que ia ganhando a confiança das pessoas, a associação que era possível fazer entre mim e a figura de autoridade local foi-se reformulando e eu fui ganhando autonomia. Tanto nas actividades quotidianas quanto nas reuniões da associação do assentamento e do sindicato, a minha presença foi integrada e naturalizada a regularidade com que registava os detalhes da realização de determinadas tarefas ou os comentários que suscitavam (cf. Sanjek 1990). Como dizia Lucas, enquanto *semeávamos o leirão*: «Ana gosta é de estória...»

Apesar do meu empenho em aprender a distinguir as plantas e da atenção redobrada quando se tratava de provar frutas desconhecidas, as mi-

nhas questões enfatizavam a forma como estavam ocupadas as parcelas de terra e o modo como eram utilizadas as suas diferentes áreas. Em conversas informais que se iam prolongando ou mesmo em entrevistas gravadas que marcava em casa das pessoas, umas vezes individuais outras mais acompanhada, procurei fazer o mapeamento da mobilidade territorial associada ao trabalho da cana e das redes de parentesco dispersas territorialmente em resultado das deslocações por entre engenhos, acampamentos e a vida nas cidades, fossem as mais próximas ou aquelas onde – lá em São Paulo, Rio de Janeiro ou Matogrosso – moram os seus parentes. Nestas conversas servi-me da metodologia da história de família enquanto «exercício de contextualização social» (Pina-Cabral e Lima 2005) e do desenvolvimento de estudos de caso (*extended case studies*, como enunciou van Velsen em 1966) que me permitiam, a partir da análise das suas narrativas, abarcar a dimensão da historicidade da vida social (Viegas 2007 e 2012b).

As experiências quotidianas das relações familiares são, então, a perspectiva teórica do estudo do parentesco em que esta abordagem se sustenta. De acordo com a proposta que se tem vindo a consolidar na disciplina de ser mais sensível aos idiomas locais de «estar relacionado» (*relatedness*), as concepções de parentesco são vistas como profundamente ligadas com o género e a noção de pessoa, entendida aqui pela mútua constituição de indivíduo e sociedade (Carsten 2000 e 2004; Sahlins 2011 e 2013; Pina-Cabral 2007; Howell e Melhuus 1993). Do mesmo modo, a abordagem da territorialidade parte de uma concepção de território não apenas como resultado de uma dada estrutura fundiária, mas que tem em conta os diversos modos de constituir pertença local, de apropriação e uso da terra. Ela permite-nos, portanto, desnaturalizar a relação de enraizamento, falando dos sentidos que a terra tem para as pessoas a partir das suas próprias noções. Na medida em que as abstracções polarizadoras como a de campesinato/proletarização têm dominado o debate acerca da adequação do *perfil do assentado* no contexto da reforma agrária da Zona da Mata de Pernambuco, esta ressalva é particularmente importante, procurando superar os aparentes paradoxos que assolam a vida das pessoas para quem a terra é, de facto, um referente de identidade.

## Apresentação dos capítulos

O livro incorpora diferentes níveis de análise e de desenvolvimento do conhecimento antropológico. Ao longo de todo o texto procurarei dar conta do enquadramento histórico e de debate da literatura, privile-

giando, todavia, as dimensões mais extensivas da análise etnográfica do contexto em estudo, sustentada que foi pela observação participante que levei a cabo entre 2010 e 2012.

Assim, no capítulo 2 começarei por fazer uma revisão da literatura antropológica relativa à Zona da Mata de Pernambuco, cuja caracterização se irá tecendo a partir da forma como ela foi sendo construída enquanto contexto comparativo privilegiado no âmbito das ciências sociais brasileiras. Pretendo, deste modo, situar a história do objecto pela forma como foi estudado desde a década de 1970, altura em que ali se realizaram algumas das etnografias brasileiras clássicas, e não necessariamente seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos ou a longa história da questão agrária no Nordeste brasileiro. É apenas neste ângulo que se olhará para a antropologia social do Museu Nacional e se apontam algumas das suas condições sociais de produção do conhecimento, projecto este que mereceria todo um desenvolvimento acurado e a partir de outras grelhas de análise, nomeadamente historiográficas e epistemológicas, que estão fora da proposta desta investigação. É também no início do livro que se apresenta sucintamente a reforma agrária em curso no Brasil depois da Constituição de 1988 e se faz uma breve caracterização dos assentamentos rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Esta realidade pululante, que tem feito crescer o volume de escritos, estudos e posicionamentos políticos face à questão, surge aqui como o enquadramento necessário para a compreensão da realidade etnográfica de que quero dar conta.

No capítulo 3 ensaia-se uma descrição da forma como se deu a transição entre o engenho Arupema e o assentamento criado a partir do processo de reforma agrária a que foi sujeito no final da década de 1990. Trata-se de um exercício de contextualização e de caracterização dos diferentes grupos sociais que compõem o assentamento Arupema, como sejam os antigos moradores do engenho e aqueles que ali chegaram por via do acampamento organizado pelo Mst ou outra.

No capítulo 4 haverá lugar para a análise da territorialidade dentro dos assentamentos, tendo em conta as continuidades e rupturas entre os espaços sociais do engenho e do assentamento. A descrição do que compõe uma casa e da forma como se dispõem os diversos elementos da parcela de uma família introduz-nos nas concepções de domesticidade e de pertença ao lugar num assentamento da Zona da Mata de Pernambuco. Por sua vez, começamos também a abordar a questão da sucessão familiar da terra que se expressa na diversidade de casas presentes em Arupema.

No capítulo 5 apresenta-se a mobilidade territorial enquanto condição constitutiva das dinâmicas familiares na Zona da Mata de Pernambuco.

Dá-se um especial enfoque às concepções de conjugalidade e género que marcam as trajectórias de vida destas pessoas. Por sua vez, a integração da perspectiva geracional dá uma nova luz à relação entre conjugalidade, reprodução e filiação. Por fim, procurarei descrever as relações que se estabelecem entre as diversas casas da mesma parcela onde moram os vários membros da família, atendendo sobretudo à vivência quotidiana das relações entre parentes.

O capítulo 6 começa com uma descrição etnográfica da importância das árvores de fruto para a história da luta pela posse da terra. Através da descrição dos modos de trabalho e cultivo da terra analisa-se então a forma como tem sido resolvida a questão da transmissão da terra dentro dos assentamentos.

Por fim, o capítulo 7 propõe-se apresentar algumas linhas de continuidade do argumento do livro, evidenciando o seu contributo no âmbito da reflexão antropológica.

Capítulo 2

# A constituição da Zona da Mata de Pernambuco como contexto antropológico nas ciências sociais brasileiras

Começarei neste capítulo por apresentar as condições sociais da produção do conhecimento em que se enquadra a reflexão do livro. Esta espécie de roteiro permite-nos enfatizar aquele que é um registo particular da antropologia brasileira e que, de certo modo, caracteriza as ciências sociais no Brasil, que é a sua relação com os movimentos sociais, mas também com o estado, a legislação e as políticas públicas. Não se trata aqui de reproduzir a diferenciação entre antropologia académica e aplicada, dado que, tal como vários autores já desmontaram criticamente, ela não se aplica à antropologia brasileira (O'Dwyer 2005; Almeida 2010; Viegas 2010). Como observa Mariza Peirano, no Brasil a comunidade de interlocutores autodefinidos como cientistas sociais vê-se, pela própria formação e socialização académicas, como cidadãos comprometidos em termos sociais (Peirano 2000, 221). A eficácia e implementação das medidas desenvolvidas pelos cientistas sociais no decorrer do processo democrático serão também aspectos a não descurar na avaliação global desta ligação entre a academia e a sociedade no Brasil.

Nas décadas de 1960 e 1970 fundaram-se os primeiros programas de pós-graduação em Antropologia nas universidades federais brasileiras. A partir desse momento inicia-se a reprodução social dos antropólogos de maneira sistemática, com a formação de sucessivas gerações que constituíam este corpo disciplinar tendo uma formação de base em ciências sociais e humanas (Peirano 2000).

No Rio de Janeiro, a criação do programa de pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) no Museu Nacional da UFRJ, em 1968, cons-

tituiu um marco na saída da antropologia do enquadramento da história natural para se aproximar das ciências sociais (Garcia Jr. 2009, 412). À nova antropologia cabia enfrentar o mesmo desafio colocado na época aos sociólogos: «analisar, compreender e assim transformar a sociedade brasileira» (Peirano 2000, 221). De acordo com a estudiosa da antropologia brasileira Mariza Peirano, depois da fundação dos programas de pós-graduação nas décadas de 1960 e 1970, a disciplina apresentou-se então como uma *costela* da sociologia, mantendo um estilo em que é a alteridade que produz uma antropologia realizada *no* Brasil e acerca *do* Brasil (id., *ibid.*). Foi a partir de então que se ampliaram consideravelmente as temáticas de investigação abordadas, com o interesse da grande maioria dos estudantes de antropologia social nos estudos da sociedade brasileira.

Neste mesmo período, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis – que haviam sido, juntamente com Luiz de Castro Faria, os fundadores do PPGAS – iniciaram no âmbito deste programa de pós-graduação no Museu Nacional o projecto de investigação intitulado «Estudo comparativo de desenvolvimento regional». Este projecto privilegiava a pesquisa sobre as transformações em curso no mundo rural e propunha-se comparar duas regiões brasileiras sujeitas a recentes mudanças: o Leste da Amazónia e o Nordeste. Deste modo, as duas grandes áreas foram alvo dos trabalhos de vários investigadores, professores e estudantes do recém-criado PPGAS, que se dedicaram de forma mais permanente aos dois contextos. O Leste da Amazónia – uma região marcada pelas frentes de expansão das fronteiras – abrangia a margem oriental da Amazónia, ou seja, o Norte do estado de Goiás, o Oeste do Maranhão e o Leste do Pará. No Nordeste, uma das regiões intensamente estudadas foi precisamente a Zona da Mata Atlântica, abrangendo a faixa de plantações de cana-de-açúcar no litoral dos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. É neste contexto académico de desenvolvimento de «estudos regionais» que a Zona da Mata de Pernambuco chega ao debate nacional brasileiro relativo ao meio rural. Vivia-se então o período mais rígido da ditadura militar.

Enquanto instituição tradicionalmente dedicada à etnologia indígena e, por isso, menos sujeita à repressão do estado autoritário, o Museu Nacional proporcionava a investigação científica da antropologia social, preenchendo assim o vazio provocado pela grande repressão exercida pelo regime militar contra a sociologia, história, filosofia e economia (Garcia Jr. 2009, 429). Num contexto político de forte tensão social e diante da pretensão dos militares de monopolizarem as concepções sobre

a brasilidade, o diálogo com o mundo internacional era um interesse ainda mais forte (id., *ibid.*, 433). De facto, para muitos dos jovens investigadores vindos da Europa, onde haviam estudado durante os anos 1960 (Moacir Palmeira estudara em Paris, Afrânio Garcia Júnior tinha feito a licenciatura em Economia em Nanterre e Otávio Velho, depois do mestrado no PPGAS, veio a realizar o seu doutoramento em Manchester), o contraste com o contexto político brasileiro, que vivia o seu período mais repressivo da ditadura, era assinalável. No Rio de Janeiro, a presença da Fundação Ford foi determinante para o recrutamento de professores no Museu Nacional e, num sentido geral, para a profissionalização das ciências sociais brasileiras. Fê-lo, nomeadamente, através do financiamento de bolsas de estudo na Europa e das pesquisas de campo de professores e estudantes do PPGAS e ainda através de um enriquecimento da biblioteca com obras internacionais (id., *ibid.*, 423 e 431). A Fundação Ford foi neste período, ao mesmo tempo, um mecenas das ciências sociais nos países latino-americanos sujeitos a ditaduras militares e uma instituição que desempenhava um forte papel de combate ao comunismo e contraponto ao paradigma marxista, assegurando a hegemonia intelectual e política americana (id., *ibid.*, 424-427, citando Dezalay e Garth 2002). De acordo com Afrânio Garcia Júnior, um dos estudantes da primeira leva do PPGAS, foi a estreita colaboração do PPGAS com a Universidade de Harvard, assegurada através de David Maybury-Lewis, assim como a presença dos antigos estudantes do Museu Nacional naquele Departamento de Antropologia, que se revelou fundamental para a obtenção do apoio da Fundação Ford (id., *ibid.*, 416).

Em 1972, com a saída de Roberto Cardoso de Oliveira do Museu Nacional para a Universidade de Brasília, onde fundou o Departamento de Antropologia, o financiamento da fundação americana foi drasticamente limitado, ameaçando a continuidade da pós-graduação em Antropologia no Museu Nacional (id., *ibid.*, 433-443). É neste contexto que se dá uma forte mobilização de todos os professores-pesquisadores e estudantes para salvar a instituição, com novos projectos de pesquisa e toda uma série de reorientações promovidas por Roberto da Matta, seu novo director. Iniciou-se então um grande projecto de investigação intitulado «Emprego e mudança sócio-económica no Nordeste», que contou com a participação de vários investigadores da instituição, os quais viriam a realizar as suas pesquisas no âmbito deste programa. Tendo como contexto privilegiado de análise a Zona da Mata de Pernambuco, o projecto partia de um diagnóstico da região realizado a partir das pesquisas anteriores levadas a cabo por Moacir Palmeira, ele próprio ala-

goano, e de Lygia Sigaud.[1] Nos seus trabalhos prévios haviam se debruçado sobre a expulsão de grande parte dos *moradores de engenho*, os *trabalhadores rurais* canavieiros, das terras dos engenhos onde viviam. Este processo, que ficou conhecido como *o fim da morada,* teve início em meados dos anos 1950 e foi agravado a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e do Estatuto da Terra, um ano depois.[2] Ao longo das décadas de 1960 e 1970 o fim dos contratos de morada foi-se consolidando na região, mostrando-se determinante para o êxodo rural. Baseados nos trabalhos anteriores de Celso Furtado (1964) e Manuel Correia de Andrade (1973), que acentuavam o carácter cíclico da economia de *plantation* e a sua complementaridade com a agricultura de subsistência, para estes antropólogos ligados ao Museu Nacional o fim das condições de morada nos engenhos, que implicou a deslocação de grande parte da população rural da região para as cidades mais próximas em meados do século XX, não resulta de qualquer mudança técnica do sector predominante da produção e processamento da cana-de-açúcar, mas de uma forma de aumentar a área ocupada com a plantação de cana dentro dos engenhos, reduzir os custos dos grandes proprietários da terra e competir no mercado nacional.

De facto, neste período muitos trabalhadores continuaram a encontrar trabalho na agro-indústria da cana, mas as relações de trabalho modificaram-se de forma muito significativa. Diferentemente da ligação patriarcal entre o proprietário da terra – o *senhor-de-engenho* – e o trabalhador – *o morador de engenho*[3] –, que trabalhos clássicos como *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2001), tornaram o *modelo* social das plantações de cana no Nordeste, a partir da década de 1960 as relações de trabalho modificaram-se. O *fim da morada* na Zona da Mata resultou em dois possíveis destinos para os antigos moradores de engenho. Um primeiro decorreu da sua expulsão dos espaços dos engenhos. Aqueles trabalhadores que se viram nessa situação foram na sua grande maioria habitar em aglomerados habitacionais das cidades que então cresciam e passaram a cons-

---

[1] Refiro-me aqui à tese de doutoramento que Moacir Palmeira apresentou na Université de Paris, intitulada *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat* (1971), e, no caso de Lygia Sigaud, a tese de mestrado apresentada no PPGAS, «A nação dos homens: uma análise regional de ideologia» (1971).

[2] A promulgação desta legislação relativa aos direitos laborais teve grande importância no contexto sociopolítico da Zona da Mata pernambucana, assunto que será desenvolvido mais adiante. Sobre *o fim da morada,* v. ainda Sigaud (1979) e Dabat (2007).

[3] Na realidade, a expressão «morador de engenho» não é usada pelos próprios, uma vez que cada morador se identifica como morador de um engenho específico, isto é, sendo *morador de Arupema* ou *morador do engenho Arupema*.

tituir um novo contingente de mão-de-obra rural assalariada sem terra e sujeita a regimes de trabalho estritamente sazonal no período do ano em que se realiza a colheita da cana, conhecido como *a safra*. Um segundo destino resultou da sua manutenção no espaço do engenho. Dada a maior expansão do cultivo de cana pelo proprietário, aqueles que se mantiveram no espaço do engenho viram as suas condições de trabalho brutalmente deterioradas. Por um lado, as áreas de terra de que dispunham para o cultivo familiar (os *sítios*) restringiam-se à medida em que aumentava a área cultivada com cana. Por outro lado, a remuneração pelo trabalho e a própria capacidade de negociação das condições de trabalho diminuíram drasticamente face ao aumento da oferta de mão-de-obra para o corte da cana pelos trabalhadores que passaram a viver fora dos espaços dos engenhos (cf. Palmeira 1978).

Em suma, estas mudanças afectaram não apenas os trabalhadores que foram expulsos e as suas famílias, mas também aqueles que permaneceram a morar nos engenhos e os que sazonalmente se deslocavam da região agreste do estado para o corte anual da cana.[4] Elas tiveram grande impacto também em toda a organização do espaço da Zona da Mata, tanto dentro dos engenhos como nas pequenas cidades, que cresceram rapidamente. Nesta medida, *o fim da morada* foi concebido como «um movimento de desconstrução de relações sociais que teve efeitos sobre a totalidade do espaço social, pois alteraram-se as condições de reprodução das posições sociais de todos» (Garcia Jr. 2002, 55).

Este foi o mote para um grande empreendimento académico de estudo sistemático de uma região que acabaria por constituir a Zona da Mata de Pernambuco como um verdadeiro campo analítico, com todas as articulações que estabeleceu no debate das ciências sociais brasileiras desde então. O projecto pretendia analisar os impactos das mudanças ocorridas na estrutura interna da *plantation* açucareira, antevendo que elas despoletariam uma diversidade de categorias de sujeitos e de relações dos camponeses que viviam na dependência do sistema canavieiro (Palmeira 1978). Para esta análise, uma equipa de investigadores realizou uma série de investigações interligadas em que cada um se dedicaria a um

[4] A migração sazonal de pequenos agricultores das áreas secas e do Agreste do estado de Pernambuco que procuram trabalho nos engenhos da Zona da Mata existe desde finais do século XIX, sendo que essa conexão entre espaços tem representado também uma complementaridade entre a economia camponesa e a *plantation* canavieira no Nordeste do Brasil (Menezes 2002). Neste sentido, as migrações e as deslocações da mão de obra são vistas como aspectos normais do funcionamento da economia da cana (Palmeira 1978).

grupo social ou aspecto particular decorrente daquela transformação, ligado ao contexto rural, industrial e de mercado integrantes do sistema de produção camponês canavieiro:

> A orientação teórico-metodológica deste programa indicava a necessidade de novos recortes capazes de destacar categorias analíticas e empíricas a nível micro, que esmiuçassem a realidade interna e sincrônica do universo camponês. As categorias analisadas eram as que procuravam entender como se constituía e/ou reproduzia, cultural e simbolicamente, o mundo camponês [Lopes 1999, 136].

Como argumenta Heredia (1979), o acesso à terra no passado, mesmo quando se fazia através do foro, isto é, de arrendamentos de terra mediante o pagamento de uma prestação anual, implicava obrigações tidas como formas de sujeição dos foreiros para com o senhor-de-engenho. Uma delas era conhecida como o *cambão,* implicando o trabalho gratuito dos foreiros nas terras do proprietário por um número indeterminado de dias por ano, que seriam normalmente entre quinze e vinte dias, exigido de modo relativamente aleatório, de acordo com as particularidades de cada proprietário. Tratava-se de uma prática corrente na Zona da Mata que podia ser exigida tanto aos foreiros quanto aos *moradores de condição*. Os *moradores de condição* correspondiam à situação daqueles que viviam em lotes de terra dentro do engenho, dando ao proprietário como contrapartida a essa morada dois dias por semana de trabalho, sendo remunerados apenas pelos dias de trabalho que fizessem além destes. Com a extinção do *cambão*, a obrigação para com o proprietário da terra passou a ser apenas o foro anual. Como refere Heredia, a disponibilidade de terra para arrendamento foi, no entanto, diminuindo na Zona da Mata de Pernambuco «e o foreiro passou a ser uma categoria social remanescente na região» (Heredia 1979, 140). *Cambão* e *condição* foram denunciados nos conflitos despoletados pelas ligas camponesas da década de 1950 e deixaram de existir em inícios dos anos 60, período que ficou conhecido como *a chegada dos direitos*, mas o foro manteve-se (Sigaud 1977; Heredia 1979).

## As categorias de análise e os debates que inauguraram

Na sua etnografia realizada no Sul da Zona da Mata de Pernambuco, Afrânio Garcia Júnior (1983) analisa as condições históricas em que emergiu o chamado *campesinato marginal* à grande plantação canavieira. Para

os antropólogos do Museu Nacional, a expressão «campesinato marginal» caracterizava a situação dos pequenos produtores agrícolas que disputavam com a *plantation* os espaços vazios, ou seja, as terras *liberadas* por aqueles engenhos que não haviam resistido ao processo de concentração de terras que acompanhou o surgimento das usinas. As populações que integravam o campesinato marginal seriam, então, os trabalhadores despedidos dos engenhos que haviam recebido como indemnização pequenas áreas de terra e aqueles que, enquanto *foreiros*, isto é, arrendatários de longo termo, haviam mantido o acesso à terra por meio do arrendamento aos grandes proprietários (Palmeira 1978). Justamente, os municípios de Vitória de Santo Antão, Amaragi e Bonito, situados na região de transição entre a Zona da Mata e o Agreste, onde se localiza o assentamento Arupema e a região onde Garcia Jr. realizou a sua etnografia em inícios da década de 1970, prestaram-se muito a estes *aforamentos*. Os pequenos produtores que arrendam estas terras passaram então a dedicar-se ao cultivo para um mercado local, assegurando o abastecimento das cidades emergentes e dedicando-se a lavouras de subsistência (Garcia Jr. 1983, 38).

Juntamente com o outro trabalho etnográfico levado a cabo na mesma época por Beatriz Heredia junto de pequenos proprietários e foreiros da área norte da Zona da Mata (1979), estes estudos (que dariam origem às respectivas teses de mestrado) demonstraram a existência daquilo que consideravam ser um campesinato de formação recente nesta região e cujo surgimento estaria interligado com o carácter cíclico da monocultura da cana. Dado que a compra de terra continuava a ser difícil, a forma mais acessível de ter *terra para roçado*, ou seja, para cultivo, era através do arrendamento, que se passou a realizar mais frequentemente. Diferentemente do antigo aforamento, o arrendamento correspondia a um contrato geralmente por um período de tempo limitado que, de acordo com a autora, na região era, em média, de dois anos e aplicava-se a áreas de terra mais restritas. Isto resultava numa valorização constante do preço da terra, que acabava por ser um entrave à possibilidade de os próprios trabalhadores aspirarem a ter acesso à terra (Garcia Jr. 1983, 56). A vigilância durante os ciclos de arrendamento chegava ao ponto de se proibir, por exemplo, o cultivo de mandioca, cujo ciclo agrícola tem a duração de mais de um ano.

Para os proprietários da terra os arrendamentos tinham ainda uma vantagem adicional. Como as terras que eram disponibilizadas para arrendamento eram geralmente aquelas que não estavam desmatadas, com o seu trabalho os pequenos produtores que as arrendavam para cultivo acabavam por prepará-las para posterior utilização pelo proprietário no semeio de pasto para gado (Heredia 1979, 141; Garcia Jr. 1983, 57).

Em inícios da década de 1970 os pequenos proprietários e foreiros ligados à *plantation* tinham praticamente deixado de existir na Mata Sul, mas ainda existiam na Mata Norte (Heredia 1979, 18).[5] A norte, onde Beatriz Heredia fez trabalho de campo, não existia diferença, em termos de organização do trabalho familiar, entre os foreiros e os pequenos proprietários e nem separação física ou social dos grupos, que se encontravam ligados por laços de vizinhança e de parentesco. Assim, ainda que se baseassem na força de trabalho familiar, mais autónoma, os foreiros estavam também dependentes das terras disponíveis, aproximando-se dos outros trabalhadores agrícolas (id., *ibid.*). Deste modo, os autores que estudaram pequenos proprietários e foreiros na Zona da Mata consideraram que este campesinato nordestino esteve sujeito, desde a sua constituição, a estruturas de dominação que impunham limites à sua autonomia, como a escassez de terra, as ameaças de expropriação e outras formas de dominação dispersas.

No entanto, se a propriedade da terra era vista consensualmente no campo analítico como um pilar da estrutura social brasileira, a situação e condição do campesinato estiveram sempre em contestação (Welch *et al* 2009). O debate suscitado pela poderosa noção camponesa nordestina de *cativeiro* – em que a proletarização e a escravidão se fundem e se expressam (Woortmann 1990, 14) – foi prolongado durante os anos 1980 em articulação com outros contextos dentro do Brasil, suscitando a reflexão acerca da escravidão e miscigenação, e ainda com outros contextos regionais, designadamente na América Latina, onde predominou o sistema de *plantation.*[6] De facto, para as ciências sociais brasileiras investidas na redescoberta dos camponeses e na senda da controvérsia da *questão agrária,* que havia caracterizado o período anterior, as décadas de 1970 e 1980 foram férteis na discussão de conceitos com vista à compreensão teórica do campesinato nos limites da escravidão e do capitalismo, caracterizado pela concentração fundiária:

> Como uma das frentes a ser retomada com o fim da ditadura, a questão agrária foi bastante debatida no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

---

[5] As transformações operadas na exploração da cana na Zona da Mata Norte (conhecida como «mata seca») repercutiram-se de maneira mais lenta, dado que as usinas tinham uma dimensão menor do que na Zona da Mata Sul («mata húmida») (Andrade 1973).

[6] Para uma discussão acerca da *plantation* como sistema ou modo de produção, do uso deste conceito na história global e da sua aplicabilidade ao contexto brasileiro, v. Wolf e Mintz (2010), Velho (1976), Palmeira (2009 e 1994) e Cardoso (2009); sobre a noção de cativeiro, v., entre outros, Martins (1983), Garcia Jr. (1986) e Woortmann (1990) e sobre os contributos da história agrária da UFRRJ que defendia que a dominação nunca havia sido completa, tendo sempre havido interstícios, desafiando toda uma tradição historiográfica brasileira que procurava ver as formas de vida camponesas como um elemento novo no contexto brasileiro, cf. Welch *et al.* (2009).

> Partindo da realidade, os cientistas e fundações de amparo à pesquisa foram mobilizados a partir dos problemas expostos no campo pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais e das mobilizações dos camponeses e sem--terra. Os estudiosos se dividiram em função do objeto e do método de abordá-lo. Dois grandes grupos se formaram, refletindo os debates da época pré-golpe: um grupo insistiu que a etapa capitalista tivesse chegado ao campo, fazendo o proletariado rural seu objeto de estudo, e outro grupo, inclusive Linhares e Teixeira da Silva, enfatizou a persistência de formas econômicas não capitalistas, instigando pesquisas sobre o campesinato [Welch *et al.* 2009, 31].

Para este debate contribuíram as pesquisas da equipa de antropólogos do PPGAS que se haviam deslocado para a Zona da Mata de Pernambuco, procurando descrever a multiplicidade de vias de transformação dos trabalhadores submetidos à dominação da *plantation* tradicional. Acreditavam que a expulsão dos moradores dos engenhos, ocorrida em meados do século XX, era um processo que implicava «a proletarização dos moradores tradicionais, assim como o crescimento de pequenos produtores independentes enquanto camponeses» (Garcia Jr. 1983, 10). Com efeito, a natureza ambivalente do trabalho nos engenhos e nas usinas de açúcar do Nordeste esteve desde sempre no coração do debate sobre as relações de trabalho na agricultura no Brasil e mesmo sobre a natureza do próprio capitalismo brasileiro (Welch *et al.* 2009, 37). Revelando uma preocupação etnográfica em evidenciar a complexidade e diversidade da realidade social, Moacir Palmeira descreveu *as relações de morada*, que aglutinavam a residência e o trabalho nos engenhos, esmiuçando os vários sentidos e categorias que existiam dentro daquele universo social (Palmeira 1977). Como enunciei no capítulo introdutório, um dos elementos diferenciadores mais importantes entre os vários trabalhadores dos engenhos era a possibilidade de terem, além da casa de morada, *um sítio*, ou seja, um pedaço de terra dentro da área do engenho concedido pelo proprietário, onde poderiam vir a cultivar produtos para a sua subsistência, incluindo lavouras de ciclo longo e árvores de fruto. Tendo surgido na área sul da Zona da Mata a partir da subdivisão por herança das grandes propriedades de terra, *os sítios* constituem ainda hoje um dos modelos culturais camponeses presentes no Nordeste do Brasil (cf. Lacerda de Mello e Correia de Andrade 1960, cits. em Meyer 1979).

Estes trabalhos vieram a integrar-se numa vasta literatura antropológica dedicada ao estudo do campesinato onde se descreve a sua diferenciação social interna com base na posse da terra ou o modo como é assegurada

a reprodução física e social da unidade doméstica camponesa pelo cultivo da terra com recurso ao trabalho familiar. A crítica marxista feita na antropologia dos anos 1960 e 1970, que via as casas *(households)* ou linhagens enquanto unidades de produção e propriedade como a base das relações sociais, permitiu que as relações de propriedade e a mudança social passassem a ser centrais para o estudo antropológico do parentesco (Carsten 2004, 15-16).[7] Este é um contributo importante das monografias etnográficas realizadas na Zona da Mata de Pernambuco durante estas décadas e que vieram a ser publicadas ao longo da década seguinte, nos anos 1980. Não obstante a escassez ou ausência de terra por via da expropriação serem vistas como uma «deterioração de suas condições de existência» (Garcia Jr. 1983, 209), as etnografias de forte inspiração estruturalista realizadas neste contexto acentuavam a importância da terra para estes grupos sociais como mais do que uma condição material de existência. O fim dos engenhos ou a sua transformação em sítios implicavam importantes modificações das lavouras cultivadas, bem como das formas de acesso à terra. Como indica Garcia Jr:

> Muda a própria significação social dos estabelecimentos, sendo o «cultivo de lavouras de subsistência» em larga escala uma das características destes *sítios*. A terra usada para o cultivo de «lavouras de subsistência pelo trabalhador e sua família é designada por *terra de trabalho*. A quebra dos engenhos permite a expansão das terras de trabalho [Garcia Jr. 1983, 35].

Heredia acentua a ligação social do produtor agrícola à terra:

> O que define o pequeno produtor como tal é o trabalho efetuado na terra e, em consequência, a perda da mesma implicaria o seu desaparecimento como categoria social. Ele nasceu ligado à terra e por esse motivo se diz que a terra é a *morada da vida*. Nestas circunstâncias, manifesta-se a própria concepção da família e da necessidade da sua continuidade ligada ao trabalho na terra [Heredia 1979, 150].

Assim, *terra de trabalho* (Garcia Jr. 1983) e *morada da vida* (Heredia 1979) são-nos apresentadas como categorias camponesas estruturantes da identidade social dos pequenos agricultores nordestinos. Ambos os conceitos empíricos passam a partir de então, por um lado, a ser usados como ca-

---

[7] V., entre outros, os trabalhos de Bourdieu (1962), Chayanov (1966), Wolf (1976), Scott (1976), Moura (1978), Pina-Cabral (1989) e Sobral (1999). Sobre este assunto, cf. ainda Woortmann (2001) e Almeida (2007).

tegorias analíticas e, por outro, a ser introduzidos no debate político mais alargado. Mais do que o peso da tradição da estabilidade e das longas genealogias que existiam na Europa camponesa, no Nordeste do Brasil o modo de existir e de produzir camponês foi visto como *uma ideia-valor*, um legado transmitido entre gerações de sitiantes – um saber específico que se produz e reproduz contextualmente (AAVV 2009, 14-16). Influenciados por leituras de Eric Wolf, Sidney Mintz e Maurice Godelier, mas também de Alexander Chayanov e Teodor Shanin, estes antropólogos do *grupo do Rio* procuravam compreender de que maneira se dava a articulação que consideravam existir entre os diferentes modos de produção, capitalista e camponês, ainda que este último pudesse estar subordinado ao primeiro. Contribuíram, deste modo, para a identificação de novos processos sociais em curso e para a discussão de conceitos e categorias analíticas sustentados na perspectiva da mudança social.

Além dos cursos de pós-graduação e da orientação dos jovens investigadores, a realização de projectos colectivos de pesquisa (coordenados primeiro por Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis e depois por Moacir Palmeira e Otávio Velho), entre os quais se contam as pesquisas sobre a Zona da Mata de Pernambuco, impulsionou o ensino e a pesquisa em antropologia, propiciando o desdobramento de outros projectos em que se valorizava o trabalho de campo etnográfico, influenciando outros centros institucionais e possibilitando a vinculação da etnologia com a temática rural, o que resultou num avolumar de trabalhos dedicados ao estudo do campesinato (Palmeira 1994; Lopes 1999).

Para além destes trabalhos relativos aos grupos sociais dos moradores, foreiros e pequenos produtores agrícolas mais relacionados com a terra, outros trabalhos realizados pelo *grupo do Rio* contribuíram para uma caracterização sociológica e antropológica da Zona da Mata de Pernambuco. Através das suas etnografias, pretendiam especificar as condições sociais e históricas de ocorrência de cada itinerário singular, levando a que, por exemplo, um morador viesse a transformar-se em pequeno negociante de feira (Garcia Jr. 2002, 65). Analisando as feiras, que rapidamente cresciam na Zona da Mata com a expansão da actividade mercantil dos agricultores e das suas redes e circuitos de comercialização, os trabalhos de Moacir Palmeira e de Marie France Garcia evidenciaram a existência de laços de dívida que se estabeleciam entre feirantes, trabalhadores da cana e senhores-de-engenho (cf. Garcia-Parpet 2009). Ao passo que Roberto Ringuelet (1977) e, um pouco mais tarde, Garcia Jr. (1989) estudaram a migração temporária daqueles que se deslocavam das suas terras no interior de Pernambuco e da Paraíba para a Zona da Mata por alturas da safra, os traba-

lhos de José Sérgio Leite Lopes (1976), em contexto industrial sobre os operários das usinas de açúcar, e de Rosilene Alvim (1997), dedicado às famílias dos trabalhadores das fábricas de tecidos na proximidade do Recife, deram conta de um processo em curso de «imobilização» de pessoas nas fábricas e vilas operárias onde os trabalhadores sazonais solteiros se vinham a fixar à medida que se casavam e constituíam família. Por sua vez, «com a expulsão dos engenhos, agravou-se a morada [...] e a mobilidade entre engenhos por parte dos trabalhadores que circulavam por onde lhes dessem melhores condições ficou muito difícil, não tendo outro recurso senão ir morar para a *rua*»[8] (Sigaud 1977).

Depois de realizar a sua tese de mestrado, Lygia Sigaud prosseguiu a investigação sobre os *trabalhadores de ponta de rua*, como são conhecidos os antigos moradores que haviam sido expulsos e passado a residir nas cidades da Zona da Mata. Acompanhando de perto a constituição deste proletariado rural nordestino com trabalhadores assalariados da cana, naquele que viria a ser tido como um dos períodos políticos e sociais mais conturbados da ditadura militar, Sigaud veio a escrever acerca das representações sobre o passado e a forma como *os direitos* foram concebidos pelos trabalhadores rurais enquanto dádiva e não resultado da sua luta social e especificamente laboral (Sigaud 1977). Noutros trabalhos de referência, Sigaud reflectiu sobre as condições em que se processavam as expulsões dos moradores das terras e as novas formas de trabalho na cana que lhes sucederam (Sigaud 1979) e analisou a histórica greve dos canavieiros de 1979, aproveitando o facto de se encontrar em campo nesse período (Sigaud 1980). Mais recentemente, tanto através de investigação própria como da participação em projectos de etnografia colectiva ou pela orientação da investigação de alunos de pós-graduação, o contributo de Sigaud foi imprescindível para a compreensão das reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores rurais – a estrutura política mais disseminada na região – e de outros movimentos sociais que realizaram inúmeras ocupações de terra, como o Mst, transformando este contexto regional e esta fase histórica marcantes na luta pela reforma agrária no Brasil (Sigaud 2000; Rosa 2004b; Sigaud e L'Estoile 2006; Sigaud *et al.* 2008).

---

[8] Neste contexto, a expressão «rua» significa cidade, sendo que «morar na rua» faz referência àquele que habita em contexto urbano e não à condição de sem abrigo ou sem tecto. Do mesmo modo, «ponta de rua» refere-se aos bairros residenciais que foram crescendo a partir da década de 1950 de forma espontânea e sem planeamento urbanístico, muitas vezes em áreas limítrofes de grande inclinação nas periferias das cidades da Zona da Mata.

Com efeito, as ocupações de terra que se sucederam abundantemente no decorrer da década de 1990 por via da realização de *acampamentos* transformaram-se no *modus operandi* particular da reforma agrária brasileira (Sigaud *et al.* 2010). Elas posicionaram-se no centro das preocupações académicas, que, desde então, têm vindo a estar mais sensíveis às novas formas de enraizamento espacial, social e cultural das populações rurais pobres (Garcia Jr. 2002). Estes temas viriam a desenvolver-se noutros conceitos e categorias analíticas e a ter influência na concepção de políticas públicas nacionais e locais dirigidas, designadamente, à agricultura familiar, sustentabilidade e soberania alimentar, reconversão produtiva e identitária.[9]

Do mesmo modo que as décadas anteriores haviam colocado o campesinato no centro do debate, a *agricultura familiar* tornou-se desde então um novo actor do cenário político, económico e cultural do Brasil, juntamente com outras categorias derivadas de processos de autodefinição e de construção de identidades colectivas objectivadas em movimentos sociais (Garcia Jr. 2002; Wanderley 2009; Almeida 2010).

De facto, mais do que a ênfase nas lutas, tensões e conflitos, este corpo de estudos coloca um enfoque sobre as relações sociais dos meios rurais brasileiros e, especificamente, na Zona da Mata de Pernambuco, trazendo uma perspectiva temporal mais longa e menos centrada no período colonial e escravocrata e nos padrões e continuidades que marcaram a região na transição para o século XX (cf. Freyre 2001). A partir da década de 1970, esta nova perspectiva permite perceber como o acesso e o uso da terra têm sido preocupações constantes da população local, que estavam já no centro das relações sociais estabelecidas pela morada. Os trabalhos realizados sobretudo depois da Constituição de 1988 caracterizam assim a reforma agrária como um veículo para as reivindicações políticas sobre a terra, que anteriormente haviam sido canalizadas pelos direitos laborais. Nas secções seguintes desenvolverei a forma como se deu esse processo, rebatendo a ideia de que se trata de questão exógena à região ou uma reivindicação trazida por um movimento social externo ao con-

---

[9] Referimo-nos, especificamente, aos trabalhos desenvolvidos pela sociologia rural do Nordeste, no âmbito do Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural, da UFPE (cf., designadamente, Wanderley 2000, 2004 e 2009 e Gomes 2006). Vários outros autores têm-se dedicado ao estudo dos meios rurais brasileiros e, a este propósito, não podemos deixar de referir a importante colecção relativa à *História Social do Campesinato no Brasil*, editada pela UNESP (com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário) e onde se encontram, entre um grande leque de textos clássicos das ciências sociais e humanas brasileiras, muitos trabalhos dedicados ao contexto nordestino (cf., entre outros, Welch *et al.* 2009).

texto em busca de aproveitamento político no período da democratização, mas de uma manifestação política de longo termo integrante da história social das populações envolvidas.

## As lutas sociais no campo e o campo de acção dos académicos

Recuamos agora ao período em que a morada nos engenhos caracterizava a região. O fim da década de 1950 e inícios dos anos 1960 foram uma altura de intensa luta política entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terras, que na Zona da Mata de Pernambuco eram, respectivamente, os foreiros e moradores de engenho, por oposição aos fazendeiros e senhores-de-engenho. Foi nesse período anterior ao golpe de 1964, que viria a instituir a ditadura militar, que as ligas camponesas se revelaram uma das forças políticas centrais na luta pelas reformas sociais no Brasil, entre as quais a reforma agrária (Menezes 2002, 26).[10] É reconhecida a sua acção determinante no sentido de as populações rurais se tornarem beneficiárias efectivas da ordem jurídica (Garcia Jr. 2002, 54). A recusa do aumento abusivo do valor do foro e da exigência de trabalho não remunerado através do *cambão* foi uma reivindicação levada a cabo nos tribunais pelos foreiros, que eram em grande parte a base de sustentação das ligas e que viam num advogado, Francisco Julião, o seu representante competente. Assim, as práticas judiciais que recorriam, nomeadamente, ao Código Civil antecederam as decisões parlamentares de aprovação de nova legislação «trabalhista» (cf. Garcia Jr. 2002).

Depois de as ligas camponesas terem sido reprimidas e os seus líderes presos ou exilados, as disputas entre foreiros e grandes proprietários atingiram toda a região canavieira, passando o movimento social dos trabalhadores a ter nos moradores desta região um seu componente fundamental, então estruturado em torno dos sindicatos dos trabalhadores rurais (Garcia Jr. 1983). As décadas de 1950 e 1960 tinham-se caracterizado por uma grande mudança na estrutura de produção dos engenhos de açúcar, cuja lucratividade decaiu e que pararam de moer, tendo sido consequentemente vendidos, abandonados ou alugados (Andrade 1973). Com a discussão de nova legislação, muitos dos proprietários venderam

---

[10] Sobre a oposição que foi crescendo gradualmente entre as ligas camponesas, conotadas com os grupos de esquerda genericamente vistos como comunistas, que estavam mais investidas na reforma agrária, e os sindicatos de trabalhadores rurais, mais ligados à Igreja Católica, que visavam prioritariamente a regulamentação das condições de trabalho no campo, cf. Rosa (2004a).

as suas terras, livrando-se dos encargos com os direitos laborais dos seus trabalhadores (Heredia 1979, 34). Esta situação acarretou então a expulsão dos seus moradores e a segmentação dos trabalhadores canavieiros em dois tipos: aqueles que se encontravam numa situação laboral legal, com *carteira assinada (os fichados),* e aqueles que, não tendo *carteira*, trabalhavam ilegalmente *(os clandestinos)* (Sigaud 1979).

A disseminação do uso da legislação laboral em favor dos «camponeses» ou «trabalhadores rurais» aconteceu só mais tarde, com o crescimento da mobilização camponesa. Primeiro, a partir das ligações com a Igreja Católica e com o Partido Comunista e, depois, com a criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais de âmbito municipal e das suas estruturas organizativas de nível estadual e nacional, como a Fetape e a Contag,[11] o movimento de mobilização camponesa assumiu grandes proporções, atingindo o seu auge em 1963, com o governo de Miguel Arraes no estado de Pernambuco, que se tornou a capital da contestação política no Nordeste. Nesse momento, o eixo de acção do movimento camponês deixou de ser a garantia dos foreiros contra a expulsão da terra que ocupavam, passando principalmente a regular contratualmente o trabalho dos moradores dentro da grande plantação canavieira. Assim foi com o pagamento do salário mínimo e do mês de férias, a concessão de repouso semanal, dos benefícios ligados à previdência social e à indemnização pela saída da propriedade. Por isso, ainda hoje os pequenos agricultores da região, ou *trabalhadores rurais*, como se identificam, associam *os direitos* ao governo e, especificamente, à figura quase mítica de Miguel Arraes, que teve grande influência na grande massa de população assalariada da Zona da Mata (cf. Sigaud 1972 e 1979).

Os sindicatos vieram a ganhar muito poder nesta luta pela aplicação da legislação existente e pela institucionalização das formas que a garantiam (Garcia Jr. 1983, 50). Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural,[12] em 1963, a nova legislação foi rapidamente aplicada a toda a Zona da Mata de Pernambuco, justamente devido às condições políticas que o movimento social dos trabalhadores do campo, estruturado em

---

[11] A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi, no momento da sua criação, «o único órgão nacional de representação dos trabalhadores rurais, ao qual estariam filiadas as federações estaduais (como a Fetape, por exemplo), que, por sua vez, congregavam os sindicatos municipais» (Rosa 2004a, 476). Segundo a própria Contag, ela é actualmente a maior estrutura sindical rural, representando 15 milhões de trabalhadores rurais organizados em 3630 STR (uma grande parte dos quais no Nordeste) (cf. Ricci 2009, 330).

[12] Lei n.º 4214, de 2 de Março de 1963 – *Estatuto do Trabalhador Rural.*

sindicatos, tinha vindo a conquistar. Ao abrigo da nova lei, estas organizações passam a ser legais, o que permitiu à classe camponesa da Zona da Mata actuar com eficácia (Furtado 1964, 148-149; Garcia Jr. 1983, 50). No entanto, «os direitos» marcam também o tempo em que «os patrões ficaram ruins», tendo sido rompida a relação pessoal que se estabelecia entre morador e proprietário. Além da expulsão dos moradores ou da não aceitação de novas famílias de moradores nos engenhos, também os lotes de terra disponíveis para *botar roçado* foram reduzidos, o plantio de árvores proibido e a criação de animais restrita (Sigaud 1977; Garcia Jr. 1983, 54). De acordo com Garcia Júnior, esta situação foi particularmente sentida nas regiões de transição entre a Zona da Mata e o Agreste, onde a maior parte das quezílias que envolviam os pequenos proprietários e foreiros estavam ligadas à posse da terra e onde as condições para a emergência do campesinato recentemente criadas decorriam da decadência das grandes propriedades, diferentemente das áreas de influência dos engenhos ou usinas (1983, 51).

Apesar das conquistas pontuais ganhas neste período pelos trabalhadores, a partir de 1964 também o movimento camponês foi perseguido pelo regime da ditadura militar, que entretanto se havia instalado, através de uma forte repressão, da prisão e exílio de muitos dos seus dirigentes. Enquanto instrumentos de reivindicação dos trabalhadores, os sindicatos rurais sobreviveram à repressão, dado que a principal condição estrutural não se havia alterado: a oposição entre trabalhadores e proprietários da terra (Palmeira 2009; Sigaud 1980). Perante a inexistência de um estado democrático, o poder dos sindicatos residia na multiplicação dos conflitos judiciais relativos às condições de trabalho, reivindicando a aplicação da lei laboral ao meio rural e, através da Contag, da transformação da questão agrária em questão política nacional.[13] Em 1972, com a implantação do Funrural por parte do governo militar, os STR foram obrigados a intermediar a atribuição das aposentadorias aos agricultores e a tratar dos processos relativos às suas pensões de invalidez e atendimento médico, o que veio a sobrecarregar estas estruturas que perderam alguma capacidade de resposta às questões dos trabalhadores e posseiros (Garcia Jr. e Leite 2002, 24). No entanto, muita da sua implementação mantém-se disseminada pelas áreas rurais do interior do estado de Pernambuco,

[13] Num «processo de sociogénese institucional ou corporativa, as demandas por reforma agrária, apesar de presentes nas principais resoluções da Confederação, como pano de fundo de todos os seus manifestos e publicações, deixaram, gradativamente, de ser uma prioridade prática dos sindicalistas rurais» (Rosa 2004a, 476).

precisamente devido a estas funções que ainda hoje os sindicatos rurais realizam e que são de extrema relevância para o acesso das populações rurais pobres aos serviços fornecidos pelo Estado central.

Tendo sido alvo de contínua repressão depois do golpe, a mobilização em torno da justiça do trabalho em Pernambuco desembocou na famosa greve dos trabalhadores canavieiros de 1979.[14] Além de todas as questões estritamente laborais que vieram a ser acordadas com os patrões nas campanhas salariais anuais e na convenções colectivas de trabalho, havia um aspecto interessante na pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais. Exigiam que a cada trabalhador que contasse mais de um ano de trabalho fosse atribuída uma área de até 2 ha, localizados nas proximidades da sua residência, destinada à plantação e livre criação de animais necessárias à subsistência da sua família. Esse requisito ia ao encontro daquelas que haviam sido as regras da morada no tempo em que os engenhos compunham a estrutura produtiva, social e política predominante na Zona da Mata (Palmeira 2009a), mas lutavam agora para transformar em direito aquilo que até então havia sido apenas uma concessão do senhor (Sigaud 1980, 44-45).

Com a entrada em vigor do Estatuto da Terra,[15] em finais de 1964, haviam-se reconhecido os direitos de posse da terra a quem nela morasse e trabalhasse continuamente por mais de um ano. Em 1965 foi aprovado pelo governo militar um decreto que viria a ser conhecido como a Lei do Sítio[16] e ia exactamente no sentido da atribuição do *sítio* tal como era exigido pelos trabalhadores rurais. Apesar de o reconhecimento formal ter sido feito no regime militar, esta lei veio num momento em que a expulsão em massa dos moradores dos engenhos era já um processo em curso que se consolidaria nas décadas de 1970 e 1980 (cf. Palmeira 2009, 180). Mais tarde, com o retomar das lutas colectivas a partir de 1979, «o estabelecimento dessa meta para o movimento sindical fora reforçado pela confirmação da justeza da fórmula, bem da sua verificação através do que poderia ser considerado como um jogo de espelhos entre intelectuais e sindicalistas» (Dabat 2007, 84). Tal foi o caso da equipa de estudantes e professores do Museu Nacional, sob a liderança de Moacir

---

[14] No início do período da safra, em Outubro de 1979, cerca de 20 000 trabalhadores organizados em sindicatos pararam de trabalhar e cerca de 100 000 ameaçavam juntar-se à greve. No ano seguinte, a greve mobilizou 240 000 trabalhadores da agro-indústria canavieira e generalizou-se pelos outros estados do Nordeste (cf. Sigaud 2009).

[15] Lei n.º 4504, de 30 de Novembro de 1964 – *Estatuto da Terra.*

[16] Decreto executivo n.º 57 020, de 11 de Outubro de 1965 – sobre a concessão de terra ao trabalhador da lavoura canavieira.

Palmeira, que iam a Pernambuco prestar solidariedade e assistência concreta a cada campanha salarial dos trabalhadores da cana (id., *ibid.*). Assim, o Estatuto da Terra manteve-se como referência na luta do movimento sindical rural e tornou-se uma «arma poderosa nas negociações de classe entre senhores-de-engenho e canavieiros» (Welch 2009, 37). Apesar de ter sido visto como uma estratégia para tranquilizar ambas as partes envolvidas[17] e de as políticas não terem sido implementadas, o texto da lei foi importante para resolver casos particulares de foreiros e rendeiros e um instrumento jurídico no qual os movimentos sociais apoiaram as suas lutas em favor da reforma agrária:

> [O Estatuto da Terra] «abriu um espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Neste sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas – a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização, são exemplos –, a nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada» [Palmeira 1989, 95].

Nos últimos anos da ditadura militar no Brasil, as reivindicações de terra multiplicavam-se por parte do movimento sindical, dos grupos indígenas e sem terra, a passo com os movimentos políticos pela redemocratização. Constituíram-se então novos movimentos sociais cujas reivindicações se prendiam com a questão agrária, nomeadamente o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (Mst), que surgiu no Paraná em 1984, depois de ocupações de terras em vários estados do Sul. Publicados em livro ao longo da década de 1980, os trabalhos de investigação realizados pelos antropólogos do PPGAS nestas áreas de conflito social, como era a Zona da Mata de Pernambuco, ganharam importância política crescente, na medida em que chamavam a atenção para alguns temas periclitantes da realidade social. Ao seleccionar determinado objecto de estudo, dando-lhe luz, estariam a torná-lo público, denunciando-o e, assim, contribuindo para a tentativa da sua resolução.

A denúncia das condições de vida já não se ficava então pela denúncia dos mecanismos de dominação por parte dos grandes proprietários, mas também da enorme envergadura da repressão durante os últimos anos

[17] De acordo com o estudo sobre o processo de elaboração e debate do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) realizado recentemente com vários dos intervenientes políticos e académicos de então, na sua época o Estatuto da Terra foi visto pelos trabalhadores como «força de alteração da estrutura fundiária e força de conservação do *status quo* na interpretação dos proprietários rurais» (Carvalho 2009, 11).

da ditadura, que aconteceu em especial no campo (cf. Carneiro e Cioccari 2011). É neste sentido também que a valorização da pesquisa etnográfica e a ênfase no trabalho de terreno enquanto proposta científica dos antropólogos do *grupo do Rio* são contributos decisivos da antropologia social no Museu Nacional no âmbito das ciências sociais brasileiras. O envolvimento destes académicos com os temas que abordavam era visto por eles como um compromisso, no qual era importante ouvir as histórias das pessoas, dando-lhes voz. Necessariamente, em contextos de mobilizações políticas relativamente clandestinas como as greves dos anos 1980 e as ocupações de terra da década seguinte, a sua relação com os interlocutores exigia uma relação de confiança acrescida, o que apenas seria conseguido com um investimento por parte do pesquisador que fosse além do inquérito rápido e do encontro fortuito. Para além da continuidade com o terreno que muitos destes antropólogos foram sustentando ao longo de vários anos, enriquecendo e diversificando as suas análises, as metodologias de investigação seguidas por este grupo passavam pela comparação regional, integrando o que os próprios designam como abordagens colectivas e colaborativas.[18] Como recorda Garcia Júnior, referindo-se à época inicial do PPGAS, a solidariedade entre professores e aprendizes, acusados de actos subversivos, ocorria simultaneamente em todos os planos da vida quotidiana, suscitando engajamentos pessoais que ultrapassavam as simples considerações sobre carreiras profissionais finalmente abertas (Garcia Jr. 2009, 431).

Além da sua produção propriamente académica, muitos destes cientistas sociais estavam envolvidos politicamente nos acontecimentos. Participando em instituições onde se construía profissionalmente o conhecimento académico, «muitos autores superaram o ensaísmo e, devedores dos parâmetros teóricos e metodológicos norteados pela reflexão contextualmente possível nos campos académico e político», enfatizavam a diversidade das realidades sociais, criando novas unidades de análise, que se tornavam elas próprias politicamente operativas (Neves 2008, 305). Nesta medida, o campo de acção dos académicos estendia-se através da participação em debates, da redacção de relatórios relativos às temáticas que investigavam – fossem elas mais dedicadas à questão agrária, laboral

[18] Sobre essa particularidade, v., nomeadamente, o projecto realizado durante a década de 1970 que levaria os jovens investigadores do PPGAS no início de carreira à Zona da Mata de Pernambuco (Palmeira *et al.* 1978) e uma reflexão acerca da relação entre as condições sociais de produção de conhecimento levado a cabo na região ao longo de três décadas e propriamente o conhecimento que foi produzido nessas condições (Sigaud 2008).

ou indígena – e da sua presença em vários órgãos de decisão ligados à definição de políticas públicas: Assembleia Nacional Constituinte, INCRA, Mirad ou Funai.

Tomemos o caso de Moacir Palmeira, desde cedo professor e pesquisador do PPGAS, que se envolveu em várias instituições ligadas às lutas sociais, tendo sido assessor da Contag entre 1978 e 1980. Esta foi a altura em que a acção sindical se havia tornado mais agressiva, o que aconteceu depois do 3.° Congresso da Contag, realizado em 1979, um ano de charneira na luta pela terra e na priorização da reforma agrária (Garcia Jr. 1988). Mantendo-se como consultor desta grande central sindical até 1987, Moacir Palmeira foi então indicado pela Contag, juntamente com a ABRA, para a direcção de recursos fundiários do INCRA (Carvalho 2009, 51). Durante um ano, entre 1985 e 1986, Palmeira envolveu-se na definição de estratégias de acção e dirigiu o posto onde transitavam todos os processos administrativos de desapropriação de terras e de regularização fundiária. Segundo o próprio, não tendo estado nesses órgãos com pretensões académicas, considera ter contribuído para «a renovação da linguagem sindical e, de algum modo, para o arejamento da linguagem e das concepções dos agraristas» (Palmeira 1994, 35). O seu contributo para as ciências sociais e políticas foi igualmente marcado por esta sua participação em órgãos de decisão política, na medida em que ela delineou o seu foco analítico, que se estende ao longo do vastíssimo percurso de investigação. Tal como outros investigadores que deram início à *escola do PPGAS*, Palmeira continua, directa ou indirectamente, a contribuir para os estudos da região canavieira de Pernambuco, designadamente através da orientação de teses dos seus alunos.[19]

Depois de os militares deixarem o poder, em 1985, foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), um ministério de transição política que propôs o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da nova República. Essa foi uma época em que os

---

[19] Refira-se ainda que, recentemente, Moacir Palmeira coordenou o projecto «Memória camponesa», de recolha de registos visuais e sonoros dos depoimentos de líderes e militantes das lutas camponesas no período anterior a 1964 e de resistência ao regime militar. Em Dezembro de 2012 Moacir Palmeira doou um acervo reunido por si durante o período em que «atuou» como assessor da Contag para a secção de memória e arquivo do Museu Nacional da UFRJ (SEMEAR/MN/UFRJ). Por sua vez, em 2002 Lygia Sigaud trouxe para o espaço do Museu Nacional a exposição «Lonas e bandeiras em terras pernambucanas», integrada no projecto de investigação etnográfica colectiva coordenado por ela, no qual participaram também alunos e investigadores de outras instituições, nomeadamente francesas (país onde a exposição havia sido organizada previamente pela mão de Benoît de L'Estoile).

conflitos agrários cresceram e vários antropólogos vieram a trabalhar no ministério até este ter sido extinto, em 1988. De acordo com Alfredo Wagner Almeida, foi no âmbito do Mirad que se iniciou a reflexão acerca da regularização fundiária, debatendo a categoria de *imóvel rural* e equacionando outras formas de ocupação e posse da terra fora dos espartilhos do modelo neoliberal da propriedade privada que levavam em conta factores identitários e culturais e que precisavam de reconhecimento jurídico-formal (Almeida 2010, 33). Foi este esforço crítico exercido também por antropólogos que permitiu que mais tarde se viesse a consagrar na legislação nacional brasileira a diversidade de ocupações das comunidades tradicionais no território brasileiro. De facto, a Constituição de 1988 criou condições de reconhecimento por parte do Estado de novas identidades colectivas, como os grupos quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, tornando possíveis as suas reivindicações e favorecendo a diversidade social e o pluralismo jurídico na concepção nacional (Almeida 2010, 36).

Ao descrever a relação entre os trabalhos realizados na Zona da Mata de Pernambuco pelos antropólogos do PPGAS e o contexto institucional, social e político com o qual se envolveram quis transpor para a própria revisão do estado da arte nos estudos da Zona da Mata esse entrelaçamento complexo entre a academia e o desenrolar do processo social e político que ocorreu entre a década de 1960 e a actualidade. Esse percurso mostra também a estreita relação entre o contexto histórico e o intelectual na origem dos movimentos sociais que concretizaram a reforma agrária na década de 1990. Essa foi a altura em que os conflitos fundiários estiveram mais acesos e ocorreram na sua grande maioria as ocupações de terras que dariam origem aos assentamentos rurais. De seguida, farei uma breve caracterização da forma como a reforma agrária foi posta em prática na região a partir da entrada em vigor da nova Constituição brasileira, em 1988.

## A reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco

Reportando-se a uma estrutura agrária historicamente caracterizada pela predominância do latifúndio [20] e a profunda concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, a reforma agrária brasileira, ainda que

---

[20] Do ponto de vista administrativo, no Brasil o latifúndio é um imóvel rural cuja área supera seiscentas vezes a área do *módulo rural*. Definido no Estatuto da Terra como «a área necessária a um tipo de exploração para garantir à família subsistência e progesso

prevista na década de 1960, não passava então de um conjunto de leis que visavam a melhor distribuição da terra, com a emissão do Estatuto da Terra, a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária e a criação do INCRA.[21] No seu artigo 1.°, o Estatuto da Terra definia nos seguintes termos a proposta:

> § 1.° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Nesta regulamentação realizada em 1964, as desapropriações de terra passaram a poder ser pagas com recurso à emissão de títulos de dívida agrária (TDA), em vez do pagamento pecuniário directo aos proprietários, como ditava até então a Constituição de 1946 (Garcia Jr. e Leite 2002, 21-22). Este aspecto viria a facilitar o curso administrativo e político que permitia o funcionamento de tal processo, mas não a sua verdadeira operacionalização. Contudo, se a Constituição não foi tão favorável à reforma agrária quanto era o Estatuto da Terra, a grande mobilização em torno da questão da reforma agrária da década de 1960 levou a que houvesse alguma regulamentação favorável que mais tarde viabilizou o seu alargamento de escala (id., *ibid*., 29). Com a herança perpetuada do sistema colonial ao longo dos séculos XIX e XX, também o governo militar havia mantido a ênfase na política de exportações de bens primários, reforçando assim o poder do latifúndio. Os sucessivos modelos económicos que impediram a ocupação e uso da terra por uma grande parte da população estavam na base da crescente reivindicação pela reforma agrária. Na década de 1970, a criação da CPT e a denúncia realizada por alguns bispos da Igreja Católica (nomeadamente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) sobre as condições de vida dos trabalhadores do campo, o crescimento das organizações dos trabalhadores rurais assalariados em sindicatos e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais

---

econômico e social», o *módulo rural* é indissociável do conceito de *propriedade familiar* (cf. Bruno 1995). De acordo com a Instrução Normativa n.º 11 (de 4 de Abril de 2003), a definição da extensão a que corresponde cada *módulo fiscal* (como se passou a designar o *módulo rural*) municipal é feita pelo INCRA e varia de acordo com a tipologia da terra, o clima e o ecossistema da região. Assim, na Zona da Mata um módulo fiscal tem cerca de 20 ha, ao passo que no Sertão a sua dimensão pode chegar aos 70 ha.

[21] Criado em finais da década de 1960, o INCRA resulta da fusão de dois órgãos fundados em 1964 com o Estatuto da Terra: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), com funções de zoneamento e cadastro fundiário, e o INDA (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário), mais dedicado ao desenvolvimento rural.

sem Terra (Mst) conjugaram-se, avançando com um modelo que a Constituição de 1988 acabaria por formalizar.

Expressando as *demandas* dos vários movimentos sociais que surgiram a partir de finais da década de 1970, a Constituição federal brasileira de 1988 estabeleceu a propriedade como um bem de interesse social (item XXIII do artigo 5.º), atribuindo competências à União para desapropriar para fins de reforma agrária os imóveis rurais que não cumprissem a sua «função social». É no artigo 186.º que se estabelecem os requisitos que a propriedade rural deve simultaneamente atender de forma a cumprir a função social da terra. São os seguintes:

1) Aproveitamento racional e adequado;
2) Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
3) Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
4) Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Este princípio colocou em causa o carácter absoluto do direito de propriedade, consagrado no ordenamento jurídico brasileiro desde 1850, com a Lei de Terras, que reformulou então a estrutura fundiária do país, pretendendo diferenciar as terras públicas das privadas.[22] Com a nova Constituição, a existência de um latifúndio improdutivo, guardado como reserva de valor, deixou de ser reconhecido por lei como propriedade, passando a ser necessário que, para tal, a terra desempenhasse a sua «função social». Desta feita, a verdadeira inovação de 1988 foi a de providenciar que as propriedades que não cumprissem as determinações referidas acima pudessem, a partir de então, vir a ser desapropriadas para fins de reforma agrária:

> Em 1993, o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracterizava o não cumprimento da função social da propriedade,

[22] Na transição do trabalho escravo para o livre, a Lei de Terras foi, de acordo com alguns autores, um marco no processo de implementação do capitalismo no Brasil, retirando qualquer possibilidade de os trabalhadores virem a ser proprietários, dado que impossibilitava o acesso à terra por meios que não fossem a sua compra (Martins 2010; Dabat 2007). Para a historiadora Márcia Motta, apesar do registo obrigatório das terras que, já ocupadas, derivassem das antigas sesmarias ou simplesmente da sua apropriação ao longo do tempo, a Lei de Terras não foi, contudo, capaz de pôr fim à acção dos grandes fazendeiros, que continuaram a ocupar terras devolutas pertencentes ao Estado, alegando o direito de posse, mas recusando-se a registá-las e impedindo assim a consolidação dos pequenos posseiros pobres (Motta 1998).

> caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação. As ocupações generalizaram-se em todo o país, promovidas não apenas pelo Mst, mas também pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações. Nesse período, o INCRA, que até então tinha uma atuação modesta, começou a desapropriar as terras ocupadas e a redistribuí-las entre os acampados, tornando-os parceleiros, isto é, titulares de uma parcela de terra. As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado. Daí poder-se falar de um facto novo [Sigaud 2005, 256].

Na Zona da Mata de Pernambuco, a luta pela reforma agrária começou a ter expressão significativa na década de 1990, justamente nas zonas que sofreram mais com a chamada *crise das usinas* e onde a acção dos sindicatos tinha historicamente mais influência (Rosa 2004b; Menezes 2004). Devido à quebra da produtividade e dos recorrentes apoios governamentais atribuídos aos produtores, esta crise havia assolado a região canavieira a partir da segunda metade da década de 1980 e seguinte (Leite *et al.* 2004). Depois do processo de industrialização da agricultura, que acarretou um aumento da concentração dos meios de produção, nomeadamente da terra, e do poder das oligarquias rurais, em detrimento dos pequenos produtores e assalariados rurais, no período seguinte sucederam-se inúmeras falências que resultaram directamente em milhares de despedimentos e deixaram a maior parte da população da Zona da Mata sujeita às condições de trabalho precário resultantes das flutuações do mercado e da má gestão dos proprietários. Com a abertura democrática no Brasil, esta situação pôde ser enfrentada e foi activamente transformada através das *ocupações de terra*, que se tornaram a forma de actuação privilegiada dos movimentos sociais existentes no mundo rural (cf. Sigaud 2000 e 2005). Assim, começaram a realizar-se *acampamentos* de grupos de pessoas organizadas em propriedades que consideravam ser apropriadas para a reforma agrária.

Com uma história de mobilização assinalável na região da Zona da Mata de Pernambuco, os sindicatos dos trabalhadores rurais eram, à data, estruturas muito representadas nesta região de Pernambuco e continuam hoje em dia a assumir, neste contexto, um papel central na negociação e vistoria das condições dos trabalhadores assalariados da cana, assim como na sua assistência social, técnica e jurídica (especialmente no âmbito da saúde, aposentação e acesso ao crédito), característica que lhes confere uma série de outras inserções institucionais e políticas tanto a nível local como regional e nacional. No tocante à reforma agrária, a acção de Mi-

guel Arraes, ao privilegiar os sindicatos em detrimento de qualquer outro *movimento* que se apresentasse como interlocutor político, foi determinante na consolidação destas estruturas políticas *de base*.[23] De conflitos especificamente laborais que se tornaram recorrentes no quotidiano da Zona da Mata depois do *fim da morada*, os STR passaram à reivindicação de terras e adoptaram modelos de intervenção política que o Mst levou para a região. Referimo-nos especificamente aos acampamentos, mas também aos mecanismos de recrutamento para os acampamentos, de construção de barracas de madeira e lona preta e das estratégias de comunicação com o INCRA, como a própria *forma movimento* enquanto modalidade específica de organização social que favoreceu a constituição de uma relação legítima e singular entre o Estado e aqueles que reclamam a realização da reforma agrária (Sigaud 2000; Rosa 2004b e 2009; Sigaud *et al.* 2010).

Assim, primeiro, com a chegada do Mst do Sul do país e, depois, com a adopção da reivindicação da reforma agrária por parte da Fetape, as ocupações de terras disseminaram-se rapidamente na Zona da Mata de Pernambuco. Desde os anos 1990, a região tornou-se o principal foco das ocupações de terra de todo o país (Sigaud 2000; Rosa 2004b; Menezes 2004). Segundo o II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco (INCRA 2004), a Zona da Mata tinha, em 2003, a maior concentração de reivindicações de terras de toda a área de actuação da delegação regional do INCRA (SR03/PE), contando com 237 dos 500 processos que tinham entrado pela mão dos *movimentos* só naquela área de intervenção. Além destes intervenientes já referidos, a SR03/PE registava, em 2003, a existência de mais oito *movimentos* com quem estabelecia diálogo institucional, entre eles: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), constituída em Pernambuco desde 1988 (CPT – Nordeste II), que tem vindo a realizar nesta região algumas ocupações de terra,[24] embora continue a manter um papel muito relevante no registo e denúncia dos conflitos relacionados com a terra por todo o Brasil; o Movimento de Libertação dos sem Terra (MLST), inicialmente ligado ao Mst nacional e que se estendeu depois a outros estados; o Movimento dos Trabalhadores (MT), ligado

[23] De facto, a própria capacidade de implementação do Mst em Pernambuco está muito marcada por esta relação que estabeleceu com os sindicatos (cf. Rosa 2004b).

[24] Entre as quais aquela que viria a dar origem ao assentamento Pitanga, um dos primeiros a realizar-se no estado de Pernambuco e que se localiza na proximidade da região metropolitana do Recife (Thorlby 1992; Wanderley 2003), e sobre uma intervenção mais recente da CPT na Região Norte da Zona da Mata de Pernambuco, v. Figurelli (2007).

ao PT, que privilegiava as áreas em que os intervenientes fossem já moradores e a intervenção pela assistência técnica e que mais tarde se transformaria no Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); o Movimento dos Trabalhadores Brasileiros (MTB), um movimento muito pequeno, que teve uma actuação pontual na região mais próxima de Alagoas; dois pequenos movimentos que surgiram na cidade de Amaragi, o Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil (MTRUB) e o Movimento dos Trabalhadores Brasileiros sem Terra (MTBST), e ainda a Organização de Luta no Campo (OLC), que resultou de uma dissidência com a Fetape (cf. Rosa 2004b).[25]

Nos últimos anos alguns autores têm demonstrado como, enquanto mecanismo formal e efectivo de *luta pela reforma agrária*, as ocupações de terras foram sendo absorvidas lentamente pelo sindicalismo e pelos órgãos estatais e federais (Sigaud 2000 e 2005; Rosa 2009). Elas tornaram-se o *modus operandi* da *luta* por parte dos movimentos sociais do campo e materializaram-se de uma forma muito particular no espaço. Sempre identificados pela bandeira do *movimento* que mobilizou o grupo,[26] os acampamentos de precárias barracas de taipa e lona preta eram habitualmente instalados dentro do engenho requerido ou numa área próxima,[27] frequentemente à beira das estradas, ficando por isso muito visíveis tanto para os envolvidos como para todos quantos passavam na estrada (Sigaud *et al.* 2010).

---

[25] Estes dados foram elencados por Marcelo Rosa na pesquisa que realizou para a sua tese de doutoramento (Rosa 2004b) com base numa listagem dos *movimentos* presentes na área de jurisdição da instituição a que teve acesso no INCRA do Recife e que atesta, deste modo, a existência política dos *movimentos* e o seu reconhecimento formal por parte da instituição. Uma tal lista encontra-se igualmente publicada no II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco, incluindo adicionalmente a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco (Fetraf) – na qual se insere a OLC, a Cooperativa dos Trabalhadores sem Terra (Coopterra), o Movimento dos Agricultores sem Terra (MAST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) e ainda a União dos Agricultores de Pernambuco (Uape) (cf. INCRA 2004).

[26] Sobre a tensão presente na colocação das bandeiras dos movimentos nos acampamentos e a própria iconografia usada na criação das bandeiras dos outros movimentos que surgiram na Zona da Mata de Pernambuco depois da chegada do Mst, v. Rosa 2004b.

[27] Foi durante o governo de Fernando Henriques Cardoso, no ano de 2000, que se impediu a desapropriação para fins de reforma agrária de qualquer área que viesse a ser «ocupada». Esta norma, conhecida como «medida provisória» (MP 2.183), teria várias implicações práticas na vida dos acampados, obrigando os *movimentos* a localizarem os seus acampamentos nas beiras de estrada ou em propriedades próximas daquelas requeridas ao INCRA.

Além desta acção local de reivindicação da terra, é quando os movimentos dão entrada a pedidos de vistoria das propriedades requeridas para a desapropriação na respectiva delegação regional do INCRA que os processos ganham contornos mais formais, dando lugar a etapas administrativas e judiciais. É nesta sequência que se realiza o *laudo de avaliação,* em que se confirma a improdutividade da propriedade rural e se estipula o valor da *venda forçada* a ser pago pelo INCRA ao proprietário. Os elementos para considerar uma propriedade improdutiva são o grau de utilização da terra (GUT) e o grau de eficiência na exploração (GEE). Quando o cálculo destes dois factores (GUT e GEE) permite aferir que a propriedade se encontra com uma produtividade abaixo dos 80%, é declarada improdutiva.[28] De acordo com a Constituição, a desapropriação implica o pagamento ao antigo proprietário de uma indemnização pela propriedade em títulos da dívida agrária (TDA), cujo montante é calculado com base no seu valor de mercado, sendo que apenas as benfeitorias úteis serão pagas imediatamente em dinheiro (capítulo III, artigo 184.º). Processualmente, depois da desapropriação, todos os procedimentos administrativos a seguir constam de normas internas dos próprios órgãos e não da legislação. Depois de ser notificado, o proprietário pode recorrer à justiça a fim de impedir a continuidade das acções administrativas, podendo, em qualquer fase do processo, condicioná-las. Transferindo a discussão técnica ou administrativa para a esfera judicial, muitos proprietários acabam por protelar a decisão, que pode levar anos em disputas nos tribunais entre o INCRA e o antigo proprietário (Storel Filho 2007, 108). Nos casos em que há um despacho favorável do juiz federal segue-se a «emissão de posse» e é a partir deste passo que o INCRA fica apto a iniciar um «projecto de assentamento» (PA) e a publicar em portaria a sua criação.

A criação do assentamento implica de imediato o loteamento do assentamento, o que veremos, por um lado, marcar de forma profunda a vida dos assentados e, por outro, constituir um aspecto significativo na compreensão de uma das linhas de análise central desta reflexão: a relação entre este novo espaço do assentamento e o espaço do engenho. O loteamento do assentamento implica então, pelo menos, as seguintes duas etapas: (*a*) fazer uma espécie de ordenamento do território, dividindo o terreno em parcelas, área comunitária e área de preservação ambiental;

[28] A avaliação da produtividade de uma propriedade é realizada com base nas condições estipuladas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 8629, de 25 de Fevereiro de 1993.

(*b*) distribuir as várias parcelas por famílias que não possuem *terras para plantar*. Aqueles que virão a ser *assentados* são previamente cadastrados. As origens dos assentados são variadas, indo desde os acampados organizados em *movimentos* a grupos de trabalhadores desempregados de usinas falidas a quem não tenham sido pagos os direitos laborais e ainda aos antigos moradores dos engenhos que tenham sido desapropriados e que têm, por isso, prioridade no acesso a uma parcela (cf. Sigaud 2005, 267). Após esta fase, o INCRA procede a uma selecção dos candidatos que virão a receber uma parcela de terra no assentamento.

A selecção de candidatos a *beneficiários* do Programa Nacional de Reforma Agrária (feita de acordo com a norma de execução n.º 45, de 25 de Agosto de 2005) estabelece os seguintes critérios para aferir os *trabalhadores e trabalhadoras* em condições de serem assentados: (1) agricultor e agricultora sem terra; (2) posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; (3) agricultor e agricultora cuja propriedade não ultrapasse um módulo rural do município. Não poderão ser beneficiários os funcionários públicos e autárquicos, os agricultores cujo agregado familiar ganhe mais de três salários mínimos mensais, os proprietários ou accionistas de um estabelecimento comercial ou industrial, os ex-beneficiários de outros assentamentos, estrangeiros, aposentados por invalidez e condenados por sentença final definitiva. Os beneficiários ou assentados serão adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, elencando-os por ordem de preferência de acordo com critérios que se encontram também regulamentados pela referida legislação e que ponderam a composição da família e a força de trabalho disponível, privilegiando, por exemplo, as famílias maiores em detrimento de indivíduos solteiros. Todos estes elementos de classificação passam a constar do processo de criação do assentamento.

A cada família é atribuído o título de concessão de uso de uma parcela de terra dentro do assentamento, documento que transfere o imóvel rural para o beneficiário da reforma agrária em carácter provisório. A partir do momento em que as famílias se tornam assentadas, passam a ter a posse da terra e também a poder usufruir de um conjunto de políticas públicas e créditos dirigidos à instalação, construção da casa, produção agrícola e assistência técnica que são financiados e fiscalizados pelo INCRA. Também nesta fase do processo a existência dos movimentos é determinante, no sentido em que é a sua agilidade institucional e política que permite o acesso ao financiamento e à orientação técnica, tanto mais imprescindíveis para a actividade agrícola quanto menor for o capital inicial dos produtores – o que, no caso dos assentados, é necessariamente inexis-

tente. De facto, a assistência técnica aos agricultores tem sido realizada, não pelo INCRA, mas por organismos que foram criados ou que estão em estreita articulação com os movimentos de maior implementação, como o do Mst, que tem várias cooperativas de assistência técnica, da Fetape, da Fetraf, do MLST e do MTL, sendo que os movimentos menores não têm influência sobre esse tipo de instituições, que chegam a realizar convénios avultados com o INCRA.

## Os assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco

Segundo os dados que recolhi na Superintendência Regional do INCRA durante o trabalho de campo no Recife, a Zona da Mata de Pernambuco registava, no ano de 2010, cerca de 177 projectos de assentamento. Este número corresponde a quase 60% dos 311 assentamentos totais que se localizam nesta área de jurisdição do INCRA, onde existiam, à data, aproximadamente, 22 000 pessoas assentadas e um total de 234 655 ha destinados à reforma agrária. A SR03/PE abrange a maior parte do estado de Pernambuco, desde a faixa litoral até ao interior do estado (v. figura 2.1), e está organizada em pólos regionais, denominados pólos de actuação da divisão de desenvolvimento, que correspondem a esta organização espacial: Afogados da Ingazeira, Bom Jardim, Buíque e Caruaru (situados nas regiões do Agreste e do Sertão) e Barreiros, Catende, Nazaré da Mata e Ribeirão (na Zona da Mata). É na área de influência deste último pólo, que abarca a região interior da Zona da Mata Sul, que se localiza o assentamento Arupema, criado em 1998.

De acordo com um dos primeiros levantamentos abrangentes sobre a realidade dos assentamentos nos meios rurais brasileiros, as manchas de assentamentos não se explicam por uma lógica de aplicação de política central de reforma agrária (Leite *et al.* 2004, 19). Frequentemente, como aconteceu no caso de Arupema, as reivindicações de reforma agrária dirigiam-se para terras de engenhos particulares que pertenciam a um mesmo proprietário e a grandes usinas falidas que vieram a ser alvo de processos de desapropriação. Nesta configuração, o impacto da reforma agrária foi mais significativo nos municípios que sofreram mais de perto a crise da actividade canavieira e em que os movimentos sociais tiveram uma actuação mais marcante (Menezes 2004). Assim, os acampamentos que se realizaram por toda a região constituíam também blocos de influência local de cada um dos movimentos, o que acabaria por vir a contribuir para o melhor funcionamento desses assentamentos. Cada movi-

**Figura 2.1 – Malha dos assentamentos existentes em 2008 na área de jurisdição da Superintendência Regional de Pernambuco do INCRA**

Fonte: INCRA SR03/PE, Serviço de Cartografia, Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

mento forma aglomerados que se sobrepõem às fronteiras administrativas locais (dos municípios, por exemplo), mas ao mesmo tempo respeitam a ordenação do território que decorre da implementação histórica dos engenhos – uma ordenação ditada pela propriedade privada da terra e as dinâmicas sociais que ela criou ao longo do tempo nesta região.[29]

Devido às configurações específicas e predominantes da *plantation* na Zona da Mata, estes assentamentos são o resultado de uma combinação entre a ocupação de propriedades improdutivas por grupos de pessoas organizadas em *movimentos* e a resolução de conflitos *trabalhistas*. Estes conflitos já decorriam nos engenhos quando os movimentos começaram a ter expressão na região. Houve claramente uma capitalização para situações de conflito e disputa pela terra que poderiam ter sido, de outro modo, eventualmente resolvidas pelos trâmites legais (cf. Sigaud 2000). Ainda que a improdutividade da terra seja a situação fundiária central na reivindicação da reforma agrária, sendo esse inclusivamente o eixo central

[29] Alguns autores chamam ao processo de concentração de assentamentos em determinadas áreas «territorialização da reforma agrária», por permitir, especialmente na Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, uma redefinição de fronteiras da agricultura familiar e do latifúndio, invertendo a relação de controlo sobre a terra (Menezes 2004; Leite *et al.* 2004).

da reivindicação do Mst, no caso específico da Zona da Mata de Pernambuco houve um outro conjunto de condições que, ainda que em menor escala, vieram a dar origem aos assentamentos. Uma das mais significativas resulta da falência de grandes usinas. Esta é a origem dos assentamentos estudados por Sigaud e L'Estoile (2006) resultantes da falência da Usina Central Barreiros, cujas terras se estendiam ao longo do município de Barreiros onde ocorreram sucessivas ocupações de terras cujo rumo estes dois antropólogos seguiram de perto. Os processos estaduais de regularizações fundiárias em terras ocupadas por posseiros é outra das situações que também desencadearam ocupações de terra, acampamentos e assentamentos.[30]

Como vimos, do ponto de vista político, a reforma agrária precisou de várias décadas para se ir tornando mais efectiva, tendo tido entre a década de 1990 e inícios da década de 2000 os seus anos de maior vigor. Também do ponto de vista burocrático, a criação de um projecto de assentamento é um processo demorado. Depende da acção judicial e governamental, através da actuação do órgão responsável pela realização da reforma agrária. No entanto, o principal móbil para a sua concretização tem sido a luta pela terra levada a cabo pelos movimentos sem terra e a sua legitimação por parte do INCRA. O INCRA continua a ser um órgão cuja actividade regular depende de mecanismos mais canalizados para a cobrança de impostos e resolução de conflitos do que para a realização de uma alteração profunda da estrutura agrária nacional. Como observa Menezes, estas transformações estão longe de romperem por completo o monopólio da terra na Zona da Mata nordestina e «o espaço canavieiro ainda permanece um espaço de reprodução do capital agroindustrial» (Menezes 2004).

Do ponto de vista agrário, o desmembramento de grandes propriedades em pequenas parcelas familiares, como sucede com a criação de assentamentos de reforma agrária, tem consequências sociais e políticas muito pertinentes neste contexto regional, onde a posse da terra instaura uma mudança significativa nas vidas de milhares de pessoas que viviam em situação de impossibilidade de acesso à propriedade da terra e respectiva proletarização do meio rural que protelava situações de extrema pobreza. Numa perspectiva estritamente produtiva, este processo tem vindo

---

[30] Realizados no terceiro mandato de Miguel Arraes como governador do estado (entre 1995 e 1999), estes assentamentos vieram a ser *reconhecidos* e formalmente integrados no sistema do INCRA como «projectos estaduais», ainda que adquirissem características substancialmente diferentes, e em muitos casos piores, dos assentamentos inicialmente constituídos pelo INCRA.

também a permitir a realização de uma série de «reconversões produtivas» e novas dinâmicas de desenvolvimento local baseadas na agricultura familiar (Garcia Jr. e Palmeira 2001; Menezes 2004; Malagodi e Menezes 2008). Esses são os casos de associações de *produtores orgânicos*, isto é, produtores de agricultura biológica sediados em assentamentos rurais onde anteriormente se plantava apenas cana-de-açúcar. Este é o caso de Arupema – o assentamento onde realizei o meu trabalho de campo e ao qual irei dedicar-me de forma desenvolvida já no próximo capítulo.

## Capítulo 3

# De engenho a assentamento: desapropriações e apropriações da terra em Arupema

O engenho Arupema situa-se na zona rural a sul de Vitória de Santo Antão, em plena transição geográfica e climatérica entre as Regiões da Mata Atlântica e do Agreste pernambucano. Assim, a norte de Arupema a região tem um clima seco, sendo que o pastoreio para gado em regime extensivo e a produção de frutas e hortícolas são as principais actividades agrícolas, e a sul, de clima mais chuvoso, prolifera a cana-de-açúcar em regime de monocultura, cultura característica de toda a Zona da Mata (cf. Andrade 1973). Ao longo da década de 1990, quando ocorreram as várias ocupações de terra organizadas pelo Mst, a área do engenho Arupema, com cerca de 1200 ha, caracterizava-se por uma vasta extensão de terra ocupada pela plantação rarefeita de cana-de-açúcar, algumas pastagens para o gado, *capoeira* e *capoeirão*[1] e era ainda pontilhada por pequenos *sítios* dos moradores. Estes *sítios* destacam-se na paisagem por terem árvores de fruto ao redor da casa. O engenho Arupema era atravessado por um longo corredor de mata atlântica, separando a parte norte do engenho, onde se situava a sua sede e a maior parte das casas dos moradores, da parte sul, onde apenas residia uma família de moradores. Esta reserva de mata atlântica, de cerca de 500 ha, conhecida localmente como a mata de Arupema, persistiu até aos dias de hoje e é uma das maiores que se encontram contemporaneamente na região da Zona da Mata de Pernambuco.[2]

---

[1] Capoeira e capoeirão são ecossistemas que correspondem a diferentes fases de regeneração espontânea da vegetação depois de derrubada a floresta primária.

[2] Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento realizado em Arupema, as principais árvores que caracterizam a área são as seguintes: oiti, imbaúba, sucupira, pau d'arco, orelha de burro, pau mole, imbiriba, quiri, imbira vermelha, cuduru, pau ferro e sambaqui (PDA 2001, 71).

De acordo com a regulamentação do Ibama, os assentamentos de reforma agrária situados na Região da Mata Atlântica devem preservar uma área de 20% de reserva legal destinada à floresta nativa. É nesta mata que nasce o rio Pirapama (antigo rio Arassuagipe), o qual se estende por grande parte do engenho (v. figura 3.1). Foi justamente ao longo do curso do rio Pirapama em direcção à cidade do Cabo de Santo Agostinho que, desde o período inicial de atribuição de sesmarias na capitania de Pernambuco, no século XVI, se foi desenvolvendo a produção de cana-de-açúcar e erguendo vários engenhos na Região Sul da Zona da Mata (cf. Ferraz 2008, 67).

A região é montanhosa, sendo nos pequenos planaltos situados no cimo dos montes, chamados localmente *chãs*, que se situam preferencialmente as casas de habitação e as melhores áreas de cultivo. As montanhas são recortadas por áreas baixas de várzea, alimentada pela confluência de pequenos rios e córregos de água. Sazonalmente, por alturas de Maio a Agosto, as chuvas e estes riachos alagam a zona de várzea. Também devido a esta característica da sazonalidade, no passado, os acessos ao engenho eram muito precários, tornando-se impraticáveis nos períodos de maior intensidade das chuvas. As pessoas recordam que não havia estradas, mas caminhos de barro, muito estreitos, mais próximos de trilhas pedonais. Até finais dos anos 1990 não existia uma rede de electricidade, escola ou posto de saúde no engenho Arupema. Por esse motivo, para frequentar a escola, as crianças deslocavam-se diariamente para um engenho próximo, a pé ou de burro, dado que o automóvel era um requisito que, naquele tempo, apenas o administrador do engenho tinha.

A figura 3.1 é um diagrama onde represento a ocupação do engenho Arupema a partir da escala e das proporções do mapa de uso da terra realizado pelo INCRA. Esse mapa foi elaborado na vistoria preliminar a três engenhos contíguos de um mesmo proprietário levada a cabo pelo INCRA entre Maio e Junho de 1997, tendo em vista a sua caracterização como *grande propriedade não produtiva*. Neste diagrama acrescentei as informações recolhidas junto dos antigos moradores relativamente à localização das casas, das áreas de plantação e de outras instalações existentes no engenho até inícios da década de 1990, assim como os engenhos e fazendas que fazem fronteira com esta propriedade e cujos limites se conhecem apesar de não estarem assinalados por qualquer vedação ou muro. Além da existência de uma grande mancha de floresta tropical, designada comumente por *mata*, é de assinalar a localização central da sede do engenho, onde tipicamente se localizavam as principais edificações de um engenho de cana-de-açúcar: casa-grande do senhor-de-engenho, o equipamento industrial de moagem do engenho, a igreja (normalmente construída pelo proprietá-

rio), o arruado de casas dos moradores, o *barracão*, a cocheira dos animais, um armazém de ferramentas, designado por *galpão,* e o cercado onde os animais permaneciam durante o dia e que é geralmente a única área delimitada por sebes em toda a propriedade do engenho.[3]

Como é possível ver no diagrama, uma grande parte das casas dos moradores de Arupema localizava-se na proximidade da sede do engenho. Trata-se justamente das casas do administrador e do cabo do engenho e ainda de dois dos moradores mais antigos, cujas casas são igualmente feitas de alvenaria (tijolo ou pedra). Ao contrário, a maior parte das habitações dos restantes moradores eram *casas de taipa*, feitas de madeira e barro.[4] Dado que as casas de barro se degradam mais facilmente do que as de tijolo e pedra, não pude registar com igual acuidade a localização das outras habitações que surgem nos relatos que recolhi entre aqueles que se lembram da sua existência como *tapera velha*, ou seja, casa em ruínas. Como veremos com detalhe etnográfico no capítulo 4, esta distinção dos materiais usados na construção das casas de habitação dos moradores de engenho (sejam eles pedra, tijolo ou barro) é particularmente relevante para entendermos outros processos de diferenciação presentes na dinâmica social dos antigos engenhos de cana-de-açúcar e dos próprios assentamentos rurais que foram criados em locais que anteriormente haviam sido engenhos. Por sua vez, também a localização das casas dos funcionários do cimo da hierarquia do engenho estava materialmente expressa na proximidade das suas casas com a casa-grande, enquanto as casas dos outros moradores se situavam em lugares mais remotos, geralmente muito inclinados e onde o solo tinha piores condições para a agricultura.

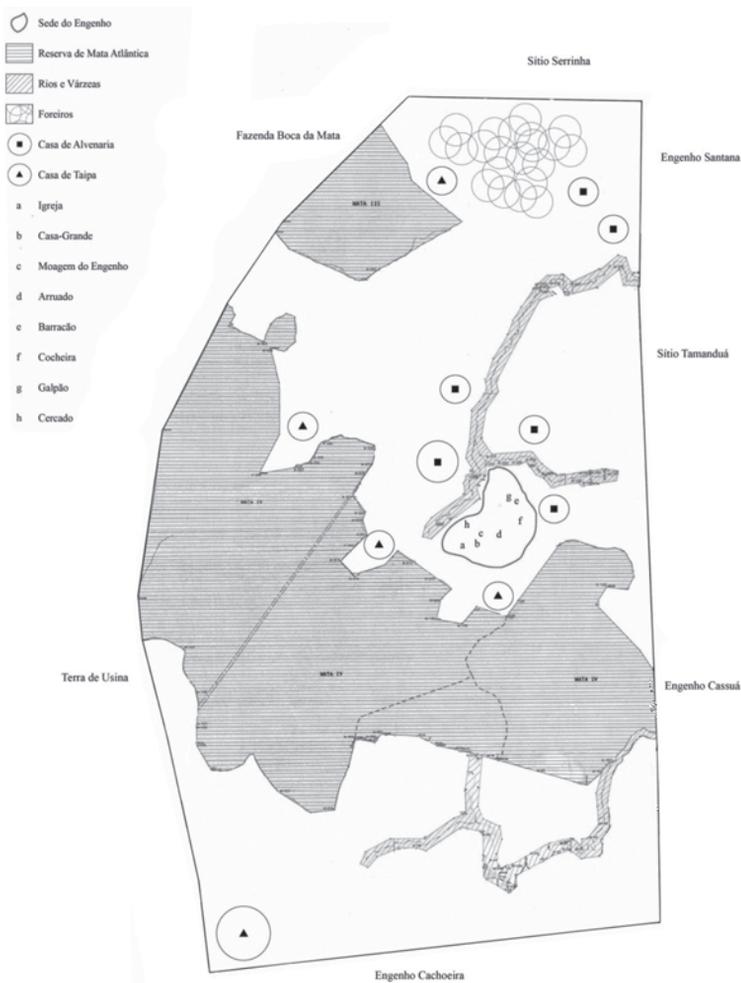
Os moradores cujas casas se encontravam dispersas pelo engenho tinham um pedaço de terra associado à casa conhecido como *sítio* (representado na figura 3.1 por uma circunferência em torno da casa). No sítio os moradores podiam cultivar produtos agrícolas para o consumo da sua família e, nos casos de ocupação mais prolongada, podiam também plantar algumas árvores de fruto. Por toda a região, quando presentes, estas áreas de cultivo eram habitualmente bastante pequenas por relação à dimensão do engenho, podendo medir entre 4 e 15 *contas de terra,*[5] ou seja,

---

[3] Sobre a organização espacial dos engenhos de açúcar característicos do Nordeste brasileiro e a forma como esta materializa a hierarquia presente neste espaço social v., designadamente, Freyre (2001), Diégues Jr. (2006) e Garcia Jr. (1986).

[4] As casas de taipa são também conhecidas como *casas de barro* de *pau-a-pique* ou *sopapo*.

[5] A conta de terra é uma medida agrária muito usada na Zona da Mata de Pernambuco, especificamente como forma de aferir o trabalho realizado individualmente pelo trabalhador no corte da cana. Uma conta corresponde, aproximadamente, a 500 m$^2$ (20 m × 25 m), sendo que 1 ha corresponde a 20 contas de terra.

**Figura 3.1 – Diagrama do engenho Arupema**

entre 2000 e 7500 m², na grande maioria dos casos não chegando a atingir sequer a extensão de 1 ha. Recorde-se, no entanto, que o acesso à terra dos moradores com sítio era um privilégio que marcava também uma distinção destes por relação aos restantes trabalhadores do engenho, muitos dos quais moravam em casas de taipa no arruado.

Neste mapa não se encontram marcados quaisquer caminhos ou estradas, uma vez que estes eram muito incipientes, tendo-me sido feita referência apenas a um trecho de caminho em terra batida que se estendia desde a sede do engenho até ao seu limite com o outro engenho do mesmo proprietário: Águas Brancas. No engenho Águas Brancas situava-

-se o parque industrial de moagem da cana que esteve em funcionamento até mais tarde – permitindo assim a circulação tanto de pessoas, trabalhadores, vigias e administradores como de matérias-primas (cana-de-açúcar e madeira) para processamento. Na realidade, além dos engenhos que pertenciam ao mesmo proprietário, recolhi relatos de algumas relações de proximidade entre os diversos espaços rurais em redor do engenho Arupema, com pequenos proprietários a deslocarem-se diariamente para trabalhar no engenho, filhos de moradores de engenho a trabalhar na fazenda de gado mais próxima ou contratados nos engenhos e usinas da região. Além da grande mobilidade de pessoas, as diferentes modalidades de povoamento e ocupação da terra demonstram a existência de diversas concepções de territorialidade nos interstícios da cultura agrária, agrícola, mas também social da cana-de-açúcar que desde há muito predomina no contexto rural da Zona da Mata.

Conforme os documentos que constam do processo administrativo do INCRA relativo ao assentamento Arupema, designadamente a certidão emitida pelo Cartório de Vitória de Santo Antão em Outubro de 1997 (v. anexo 4), o engenho era uma propriedade com limites *certos e reconhecidos*. Desde 1963 encontrava-se registado em nome de Maurício Lins, um proprietário que ao longo da década de 1950 tinha adquirido outros dois engenhos contíguos. Tendo em conta que o âmbito deste livro não abarca a pesquisa historiográfica relativa ao período anterior à criação do assentamento (o que implicaria, no mínimo, o recurso directo a outras fontes documentais que não foram consultadas, tais como os registos em cartório e a consulta da imprensa regional), não compete aqui avançar com elementos para essa análise. Mesmo assim, vale a pena sublinhar que, de acordo com os relatos dos moradores mais antigos que conheci, antes de pertencer a este proprietário (estimo que nas décadas de 1940 e 1950), Arupema terá sido um engenho muito povoado, contando com mais de 100 famílias de moradores. Nessa altura, afirma Seu Cícero, um homem de quase 70 anos e que já nasceu em Arupema, havia muita cana plantada no engenho, cujo proprietário seria um juiz e grande empresário do Recife que acumulava, com o engenho Arupema, o negócio da cana-de-açúcar. Como recorda, foi só «depois que Maurício tomou conta, aí [os moradores] foram saindo».

## De um engenho decadente à ocupação pelo Mst (1989-1998)

À data da última ocupação do engenho Arupema pelo Mst em Março de 1998, Arupema era um engenho «improdutivo». Segundo me relataram os moradores, o engenho havia parado de funcionar cerca de dez

**Quadro 3.1 – Uma cronologia para Arupema (1963-2000)***

| | Estatuto jurídico da terra | Povoamento da terra | Tentativas no uso/cultivo da terra |
|---|---|---|---|
| 1963 | Novo proprietário: compra do engenho Aruperna por Maurício Lins | Redução do número de moradores por expulsão dos seus sítios | Aumento da área de plantio de cana |
| 1968 | Arrendamento da área sul a Manuel Júlio (por um período de dezasseis anos) | Aumento do número de moradores na área sul | Plantação de banana e lavoura (comercial) na área sul do engenho. Produção de cana na área norte do engenho |
| 1985 | Arrendamento da área sul à empresa Pitú (por um período de dez anos) | Redução do número de moradores na área sul a apenas uma família | Plantação de cana na área sul do engenho. Decréscimo da produção de cana na área norte do engenho. Exploração de pecuária extensiva |
| 1989 | Morte do proprietário (Maurício Lins) e início do processo de transmissão por herança para a esposa e filhos | Os trabalhadores da moagem do engenho começam a sair<br>Aumento das áreas dos sítios dos moradores | O engenho pára de moer e a produção de cana fica rarefeita. Mantém-se a criação de gado |
| 1991 | | (Janeiro) Chegada de um novo administrador ao engenho<br>(Julho) Primeira ocupação do Mst. O acampamento, situado próximo da sede do engenho, é rapidamente expulso | Plantação de cana apenas na área norte do engenho. |
| 1992 | O engenho é considerado pelo INCRA «grande propriedade não produtiva» | | Alguma produção de cana mas com atraso no pagamento aos trabalhadores<br>Moradores começam a diversificar as fontes de rendimento (roçado, extracção de pedra e de madeira) |
| 1994 | | Segunda ocupação do Mst. Acampamento numa extremidade do engenho é despejado. | |
| 1995 | O engenho é «objecto de processo administrativo de fiscalização da SR/03/C» | | A colheita de cana é enviada para a Destilaria Sibéria |
| 1996 | (Janeiro) MST entrega ao INCRA pedido de vistoria do engenho<br>(Fevereiro) O «laudo técnico de comprovação de imóvel rural» confirma a situação de «grande propriedade não produtiva» | «A área referente a sítios (233,84 ha) pertence ao proprietário, sendo a mesma arrendada a 63 famílias» (referente aos três engenhos) | Plantação de «culturas de subsistência», «fruteiras dispersas» (banana prata, maracujá) e de «cultura olerículas» (chuchu, alface, coentro) |

| | Estatuto jurídico da terra | Povoamento da terra | Tentativas no uso/cultivo da terra |
|---|---|---|---|
| 1997 | (Julho) A vistoria ao engenho resulta em «grande propriedade não produtiva» passível de desapropriação. Mst realiza reuniões com superintendente regional-adjunto do INCRA com vista a acelerar o processo de desapropriação | «Todos os moradores possuem sítios» | «Plantio de culturas de subsistência» por parte dos moradores |
| 1998 | (8 de Janeiro) Decreto presidencial que atesta o interesse social para fins de reforma agrária do engenho Aruperna<br>(2-20 de Março) Início do processo de desapropriação com a realização da vistoria e avaliação do imóvel pelo INCRA<br>(9 de Setembro) Auto de emissão de posse pelo INCRA<br>(16 de Novembro) Criação do «Projeto de assentamento Arupema» Constitui-se a «Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Arupema» | (29 de Março) Terceira ocupação do MST<br>Acampamento perto do açude, na área central do engenho<br>Ocupação da sede do engenho por parte dos acampados<br>Os moradores permanecem nas suas casas e sítios<br>Acampados e moradores passam a ser assentados da reforma agrária | Cultivo de roçados por parte dos acampados nas áreas livres do engenho |
| 2000 | Parcelamento do assentamento em 90 parcelas e concessão de uso das parcelas aos assentados<br>Constituição da «Associação Independente dos Pequenos Agricultores de Arupema» | Construção das casas nas parcelas. Os acampados, moradores de arruado e foreiros mudam para as suas casas nas respectivas parcelas | Plantação de árvores e cultivos variados nas respectivas parcelas<br>Início da formação em agricultura biológica no assentamento |

* Esta cronologia foi realizada a partir da consulta dos documentos que constam do processo de desapropriação e criação do «Projeto de assentamento Arupema», consultado no INCRA (SR03/PE) em Abril de 2011, e do cruzamento de informações recolhidas junto dos assentados de Arupema ao longo do trabalho de campo.

anos antes, quando o seu proprietário morreu, em 1989 (v. quadro 3.1, onde apresento uma cronologia dos eventos mais relevantes relativos a Arupema entre os anos de 1963 e 2000). À esposa e aos filhos, *o velho* deixou de herança outros engenhos em vários municípios da Zona da Mata Sul. Como já referi, nas proximidades da cidade de Vitória de Santo Antão, além do engenho Arupema, a família era proprietária de outros

dois engenhos contíguos, Santana e Águas Brancas, que viriam a ser também alvo do processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Cada um desses antigos engenhos deu origem a assentamentos rurais. Em Águas Brancas existia um parque industrial de produção de aguardente que era comercializada como uma marca de grande importância regional e que se mantém até aos nossos dias, tendo a sua produção e engarrafamento passado a ser exercidos agora num outro local, no município de Moreno. Nesse período de inícios da década de 1990 também esse engenho havia parado de moer.

De facto, a década de 1990 foi de grande decréscimo da produção de cana-de-açúcar na região, provocado por várias secas, pela extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool, criado em 1933, e pelo fim do programa de incentivo à produção de etanol para combustível automóvel (o Proalcool, criado na década de 1970). Com a desregulamentação do sector e o fim da tutela do governo, encerraram numerosas usinas na Zona da Mata Sul, deixando aproximadamente 100 000 trabalhadores canavieiros desempregados, e cerca de 18 usinas terão fechado. Além do engenho Águas Brancas, também os equipamentos de processamento de cana do conhecido engenho Pitú e do engenho Cachoeirinha, ambos situados nas proximidades de Arupema, haviam sido desactivados. Um dos resultados da desactivação destes parques industriais foi o efeito de *contágio* aos engenhos vizinhos de menor escala, por terem perdido as infra-estruturas comuns. Deixando de poder repartir os custos de transporte da cana, os engenhos de menor escala e os pequenos e médios produtores de cana (*os fornecedores*) tornaram-se economicamente insustentáveis.

No caso de Arupema, a sucessão da direcção do engenho após a morte do proprietário em 1989 é apontada de forma quase unânime pelos meus interlocutores como o momento da ruptura final da produtividade.[6] Quem tomou conta do negócio foi um dos filhos, conhecido por *Aném*, que é lembrado pela promessa dirigida aos moradores de Arupema de que iria «botar o engenho para moer». De facto, assim aconteceu ainda em Janeiro de 1991, quando contratou um administrador para Arupema, José Francisco, e começaram a *trabalhar na cana de novo*, enviando-a depois para processamento noutras usinas da Zona da Mata Sul (Des-

[6] Afrânio Garcia Júnior considera este facto da morte do antigo senhor-de-engenho um momento-chave em muitos dos casos de falência dos engenhos: «Muitas vezes o momento decisivo do fim dos engenhos foi a morte do antigo senhor, o desinteresse ou disputa dos seus descendentes, o que provocava a venda, o arrendamento ou o abandono da terra. Não se trata, por conseguinte, de um processo concentrado num curto espaço de tempo, embora seja um processo» (1983, 34).

tilaria J. B. L.da, Usina União e Indústria, S. A., Destilaria Sibéria), já que o engenho Águas Brancas, também de sua propriedade e onde anteriormente moíam a cana, havia parado de trabalhar. A verdade é que esta produção acabaria por vir a ser já muito reduzida. De acordo com Emília, que chegou a Arupema nessa ocasião, ao acompanhar José Francisco, o marido, para este novo engenho, onde ele iria trabalhar como administrador, nessa altura havia apenas cerca de dez casas habitadas, algumas próximas da sede e outras dispersas pelo engenho.

Enquanto administrador, cabia a José Francisco coordenar as tarefas de cada trabalhador na plantação de cana-de-açúcar e na produção de gado, assim como gerir as condições de morada dos trabalhadores. Tratava-se, no fundo, da função de intermediário entre os trabalhadores (quer fossem moradores do engenho ou trabalhadores temporários, conhecidos regionalmente como *corumbas*) e o patrão, ou seja, o dono do engenho. Quando o administrador chegava ao engenho, e enquanto lá trabalhasse, tinha direito a uma casa para morar juntamente com a sua família e tinha direito a cultivar um pedaço de terra nas imediações da casa. A família de José Francisco ocupou então a casa destinada ao administrador, que se encontrava na sede do engenho e era a melhor casa de habitação do engenho depois da *casa-grande*. Ali, na proximidade da casa-grande, raramente habitada pelo senhor-de-engenho, estavam também situados outros edifícios característicos deste espaço central, conhecido como *sede*, tais como a moagem do engenho, onde em tempos se produzira açúcar mascavo, assinalada pela sua enorme chaminé de tijolo (o *bueiro*), que permanece até aos dias de hoje a marcar a paisagem. No cimo da colina encontrava-se uma pequena igreja construída por um antigo proprietário do engenho Arupema em homenagem a Nossa Senhora de Santana. Na linha com a igreja situava-se o arruado de casas de barro, ou taipa, onde moravam os trabalhadores que não tinham *sítio*. Mais abaixo localizava-se o estabelecimento comercial próprio dos engenhos, conhecido como *barracão*, onde os trabalhadores se abasteciam de alguns bens de consumo. Era também neste estabelecimento que, aos sábados, os trabalhadores recebiam o seu parco salário ou tomavam conhecimento do total em dívida acumulada com o patrão. Mais adiante situava-se a cocheira do gado do proprietário, sobretudo bovino, o armazém onde se guardavam as ferramentas dos bois de canga (*galpão*) e o cercado – uma área a céu aberto delimitada por cercas onde os animais permaneciam durante o dia (v. figura 3.1).

Segundo José Francisco, no primeiro ano em que trabalhou em Arupema como administrador do engenho, em 1991, o proprietário ainda

pagou o ordenado aos trabalhadores, mas em 1992 Naném começou a atrasar o pagamento. O processo de reversão da decadência do engenho, evidentemente sujeito às particularidades do contexto canavieiro regional, não foi bem-sucedido com a transmissão geracional da propriedade. Em consequência, em Dezembro de 1992 foi feito o registo em cadastro do INCRA dos três engenhos pertencentes à mesma família proprietária como *grande propriedade não produtiva*.[7]

Nestas condições, as famílias de moradores que ali permaneciam asseguravam a sua sobrevivência sobretudo com os produtos que plantavam no seu roçado e não tanto com o rendimento do trabalho no canavial do patrão. Apenas os dois vigias da mata receberam sempre pagamento certo, garantindo com a sua vigilância diária que a madeira de grande valor comercial existente na mata de Arupema não seria retirada sem o consentimento do proprietário.[8] De assinalar que a existência de *sítios* (áreas de cultivo associadas a casas dos moradores) era imprescindível para a sobrevivência dos moradores do engenho Arupema. No entanto, a sua concessão dependia da deliberação do senhor-de-engenho ou do seu administrador, que, frequentemente, se reservava o direito de ocupar os melhores terrenos para o seu próprio cultivo, obrigando os moradores a mudar constantemente de lugar. Evidentemente, as pessoas não queriam sair de determinado roçado quando a terra apresentava melhor qualidade e a situação inversa verificava-se na ausência das condições necessárias para o cultivo, como o acesso a fontes de água para regar a terra cultivada. Atribuir a um morador um pedaço de terra num local que estava coberto de mato obrigava-o a ter de desbastar o mato, o que implicava fazer um trabalho muito exigente, em termos de mão-de-obra, por sua própria conta e fora do horário de trabalho no canavial. Depois deste esforço para poder plantar batata, macaxeira ou um pouco de feijão, o morador era frequentemente deslocado pelo administrador para outro local. O patrão acabava por ganhar com este procedimento porque a terra tinha já sido tornada agricultável, podendo ser de imediato plantada

---

[7] Tal como referido no capítulo 2, a classificação de «grande propriedade não produtiva» é atribuída às propriedades rurais que se calculem que tenham uma produtividade inferior a 80% (cf. artigo 6.º da Lei n.º 8629, de 25 de Fevereiro de 1993).

[8] Mais do que a preservação ambiental ou a manutenção de uma reserva de biodiversidade característica da mata atlântica, os motivos que levavam a esta preservação da mata prendiam-se com questões económicas. Além de estacas de pau muito apreciadas para fazer casas, a mata de Arupema serviu de reserva de lenha para pôr a funcionar os fornos da destilaria do engenho Águas Brancas, onde se processava a cana-de-açúcar para fazer aguardente.

a cana-de-açúcar sem necessidade de pagar a outro trabalhador pelo trabalho de preparação do terreno para o cultivo.

Como se apresenta com mais detalhe etnográfico adiante, a mobilidade é a condição constitutiva de vida dos moradores de engenho da região da Zona da Mata de Pernambuco. Dentro do engenho, a sucessiva mudança de lugar dos moradores evidenciava o poder quase absoluto que os senhores-de-engenho detinham sobre os seus trabalhadores, sendo o seu exercício quotidiano muitas vezes violento e coercivo, intermediado pelos seus administradores e vigias, que frequentemente andavam armados. Por outro lado, a rotatividade sucessiva tanto das casas dos moradores como dos lugares onde estes poderiam *botar roçado* contribuía activamente para impedir ou reduzir a permanência destas famílias trabalhadoras num determinado local. De facto, também os administradores *rodavam muito*, mudando de engenho à medida que o patrão deixava de pagar aos trabalhadores ou de pagar o seu próprio salário. Como recordava Seu Cícero: «Nesse tempo não tinha administrador bom para [o] trabalhador não. O senhor-de-engenho tirava[-o] quando via que um administrador gostava do povo.»

Ainda que algumas casas dos moradores se encontrassem dispersas pelo engenho, em dois locais-chave na organização do espaço do engenho Arupema constituíam-se vizinhanças: um em torno da sede do engenho e outro, a que chamamos Pau Ferro, situado na extremidade norte do engenho (v. figura 3.2). Neste período de declínio do engenho viviam em Pau Ferro apenas três famílias de moradores e, além destes, alguns agricultores que cultivavam as terras em Arupema, mas habitavam numa localidade chamada Sítio Serrinha, que se situa na fronteira desta extremidade norte do engenho. Por ser constituída por pequenos proprietários de terra, Serrinha é ainda hoje designada localmente como *terra de herdeiro*, *sítio de herdeiro* ou *terra de herança* (cf. Godoi 1998), distinguindo-se assim das outras categorias regionais de ocupação da terra: *os engenhos*, onde os habitantes não detinham a propriedade da terra, e *as fazendas* que, pelas suas proporções, são também consideradas latifúndios. As áreas de povoamento pertencentes a pequenos proprietários [9] são geralmente localizadas em zonas de pior qualidade para a agricultura e nos interstícios das grandes propriedades, como é o caso de Serrinha, que está assente num maciço rochoso. Estes *sítios de herdeiro* coexistiram sempre com a monocultura da cana, que caracteriza historicamente a Zona da

---

[9] Com propriedades que, na maior parte das vezes, não chegam a atingir 1 ha de terra.

Mata de Pernambuco. A expressão «terra de herdeiro», onde os sítios são pequenos, enfatiza a divisão da propriedade que ocorre no processo de herança, sendo que essa sucessiva fragmentação da terra acaba por deixar aos membros da família apenas um pedaço de chão para a construção da sua casa, mas não o suficiente para plantar.

Durante o período de decadência do engenho Arupema, entre 1989 e 1998, alguns habitantes de Serrinha tiveram oportunidade de alugar terras localizadas dentro do engenho, cuja proximidade se tornava apelativa para estes pequenos proprietários, que se tornavam foreiros em Arupema. Ali cultivavam principalmente mandioca e macaxeira, cará (uma variedade regional de inhame), milho e feijão. Para os senhores-de-engenho estes aforamentos eram vantajosos na medida em que ampliavam os seus rendimentos, alocando terras que eram pagas ou pelo *foro* ou pela *meação*. Como já referi no capítulo anterior, o *foro* era um pagamento pecuniário anual pelo uso da terra, enquanto a *meação* correspondia a um contrato temporário de concessão de uso da terra em que os agricultores pagavam ao proprietário com metade de todos os produtos colhidos enquanto esse contrato durasse. No longo termo, para os pequenos proprietários das regiões de monocultura canavieira nordestina, cuja terra disponível, a *terra de herança*, era escassa para residir e trabalhar, estes períodos de decadência dos engenhos viabilizavam o acesso a terra suficiente para *botar roçado* e, dessa forma, assegurar maior sustentabilidade da família, mantendo a sua autonomia. A literatura antropológica relativa à situação vivida no tempo dos engenhos realça a distinção entre os moradores de engenho e estes pequenos proprietários do ponto de vista da sua identidade social e condição camponesa, na medida em que os primeiros trabalhavam em terra alheia e os segundos tinham terra própria (Garcia 1983, 64; Heredia 1979). Em Arupema, no momento da transformação do engenho em assentamento – aquando da realização do cadastro por parte do INCRA, em 1998 –, aquilo que acabou por ser determinante para que estas cinco famílias de Serrinha viessem a ser reconhecidas como *ocupantes* do engenho foi o facto de ali cultivarem os seus roçados. Não sendo moradores de Arupema, entravam também numa relação com aquele engenho onde iam trabalhar, fosse por cultivarem roça, fosse por estabelecerem de facto uma relação com o administrador do engenho, que era quem geria o espaço produtivo e as relações de trabalho do engenho. Ainda hoje a posição de destaque de José Francisco em Arupema concentra a memória dessa relação.

Já na área sul do engenho, conhecida como *o outro lado da mata*, até finais da década de 1990, vivia um único morador de nome Mariano.

Seu Mariano havia chegado a Arupema por volta de 1968, altura em que o proprietário do engenho tinha arrendado toda essa grande área sul do engenho a um único rendeiro,[10] que ali iniciou uma grande plantação frutífera: de banana prata, banana comprida e ainda outros produtos da lavoura, tais como o cará. Esta área esteve arrendada para cultivo de banana até inícios da década de 1980 (v. quadro 3.1). Para trabalhar nesta actividade, que chegou a empregar cerca de quarenta pessoas, várias famílias se foram instalando nessa área *do lado da mata* e construindo ali as suas casas de taipa. Segundo Seu Mariano, quando a terra começou a ficar fraca para estas lavouras, o rendeiro queria plantar cana, mas o proprietário não autorizou e, não se entendendo, interromperam o contrato de arrendamento da terra, que durou mais de quinze anos. Por essa razão, as pessoas que ali moravam foram indo embora, ficando só Mariano e a sua família como moradores. Pouco tempo depois deste período da banana, já durante a década de 1980, o proprietário voltou a arrendar toda essa área do engenho por um intervalo temporal de dez anos, desta vez à usina Pitú, cujo objectivo era o de plantar cana-de-açúcar, como fazia, de resto, pelos engenhos na vizinhança de Arupema – região que constituía a sua área de influência. Nessa altura, a presença de um morador anterior à ocupação da usina foi reconhecida, embora inicialmente tivesse sido problemática a prática de cultivar o seu próprio roçado ao redor da casa. Nas palavras de Seu Mariano, que conheci durante o trabalho de campo, já como assentado em Arupema: «O fiscal veio empatar de eu trabalhar. Nenhum homem me empata de eu trabalhar, que eu tenho meus filhos. Mas não queria que eu plantasse nada, ao redor de casa nem nada, [argumentando] que era da usina» (Seu Mariano, Março de 2011).

Foi então que outro funcionário da usina intercedeu a seu favor, prometendo que iria delimitar o seu sítio. «Lá tem um morador velho, não vai mexer com ele não.» Deste modo, «mediram e deixaram» cerca de 6 ha de terra a Seu Mariano, o que era um tamanho excepcional para a generalidade dos sítios dos moradores. Além do seu roçado, Seu Mariano chegou a trabalhar também para outros engenhos, algumas vezes *fichado*, isto é, com contrato de trabalho. Segundo recorda, foi só depois de o administrador José Francisco ter chegado a Arupema que Mariano trabalhou para este engenho. No Verão *cortava cana* e no Inverno *limpava a cana* e *tirava estaca* (isto é, cortar madeira da mata). Contudo, depois de

[10] De acordo com a distinção usada localmente, os rendeiros diferenciam-se dos foreiros por não residirem no local.

ter terminado o arrendamento da Pitú, não se voltaram a plantar novos pés de cana daquele lado da mata, que aos olhos dos antigos moradores *se foi enchendo de mato*.

Numa circunstância de decadência do engenho ao longo de mais de uma década, em finais dos anos 1990, quando o engenho Arupema tinha já muito pouca produção de cana-de-açúcar, a maior parte dos que permaneciam como moradores do engenho eram aqueles que tinham o seu sítio. O caso de Seu Mariano do outro lado da mata é particularmente elucidativo de como a permanência de um morador com sítio acaba por ter efeitos de reconhecimento de propriedade da terra. Existia uma articulação tensa entre o espaço disponível para a cedência dos sítios dos moradores e as áreas de terra ocupadas com as plantações do patrão, fossem elas de cana-de-açúcar ou pasto para o gado. Como recorda Seu Cícero: «O sítio não tinha limite, não. No lugar em que o homem plantava cana, ninguém ia plantar. Aí, tinha que ter cuidado com o gado [do patrão], [quando fugia] comia» (Seu Cícero, Abril de 2011).

Esta relativa possibilidade de expansão da ocupação da terra dentro do espaço do engenho por parte dos trabalhadores em períodos de recessão da cana é um dos temas mais debatidos por parte da historiografia dedicada ao Nordeste açucareiro (v., nomeadamente, Palacios 2004 e 2009), cuja dinâmica era a de alternância com os períodos de maior *boom* produtivo de cana em que se expulsavam mais moradores e havia maior controlo da posse da terra por parte dos proprietários latifundiários. Zé Amaro, que foi morar para a zona de Pau Ferro, dentro do engenho Arupema, durante a década de 1990, recorda assim esta dinâmica:

> Antigamente era cana só ali daquela casa para lá, era tudo cana. Chegava a fazer medo de andar, de tanta cana. Aí a casa acabou-se, as casas foram caindo quando os moradores foram saindo, o homem mandando derrubar, plantando cana no sítio. Era... Mandava derrubar a casa quando os moradores saíam [...] Quando eu cheguei aqui o engenho tava falido. Não tinha mais cana não, tava tudo acabado. Seu José Francisco nesse tempo era administrador. José Francisco foi o derradeiro [...] [No engenho] Estava tudo em capoeira. Esses roçado que vê foi tudo depois, depois que os sem-terra tomou conta, que mediu as terras, que começaram botando roçadinho... [Zé Amaro, Abril de 2011].

De acordo com a documentação que consta do processo de criação do assentamento Arupema na Superintendência Regional de Recife do INCRA (INCRA SR/03), imediatamente antes do acampamento encontravam-se no engenho 19 famílias de moradores, que perfaziam um total de 71 pessoas residentes. No quadro 3.2 estão apresentados os dados que

**Quadro 3.2 – Situação dos ocupantes do engenho Arupema**

| N.º de ordem do ocupante | Idade (anos) | N.º de dependentes | Tipo de ocupação | Tempo de ocupação (anos) | Área explorada (hectares) | Observação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 47 | 4 | Morador | 45 | 10,0 | Fruteira/lavouras |
| 2 | 40 | 3 | Morador | 40 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 3 | 35 | 4 | Morador | 20 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 4 | 20 | 5 | Morador | 20 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 5 | 30 | 4 | Morador | 30 | 5,0 | Fruteira/lavouras |
| 6 | 28 | 3 | Morador | 1,5 | 1,5 | Fruteira/lavouras |
| 7 | 32 | 4 | Morador | 5 | 4,0 | Fruteira/lavouras |
| 8 | 30 | 4 | Morador | 28 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 9 | 58 | 6 | Morador | 55 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 10 | 35 | 4 | Morador | 35 | 1,5 | Fruteira/lavouras |
| 11 | 40 | 3 | Morador | 40 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 12 | 36 | 4 | Morador | 36 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 13 | 38 | 3 | Morador | 35 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 14 | 54 | 5 | Morador | 50 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 15 | 33 | 3 | Morador | 22 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 16 | 26 | 2 | Morador | 26 | 2,5 | Fruteira/lavouras |
| 17 | 40 | 3 | Morador | 40 | 3,0 | Fruteira/lavouras |
| 18 | 29 | 4 | Morador | 24 | 6,0 | Fruteira/lavouras |
| 19 | 56 | 3 | Morador | 50 | 3,0 | Fruteira/lavouras |

Fonte: Processo do «Projeto de assentamento Arupema» no INCRA, 1997.

constam da tabela intitulada «Situação dos ocupantes» que foi realizada no âmbito do laudo de vistoria ao imóvel rural levado a cabo pelo INCRA e validado no ano de 1998 (cf. anexo 1). Estes dados serviram de base para a ponderação do número de vagas abertas para assentados, estabelecendo prioridade para os antigos moradores no espaço do engenho na selecção dos «beneficiários» a serem assentados em Arupema.

A partir da análise deste documento e da informação que fui recolhendo em campo podemos compreender a situação sócio-económica que se vivia em Arupema à data da constituição do assentamento, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspectos: (*a*) à extensão das áreas ocupadas pelos moradores; (*b*) ao género do titular; (*c*) à unidade social operativa para atribuição de parcelas; (*d*) à relação entre a idade dos moradores e o tempo de ocupação do engenho. A informação que pude consultar na tabela original tinha também o nome do morador – informação que retirei desta tabela, de forma a preservar os informantes, mas à qual tive acesso. Essa identificação dos moradores possibilitou o cruzamento de informações e muitas vezes a interpelação directa às pessoas que ainda residiam em Arupema à data do trabalho de campo (ver

anexo 1). A partir destes dados é possível traçar uma breve caracterização sócio-económica dos moradores do engenho nesse momento, entre os quais destaco os quatro traços seguintes:

*a*) Segundo os dados apresentados nas colunas referentes à «área explorada» e «observação», apenas um morador tem uma extensão de área para cultivo de 10 ha. A grande maioria tem sítios cuja extensão varia entre 1 e 2 ha;

*b*) Em praticamente todos os casos (18 famílias), o ocupante identificado é do sexo masculino, sendo que a única mulher que consta desta tabela como titular (com o n.º 9) é uma viúva, morando com um dos filhos. De facto, nos engenhos era o homem quem assumia tanto o contrato de trabalho com o patrão como a posse da terra que ocupava com a sua família;

*c*) O documento destaca a família como a unidade social operativa, correspondente a um casal com filhos solteiros («dependentes»). Isto significa que no momento da criação do assentamento se consideraram assentados os filhos de antigos moradores que já estivessem instalados como casais autónomos com filhos;[11]

*d*) Na quase totalidade dos casos a idade do morador praticamente coincide com o número de anos em que está a residir no espaço do engenho («tempo de ocupação»), mostrando tratar-se de pessoas que nasceram naquele espaço há vinte, quarenta, cinquenta anos.

Ao confrontar estes dados com o levantamento sócio-demográfico que fiz em campo, pude ainda constatar que, das 19 famílias residentes no engenho em 1997, apenas 5 residiam em casas de taipa no *arruado*, localizado na sede do engenho. Apesar de não terem sítio, a verdade é que estas famílias cultivavam ocasionalmente um pequeno pedaço de terra, ou seja, podiam *botar roçado* em áreas atribuídas rotativamente pelo administrador. Estas áreas eram, no entanto, exíguas, de tal forma que o abastecimento dos produtos alimentares para o consumo das suas casas provinha principalmente da compra no barracão que existia no engenho ou na feira que se realizava semanalmente na cidade mais próxima.

---

[11] Quando foram atribuídas as parcelas, alguns moradores mais antigos de Arupema definiram como titular da parcela um dos filhos, dado que eles próprios já tinham uma idade avançada ou estavam quase no limite daquela que é permitida pelo INCRA (65 anos) para virem a ser admitidos como «beneficiáros de reforma agrária». Nestes casos, contudo, apesar de o título de concessão de uso ter sido emitido em nome dos filhos, os antigos moradores permaneceram no mesmo lugar. Por sua vez, depois de receberem apoio para construir a casa oficial de assentado, os filhos (titulares) construíram as respectivas casas na proximidade da casa dos pais.

## Os sem-terra, as ocupações e a vida no acampamento

Em 1998, já depois de ter sido publicado o decreto presidencial que declara o interesse social para fins de reforma agrária do engenho Arupema (cf. anexo 2), autorizando assim o INCRA a avançar com o processo de desapropriação do imóvel rural, realizou-se uma ocupação de terra por parte do Mst em Arupema que viria a despoletar a criação formal do assentamento alguns meses mais tarde (cf. quadro 3.2). Este registo sucedeu-se a duas tentativas mal sucedidas de *ganhar a terra*, a primeira ocorrida em 1991, na qual os acampados haviam sido despejados. De acordo com Jaime Amorim, um dos principais dirigentes do Mst em Pernambuco,[12] nessa tentativa frustrada um grupo de 37 pessoas do Mst, na sua maioria provenientes da região de Gravatá e Chã Grande, havia-se instalado num local relativamente próximo da sede do engenho. O então coordenador regional do movimento no Nordeste recordou enfaticamente essa acção. Segundo ele, «fomos colocados para fora pelos pistoleiros do proprietário», referindo-se aos homens que o senhor-de-engenho incumbia de «tucaiar os sem-terra». De facto, os moradores recordam que nesses tempos se ouvia que «iam invadir». Por sua vez, o dono, Naném, antevendo a situação, mandou o administrador chamar todos os vigias que trabalhavam nos seus outros engenhos para estarem preparados para «botar para correr quando os sem-terra chegassem».

Ao saírem de Arupema, estas pessoas mobilizadas pelo Mst ficaram acampadas na proximidade do engenho, na beira da estrada que atravessa o estado desde a capital até ao interior. Foi precisamente em direcção ao Recife que saiu daquele local a primeira marcha dos sem terra de Pernambuco, em 1991. Não tendo tido êxito nesta ocupação de terras em Arupema, estas mesmas pessoas ocuparam mais tarde o engenho Serrinha, no município de Ribeirão, onde foram assentadas por intermédio da acção governamental do estado de Pernambuco e cujo assentamento viria a ser reconhecido posteriormente pelo INCRA.[13]

---

[12] Que entrevistei na sede do Mst na cidade de Caruaru em Maio de 2011.

[13] O instituto que executa as desapropriações por parte do governo do estado é o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (Iterpe), criado em 2009, em substituição do antigo Fundo de Terras de Pernambuco (Funtepe), que era um órgão vinculado à Secretária de Agricultura e Reforma Agrária, criado em 1991 pelo governo estadual (Rosa 2004b, 35). O Iterpe opera através de um programa de concessão de crédito fundiário que permite que um grupo de trabalhadores se junte e compre um imóvel. Desde 1995, o INCRA tem vindo a reconhecer e admitir sob a sua tutela estes assenta-

Segundo Jaime Amorim, esta primeira ocupação do engenho Arupema constituiu *a retomada da Zona da Mata* por parte do Mst, contexto regional donde o movimento havia saído depois de uma experiência de não reconhecimento político por parte do governo do estado de Miguel Arraes, mais afim do movimento sindical canavieiro (cf. Rosa 2010). De facto, só na altura em que a Fetape começou a capitanear as suas próprias ocupações de terra, seguindo o modelo da «forma acampamento» do Mst, em 1995, é que o Mst passou a ser recebido pelo INCRA sem a presença de um elemento sindical (Rosa 2004b e 2010). A partir de então, o principal interlocutor das ocupações passou a ser o INCRA e já não o governo do estado (Rosa 2010, 90).

Na segunda ocupação de Arupema, que terá ocorrido em 1994, segundo pude perceber a partir dos relatos dos antigos moradores, um outro pequeno grupo de pessoas organizado pelo Mst, desta vez proveniente da cidade de Amaragi, acampou numa zona do engenho mais afastada da sua sede, em Pau Ferro, já na extremidade que toca com o Sítio Serrinha. Também desta vez o acampamento foi *atacado* e o grupo ligado ao Mst foi despejado de Arupema. Não se tratava das mesmas pessoas que viriam mais tarde, em 1998, e que acabariam por ficar no assentamento. Embora não haja relatos explícitos de violência, sabe-se que a relação com os moradores do engenho não foi a melhor. Estes temiam ser desapossados das suas casas e expulsos das terras onde asseguravam a sua subsistência. Assim, das duas primeiras vezes, os acampados que chegaram a Arupema, reclamando a realização da reforma agrária foram expulsos.

Na terceira vez que o Mst *ocupou* o engenho Arupema, em 1998, os acontecimentos sucederam-se de maneira diferente. Além das duas tentativas anteriores de despoletar o processo por via da ocupação, o Mst tinha desde 1996 dado entrada com vários pedidos formais de vistoria do imóvel junto do INCRA, insistindo também nesta frente burocrática da acção. Passados alguns anos de actuação na Zona da Mata de Pernambuco, em 1998 o Mst chegava então a Arupema numa outra situação. Desta vez, os acampados traziam consigo um documento que comprovava que os herdeiros do proprietário, entretanto falecido, não tinham pago o imposto fundiário ao INCRA e desde o início do ano

---

mentos criados pelo estado, que, de acordo com os técnicos do INCRA com quem conversei no Recife, apresentam muitas condições diferenciadas por relação aos assentamentos criados de raiz pelo órgão federal, designadamente no que toca à dimensão média das parcelas atribuídas a cada família, que ronda 1,2 ha.

que o decreto presidencial anunciava o seguimento do processo. O caso preenchia então todas as condições legalmente definidas para a desapropriação poder avançar. Para além de o engenho estar praticamente improdutivo e o proprietário não ter pago o imposto fundiário, os trabalhadores que moravam no engenho não recebiam salário há mais de seis meses. Desta vez os acampados montaram as suas barracas de lona preta junto de um pequeno açude que existia na área central do engenho e contaram com uma melhor aceitação por parte dos moradores e mesmo do administrador, José Francisco, que reconhecia então que a situação era inevitável.

Nas ocupações de terra organizadas pelo Mst participaram diferentes grupos de pessoas que haviam circulado pelos engenhos da região ao longo da sua vida e que residiam em cidades próximas na altura em que foram «mobilizados» pelo Mst. Segundo Marcelo Rosa, que estudou a chegada e implantação do Mst na Zona da Mata de Pernambuco, esta foi uma modalidade muito generalizada de angariação de pessoas para constituir *o movimento*. «Os militantes do Mst chamam 'trabalho de base' as visitas que fazem em periferias das cidades da região, convidando os moradores para participar das reuniões que o movimento promove» (Rosa 2010, 103).

De acordo com os dados que constam do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) realizado em 2000 através de um convénio entre o INCRA e a Fadurpe (cf. INCRA e Fadurpe 2000), as pessoas que participaram no acampamento de 1998 em Arupema vinham das cidades mais próximas do engenho e de outros municípios um pouco mais distantes: Vitória de Santo Antão, Pombos, Amaragi e Chã Grande, Gravatá, Cortês, Água Formosa, São Lázaro e Recife. Muitas já tinham passado por um ou dois outros acampamentos previamente. Foi o caso de Biu, antigo trabalhador de usina «fichado», que morava na cidade de Amaragi, onde, recorda, havia muito desemprego. Este era um dos municípios da região onde *o movimento* tinha grande implantação e uma melhor estrutura organizativa naquele período. A meio da década de 1990 a sua família já contava com dez filhos e viviam apenas com recurso a subsídios (PETI). Foi essa situação que o levou a decidir «entrar para os sem-terra». Antes de vir para o acampamento de Arupema, Biu participou em dois outros acampamentos organizados na Zona da Mata Sul pelo Mst. No primeiro o grupo havia sido expulso e no segundo, imediatamente antes de ir para Arupema, a terra não foi suficiente para assentar todas as famílias interessadas, acabando por ser atribuída preferencialmente aos moradores daquele engenho específico, tendo as restantes pessoas que ha-

viam acampado com o Mst saído. Outro assentado de Arupema que conheci, Severino, descreveu-me também o sucedido:

> Moça, eu vim porque eu morava na rua,[14] eu não tinha terra para trabalhar, um pedacinho de terra para trabalhar. Houve esse negócio de sem-terra e eu entrei dentro. Fiz sete anos debaixo da lona para pegar esse pedacinho. Só ia eu. Era eu e um rapaz que mora aí em baixo nessa casinha, filho. É neto, mas é filho, foi criado aqui mesmo. Eu me acampei em Rio Morto, um engenho pegado com Amaragi, em Não Pensei, engenho da usina, em Bom Conselho. Passei dois anos lá, aí partiu, mas a terra só deu mesmo para os morador, sabe? Eles não queriam fazer conflito com nós. As mulheres choravam porque o INCRA não deixa partir com nós. Deixa pra lá. Jaime Amorim disse que não precisa conflito: «Deixa que eu arrumo outro.» Já tinha uma turma aqui. Era aquele *pretume* de lona... [sorri] [Severino, Abril de 2011].

Segundo ele, seriam cerca de oitenta famílias. Porém, Severino recorda com desgosto o facto de algumas pessoas com quem ele havia acampado antes se terem oposto à sua permanência em Arupema: «A turma daqui não queria que nós entrasse mais.» Apenas o grupo de dezasseis famílias que tinha vindo do acampamento Não Pensei acabou por ficar. Em Arupema o acampamento havia começado no dia 29 de Março de 1998, «às 9 horas de dia de domingo!», recorda enfaticamente Braz, que tinha estado durante sete meses num outro acampamento próximo, no engenho Ninho da Águias, antes de ir para Arupema.

Seu Vítor morava em Vitória de Santo Antão desde 1993, para onde se mudou com a família assim que o engenho Pitú fechou. Lá trabalhara nas caldeiras do engenho, *botando fogo*, e depois foi *trabalhar de vigilante*, tomando conta dos *bois de bagaço* e da garagem do engenho. Enquanto criava os oito filhos, a sua esposa, Maria, fazia e vendia tapioca à porta de casa, no arruado. Já em Vitória, Seu Vítor tinha uma banquinha ambulante de venda de pastilhas e pipocas na movimentada feira de gado da cidade. Justificando-me com o seu desejo de «ter um sítio para trabalhar», recordava, juntamente com a esposa, como participou neste processo:

> Uns amigos meus me chamaram para ir para o Mst. Tinha umas trinta e cinco pessoas acampadas, alguns com a família. Muitos não vinham, com

---

[14] Como já foi referido, neste contexto «morar na rua» não significa estar em situação de rua ou sem abrigo, mas residente na cidade, em oposição a ser morador de engenho.

medo de apanhar. Entrámos com a cara de pau. Não teve destruição nem cacetada. Fiquei na lona preta, ao pé do açude [...] Uns dormiam e outros ficavam de olho [...] Antes tinha acampado três meses no engenho São Francisco, mas não deu em nada [Seu Vítor, Novembro de 2010].

A situação de Dona Mara, uma das poucas mulheres que participaram sem o marido no acampamento de Arupema, era particularmente difícil. Tendo ficado viúva com seis filhas, Dona Mara conta como decidiu entrar para *o movimento* e participar num acampamento do Mst:

Foi o único lugar onde eu encontrei um povo amigo e me acolheram. Eu não conhecia ninguém. Em Cacimba, no sítio do meu sogro, que é pequenino e é tudo de herdeiro, cada um tem vinte contas para trabalhar. Não tinha lugar para trabalhar e eu trabalhava no sítio dos irmãos[15] lá, ao dia [...] Trabalhava no sítio da minha sogra e lá tirando folha de chuchu [...] O irmão Amauri falou dos sem-terra. Eu tinha medo dos sem-terra. Tem muitos que quebra carro, destruíram o INCRA. Mas [disse] «Agora só não vou fazer desordem com ninguém, que eu sou uma mulher evangélica. Tenho trinta e poucos anos de evangélica, só vou querer somente que tu me dê um pedacinho de terra, criar minhas filhas e quando eu morrer deixar minhas filhas situadas.» E eu fui. Terminando de fazer a barraca já comecei trabalhando na terra e com quatro meses já tinha batata, feijão, macaxeira. Já não tava mais passando necessidade. Encontrei aquele povo acolhedor, o povo do Mst. Eu nasci naquele dia, apesar de morar no que era dos outros. Fui despejada com as crianças tudo pequena ainda [Dona Mara, Novembro de 2010].

Rita, por sua vez, expressa como concebeu a possibilidade de se juntar aos sem-terra a partir do momento em que o marido recebeu um subsídio de doença por estar impossibilitado de trabalhar e logo foi expulso do engenho onde moravam, ficando a família toda sem casa para residir:

[O marido] Queria morar na rua, mas na rua não dá. Fui para a casa de uma irmã[16] que disse: «Os sem-terra está lá em baixo em Ninho das Águias. Tem muitos irmão lá, vá para lá.» Eu não queria porque pensei que era comunista, queria tomar a terra do homem, não vou não.[17] Mas era para sair mesmo, ninguém dava serviço a ele, nem casa, só tinha na rua, alugada. [E eu dizia] «Para a rua não vou. Com essa fila de menino para a rua...? [Precisa de] um salário para alugar casa, dar de comer... não dá não.» E viemos para

---

[15] Designação usada entre evangélicos.

[16] V. referência anterior.

[17] A discordância dos moradores relativamente aos métodos usados pelo Mst foi justamente uma das causas da implementação atribulada do *movimento* na região (Wolford 2004, 149).

> os sem-terra. Eu já quis sair, não dá para eu não, mas depois me acostumei. Eu tava com medo por causa de despejo, mas viver assim tudo bem. Do acampamento Bom Conselho gostei. Passemos lá quase um ano. Depois o Mst fizeram uma troca, botaram a gente para aqui, para Arupema e os outros ficou em Bom Conselho [...] Eu falei com a dirigente do círculo de oração de lá e aí ela disse: «Pode ir. A senhora tá aí, o homem botando vocês pra fora, com esses meninos na rua...» Aí eu [pensei]: «Mas eu sei que deus é grande.» Aí viemos. Quando chegámos a Bom Conselho falámos também com os irmãos da usina. Aí dissemos: «Mas a reforma agrária é para todo o mundo». Eu ficava com medo, não queria vir não. Até hoje estou aqui. Já [a] outros irmãos não agrada não, acham ruim. Muitos não precisa, quem se precisou veio» [Rita, Março de 2011].

Um aspecto constante dos testemunhos que recolhi entre aqueles que participaram neste último acampamento de Arupema é a presença mais abundante de homens, casados ou solteiros. Só em situações raras – e muitas vezes de grande fragilidade social, como no caso de Dona Mara – é que as mulheres iam sozinhas para os acampamentos enquanto chefes de família. A situação mais frequente era aquela em que os homens iam para o acampamento com alguns dos filhos mais velhos, rapazes, ficando a esposa e as restantes crianças na casa onde viviam previamente. Tendo em conta que os acampamentos eram lugares inseguros e sujeitos a ataques e expulsões quase sempre violentas, apenas no caso de o acampamento vir a resultar em assentamento a família se reuniria no novo lugar. Elias, um dos sem-terra que reivindicaram o engenho Arupema nessa altura, lembra a fase do acampamento: «A turma lá tinha medo, [dizia-se] que o dono daqui era ruim. Tinha medo. O vaqueiro daqui era Rochinha. Soltava o gado dentro do acampamento para acabar com os povo. O povo tinha medo de irmão José Francisco» (Elias, Dezembro de 2010).

Em alguns casos, como sucedeu com Seu Vítor e Dona Maria, as mulheres só se juntaram aos maridos, levando os filhos e os pertences da família, no momento em que construíram a casa no assentamento, corria o ano de 2000. Nestas situações, as mulheres visitavam com frequência o acampamento, habitualmente ao fim de semana. Na maior parte dos casos, como o de Biu, Severino e Vítor, as mulheres só foram juntar-se aos maridos que haviam permanecido no engenho, a partir do momento em que se formalizou a desapropriação e a posse da terra estava garantida. Em Arupema isso aconteceu seis meses depois de o Mst ter *ocupado*. Assim, em Setembro de 1998, foi emitido pela justiça federal o «auto de imissão de posse», declarando a desapropriação do imóvel rural decorrente da acção movida pelo INCRA contra a proprietária (cf. anexo 3). Nessa altura, os

acampados, que se encontravam com as suas barracas de lona preta na beira do açude, nas traseiras da encosta onde se localizava a casa-grande, passaram o acampamento para a sede do engenho,[18] onde se apropriaram das instalações existentes para ali dormir e albergar as suas famílias, que, entretanto, começaram a chegar. «Eu já tinha a posse, foi quando trouxe a família. Antes dormia debaixo da lona, levando chuva e sol. Era! A lona era ali, onde é a igreja [evangélica]. Por ali era tudo acampamento. Era aquele *pretum*... [sorri] Por isso que eu hoje em dia vivo doente. E não recupero a saúde mais nunca. Sofri muito, sofri muito» (Severino, Abril de 2011).

Este acontecimento marcava mais um passo fundamental para se concretizar a atribuição de terra àquelas famílias. A vida no acampamento passava a ser mais tranquila à medida que o processo avançava junto dos órgãos oficiais. Além do reconhecimento formal, as condições materiais de habitação passavam também a ser melhores, tendo os acampados ocupado os edifícios existentes na sede do engenho, como a casa-grande, os galpões, casas e chiqueiros (galinheiros) desocupados. Nessa altura, alguns acampados instalaram-se na estrebaria enquanto esperavam pelo acto do INCRA de medição da terra, o qual iria definir a localização das suas parcelas, onde viriam a construir as casas de habitação. Foi o caso de Rita: «Eu não vim no mesmo dia não, a gente já estava lá em Bom Conselho, aí quando veio eu vim com minhas coisas toda, com bicho com tudo, eu sempre gosto de criar: galinha, cabra, cachorro, pato, todo isso eu gosto» (Rita, Março de 2011).

Como acontecia em todos os acampamentos de reforma agrária, o abastecimento alimentar dos sem-terra era assegurado pelos militantes do Mst que faziam chegar às famílias presentes no acampamento a *cesta básica* fornecida pela Conab.[19] Não obstante, logo nos momentos iniciais, os acampados caçavam pequenos animais na mata e procuravam um lugar para começar a plantar:

> No açude já plantava – cada um tinha o seu local: milho, feijão, jerimum... Quando passei para aqui [plantei] macaxeira, batata, limão [Elias, Dezembro de 2010].

---

[18] No seguimento de uma etnografia prolongada acerca dos acampamentos sem-terra no estado de São Paulo, Loera (2013) também faz referência à troca e circulação de casas *(barracos)* dentro dos acampamentos e ainda entre diferentes acampamentos onde os acampados se instalam ao longo dessa experiência liminar que pode durar vários anos.

[19] A distribuição de alimentos a «grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social» é uma medida governamental que compete às delegações estaduais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e chega às pessoas que estão nos acampamentos da reforma agrária por intermédio do *movimento* responsável por cada acampamento – no caso de Arupema, o Mst.

# A relação com os moradores

Apesar de terem os seus ordenados em atraso, os moradores do Arupema não se aliaram aos sem-terra que ocupavam o engenho, segundo dizem, por não saberem como a situação se desenrolaria. As tensões iniciais entre os moradores e os acampados foram muitas, incluindo acusações de roubo de animais e comida directamente dos roçados e sítios dos moradores. Um outro foco de tensão tinha precisamente a ver com a eventualidade de os moradores virem a ser expulsos do engenho assim que o assentamento fosse criado, o que surgia como um boato por toda a região, alimentando antagonismos entre estes dois grupos sociais que constituíam de facto a população rural pobre que beneficiaria da concretização de uma reforma agrária na região. Zé Amaro, morador em Pau Ferro, conta como foi:

> Com poucos dias chegou o assentamento aí [Dizia-se] «Para você pegar um pedaço de terra tem de vir com tudo para debaixo da lona», [E eu disse] «Vou nada!» [...] Fiquei meio assombrado. Vou não. Eu não conheço ninguém. Deixa como está mesmo [...] Aí eu continuei indo para Arupema mais os meninos, participava. Eu fui para o INCRA, passei lá três dias mais Seu José Francisco e um bocado de gente... E até hoje estou bem satisfeito. Porque logo no começo eu fiquei bem cismado [Zé Amaro, Abril de 2011].

Também Emília, esposa do administrador, recorda o receio dos moradores no momento do acampamento:

> Os moradores tinham *um medo da pílula* dos sem-terra! Achavam que eles eram maus, mas nunca fizeram nada. Só quando não queriam e não conseguiam é que quebravam bancos, saquearam carros de comida, açúcar... [Emília, Fevereiro de 2011].

Um dos acampados recorda as dificuldades que tanto os sem-terra como os moradores de Arupema viviam naqueles tempos:

> Olhe, eu aqui trabalhei, aqui não tinha uma hora de serviço para ninguém, nem para os morador... Eu saí tramitando de fome eu e muitos daqui, para trabalhar. Tinha não. Agora tá rico aqui, todo o mundo tem uma bolinha de cana, de roça. Nem os morador, coitados. Os moradores velhos não tinham uma hora de serviço. Trabalhar donde? Tudo isolado. Era mato [...] Os moradores acharam bom. Porque estava tudo morrendo de fome, sem patrão. Pagava não. O engenho já tava sem dono. Bem que é sem dono! A felicidade de muitos aí era Seu José Francisco. Porque Seu José Francisco tinha uma horta de chuchu ali pegado da igreja e dava serviço a algum morador daqui [Severino, Abril de 2011].

Naquele momento em que o engenho estava improdutivo, os trabalhadores que permaneciam no engenho viviam de facto numa situação de extrema dificuldade em assegurar a sua sobrevivência. Esta situação é descrita também por Seu Amaro, antigo morador de arruado, que estava há vários anos em Arupema:

> Seu Amaro – Eu trabalhava para o homem, arrumava o dinheiro e não tinha roçado. Ganhava o salário mínimo. Comprava tudo, passei na base de um ano assim. Depois pedi ao administrador emprestado ao pé da igreja, ele me deu, comecei a plantar lá. Uma batatinha, uma verdura, um negócio. Depois o povo chegou, cada qual se dividiu.
>
> Ana – Como foi?
>
> Seu Amaro – Eu me senti... com medo. Foi. Porque nunca tinha visto aquilo, só ouvia falar. [Diziam:] «Em tal canto tomaram o engenho...», «O povo dos sem-terra...» Quando chegaram aqui todos os morador ficaram assustado, de expulsar os moradores, mas foi engano. «Os moradores fica no lugar e escolhe no lugar que quer ficar. Quando foram medir as parcelas a gente escolhe onde quer e foi o primeiro que foi cortado foi o da gente, aí passou para os outros.» [...] Agora tá melhor, porque tou sossegado no meu lugarzinho e se os sem-terra não tivesse chegado eu não tava mais aqui, estava bagunçado no meio do mundo. Assim tenho lugar certo para dormir, arrumei minha véia, pronto.

Para além das ocupações, o Mst formalizou o processo burocrático no INCRA para requerer a vistoria do engenho Arupema, juntamente com mais dois engenhos dos mesmos proprietários que ficaram associados ao mesmo processo de desapropriação e que vieram a resultar noutros assentamentos bastante próximos de Arupema, Santana e Águas Brancas. O processo de constituição dos assentamentos de reforma agrária seguiu os trâmites previstos de vistoria da propriedade rural para averiguar o seu grau de produtividade, emissão de posse para o INCRA e indemnização aos proprietários por parte deste órgão governamental. Mantendo o nome do antigo engenho, o assentamento acabou por ser formalmente criado em 1998 com a designação de «Projeto de assentamento Arupema», e foi criada também a «Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Arupema», que viria a constituir o modelo de organização e representação política local reconhecido pelo INCRA, que administrativamente tutela este espaço.[20]

---

[20] O modelo de organização em associação de trabalhadores rurais é comum na região, onde os cerca de vinte e cinco povoamentos rurais dispersos pela área rural do município – designados localmente por *comunidades rurais* – têm vindo a constituir colectividades

Depois deste processo, que decorria enquanto o acampamento estava instalado no engenho, seguiram-se as outras fases de selecção das famílias a quem viria a ser atribuída uma parcela de terra, que é conhecida como *cadastramento*. As cerca de vinte famílias de antigos moradores que residiam no local tiveram preferência na selecção daqueles a quem viria a ser atribuída uma parcela de terra e praticamente todas acabaram por ficar no assentamento Arupema. Perante um número limitado de famílias a atender em cada assentamento, esta situação é problemática do ponto de vista do Mst, que luta pela reivindicação da terra, contestando as relações de poder em que se sustentam as próprias relações de morada. Tal como referido nos relatos cidados acima dos que acamparam em 1998 em Arupema, esta situação chegou a acontecer com vários elementos dos sem-terra que haviam reivindicado outros engenhos previamente, não tendo sido assentados no momento de criação do assentamento, dado que os moradores que lá se encontravam tinham prioridade. Neste caso de Arupema, como estavam disponíveis noventa parcelas e apenas dezanove famílias de moradores, todos os acampados do Mst foram atendidos.

De acordo com as informações recolhidas noutros assentamentos durante a primeira fase do trabalho de campo, na Zona da Mata de Pernambuco é comum o administrador do engenho ficar no assentamento. Em Arupema, entre os antigos moradores, a partir de então assentados, permaneceram também a família do administrador e Manoel, o antigo cabo do engenho. Este último acabou por ser a figura local mais importante no processo de medição e loteamento da terra, auxiliando os técnicos do INCRA nas suas visitas ao terreno.[21] Em resultado desse processo foi feita a demarcação das parcelas pertencentes a cada família assentada e das demais áreas que constam da organização interna do es-

---

que dão pelo nome de Associação de Agricultores do Sítio Várzea Grande, ou Associação de Produtores Rurais de Várzea Grande, e que estão em articulação com os sindicatos rurais e com os outros órgãos municipais, como as prefeituras. Mesmo nos casos em que estas associações não se referem a assentamentos da reforma agrária, mas a outros aglomerados populacionais constituídos por pequenos proprietários ou foreiros, o papel destas entidades é de extrema importância para a população rural, uma vez que elas servem de intermediárias entre os *agricultores familiares* e os serviços centrais, atestando, nomeadamente, a permanência das pessoas na actividade agrícola, o que é condição imprescindível para que tenham acesso à aposentadoria rural (das mulheres aos 55 anos e dos homens aos 60) atribuída pelo INSS ou à posse da terra reconhecida junto do INCRA. Sobre a influência da Igreja Católica na organização e disseminação do uso do termo *comunidade rural*, cf. Harris (2000, 76). Sobre as *comunidades rurais* enquanto aglomerados de sítios familiares, cf. Meyer (1979).

[21] O parcelamento em noventa lotes de terra foi realizado pela equipa de cartografia do INCRA através de um convénio com o Funtepe.

paço do assentamento (v. figura 3.2). Com efeito, Manoel conhece ainda os limites de todas as parcelas e continua a ser consultado sempre que existe algum conflito de rumo entre assentados. Por sua vez, José Francisco, que era o administrador do engenho à data dos acampamentos, tem assumido praticamente desde o início do assentamento as funções de presidência da associação e mais recentemente também do sindicato dos trabalhadores rurais do município. Neste sentido, continuam a existir diferenciações internas e relações de poder que, sendo também desiguais, como eram aquelas que caracterizavam o espaço social dos engenhos, se sustentam agora noutras hierarquias, agentes, práticas e até possibilidades:

> Quando chegaram aqui não teve conflito. Só com um tal de presidente que teve aqui, não era Seu José Francisco ainda. Era um tal de Seu José, que queria ficar com metade do engenho para ele. Com as casas melhores que tinha, tinha uma casa grande ali em cima que era o barracão antigamente, com metade da sede do engenho para ele, o filho e neto. Aí o povo cismaram, tiraram ele. Foi-se embora para Vitória. «Quem fica de presidente agora...?!» Aí o povo do Mst foi quem nomeou Seu José Francisco. [Ele retorquiu:] «Eu não entendo desse negócio»; «O senhor é administrador, já é muito conhecido por aqui». Aí ficou, já faz não sei quantos anos. Quando tem eleição para botar outro, ninguém quer. Porque é o seguinte, muitos e eu não entende de ir lá no INCRA e essas coisas, nem leitura eu tenho [...] Também ninguém quer assumir a responsabilidade, porque ele já entende de tudo lá para baixo no Recife, ajeitar um projecto no banco... [Seu Amaro, Novembro de 2011].

Ora, uma das características particulares de Arupema no panorama da região é o facto de se tratar de um assentamento criado a partir da acção do Mst, mas que depois *passou para a Fetape*. Esta federação goza de grande força política na Zona da Mata de Pernambuco, inclusivamente na esfera de acção da reforma agrária, devido à implementação histórica dos sindicatos dos trabalhadores rurais entre os trabalhadores da cana--de-açúcar. Em Arupema, essa passagem do Mst para o sindicato deveu--se a uma *dissidência* que aconteceu no momento inicial do assentamento, quando se discutia, entre outros assuntos, o modelo em torno do qual se deviam construir as casas dos assentados. Este assunto merecerá maior desenvolvimento no capítulo 4, altura em que descreverei justamente a forma como os sítios dos moradores foram reconhecidos na demarcação das parcelas e como se deu a discussão entre os assentados acerca do modelo de organização residencial e produtiva a implementar no espaço do

assentamento. Ao contrário do modelo de concentração das habitações numa *agrovila*, proposto pelo Mst, os assentados – tanto os moradores quanto os acampados, note-se – preferiram construir as suas casas nas respectivas parcelas, deixando para a área comunitária apenas a localização dos serviços comuns a todos. Esta preferência foi apoiada pelo antigo administrador, José Francisco, que viria mais tarde a ser eleito presidente do STR local, membro da Fetape. À data do trabalho de campo, José Francisco estava no final do seu primeiro mandato à frente do sindicato e acabaria por continuar no cargo durante o mandato seguinte. Com efeito, ao longo do tempo, José Francisco foi-se tornando uma espécie de representante do assentamento, reconhecido não apenas pelas pessoas de Arupema, mas também pelas várias instituições com as quais ele tem vindo a lidar formalmente. Apelidado de *José de Arupema*, ele é particularmente conhecido nas instituições que visitei durante a primeira fase do trabalho de campo, como o INCRA e a Fetape, assim como na Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do governo estadual e no IPA. Devido à sua posição política municipal enquanto presidente do STR, José Francisco assume um papel relevante na oposição política à prefeitura e ainda outros cargos de representação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, na Secretaria do Ambiente da CTB, no Pólo de Orgânicos do estado de Pernambuco, no Comité para a Despoluição do Rio Capibaribe, entre outros.

Durante o ano 2000, depois dos vários conflitos relativos à construção das casas na parcela ou na agrovila, à electrificação das parcelas, à construção da estrada principal e à percentagem dos créditos a ceder como doação ao Mst, houve uma divisão dentro da associação do assentamento. Desta *dissidência*, como é designado o acontecimento, resultou a criação de uma outra associação, chamada «Associação Independente dos Pequenos Agricultores de Arupema». Representando logo à partida todos os antigos moradores de Arupema, a nova associação, liderada por José Francisco, contava com o apoio da Fetape e agregou também desde o começo onze famílias de assentados que tinham chegado com o Mst. Ao longo do tempo, muitas outras se foram passando para esta associação, a que José Francisco continua a presidir, tendo sido sucessivamente eleito, porque, dizem, *adquire mais*.

Foi já no decorrer do ano 2000 que o assentamento foi dividido em noventa lotes de terra, a serem atribuídos às noventa famílias assentadas, que somavam um total de 327 habitantes, segundo o levantamento realizado aquando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA 2001). A área média dos lotes é de cerca de 7,60 ha, sendo

**Figura 3.2 - Mapa do assentamento Arupema**

Fonte: Planta cadastral DSG/INCRA (2000).

o tamanho máximo de 12,20 ha e o mínimo de 5,40 ha. Além destas parcelas, que estão numeradas no mapa da figura 3.2, encontram-se assinaladas a cinzento escuro as áreas consignadas à manutenção da reserva ambiental de mata atlântica, que ocupa cerca de 450 ha, distribuídos por duas manchas. A cinzento claro estão marcados os cursos de água e as *áreas de preservação permanente* (que correspondem às margens dos rios e

e zonas alagáveis, com cerca de 40 ha) e em quadriculado encontra-se assinalada a área comunitária, que se sobrepõe ao espaço onde antes se situava a sede do engenho, contabilizando cerca de 15 ha. São evidentes as mudanças em relação ao diagrama que apresentámos anteriormente representando o espaço do antigo engenho (figura 3.2), nomeadamente a existência de caminhos que ligam vários pontos do assentamento, incluindo a área norte à área sul de Arupema, e a linha de electricidade que atravessa na diagonal o assentamento. De facto, a grande maioria dos assentados só teve acesso à rede de energia eléctrica nas suas parcelas depois do ano de 2000.[22] Foi também a partir de então que se construiu a escola[23] e as duas igrejas evangélicas (Igreja Pentecostal Assembleia de Deus e, mais tarde, a Assembleia de Deus), ainda que os cultos evangélicos já se realizassem em Arupema desde a chegada dos sem-terra, nos acampamentos.

Tal como vimos no capítulo anterior, embora a Igreja Católica tenha tido um peso decisivo no crescimento do movimento camponês e na luta pela reforma agrária durante as últimas décadas do século XX, com a criação da CPT e tendo estado na base da formação do próprio Mst (Garcia Jr. e Palmeira 2001, 71), a maior parte dos envolvidos *no movimento* faz parte de igrejas evangélicas que têm vindo a implantar-se rapidamente nas periferias das grandes cidades brasileiras e, particularmente a Assembleia de Deus, também nas áreas rurais do interior do estado (cf. Mafra 2009).

Ainda que só tenha sido disponibilizado dois anos depois da criação do assentamento, no ano 2000, todos os assentados receberam o dinheiro para a construção da casa[24] e o crédito alimentação, que correspondia a um montante de 400,00 reais por família. Apenas alguns aceitaram o empréstimo concedido pelo INCRA relativo ao «apoio inicial», também co-

[22] Apesar de a «electrificação rural» estar prevista no artigo 187.º da Constituição federal de 1988, ela só foi implementada em grande parte dos meios rurais do interior de Pernambuco a partir de 2003, através do programa do governo federal «Luz no campo».

[23] Durante os primeiros anos do assentamento, o ensino fundamental (com turmas da 1.ª à 5.ª série) funcionou numa casa particular que existia na área comunitária e era alugada pela prefeitura (órgão de poder municipal que tutela o ensino público). Algum tempo depois, as aulas chegaram a ter lugar na casa-grande e só em 2008 o edifício da Escola Margarida Alves foi construído em Arupema. Os restantes graus de ensino obrigatório são ministrados na sede do município, para onde os alunos se deslocam diariamente de autocarro.

[24] O «crédito de aquisição material de construção» que perfazia a quantia de 2500 reais, foi considerado insuficiente por todos para fazer face às despesas relativas à construção da habitação, nomeadamente a compra do material e o pagamento da mão-de-obra. Por essa razão, alguns dos assentados acabaram por construir as casas com as suas próprias mãos, dispensando a contratação de profissionais.

por *fomento* (no valor de 1025 reais), ou o crédito chamado *custeio,* que se dedicava a financiar a produção agrícola dos assentados. Segundo me relataram, este crédito foi usado para *plantar roça* (mandioca), iniciar plantações de limão, maracujá e banana prata, além da compra de instrumentos e suplementos agrícolas.[25] De acordo com o PDA, as «lavouras comerciais» de limão e maracujá não foram bem-sucedidas e apenas a plantação de banana se revelou produtiva, por ser um fruto com «tradição de cultivo nos engenhos menores da região» e, por isso, mais conhecido pela maioria dos assentados. Além da banana, com a implementação do assentamento e a atribuição de terra às famílias, as culturas mais relevantes em Arupema eram a *macaxeira*, feijão, mandioca (para farinha), batata-doce (referida sempre por *batata*), milho, maracujá, maxixe e *jerimum* (abóbora), que correspondem genericamente aos produtos do roçado.

Na realidade, a assistência técnica foi prestada esporadicamente aos agricultores de Arupema e, além destas culturas, foi bastante direccionada para o modo de produção biológico, tanto de produtos hortícolas e plantas medicinais como de viveiros de espécies destinadas ao reflorestamento da mata atlântica. Primeiro, com o apoio do Mst e, depois, com José Francisco já na liderança da maior associação do assentamento, várias instituições ligadas à ecologia e à agricultura biológica do estado de Pernambuco (entre elas a Coopagel, a Serta e a SNE) realizaram acções de formação aos agricultores de Arupema. No seguimento destas iniciativas, sempre de uma duração muito limitada e intermitente, um número crescente dos assentados começou a praticar agricultura biológica e, desde 2001, a vender os seus produtos directamente aos consumidores em diversos *pontos de feira* que foram abrindo na cidade do Recife. Tal como acontecia já com os pequenos proprietários ou posseiros da região nas décadas de 1960 e 1970, a combinação da agricultura com algum tipo de *negócio* é a regra deste modo de produção camponês (Palmeira 1994, 21), sendo que *o orgânico* tem sido desde então uma fonte importante e constante de rendimento familiar para cerca de quarenta famílias de Arupema.

# O assentamento

Ao contrário de uma plantação repleta de cana ou de um engenho mais ou menos abandonado que é pontuado pelas casas e pequenos *sítios*

[25] As informações relativas aos créditos atribuídos no assentamento encontram-se no plano preliminar do projecto de assentamento Arupema (29-10-1998), que consta do processo do «Projeto de assentamento Arupema» do INCRA.

dos moradores, o assentamento é agora um espaço habitado, com pelo menos noventa famílias e as respectivas terras, onde cada uma pode plantar livremente a cultura que quiser. Com a criação do assentamento e a delimitação das parcelas instaurou-se uma espécie de recomeço da vida naquele espaço. No assentamento, todos têm uma porção de terra de tamanho semelhante e, por conseguinte, a mesma legitimidade face àquela terra. Tanto os antigos moradores como aqueles que chegaram por via da ocupação, vistos todos pelo INCRA como *assentados* ou *beneficiários da reforma agrária*, tratam-se agora por *parceleiros,*[26] isto é, aqueles que detêm uma parcela.

Mas num local que havia sido habitado, como um engenho, a terra nunca é um espaço igual, atemporal, a-social ou apolítico. Ao contrário de um espaço mensurável, as parcelas de terra e a sua localização diferem necessariamente por relação à sua ocupação anterior, assim como à distância que têm da área comunitária, das vias de acesso e, neste caso em particular, também por relação à mata. Apesar de o espaço ter sido refundado com o assentamento, aquele lugar, que era um engenho, não perdeu a sua historicidade. Como vimos nas secções anteriores, ainda que tenham existido várias fases de ruptura com a ordem social instituída, nomeadamente aquando da ocupação, são muitas as continuidades entre a vida no engenho e no assentamento. Assim, enquanto processo social, podemos dizer que não existe um momento zero ou um começo a partir do qual o espaço do assentamento seria criado de raiz.

Uma das continuidades e sobreposições entre o espaço do engenho e o do assentamento prende-se especificamente com a importância simbólica do centro: no primeiro caso, a sede do engenho e, no segundo, a área comunitária do assentamento Arupema. Apesar da medição geométrica das parcelas, os assentamentos são concebidos de acordo com um modelo de povoamento e ocupação do espaço que é centriforme. Neste aspecto distinguem-se dos acampamentos, que são liniformes, no sentido em que vão crescendo na beira da estrada, sem centro, sem fim (cf. Loera 2013).[27] Algum tempo depois de constituído o assentamento foram plantados vários pés de coqueiro imperial em frente da pequena igreja católica

---

[26] A origem da designação remonta à ditadura. Nos termos do Estatuto da Terra, de 1964, *parceleiro* define-se do seguinte modo: «aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à reforma agrária ou à colonização pública ou privada» (capítulo 1, artigo 4.º, VII).

[27] A designação de «povoamento liniforme» foi empregue por João de Pina-Cabral nos comentários durante o simpósio Habitar o Mundo, realizado em Campinas (São Paulo), em Maio de 2013.

que encabeçava a sede do engenho, assinalando deste modo a importância simbólica do centro do assentamento. Noutros tempos, estas palmeiras altas e imponentes tão características da paisagem da Zona da Mata de Pernambuco encontravam-se em frente das casas-grandes, simbolizando a grandeza do senhor-de-engenho. Hoje em dia, quando silenciosamente conservadas, testemunham o seu esplendor em declínio (Diégues 2006, 182). Mais adiante veremos como os coqueiros, entre outras árvores – especificamente as de fruta –, têm uma conotação com a posse da terra. Neste sentido, é de considerar que a plantação de palmeiras foi levada a cabo não durante o tempo em que Arupema era um engenho, mas já depois de criado o assentamento, como que instituindo um lugar. Do mesmo modo que a construção de alpendres em redor das casas dos assentados corresponde a uma referência que, como veremos no próximo capítulo, tem como modelo a casa-grande, a plantação de coqueiros evidencia a partilha de um modelo cultural de referência à grande propriedade, fazendas e engenhos, característicos da região.

Ao contrário do que se passou noutros assentamentos constituídos em antigos engenhos, nomeadamente o de Águas Brancas, a casa-grande de Arupema não passou a ser usada como sede da associação. Tendo chegado a servir de lugar para a escola depois do último acampamento, este edifício, que os proprietários do engenho apenas visitavam esporadicamente nunca chegando nele a habitar, foi-se degradando com o passar do tempo até ficar completamente em ruínas, com as telhas e as paredes que restam caídas. Consta que alguns desses materiais foram usados pelos recém-assentados para complementar a construção das próprias casas, enquanto esperavam o dinheiro que seria providenciado pelo INCRA. Desde então, nem a manutenção da casa foi considerada prioritária, nem os projectos de construção de uma pousada para receber os turistas que viriam de visita à reserva de mata atlântica foram levados em frente em Arupema.

A área estritamente produtiva do assentamento não se encontra apenas no espaço das parcelas que pertencem às famílias. Além da mata, que é de uso colectivo e que está, por definição, excluída deste fim produtivo, encontram-se na área comunitária vários pedaços de terra cultivados pelos parceleiros, ora com cana-de-açúcar, hortas de orgânicos ou roçado. Ao invés das árvores de fruto, que praticamente não se encontram na área comunitária, estes cultivos são temporários e o seu dono deve deter permissão para os fazer naquele espaço que é colectivo. Essa permissão é atribuída por José Francisco e o conhecimento da situação por parte do presidente da associação é invocado para reclamar a autorização de

uso daquele espaço colectivo com fins particulares. Deste modo, ainda que se localizem em espaço *comunitário*, tantas vezes denominado ainda como a *sede do engenho*, estes cultivos são reconhecidos como propriedade privada dos seus responsáveis, não gerando dúvidas quanto à sua posse.

Para além dos cultivos, algumas pessoas levam os seus animais para pastar na área comunitária, amarrando-os na várzea durante o dia. As zonas alagadas, riachos e córregos que ali se encontram são também usadas livremente pelas pessoas, sobretudo para lavar loiça e roupa à mão, dado que muitas das casas não têm água canalizada.

Na área comunitária encontram-se também algumas casas, além daquelas que foram inicialmente construídas para os assentados que assim o preferiam, em vez de terem a casa na respectiva parcela. Trata-se, concretamente, de cinco casas construídas pelos filhos dos assentados que, entretanto, já casaram e que por alguma razão não encontraram lugar para o fazer dentro das parcelas dos pais, como acontece com uma grande parte dos assentados – assunto que será desenvolvido no capítulo seguinte. Nos cinco casos que identifiquei, os jovens casais construíram a sua casa de taipa na área comunitária com a autorização de José Francisco ou compraram alguma já ali existente. Todos eles são filhos de parceleiros que, depois de casar, não puderam instalar-se nas parcelas dos pais, tendo ficado nessa terra algum dos seus irmãos e as respectivas famílias, assumindo assim a preferência na linha de transmissão da terra dos pais. Estas novas famílias instaladas na área comunitária não constam, portanto, da listagem formal do INCRA enquanto beneficiários da reforma agrária, não podendo, por isso, recorrer a créditos de apoio à agricultura familiar. No entanto, todos eles têm também uma pequena área onde plantam roçado e uma horta de produtos orgânicos, acompanhando os restantes assentados nas feiras semanais. E são estas actividades agrícolas a sua principal fonte de rendimento.

Assim, além dos titulares que decidiram construir as suas casas na área comunitária e ainda ali permanecem – dos quais restam apenas quatro –, moram naquele espaço cinco novas famílias compostas por filhos de assentados que já se conheceram em Arupema. Na ocupação da área comunitária, a única excepção a esta regra é o caso de Bau, um homem que participou no acampamento, mas que não foi aceite como beneficiário pelo INCRA por já se encontrar aposentado. À revelia deste critério e constituindo caso único em Arupema, Bau acabou por se instalar na área comunitária, onde tem a sua casa e também a de uma outra filha, que entretanto já casou e ficou a morar na proximidade dos pais. Comparativamente com os outros ocupantes da área comunitária, a sua área

de plantação de banana, maracujá e roça é bastante significativa. E é dessa lavoura que frequentemente Bau oferece banana a José Francisco, como se lhe pagasse o foro em géneros.

De acordo com o diagnóstico realizado no ano de 2000, existiam no assentamento Arupema cerca de 327 pessoas (PDA 2001). Hoje em dia esse número é com certeza maior, dado que muitas das famílias se multiplicaram e vieram a constituir novos núcleos familiares tanto nas parcelas dos pais como na área comunitária. Tal como no tempo do engenho, esta zona do assentamento continua a ser o núcleo de povoamento mais antigo e denso, acabando por ser também a zona mais movimentada, onde estão concentradas todas estas casas que referi acima e ainda a escola, as igrejas, um pequeno comércio e a sede da associação. Também as casas dos antigos administrador e cabo do engenho se encontram na proximidade da área comunitária.[28] É para este centro que confluem os caminhos que perpassam Arupema, sendo que podemos descrever a vivência do assentamento a partir destes espaços mais ocupados e movimentados a que chamamos *núcleos quentes*. Eles agregam velhas e novas vizinhanças, que são compostas por uma maior densidade de relações sociais, o que transforma os espaços em locais onde acontecem coisas e, por isso, são mais animados e também vigiados.

Podemos considerar estas vizinhanças como espaços de vicinalidade, adoptando o conceito que João de Pina-Cabral tem vindo a consolidar a partir dos contextos do Noroeste português, do contexto da costa leste sul-africana e, mais recentemente, do Sul da Bahia, no Brasil, para dar conta da dinâmica específica que existe numa rede de casas de pessoas aparentadas que habitam na proximidade umas das outras (Pina-Cabral 2011; Pina-Cabral e Silva 2013). Neste sentido, distingue-se da noção de vizinhança por não se tratar de áreas territoriais «exclusivamente ocupadas por um grupo de parentes, mas sim zonas do tecido habitacional onde surge uma maior densidade de casas aparentadas» (Pina-Cabral e Silva 2013, 93; Pina-Cabral 2011, 18). De facto, também em Arupema pude constatar que as relações vicinais estruturam a vida familiar.

Dispersas pelas parcelas, uma grande parte das casas dos assentados localiza-se na proximidade da principal estrada de barro que atravessa

---

[28] Ao contrário do que aconteceu com a casa-grande, que não estava habitada, estas casas permaneceram sempre ocupadas pelas famílias destes trabalhadores do engenho. Com o loteamento do assentamento, os antigos moradores tiveram as suas parcelas recortadas ao redor dos sítios que já ocupavam previamente, incluindo também as antigas casas de morada, que foram conservando. Para mais detalhe sobre este assunto, ver o capítulo 4.

Arupema e dá acesso à estrada municipal. Contudo, além da área comunitária, a zona que anteriormente designámos por Pau Ferro, situada na extremidade norte de Arupema, corresponde também à caracterização de um *núcleo quente*. Tal como alguns antigos moradores com sítio que se encontravam em Pau Ferro, era ali que alguns agricultores do sítio Serrinha *botavam roçado* nos tempos do engenho, tendo depois conseguido uma parcela nesses mesmos locais que ocupavam anteriormente ao assentamento. Como é comum nas terras de herdeiro, muitas destas pessoas que foram constituindo o núcleo de vicinalidade de Pau Ferro são parentes. É neste agregado de casas mais próximas que se situa o outro comércio do assentamento, assim como uma terceira igreja evangélica onde se começavam a realizar cultos semanais à data do trabalho de campo.

A reserva de mata atlântica que se localiza mesmo no centro do assentamento tem uma área bastante considerável e que consiste em quase metade da sua área total. Como é visível em ambas as figuras, quer no diagrama do espaço do engenho (figura 3.1), quer no mapa do assentamento (figura 3.2), isto explica que algumas das parcelas estejam localizadas na área sul de Arupema, chamada *o outro lado da mata* e que se encontra naturalmente separada da área norte por este *muro de Berlim*, como ouvi chamarem à mata. A noção de *muro de Berlim* prende-se com a efectiva barreira material e simbólica que a floresta constitui do ponto de vista da área comunitária, além da qual não existem caminhos que liguem Arupema a outras povoações ou qualquer equipamento de utilidade pública, apenas parcelas de famílias assentadas. Durante o trabalho de campo soube, inclusivamente, que a agente de saúde destacada pela prefeitura para fazer a cobertura de Arupema não visita os residentes do outro lado da mata.

Esta caracterização do *outro lado da mata* explica parcialmente por que algumas áreas em particular estão mais sujeitas ao abandono e consequente *repasse* por parte das famílias assentadas. Ao analisarmos as datas de atribuição da parcela, verificamos que, das trinta e oito parcelas existentes nesta parte do assentamento, dezoito já foram repassadas, isto é, já foram ocupadas por mais do que uma família de assentados desde o momento da criação do assentamento (v. anexo 5). Nestes casos, diz-se que aqueles que vieram para Arupema mais tarde *compraram a parcela* ao assentado que foi embora, tendo este sido indemnizado pelas benfeitorias e lavouras que deixou na parcela. Esta linguagem de *comprar e vender a parcela* é usada apesar de os assentados de Arupema não terem o título de propriedade da parcela que ocupam, mas apenas a concessão de uso,

o que implica que, num entendimento estritamente legal, a parcela não poderia ser *vendida*. No entanto, a avaliação do valor de uma parcela de terra mediante critérios próprios da atribuição de um valor comercial a um bem imóvel (como a sua localização e acessos, existência de água, edifícios, árvores ou lavouras) é prática comum, quer ela se encontre dentro ou fora de um assentamento. Habitualmente os novos ocupantes são conhecidos localmente e só são inscritos no INCRA enquanto titulares da parcela depois de fecharem o negócio com aquele que sai, mas também depois de terem uma espécie de parecer favorável de algum dos assentados de Arupema e de a sua aceitação no assentamento ter sido previamente aprovada em reunião da associação.

Na medida em que uma grande parte destas novas parcelas se localiza do outro lado da mata, podemos considerar que essa zona tem uma ocupação mais recente. Diferenciando estes dois lados da mata, mas também os dois principais grupos sociais que constituem o assentamento, Biu refere um dos grandes marcadores deste espaço: «Do lado de lá da mata tem bem pouco [ocupante] do tempo do acampamento.» Ao passo que, referindo-se à zona da área comunitária: «Esses moradores tudo que está aqui, que não vendeu, está aqui do começo.» De facto, como vimos anteriormente, diferentemente da sede do engenho e da zona de Pau Ferro, à data do último acampamento toda essa área do engenho se encontrava muito pouco ocupada em termos produtivos, sendo que o proprietário não chegou a replantar cana-de-açúcar ou qualquer outra lavoura depois do fim do arrendamento à usina, que ocorreu em meados da década de 1990. Do mesmo modo, durante muito tempo, essa área chegou a ser habitada apenas por uma família de moradores com sítio, Seu Mariano, que ali permanece até aos dias de hoje. Assim, a maior parte do terreno esteve por muito tempo abandonado tanto produtiva como socialmente. Podemos então concluir que estas vicinalidades que se têm vindo a constituir em Arupema têm uma relação com as diversas modalidades de entrada no assentamento, diferenciando os espaços ocupados pelos que acamparam daqueles que estavam habitados há mais tempo pelos moradores com sítio.

Concluindo, a maior equidade entre aqueles que habitam o novo espaço do assentamento contrasta incontestavelmente com a desigualdade vivida no tempo e espaço do engenho. No entanto, há que reter também que a vivência passada no engenho persiste nos planos dos que vivem no assentamento. Ela alimenta-se de aspirações e ideias inspiradas na imagem do senhor-de-engenho, da sua casa-grande e outras disposições espaciais do engenho que se reproduzem nas parcelas, além das dinâmi-

cas de poder em torno de figuras paternalistas. Este eco do passado que o espaço transporta é vivido, porém, num rumo absolutamente novo do ideal finalmente alcançado de se ser dono da sua parcela de terra, de morada, de cultivo e de vivências familiares. Sobre essas dinâmicas familiares falarei nos próximos capítulos.

## Capítulo 4

# A casa na parcela: domesticidade e construção do lugar

O modelo de reforma agrária que enunciei nos capítulos anteriores presume uma espécie de quadro atemporal. De facto, segundo este modelo, cada parcela de terra é atribuída a *uma família* que a deverá devolver ao INCRA no caso de querer abandonar o assentamento ou após a morte dos seus titulares. A sucessão não está, portanto, prevista neste processo. Apesar de a reprodução familiar ser uma das preocupações mais características das comunidades camponesas, ela não tem sido tratada analiticamente em relação aos programas de reorganização do mundo rural, espelhados nos movimentos de reforma agrária na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular.

O contexto de trabalho de campo e o assentamento específico onde concentrei a pesquisa foram escolhidos tendo em conta algumas destas problemáticas. Procurei um assentamento que existisse há tempo suficiente para que a questão da habitação de gerações descendentes dos primeiros assentados já se colocasse de forma clara e também onde o uso da terra em economias familiares fosse significativo. A dinâmica temporal implicada na sucessão geracional foi um dos temas que o conhecimento extensivo inicial dos assentamentos da região me foi mostrando ser significativo, tornando, portanto, ainda mais relevante encontrar um assentamento onde a questão estivesse bem espelhada, de forma a poder aprofundá-la com uma abordagem sensível às dinâmicas da vida quotidiana, ali permanecendo para desenvolver observação participante.

De facto, a escolha do assentamento Arupema para esta investigação teve em conta, entre outros aspectos, o facto de se tratar de um dos assentamentos mais consolidados da região da Zona da Mata, fundado em finais da década de 1990. À data do trabalho de campo, entre 2010 e 2011, algumas destas famílias que chegaram com a criação do assentamento já haviam saído da sua parcela, tendo esta sido *repassada* para ou-

tros titulares. O *repasse*, ou seja, a transferência de uma parcela de terra dentro do assentamento para outros titulares, acontece sobretudo com pessoas da região que manifestem vontade de produzir naquela terra ou, em alguns casos que conheci, parentes dos assentados que se deslocaram propositadamente para Arupema aquando dessa possibilidade (cf. anexo 5).

Neste capítulo irei descrever a forma como ocorreu o debate entre dois modelos diferentes de organização espacial do assentamento que apontam para a necessidade de uma problematização da territorialidade, atendendo especificamente à forma como as famílias concebem a sua relação com a terra. O momento da criação do assentamento que descrevi no capítulo anterior despoletou atitudes diferenciadas destes dois grupos da população assentada face à continuidade do local de habitação e à sucessão geracional. Tendo características diferentes, são mesmo assim ambos valorizadores da permanência da família e dos seus sucessores no mesmo espaço de morada. A questão geracional, por um lado, e o enfoque na temática das casas e da residência, por outro, serão temas centrais a desenvolver neste capítulo.

Tendo o assentamento Arupema mais de dez anos quando, em 2010, iniciei o meu trabalho de campo, a grande maioria da geração das pessoas a quem foi atribuída uma parcela de terra já tinha filhos adultos. Mostrarei de seguida que uma das formas de compreendermos como os filhos dos assentados lidam com essa situação pode ser explicitada pela análise etnográfica das dinâmicas de construção das casas das famílias assentadas, da gestão das parcelas de terra, das hortas, roças e demais usos da terra, assim como da participação nas feiras, onde se comercializam produtos produzidos localmente. A proposta de análise etnográfica que aqui apresento parte de um facto que se foi evidenciando a partir das minhas notas de campo. Refiro-me à diversidade de categorias e materiais das casas e ao seu significado, ligado à historicidade das dinâmicas familiares e aos sentidos de posse da terra.

Tal como tem sido largamente proposto na antropologia, tomamos aqui a casa como uma característica central da organização social e ponto de partida, veículo de análise para o estudo do parentesco, na medida em que é central para a compreensão da experiência familiar.[1] Esta centralidade da casa no estudo do parentesco não se refere apenas ao edifício onde um grupo de pessoas aparentadas vive. Ela tem ainda em conta que

[1] Cf. Pina-Cabral (1991), Carsten e Hugh-Jones (1995), Marcelin (1999), Carsten (2004) e Viegas (2007) e ainda Freyre (2001 e 2006) e DaMatta (1987).

dentro do espaço doméstico se sobrepõem diferentes dimensões experienciais de viver junto, tais como a partilha íntima do espaço (co-residência), da comida (comensalidade ou co-substancialização) e do cuidado (*nurturance*) (Carsten 2004, 35).

Depois da crítica ao estudo comparativo do parentesco dos anos 1970 e 1980, levada a cabo, nomeadamente, por Rodney Needham e David Schneider, evidenciando o viés teórico em que se sustentavam as análises do parentesco, várias mudanças importantes ocorreram na forma como a disciplina olhou também para a casa. A literatura antropológica tem ainda sublinhado que mesmo a preferência dada ao conceito de *household* (que pode ser traduzido para português por *casa* ou *grupo doméstico*) levanta problemas teóricos, na medida em que se trata de uma categoria residencial que não favorece a observação de laços interpessoais, como pode ainda induzir uma deturpação do próprio material etnográfico (Pina-Cabral 1991, 11). Por esta razão, João de Pina-Cabral propõe a utilização de uma categoria puramente descritiva, a *unidade social primária*, que em diferentes sociedades pode ser encontrada em níveis distintos de identidade social (como a casa, a família, o aldeamento, etc.), possibilitando assim um alargamento e melhor enquadramento do trabalho comparativo (cf. Pina-Cabral 1991).

Por sua vez, questionando a rígida separação entre as esferas do privado e do público, inscritos, por exemplo, no domínio da família e do Estado, a crítica feminista contribuiu para um redireccionamento analítico das vidas das mulheres e dos processos domésticos, dedicando mais às vivências quotidianas ao redor das casas. Isso permitiu que se colocasse uma maior ênfase na forma como o parentesco é vivido, salientando a importância da casa como *locus* dos entendimentos e práticas quotidianas do parentesco (Pina-Cabral 1989; Carsten 2004). Por outro lado, as características arquitectónicas das casas têm interessado ainda pela forma como nelas estão inscritos (e naturalizados) os princípios que dizem respeito à conjugalidade, ao género, hierarquia e distinção sociais (Carsten e Hugh-Jones 1995, 21).

Assim, irei aqui identificar três tipos de casas actualmente construídas no assentamento Arupema: (*a*) as antigas casas de morada, construídas de um tipo de tijolo maciço ou de pedra; (*b*) as casas de tijolo comum, construídas no início do assentamento; (*c*) as mais recentes casas de taipa, que se vão erguendo ao redor, nos terreiros das parcelas das famílias. Argumento que a construção de novas casas nas parcelas tem materializado um sentido de apropriação futura da terra pelas novas gerações de filhos de assentados, recorrendo ao código partilhado da posse da terra através

da presença continuada, onde morar e trabalhar são, finalmente, o que torna possível a construção do lugar da família.

## A casa na parcela

O modelo de habitação no assentamento Arupema reflecte com particular acuidade o valor atribuído à ocupação e à organização do espaço em continuidade com o do engenho. Assim, em primeiro lugar, como já referi no capítulo anterior, não se seguiu em Arupema o modelo dos assentamentos proposto pelo Mst, que foi, afinal, o *movimento* que despoletou o processo. Este último implicava a concentração das casas de habitação numa *área comunitária*, chamada *agrovila*. Isto é, em casas construídas em arruamento, num espaço contíguo aos serviços comuns do assentamento, como a escola, a sede da associação ou as igrejas. Nesta organização do espaço, a restante área do assentamento é dividida em parcelas semelhantes entre si que são atribuídas a cada a família e cuja função deve ser exclusivamente a exploração agrícola.[2]

Como acontece comummente nos assentamentos do Mst que se estabeleceram em antigos engenhos, característicos das propriedades da Zona da Mata de Pernambuco, estas áreas comunitárias são constituídas no espaço que corresponde à anterior sede do engenho. Esse espaço tem algumas características facilitadoras do acesso comum a recursos materiais, tais como a electrificação e os arruamentos para o exterior. Em Arupema, para além da casa-grande, do barracão e da cocheira, existiam ainda na sede do engenho algumas casas de trabalhadores que se encontravam dispostas num *arruado* e que, ao contrário das casas dos outros moradores do engenho, situadas fora da sede, não tinham área de plantação associada. Note-se que, tal como descrevemos anteriormente, as casas de morada localizadas fora da sede do engenho e, portanto, associadas a um espaço de plantação relativamente autónomo por parte destes moradores – conhecidos como *moradores com sítio* – eram bastante valorizadas.

No momento da fundação do assentamento colocaram-se questões relativas à aplicação do modelo de assentamento do Mst ao espaço daquele engenho particular, que, como já vimos, estava habitado tanto pelos *moradores de arruado* como pelos *moradores com sítio*. Ambos foram respeitados no processo de identificação das áreas que ocupavam e a

[2] Existem vários modelos de organização espacial dos assentamentos, sendo que a colectivização do espaço não é um processo uniforme.

maior parte das casas construídas de raiz no assentamento localizaram-se nas parcelas, fora da área comunitária. Esta decisão, defendida pelo anterior administrador do engenho que tinha ficado no assentamento, correspondia à vontade da maior parte dos assentados – tanto moradores como acampados –, mas entrava em conflito directo com o modelo que o Mst propunha e que tinha vindo a implementar no Sul do país e no sertão pernambucano antes de retornar à Zona da Mata. Como veremos adiante, este facto foi de tal forma importante que acabou por ser um dos factores que contribuem para a diminuição da influência e afastamento do Mst de Arupema.

Assinalam-se dois momentos-chave nesta transição do engenho para o assentamento que nos permitem aferir a forma como a terra é concebida ao longo do processo de reforma agrária neste contexto. O primeiro momento é o momento em que *a terra foi cortada*. Corresponde à fase em que a propriedade é dividida em lotes semelhantes (tidos na legislação como «unidades agrícolas familiares») que serão atribuídos a cada uma das famílias previamente cadastradas para ocuparem o assentamento. De acordo com os procedimentos do INCRA, além da classificação dos solos, com a devida reserva feita para as áreas de preservação ambiental permanente, reserva legal e sede do assentamento (*área comunitária*), foi considerada na organização espacial do assentamento Arupema «a condição do morador, o que implica a ocorrência de culturas permanentes» (PDA 2001, 87). Os moradores com sítio foram consultados e envolvidos no processo de identificação das áreas ocupadas e puderam ainda escolher se mantinham a mesma localização das suas moradas, o que aconteceu em todos os casos. Deste modo, aquela que viria a ser a área da sua parcela foi delimitada ao redor da casa que já habitavam, respeitando também a área de plantação que detinham antes. Assim, as medições da propriedade demarcaram as noventa parcelas de maneira a incorporar a casa de morada e as plantações destes antigos ocupantes.

No caso dos antigos moradores de arruado, respeitando também a sua preferência, a parcela atribuída pelo INCRA foi delimitada na proximidade da antiga sede do engenho, onde eles tinham as suas casas de arruado. Assim, a delimitação da parcela correspondeu para eles à possibilidade de ter um espaço de habitação e cultivo aproximado ao do *sítio* e, mesmo assim, em continuidade com o local onde moravam no período do engenho.

Além destes ocupantes prévios, o assentamento foi ainda povoado com as famílias que chegaram a Arupema por via da ocupação do Mst e consequente selecção pelo INCRA e que são ocasionalmente apelidadas

de *sem-terra* ou *acampados* pelos demais.[3] Também elas referem ter participado no processo de escolha do lugar de residência e trabalho por ocasião da demarcação de parcelas. De facto, como a demarcação das parcelas foi um processo demorado, que implicou o geo-referenciamento por parte de recursos externos ao INCRA (cf. figura 3.2), uma grande parte dos assentados que haviam acampado residia nessa altura ainda em casas improvisadas na sede do engenho, cujas condições recordam com desgosto. Em muitos casos, por serem abrigos tão pequenos e insalubres, não eram consideradas propícias à habitação de crianças.[4] Foi só quando as parcelas foram definitivamente demarcadas que os acampados puderam então começar a construir as suas casas de raiz, o que permitiu, finalmente, pela primeira vez depois do acampamento, a reunião da família. Além deste aspecto, muitos tinham também encontrado locais onde começaram a trabalhar durante o acampamento na sede do engenho e tinham, inclusivamente, começado a plantar árvores de fruto, acreditando que não teriam mais de mudar de lugar. No entanto, devido a um erro técnico ocorrido no loteamento e que levou a que as parcelas demarcadas no final ficassem mais pequenas do que as restantes, a *medição da terra* teve de ser repetida. Tratava-se de um momento marcante na instauração de uma ordem social em que justamente a uniformização era tida como um acto político. A sua resolução implicou algumas sobreposições de parcelas demarcadas onde anteriormente outro assentado já havia começado a plantar, o que gerou alguns conflitos. Na impossibilidade de todos os assentados escolherem consensualmente as suas parcelas, a opção do INCRA constou em atribuir aleatoriamente os lotes restantes.

Um segundo momento ocorreu quando surgiu uma contenda quanto à localização das casas de habitação dos assentados se fazer na agrovila ou na parcela, suscitada por alturas da disponibilização do dinheiro para a construção das casas. Nessa altura, a presença do Mst era ainda muito forte em Arupema. Justamente, uma das vantagens da proposta da agrovila pelo Mst prende-se com a possibilidade de a construção das casas não ficar dependente do loteamento da terra, que, por requerer trabalho técnico externo, pode ser um processo moroso. Na concepção do movi-

[3] Ainda que o acampamento seja o *modus operandi* da reforma agrária na região, os *movimentos* envolvidos preferem utilizar o termo *ocupação de terra*. Contudo, localmente subsiste ainda o uso da categoria *invasão*.

[4] Tal como referido no capítulo anterior, nestas circunstâncias, alguns cônjuges dos acampados, geralmente as mulheres, só vieram a juntar-se aos maridos depois da construção da casa oficial.

mento, a agrovila corresponde a uma organização territorial, mas também social e política do assentamento, sendo que as parcelas são principalmente áreas destinadas ao cultivo e não necessariamente à habitação. Este é um dos pontos nevrálgicos da reforma agrária na região e que nos remete para a disputa entre os referenciais ideológicos e metodológicos diferenciados do Mst e dos sindicatos rurais mais influentes na região. Em Arupema, na grande maioria dos casos, a parcela foi o lugar escolhido para construir a casa.

Dado que os moradores com sítio preferiram manter as suas casas de morada do engenho, a situação colocou-se sobretudo aos novos ocupantes. Ainda que as situações de partida que os *moradores* e os *acampados* dispunham antes da formação do assentamento implicassem necessariamente diferentes soluções, assim aconteceu também entre muitos dos assentados que *faziam parte do movimento*. Segundo Zé Celestino, que havia sido acampado, construir a casa na parcela é melhor: «Lá tem casa, tem onde comer, onde deixar as roupas, tudo perto de onde trabalha». Como vemos, a generalidade dos assentados preferiu fazer as suas casas na parcela para ficar perto da terra onde vão trabalhar e ter mais controlo sobre o que acontece na sua parcela:

> É melhor morar no sítio. Em arruado os vizinhos vêem tudo, já fica olhando... No sítio ninguém olha a vida de ninguém. É muito bom, tem as árvores, o sombrio... A ventilação é outra. Aqui, se eu me deitar, não tem quem diga: «O Seu Vítor não tá trabalhando hoje, porquê?...» No arruado: «Aquele cabra não quer trabalhar mais hoje, só quer viver em casa é? Aquela mulher só é dentro de casa, é, não faz mais nada, é?» [Seu Vítor, Novembro de 2010].

A permanência dos moradores nas casas onde moravam e nas terras onde tinham os seus sítios evidenciou o reconhecimento e valorização do *sítio* por parte de todos os envolvidos: antes de mais, pelos próprios moradores com sítio e pelos proprietários, que permitiam a sua existência e não contestaram o seu registo aquando do processo de desapropriação (cf. anexo 1); pelo INCRA, que reconheceu a localização das culturas permanentes dos moradores na delimitação das parcelas; por fim, pelos outros assentados que chegaram a Arupema através da ocupação e que não contestaram essas salvaguardas na terra conquistada, acabando também eles por preferir localizar as suas casas nas respectivas parcelas. Este processo demonstra que *o sítio* corresponde a um modelo camponês que é partilhado intersubjectivamente neste contexto e que podemos considerar, tal como outros estudos têm vindo a defender (cf. Wanderley

2003), ser o ideal de territorialidade que os assentados buscam quando se envolvem no processo de reforma agrária:

> Esses pé de pau aqui foi tudinho eu que plantei. Plantei um de cajá lá em cima no rumo do irmão Biu. Graviola, laranja, jaca, tudo fui eu que plantei. Até um pé de sapota. Todo o ano eu arrumo um trocado bom de abacate [...] Eu tinha muita vontade de morar num lugar para fazer uma fruteira bem linda ao redor da minha casa. E eu tenho! [Dona Mara, Novembro de 2010].

Entre os moradores com sítio e os que viviam no arruado as soluções possíveis eram, contudo, diferentes. Todos os moradores com sítio preferiram continuar a morar na casa que ocupavam já no espaço do engenho, donde não chegaram sequer a sair durante o período de transição para assentamento. Esta manutenção das casas apenas foi possível para os moradores com sítio. Tendo em conta que as casas, feitas de taipa, que existiam previamente no arruado foram destruídas com a instauração do assentamento, os moradores que viviam no arruado tiveram de construir uma nova casa nas respectivas parcelas, usando para isso o financiamento disponibilizado pelo INCRA para comprar materiais de construção e/ou realizar a empreitada.

Também no caso dos acampados houve a necessidade de construir uma nova casa para habitar, uma vez que não existiam no local casas suficientes para todas as noventa famílias a quem foi atribuído um lote. Nessa fase inicial, o INCRA disponibilizou uma verba a cada família para que construísse a casa ou a aplicasse em melhoramentos na casa existente.

Com a constituição do assentamento também se construiu um novo arruado onde um pequeno número de famílias decidiu construir casas de tijolo, ao invés de a construir na respectiva parcela. Em conformidade com os princípios do Mst, essas pessoas argumentavam que a parcela se localizava muito longe da agrovila, preferindo assim estar mais próximos do centro e apenas se deslocando para a terra com o objectivo de a trabalhar. No entanto, com o decorrer do tempo, o número de famílias a residir na agrovila foi diminuindo, restando apenas três casas de arruado à data da realização do trabalho de campo.

Segundo Wendy Wolford, que estudou o Mst em várias regiões do Brasil, este *movimento* foi incapaz de manter uma forte influência na região açucareira devido ao facto de os «imaginários espaciais» dos moradores estarem moldados pelas hierarquias sociais e por estratégias de reprodução extremamente segmentárias que caracterizavam a vida de residência e trabalho nos engenhos (cf. Wolford 2004). Justamente, a questão torna-se

relevante devido ao princípio de assentar os moradores primeiro e só depois aqueles que lutaram pela terra no *movimento*. Do ponto de vista do Mst, isto é problemático, na medida em que os moradores, não estando *organizados*, não têm total legitimidade sobre aquela terra que foi conquistada pela luta dos sem-terra. Por outro lado, os moradores de engenho são menos propícios a cumprir o ideal da reforma agrária, que faz corresponder a uma família uma parcela e começam *a criar condomínio*, ou seja, a apropriar-se da parcela como espaço de residência da família, construindo várias casas, em vez de privilegiarem a produção.

Há, portanto, duas dimensões a considerar: uma de operacionalidade e outra ideológica. O lema *a terra para quem a trabalha,* que fundamenta o modelo de reforma agrária do Mst, posiciona-se peremptoriamente contra a ideia da propriedade privada da terra. Por isso, e dado que o Mst não considera que tenha havido mudanças económicas e políticas estruturais desde o início deste processo, a «emancipação»[5] dos assentamentos sob forma de uma transformação da concessão de uso das parcelas em propriedade privada dos beneficiários – o que lhes permitiria decidirem que uso dar à terra, inclusivamente, dividindo-a – não é uma bandeira da luta do movimento.

Do ponto de vista dos edifícios propriamente ditos, desde o início do assentamento que ficou visível uma certa distinção social dos moradores com sítio em relação tanto aos moradores do arruado quanto aos novos assentados que haviam chegado por via do acampamento do Mst. Esta distinção social, que perdura em Arupema, espelha-se materialmente nas características arquitectónicas das casas, na antiguidade, aparência e nos materiais utilizados na construção das várias casas dos assentados. As antigas casas de morada dos moradores de engenho eram construídas com um tipo de tijolo manual e maciço que se distingue claramente daqueles usados mais recentemente nas construções de alvenaria. Em alguns casos, quando se tratava de casas de moradores com funções prestigiadas no engenho, os edifícios tinham fundações e alpendres feitos de pedra, como no caso ilustrado pela figura 4.1, onde se exibe a casa do antigo cabo de Arupema, que permanecia habitada à data do trabalho de campo.

---

[5] A emancipação é uma fase do processo de constituição dos assentamentos que deve acontecer depois de dez anos do assentamento em causa ter sido criado. Em teoria, a terra deixa de estar sob a tutela do INCRA e passa a ser propriedade privada dos titulares, que poderão pagar o valor correspondente ao longo de vinte anos. Com o fim da *tutela*, os assentados passam desde logo a ser abrangidos pelo Código Civil brasileiro, no que concerne às regras da herança, por exemplo, e a poder aceder a quaisquer outros financiamentos destinados aos agricultores familiares. Apesar de o assentamento de Arupema já ter mais de dez anos à data do trabalho de campo, ainda não tinha sido *emancipado*.

**Figura 4.1 – Casa de um antigo morador de engenho no assentamento Arupema (Novembro de 2010)**

Num comentário a uma versão preliminar deste capítulo que apresentei num encontro no Rio de Janeiro (Micaelo 2012), Moacir Palmeira mostrou-se muito surpreendido com este facto de os edifícios dos antigos moradores de sítio de Arupema serem de pedra e possuírem alpendres, já que no período em que conheceu a região da Zona da Mata (Palmeira 1977) apenas as casas dos senhores-de-engenho e seus empregados mais próximos, como os administradores, tinham estas características arquitectónicas. De facto, os dados históricos disponíveis relativos às condições de habitação dos moradores de engenho da região referem que as casas dos moradores eram geralmente de taipa e não de pedra (Freyre 1937; Correia 1973; Dabat 2007). Nos dados do processo de criação do assentamento Arupema recolhidos junto do INCRA confirma-se, à data da desapropriação, a existência de dezanove casas de trabalhadores do engenho, das quais dez eram de taipa e as restantes nove de alvenaria. Mais, como é sabido, a qualidade da casa correspondia ao estatuto do próprio trabalhador dentro daquele sistema hierárquico de relações que era o engenho (cf. Palmeira 1977). Daí que as melhores casas, isto é, aquelas que tinham uma área maior, materiais mais duradouros, alpendres e cobertura de telha fossem, por ordem decrescente na hierarquia interna,

a do administrador, do cabo, dos moradores com sítio, dos moradores com artes até aos simples moradores do corte da cana.

A existência de uma olaria no tempo em que o engenho Arupema moía e várias pedreiras ainda estavam em actividade na região, onde os moradores também trabalhavam frequentemente, justifica a relativa facilidade de acesso aos materiais e evidencia uma certa particularidade do caso. No entanto, a grande casa de pedra, concretizada na casa-grande do senhor-de-engenho, foi, desde sempre, o modelo ideal nos engenhos da Zona da Mata nordestina (Freyre 2001; 1937; Diégues 2006). À sua semelhança, a existência de um alpendre na frente dos *mucambos* de paredes de barro era já assinalada por Gilberto Freyre como uma melhoria praticável por estas populações mais pobres das áreas rurais nordestinas (1937, 31).

O caso de Dona Mara, assentada em Arupema, mostra a perpetuação desta ideia até à actualidade. Numa conversa que tivemos sobre a sua casa disse-me o quanto gostaria de vir a empregar o dinheiro destinado à reforma da casa que a associação do assentamento estava então a tentar angariar junto do INCRA no momento em que realizava o trabalho de campo: «Agora quando vier essa reforma eu vou comprar massa para terminar de organizar as paredes, vou botar cerâmica na minha casa, arrodear ela todinha de terraço, porque aqui eu quero deixar um palácio» (Dona Mara, Novembro de 2010).

Tendo em conta que a maioria das casas de antigos moradores de sítio em Arupema é de pedra e tijolo maciço, somos levados a pensar que, apesar das condições difíceis que ali viviam à data da reivindicação da desapropriação do engenho por parte do Mst, como é descrito no capítulo anterior, estes moradores são aqueles que permaneceram durante mais tempo em Arupema e habitaram ininterruptamente as respectivas casas. O facto de elas permanecerem habitadas até aos dias de hoje demonstra o forte investimento na casa de morada, assim como na sua preservação.

Por sua vez, aqueles moradores que não tinham casas de pedra, mas de taipa, tinham a condição menos prestigiada na hierarquia do engenho. Recorde-se que as casas de morada, mesmo as de taipa, eram propriedade do senhor-de-engenho, assim como as casas dos foreiros pertenciam aos proprietários da terra (cf. Heredia 1979, 147).

Se os moradores com sítio puderam permanecer na mesma casa, todos os outros construíram uma nova casa no início do assentamento. Essas novas construções foram todas feitas de tijolo. Os moradores que viviam em casas de taipa nos respectivos sítios e os moradores de arruado construíram também uma nova casa de tijolo, usando para o efeito o fundo

**Figura 4.2 – Casa de tijolo de uma família assentada (assentamento Arupema, Dezembro de 2010)**

do INCRA, que consistia no crédito para a habitação. Estas casas de tijolo são, no entanto, de um tipo distinto das casas antigas do engenho, correspondendo a um tipo de habitação – padrão – que se reproduz nas regiões rurais nordestinas. Na verdade, tanto o desenho da casa, o tipo de materiais utilizados, como a organização interna do seu espaço foram estabelecidos e sujeitos à aprovação por parte do INCRA, que promovia a adopção deste modelo de casa de alvenaria.

Na figura 4.2 é possível ver uma dessas casas de tijolo, construída em finais dos anos 1990, chamada localmente de alvenaria/padrão. Mantém genericamente a arquitectura típica da casa regional rural, com duas janelas laterais e uma porta frontal para o terreiro e outra para as traseiras, onde habitualmente se encontra uma divisão reservada para a casa-de-banho, fora do edifício da casa.

## A sucessão da casa

Como referi no início do capítulo, quando se coloca a questão da sucessão da parcela, dado o quadro atemporal do sistema da reforma agrária, que concebe a parcela como uma unidade de terra concedida provi-

soriamente para ser trabalhada por uma família específica, composta pelo casal assentado *(titular)* e seus descendentes, os pais não podem passar a parcela para o nome dos filhos. O sistema baseia-se numa unidade operativa de «família nuclear», sincopada, ou seja, não comportando uma noção de prolongamento temporal e reprodução intergeracional (cf. Pina-Cabral 1991, 139).

Na presente concepção da reforma agrária não está prevista a sucessão geracional da terra, uma vez que os titulares da parcela não podem passá-la para os filhos, nem em vida, nem no caso de morte:

> Especificamente sobre as práticas de herança após a morte do titular da terra, a legislação agrária impede o fraccionamento do lote de acordo com limites impostos pelo Estado. Desta forma, o Estado constrói uma representação à qual a família de assentados deve corresponder, sob pena de lhes ser retirada a posse da terra [Cordeiro 2010, 104].

Como a herança é um regime legal que não se aplica aos beneficiários da reforma agrária, no caso de morte do casal a quem foi concedida a parcela não existem preceitos administrativos que dêem conta da situação, deixando que cada caso particular venha a ser resolvido com base no acordo da associação de cada assentamento. Esta deverá encaminhar o assunto para o INCRA pela via formal e, deste modo, proceder-se a uma nova inscrição na sua base de dados, a *relação dos beneficiários da reforma agrária*, para assim atribuir um novo título de concessão de posse da parcela em causa.

Um dos poucos trabalhos que têm analisado a questão da sucessão na família em assentamentos de reforma agrária foi realizado num contexto onde o título definitivo de propriedade já havia sido atribuído às famílias assentadas – o processo de *emancipação do assentamento* – e, portanto, a problematização desse trabalho prende-se com a articulação entre os arranjos familiares locais e a lei geral sobre o direito sucessório (cf. Cordeiro 2010 e 2011). Esta situação de assentamentos emancipados não é, todavia, prática comum no panorama nacional e em Pernambuco é especialmente rara.

Em todos os casos em que a emissão do título de propriedade das parcelas não tenha ocorrido, como é o caso de todas as parcelas em Arupema e apesar dos quase quinze anos decorridos desde a sua fundação, a sucessão da titularidade da parcela é então um assunto que envolve, necessariamente, os procedimentos administrativos do INCRA. A inexistência da *emancipação* em tantos assentamentos rurais em Pernambuco, mesmo no caso dos mais *consolidados,* como o de Arupema, não pode deixar de

ser associada ao facto de que, pela lei geral da sucessão familiar, a herança[6] não é um princípio muito compatível com o modelo social implicado na reforma agrária e, especificamente, no movimento social dos sem-terra. Ora, este assunto não tem merecido particular enfoque nem consta da pauta de acção política da grande parte dos movimentos sociais ligados à reforma agrária. De acordo com o princípio de que «a família assentada tem que estar em luta» que sustenta a concepção do Mst, os filhos dos assentados devem procurar uma parcela para si a partir de um outro acampamento que venha a dar origem a um novo assentamento. Segundo Jaime Amorim, a substituição das gerações é uma preocupação permanente do movimento, daí que o Mst aposte na formação da juventude para que permaneça na actividade agrícola. A sua proposta assenta na alteração do modelo de desenvolvimento que vê na agricultura familiar a alternativa à apropriação privada da terra e à monocultura da cana. Inevitavelmente, esta posição reflecte-se na irresolução da questão da emancipação, mesmo quando transcorridos os previstos dez anos da fundação do assentamento, como é o caso de Arupema.

Em Arupema, a nova geração dos filhos dos titulares vai crescendo e, portanto, as soluções de vida têm de ser encontradas na prática, à revelia destes procedimentos burocráticos. Veremos então as soluções que têm vindo a ser encontradas em Arupema face às restrições resultantes deste hiato. Ao contrário da geração anterior, dos titulares, os jovens filhos dos assentados não dispõem de nenhum recurso para construir a sua casa nem de uma área de terreno para uma nova família nuclear. A observação dos casos que conheci mostra que eles recorrem aos materiais de construção que estão disponíveis localmente, tais como o barro, a madeira e as folhas retiradas da mata e constroem na área da casa do pai do noivo, virilocalmente, segundo um modelo varonil. À medida que o tempo passa e os seus donos vão tendo condições, estas casas de taipa vão sendo *melhoradas* através, por exemplo, da colocação de telhas de barro, reboco e da pintura das paredes.

O aparecimento destas casas dos filhos dos titulares ao redor das casas dos pais prende-se, evidentemente, com o ciclo de vida familiar. Antecipando o casamento, é esperado que o filho mais velho constitua a sua casa na proximidade da dos pais. Ao contrário das outras pessoas que, não tendo qualquer ligação familiar com os assentados, possam residir

[6] Estabelecemos aqui a diferença entre os conceitos de *herança* e de *sucessão*, no sentido em que o primeiro diz respeito à distribuição (mesmo que desigual) dos bens familiares a todos os filhos ou parentes e o segundo à escolha do filho que ficará encarregue de assegurar a actividade produtiva (cf. Carneiro 1998).

**Figura 4.3 – Casa de taipa de um filho de assentados no terreiro dos pais (assentamento Arupema, Novembro de 2010)**

no espaço do assentamento e que são, por essa razão, vistas com um certo grau de ilicitude,[7] é consensualmente aceite que a geração dos filhos dos assentados/parceleiros seja integrada desta forma nas parcelas dos pais. Estes *filhos dos parceleiros* não têm o título de posse da parcela, não são representados na associação independentemente dos pais e não têm acesso a créditos enquanto agricultores familiares, por dificuldade em provar que vivem de facto do trabalho da terra. O facto de não terem estes reconhecimentos formais estabelece hierarquias e cria restrições directas à sua sustentabilidade exclusiva com o trabalho na parcela. Aliás, uma boa parte destes filhos de assentados recorre também ao trabalho assalariado fora do assentamento, frequentemente na usina, de forma a completar o seu rendimento familiar. Mesmo assim, no conjunto do assentamento, eles têm um estatuto reconhecido como os sucessores dos titulares. Este sistema varonil, que se vai implementando, parece protegê-los.

É de particular interesse notar que, entre as famílias de antigos moradores que ficaram a residir na antiga casa de morada (de pedra), preexis-

[7] Em vários assentamentos pela Zona da Mata ouvi os ocupantes não oficiais dos assentamentos serem chamados de «formiga», expressão que acentua o sentido figurado para aquele que surge sorrateiramente.

tente ao assentamento, esta gestão da casa das várias gerações é feita de outra forma. Em muitos casos, estes *parceleiros,* por serem antigos moradores, puderam preservar a casa onde habitavam, usando o dinheiro do INCRA para construir uma outra casa, desta feita de tijolo, para onde se mudaram, ficando um dos filhos a habitar na antiga casa de morada. É esta a situação da família com quem vivi durante o trabalho de campo. Antigos moradores de engenho, o casal e os três filhos (dois homens e uma mulher) vivem há cerca de vinte anos em Arupema. Mudaram-se para lá quando José Francisco foi contratado como administrador do engenho e, por essa razão, tiveram direito a instalar-se na casa do administrador, que já ali existia. Na altura, as crianças eram muito pequenas e viviam todos juntos. Já depois de o assentamento ter sido criado, quando o filho mais velho se casou, ele e a esposa ficaram a residir na casa dos pais dele (respeitando o princípio da virilocalidade), mas rapidamente sentiram a necessidade de ter a sua própria casa (neolocalidade). Respondendo à vontade de o jovem casal ter uma casa própria, os pais, titulares da parcela, decidiram então usar os materiais disponibilizados pelo INCRA para construir uma nova casa, também na parcela, para onde acabaram por se mudar juntamente com os restantes filhos solteiros. Desta forma, possibilitaram que o filho varão permanecesse na casa e na terra e, mudando eles para a casa *oficial* dos parceleiros, evitaram criar problemas de ordem formal com o órgão da tutela.

Este caso mostra como podem variar as soluções para a sucessão, acabando por reproduzir a diferenciação social entre os antigos moradores de sítio e os restantes habitantes do assentamento. Da mesma forma que os antigos moradores procuraram estabelecer uma certa continuidade familiar relativamente à casa de morada, cedendo-a ao filho mais velho e mudando eles para a casa nova de tijolo que construíram, podemos dizer que a casa de taipa construída pelos filhos dos outros assentados, que chegaram como *sem-terra*, marca também uma continuidade com a trajectória dos próprios pais, cuja história de vida está muito marcada pela passagem por vários acampamentos onde construíram as suas barracas de taipa e lona preta. Em Arupema, como em tantos assentamentos que já foram objecto de estudos antropológicos, esta vivência da *luta pela terra* é central do ponto de vista da forma como constroem a sua identidade enquanto assentados da reforma agrária.[8]

---

[8] Sobre este aspecto da forma como a vivência da l*uta pela terra* é estruturante da identidade social dos assentados, v., nomeadamente, Sigaud (2000), Wanderley (2003) e Loera (2009).

No início do assentamento, quando a terra não tinha ainda sido dividida em parcelas e as famílias não sabiam ainda qual lhes seria destinada, os acampados ergueram *barracas* na sede do engenho para alojar a sua família. À excepção dos moradores com sítio, que tinham maioritariamente casas de pedra, todos os outros viviam em casas de taipa na sede do engenho. Depois, ao ser atribuída uma parcela a cada família, os *novos assentados* puderam, finalmente, começar a construir as suas casas nas respectivas parcelas. Também aí usaram os recursos disponíveis: o barro e a madeira.

Esta vivência remete, em vários sentidos, para uma certa precariedade. Primeiro, no sentido de pobreza, presente na condição de não poderem investir em materiais de melhor qualidade e que possibilitem uma maior durabilidade. Mas remete-nos também para a precariedade de estatuto relativamente à propriedade da terra, por relação às casas de pedra, mais estáveis e seguras, que caracterizam tanto a casa-grande dos senhores-de-engenho como a própria casa de morada, onde habitam os moradores que são apenas trabalhadores, mas cuja condição privilegiada implicava uma relação prolongada de confiança com os proprietários, senhores-de-engenho. A *segurança* transmitida pelo proprietário aos trabalhadores através da relação de morada era vista por eles como uma das vantagens desta condição (cf. Palmeira 1977). Por outro lado, permite-nos ainda realçar a questão da temporalidade, acentuando o facto de que, num assentamento, a casa de taipa é uma construção nova, como são *novas* as pessoas que nela residem.

Algumas dessas construções de taipa onde a família chegou a residir temporariamente enquanto não foi construída a casa oficial, a casa de tijolo, permanecem ainda na parcela, nas proximidades da nova casa ou junto às hortas, onde são úteis para guardar ferramentas e utensílios agrícolas, conforme é possível verificar na figura seguinte. Note-se que esta casa de taipa está localizada nas traseiras da casa de tijolo onde a família habita e que o terreiro que existe ao redor da casa principal se estende até à entrada desta casa de apoio.

Os melhoramentos que se vão fazendo nas casas dão-se, então, em termos de qualidade dos materiais (reboco e tinta nas paredes, telhas de cerâmica, chão de ladrilho, etc.) e também nas funções da própria casa, acrescentando elementos novos que não existiam, tais como telheiros e casas de banho (estas últimas sempre nas traseiras). Este aspecto remete-nos para uma concepção de que a casa se vai construindo, cuidando, melhorando e consolidando ao longo do tempo. Ela tem, portanto, uma natureza processual. Seja de tijolo ou taipa, não é raro as casas serem

**Figura 4.4 – Casa de taipa anteriormente usada para habitação e que agora serve para armazenar utensílios agrícolas (assentamento Arupema, Outubro de 2010)**

construídas pelos próprios membros da família, quase sempre os homens. Mesmo antes de casar, os jovens rapazes começam a construir uma casa nas imediações da casa dos pais. Até terem cerca de 20 anos permanecem em casa dos pais, trabalhando já para si, seja na usina ou nas hortas orgânicas. Dos seus rendimentos, devem contribuir com uma parte (60/40) para as despesas comuns da casa, sendo que o restante fica para as suas despesas, entre as quais a construção da sua futura casa, para onde se mudarão com as respectivas mulheres ao casar.

Tal como referi na introdução deste capítulo, para além das antigas casas' de pedra, existem mais dois tipos de casa no assentamento, numa diversidade de categorias e materiais de construção que vão das casas de tijolo, construídas no início do assentamento, às casas de taipa, que são construções mais recentes erguidas pelos filhos dos *parceleiros*. Estas diferentes tipologias de casa não estão presentes em todas as parcelas das famílias, mas é frequente existir ali mais do que uma construção para fins de habitação. Neste caso, a existência de várias casas indica que, para além do casal *titular* (isto é, aquele a quem originalmente foi concedida a parcela naquele assentamento), reside na mesma parcela um dos filhos casado. A segunda casa assinala uma nova geração posterior à da criação

**Figura 4.5 – Seu Joaquim. olhando a sua parcela e, ao fundo, a casa e horta do filho (assentamento Arupema, Outubro de 2010)**

do assentamento. A sucessão geracional que referi ter-me levado a concentrar o trabalho em Arupema espelha-se assim na frequência com que encontramos duas ou três casas por parcela, próximas umas das outras, sendo que numa habitam os pais e nas outras casas as famílias constituídas pelos filhos casados desse primeiro casal.

Esta proximidade entre as primeiras habitações dos assentados e as dos filhos cria mais do que uma multiplicidade de residências. Cria um novo espaço familiar, um agregado de casas ligadas por relações de parentesco:[9] um sítio. Quando os filhos dos *parceleiros* constroem no terreiro dos pais, as suas casas podem servir apenas de residência para a nova unidade familiar nuclear constituída pelo jovem casal e os seus filhos, sem que isso implique uma atribuição de terra para plantar ou uma virtual transmissão da titularidade sobre a parcela. Podem servir apenas para habitação (v. figura 4.5). Em torno do mesmo terreiro, estas duas casas estabelecem uma rela-

[9] Têm-se usado vários conceitos para descrever estes conjuntos de casas relacionadas: *compound*, unidades co-residenciais, núcleos ou aglomerados de casas, etc. Ainda que se remeta para um contexto urbano do recôncavo da Bahia, Louis Marcelin descreve as redes que se estabelecem entre as várias casas como uma «configuração de casas» enquanto conjunto de casas vinculadas por uma ideologia da família e do parentesco (1999, 33).

ção de complementaridade entre pais e filhos, tanto ao nível doméstico, com a partilha da comida, o cuidado com as crianças e o uso do espaço das casas, como através da participação no trabalho e nos dividendos das hortas orgânicas e demais produtos que a parcela fornece.

A construção da casa dos filhos dos assentados num outro ponto da parcela, que não no terreiro dos pais, cria um novo núcleo. Esta nova casa envolve uma separação da unidade inicial e a divisão do conjunto da terra da família (a parcela) em áreas distintas para cada uma das unidades familiares que constituem estes dois núcleos, que, a partir da construção das respectivas casas e plantações, podem assim morar e trabalhar.

A casa dos pais deixa de ser apenas a casa da parcela (no modelo que compreende apenas uma parcela/uma casa/uma família nuclear) para ser a casa principal desta unidade de residência, que aglutina a família, pelo menos enquanto esta geração estiver ainda em idade activa. É na casa principal que estão os equipamentos que servem todas as casas da família, como o forno a lenha, o dispositivo da água que serve as três casas, as sementes para a horta ou o telefone. Os filhos que moram na mesma parcela passam pela casa dos pais diariamente. Entram com toda a propriedade de quem está *em casa*, onde comem frequentemente. Os netos dormem sestas, tomam banho, brincam e andam por ali quando regressam da escola.

Por outro lado, mesmo quando se trata de um filho solteiro, ao construir uma casa no terreiro da família há um reconhecimento de que aquele filho já começou também a assumir a responsabilidade (ou co-responsabilidade juntamente com os pais) pela produção agrícola, através do seu trabalho na roça ou na horta e da venda da produção familiar nas feiras. Falamos aqui da importância do trabalho no sentido de uso continuado e cultivo de um pedaço de terra como forma de obter legitimidade sobre ela (cf. Harris 2000, entre outros).

Assim, podemos considerar que a gestão da terra disponível na parcela é um processo de parentesco que ocorre ao longo do tempo, uma vez que implica que um dos filhos permaneça na casa original da família ou construa uma casa no terreiro, assumindo assim a sua posição privilegiada na sucessão do poder da parcela e garantindo, idealmente, a sua posse no futuro. Tal como explicarei na secção seguinte deste capítulo, em princípio, o filho que ficar com a casa irá dispor também de terra para *botar roçado*, isto é, terra para trabalhar.[10] A escolha do filho a quem a parcela será transmitida demonstra uma tendência para a varonilidade e virilo-

---

[10] O mesmo já acontecia entre os foreiros da região estudados por Beatriz Heredia (1979, 148).

calidade, privilegiando a proximidade da nova família nuclear. Isto implica, no reverso da medalha, que sejam as filhas aquelas que saem da casa dos pais para irem morar na parcela dos pais dos maridos. A troca de mulheres de cariz relativamente endogâmico dentro do assentamento é muito comum em Arupema, onde a taxa de casamentos entre filhos de *parceleiros* é bastante elevada, envolvendo, tal como noutros contextos etnográficos, uma série de uniões de famílias que estão relacionadas com o sistema de posse da terra baseada na ocupação pelo trabalho (cf. Lima, cit. *in* Harris 2000, 98).

Apenas em alguns casos a gestão do espaço na parcela permite a construção de uma casa para que outros filhos – que não os que se dedicam exclusivamente à agricultura – ali residam. Apesar de construírem uma casa, os outros filhos dos titulares acabam por investir menos o seu trabalho na actividade agrícola e na manutenção das roças e hortas na parcela, trabalhando frequentemente no corte da cana para a usina ou noutro trabalho assalariado da *rua* (como mototáxi ou na pedreira). Noutros casos, a gestão das terras disponíveis tem incluído também o espaço da área comunitária, onde – com o consentimento dos restantes assentados – alguns filhos de *parceleiros* têm podido construir a sua casa e até *abrir hortas* através das quais sustentam a sua família.

No passado, enquanto moradores de engenho, numa situação ideal, cada família tinha direito a uma casa para morar e um pequeno sítio para plantar dentro da propriedade do patrão – o engenho de cana-de-açúcar –, onde o homem era trabalhador assalariado. Nessa casa, onde já haviam morado outros trabalhadores, residiam também os filhos do casal, que frequentemente ajudavam o pai no corte da cana. Mas, quando algum deles pretendia casar e, por conseguinte, residir numa outra casa com a esposa, não podia construir ali perto, tendo, portanto, de pedir ao senhor-de-engenho uma casa para *morar* e, assim, realizar com ele um contrato de trabalho. Ou seja, passava ele também a ser *morador de engenho*. Aqui a disponibilidade de lugar para a família dependia do número de trabalhadores que o engenho tinha, o que, por sua vez, dependia da respectiva produtividade e, sempre, da vontade do administrador e do senhor-de-engenho. Ouvi as expressões «me arrume esse sítio para eu morar» ou «Me dê vinte dias de trabalho» na rememoração desses processos em que procurar uma casa de morada e *pedir trabalho* eram a mesma coisa. A propósito, Seu Vítor contava-me sobre quando não era fichado e circulava por vários engenhos. «Às vezes um patrão massacrava mais, ou não pagava. [Então, eu procurava outro e pedia:] 'Arrume uma casa para eu, que eu quero me mudar'.» Ao *pedir morada*, o trabalhador

criava mais do que um contrato laboral com o patrão, que o deixava a si e à sua família a aguardar por uma vaga naquele mesmo engenho ou num outro do mesmo proprietário. Assim, o chefe de família estabelecia uma dívida moral para com o proprietário (Garcia Jr. 2002).

Apenas quando o morador morria os filhos poderiam ficar na mesma casa, herdando a sua condição de morador. Mas, no caso de os pais serem vivos e os filhos quererem construir uma casa, não o poderiam fazer nas proximidades da casa do pai. Tinham de encontrar outro *sítio* de morador que ficasse vago. A situação era de tal forma rígida que os moradores não podiam sequer construir sem autorização do patrão, sob pena de expulsão (Dabat 2007, 532). A mesma situação colocava-se como problema também entre os foreiros, cujas casas pertenciam ao proprietário – tal como no caso dos moradores de engenho.

A destruição das casas dos foreiros por parte dos proprietários nos anos 50 e 60 do século passado esteve na base do descontentamento e da mobilização que deram origem às ligas camponesas na região (C. Furtado 1964). Estes grupos organizados de foreiros, moradores e canavieiros insurgiram-se contra a expulsão das terras que alugavam e onde produziam os seus próprios alimentos, um processo que ocorria em massa na época e que visava a incorporação de novas terras nos canaviais. Assim como as árvores de fruto, chamadas *bens de raiz*, reconhecidas no Estatuto da Terra de 1964, a existência de uma casa era considerada uma benfeitoria realizada por parte dos foreiros e, como tal, estes deveriam ser indemnizados pelos senhores-de-engenho aquando da sua saída da terra.

A um nível estritamente formal, sucede então que, tal como acontecia com as regras da morada nos engenhos, que não previam que a transmissão da terra estivesse sob o controlo da família dos trabalhadores, num assentamento rural a transmissão da parcela também não pode, em teoria, ser controlada pelos descendentes do seu titular, dependendo formalmente da legitimação do INCRA. Todavia, diferentemente do que sucedia no período dos engenhos, a liberdade de encontrar, na prática, soluções de trabalho ou habitação de iniciativa dos assentados é quase total, já que não se conhecem sanções nem necessidade de motins sociais para as conter. É destas soluções que me irei ocupar de seguida. Veremos de seguida que a concepção de família presente nos assentamentos e a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares de subsistência se aproximam de um ideal camponês, em que os filhos mais velhos devem suceder aos pais e a reprodução familiar está intimamente dependente da transmissão da casa e da terra enquanto área de cultivo ou *terra de trabalho* (Garcia Jr. 1983).

## Dinâmicas familiares na parcela

No assentamento Arupema, praticamente, todas as casas – tanto as antigas casas de morada que perduram como as casas mais recentes de tijolo e taipa – estão localizadas nas parcelas. Caracterizando a paisagem da Zona da Mata, são construídas preferencialmente no cimo das chãs ou perto dos acessos. A vantagem que os habitantes vêem em estar num ponto alto tem a ver com a vista desafogada, com a temperatura mais amena, por ser ventilado no Verão e ter o melhor escoamento das águas da chuva no Inverno. A existência de água de nascente ou de cacimba é também um aspecto importante a ponderar na escolha do local onde se constrói a casa. E há ainda que ter em conta que uma vista desafogada implica também uma vizinhança desafogada, de modo que as casas das diferentes famílias têm geralmente um espaço considerável entre elas.

Independentemente da tipologia da casa, todas as casas do assentamento Arupema apresentam uma disposição interna do espaço muito semelhante, sendo compostas de uma sala, dois quartos e uma cozinha. Geralmente de forma rectangular, as casas regionais são constituídas apenas por um andar térreo, coberto de telha. Como acontece de forma muito generalizada nas habitações tradicionais brasileiras, internamente as divisões são separadas por paredes que não chegam ao tecto, permitindo assim a circulação do ar, que entra através do telhado pela casa toda. Tendo em conta que até há relativamente pouco tempo – cerca de dez anos – não existia rede de electricidade naquele local, esta característica permitia também que apenas um candeeiro alimentado a querosene (*o lampeão*) colocado estrategicamente no centro da casa iluminasse todos os vãos.

A porta de entrada, na fachada da casa, dá acesso a uma sala, onde estão os sofás, a televisão e o aparelho de som, assim como a mesa de refeições. É aqui que se recebem as pessoas. Nas paredes há fotografias dos parentes, com destaque para os que foram para São Paulo ou moram longe. Não obstante, em geral, as casas são muito despojadas de objectos e, não raro, as paredes não se encontram rebocadas ou pintadas tanto por dentro como por fora da casa. A sala tem duas portadas com cortinados coloridos que dão para os quartos, habitualmente dois, e uma portada maior que dá acesso à cozinha.

Para quem entra na casa pela porta principal – que é por onde entram os homens, incluindo os homens da casa – a cozinha situa-se, invaria-

velmente, ao fundo da casa. Esse é o espaço das mulheres.[11] É na cozinha que as mulheres de cada uma das casas preparam a comida, uma das actividades mais importantes no seu quotidiano. O fogão a gás (sempre com as panelas e a cuscuzeira em cima), a pia do lava-loiça, a jarra da água (um pote grande de barro) e o louceiro são imprescindíveis, ao passo que o frigorífico não marca presença em todas as cozinhas. Apenas alguns objectos básicos dispostos à vista: a *arupema* (uma espécie de peneira redonda feita de fibra vegetal), liquidificador, garrafa térmica com café.

O fogão pode mesmo ficar fora da casa, imediatamente à saída da porta da cozinha que dá acesso às traseiras da casa, coberto por um pequeno telheiro. Mesmo no caso de existir um fogão a gás dentro de casa, não se dispensa o fogo lá fora, nas traseiras. Alimentado a lenha, é nesse fogão do exterior que se cozinham as chamadas *comidas duras* ou *o que demora mais tempo no fogo*, isto é, o feijão, a macaxeira, a batata-doce e o cará, que são a base da alimentação destas famílias.[12] É aqui que as mulheres descascam a macaxeira, se dispõem os cachos de banana depois de colhidos para escorrer o leite e se lava e estende a roupa.

Neste espaço conhecido como *quintal* pode encontrar-se também uma estrutura de paus em forma de bancada onde se lava a loiça, sendo bastante frequente as casas não terem água canalizada para este fim. Do mesmo modo, as casas de banho são frequentemente localizadas fora do edifício, num acrescento à casa principal. É também aqui que se depositam os dejectos da casa, tanto lixo orgânico como outros que se queimam regularmente. A fossa[13] encontra-se na sequência imediata deste espaço de vivência.

Nas traseiras da casa estão os animais domésticos, como os cães e as galinhas, e é lá que são plantadas algumas árvores de fruta, de porte e ciclo de vida relativamente curtos, como as bananeiras ou os pés de mamão. Ali são também colocadas as sementeiras e pequenas mudas de plantas, que requerem mais cuidados, algumas plantas aromáticas, usadas

---

[11] Esta divisão sexual do espaço da casa encontra-se de forma muito generalizada nas monografias acerca do meio rural brasileiro (v., nomeadamente, Machado 2012; para uma descrição estruturalista da casa-padrão nos meios rurais pobres da Zona da Mata, cf. Garcia Jr. 1983).

[12] Sobre a alimentação popular brasileira, António Cândido observava: «O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz» (Cândido 1964, 68).

[13] Note-se que em Arupema, como em grande parte das zonas rurais do interior do estado, não existe um sistema de saneamento básico que forneça água canalizada e proceda à colecta e tratamento dos esgotos das populações.

**Figura 4.6 –Crianças brincam no terreiro (assentamento Arupema, Outubro de 2010)**

na culinária, tais como pimenta e o capim santo, e medicinais, como a colónia ou o *café beirão*. Este espaço da casa, embora mais reservado, é sempre muito movimentado. O dia começa muito cedo, para muitos antes do nascer do Sol. A preparação da primeira refeição do dia, o *café da manhã* (isto é, o pequeno-almoço), é da responsabilidade da *mãe de família*. Tal como o nome indica, serve-se o café quente e um cuscuz de milho que se faz na hora e é acompanhado de banana cozinhada e/ou carne. Como os homens que trabalham no corte de cana saem muito cedo de casa para apanhar o transporte da usina, por volta das 4 horas da madrugada, a mulher levanta-se ainda mais cedo para lhes preparar a *bóia*, uma espécie de marmita que contém o almoço que haverão de comer durante o trabalho na usina.[14] Com o Sol, acordam também as crianças que vão à escola e, por volta das 7 horas da manhã, já não estão em casa. No caso dos homens que não saem para trabalhar fora, tomam um *café pequeno* para não ficar em jejum antes de ir tratar dos animais ou

[14] É esta prática de transportar uma merenda característica dos trabalhadores deslocados, que deu o nome de *bóia-fria* aos trabalhadores da cana.

trabalhar na horta, aproveitando a temperatura mais amena para cavar, plantar ou regar a terra. Regressam a casa por volta das 8 ou 9 horas e só depois de tomarem banho se sentam à mesa para tomar o *café da manhã*. Depois voltam outra vez ao trabalho, no sol quente.

Depois de tomado *o café*, as mulheres começam logo a tratar da preparação do feijão para o almoço. Arrumam a casa, varrem o terreiro, lavam a roupa, dão de comer às galinhas. Tudo isso nas imediações da casa, na cozinha e no terreiro. As mulheres da família, filhas, cunhadas e sogras, assim como as crianças que não vão à escola, circulam pelas casas da mesma parcela, realizando algumas tarefas em conjunto, como lavar a roupa ou ir buscar um pouco de feijão a casa da sogra para o almoço. No caso de os homens não estarem presentes em casa durante o dia, é frequente que as mulheres não cheguem a cozinhar o feijão apenas para elas e as crianças, comendo outros alimentos que não são considerados propriamente comida, uma vez que, dada a ausência do *pai de família*, pode não se considerar relevante preparar o feijão. Servido com arroz, macarrão, farinha de mandioca, salada e carne ou peixe, o feijão é aqui, como para a grande massa das classes populares brasileiras, a base da principal refeição do dia.

O homem e as crianças comem à mesa da sala ou cozinha, mas não necessariamente em conjunto, ou seja, ao mesmo tempo. Enquanto isso, as mulheres, que lhes *fizeram o prato*,[15] ficam pela cozinha, continuando a preparação da comida e tratando de outras tarefas domésticas. Embora não se trate de uma comensalidade tal como é descrita para o contexto europeu, aqui o consumo do feijão tem uma importância de consubstancialização entre os membros da família. Assim como os bolos de aniversário, o munguzá ou as outras comidas de milho que se fazem abundantemente depois das colheitas, todos são generosamente divididos e partilhados entre as casas dos vários filhos do casal.

Tal como o pão no contexto português do Alto Minho (Pina-Cabral 1989), o feijão, a macaxeira e o cuscuz de milho são a comida por excelência, no sentido físico e simbólico. A sua partilha fortalece os laços de parentesco existentes entre os membros da casa e entre aqueles que, não

---

[15] «Fazer o prato» é a expressão usada para se servir a comida de cada pessoa. Geralmente, as panelas onde se cozinha ficam dispostas no fogão e as mulheres servem os pratos de cada um individualmente. Os comensais irão, então, sentar-se à mesa para comer, seguindo habitualmente uma ordem que começa com os homens da família, as crianças e, por fim, as mulheres – tanto a *mãe de família* como alguma filha mais *moça* que ali resida. Quando a família se encontra fora de casa, em casa de parentes, por exemplo, é igualmente da responsabilidade da mulher servir o prato do marido e filhos.

vivendo na mesma casa-edifício, fazem parte da mesma casa-família. Ainda que não sejam todos produzidos pelos próprios, estes alimentos provenientes do roçado são dotados de grande valor moral, por corresponderem ao produto do verdadeiro trabalho do lavrador, adquirindo também uma importância económica acrescida de simbolismo para a manutenção, autonomia e reprodução da casa. Está aqui em causa algo comparável ao que Gudeman e Rivera sublinharam a propósito da importância da comida cozinhada (preparada) em casa para a força dos camponeses colombianos. É ao produzir comida que se garante a viabilidade e produtividade das casas, sendo que manter a casa significa, simultaneamente, manter fisicamente a morada e alimentar os seus habitantes (1990, 30).

Em frente da casa localiza-se o terreiro, que é um espaço amplo e plano, que permite que a casa seja vista ao longe. Como um pátio de acesso à casa, onde se recebem as visitas, o terreiro de terra batida ou laje deve estar sempre limpo, o que é da competência da mulher, dona da casa. Está ladeado por árvores de fruto, como grandes pés de manga, jaca, coco e caju (mas também cajá, jambo, acerola, pitanga – a variedade de frutas é enorme) que fazem sombra no terreiro e, de certa forma, criam uma barreira natural que protege a casa. Como dá acesso à casa, é no terreiro que se estacionam os carros, ou, mais comuns, as motos, bicicletas e o cavalo. Mas apenas quem tenha sido convidado ou tenha boas relações com a família passa no terreiro de uma casa.[16] Depois de almoço, quando o calor aperta, é hora de descansar um pouco, *cochilar* e receber pessoas para conversar. À noite, uma luz de presença ilumina o terreiro de cada casa. Não existe iluminação pública nos caminhos.

Caso existam várias casas em torno de um mesmo terreiro, encontram-se dispostas de frente umas para as outras ou lado a lado, formando o terreiro o centro daquele aglomerado. Ali é o espaço onde os cães e as galinhas andam à solta, as crianças circulam e brincam à vontade e as outras pessoas, principalmente os homens, se sentam para descansar e conversar. As mulheres cultivam flores no seu terreiro e gritam mensagens de umas casas para as outras. E é também no terreiro da casa que estão alguns produtos usados na actividade agrícola, tais como caixas de sementes e de adubo ou pesticidas e os próprios produtos agrícolas que requerem algum trato mais cuidadoso, como é o caso do feijão, que é

[16] Há trabalhos que demonstram que, como nos países andinos, existem regras implícitas que dizem respeito à aproximação dos visitantes, que reflectem a distância social dos membros do grupo doméstico (Carsten e Hugh-Jones 1995, 3).

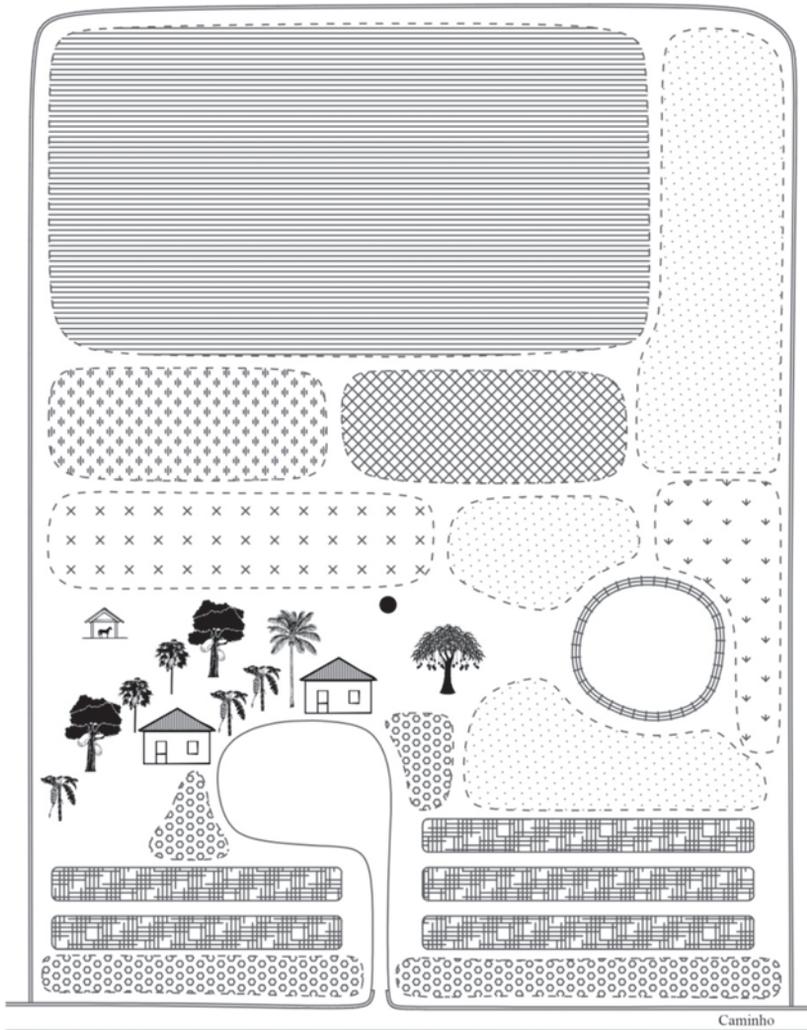
disposto em molhos no terreiro até secar para depois ser debulhado (cf. figura 4.3).

Apesar de ser uma pequena construção, que nem sempre sobressai na paisagem, quer pela cor, quer pelo tamanho, é possível situar na paisagem de Arupema as casas dos *parceleiros* a partir da existência de pequenos aglomerados de árvores de fruto que circundam estas casas, próprias do *sítio*. Muito raramente a casa se encontra em locais isolados e desprotegidos, no meio de um lote de terra nua. Quando assim acontece e a casa não está ladeada sequer de pés de fruta, sugere tratar-se de uma casa pouco habitada e também de uma terra pouco usada ou apenas cultivada de cana-de-açúcar, sem hortas, fruteiras ou roça. Esta situação é naturalmente mais comum nas áreas do assentamento cujas parcelas foram ocupadas pelos *acampados* e mais sujeitas ao *repasse*, como vimos no capítulo anterior. Ao contrário, os assentados que já eram moradores do engenho têm por isso uma ocupação mais prolongada tanto da casa, que também é mais velha, como da parcela, que está habitualmente mais cultivada.

Ainda que tenham limites formalmente estabelecidos, as parcelas não estão delimitadas por cercas ou muros, o que dificulta a sua identificação e distinção por parte de estranhos. Em alguns casos, novos caminhos foram abertos a partir da estrada principal para permitir a passagem de carros (o que é muito importante para o escoamento da cana, que antigamente era transportada por recurso à tracção animal). No entanto, na maior parte das vezes, os limites das parcelas são consensualmente conhecidos e partilhados por todos aqueles que vivem em Arupema. Este entendimento sustenta-se na existência de pontos de referência, tais como árvores de fruto, casas, algumas plantações (frequentemente, de cana-de-açúcar), estacas de madeira bifurcadas no cimo e pequenos marcos de pedra ou cimento, alguns desde o momento em que foi feita a medição das parcelas (cf. figura 4.7).

Para além da casa, as parcelas têm habitualmente várias áreas, diferenciadas de acordo com a sua função e utilização. Na figura 4.7 podemos identificar a casa, as hortas, roças, o cercado, as plantações de cana e frutas. A localização destes diversos espaços produtivos e simbólicos por relação à da casa é também significativa.

Tal como sucedia na casa-grande dos engenhos, na proximidade do terreiro está frequentemente o cercado dos animais, onde são acomodados os cavalos e bois (casos os haja) e, mais frequentemente, as cabras e ovelhas (conhecidas genericamente por *carneiras*). Para além da construção que dá abrigo e onde se alimentam os animais, que se designa de *cocheira*, encontra-se frequentemente um *cercado*, que é uma área ampla,

## Figura 4.7 – Diagrama da parcela

mas delimitada, onde os animais podem circular. Em complemento a esta área existe também uma área plantada com capim, a alimentação preferencial para o gado. Logo muito cedo, com o nascer do Sol, os animais são levados para pastar nas proximidades da cocheira (dentro da parcela, na área comunitária ou na parcela de outra pessoa, quando existe autorização para isso) e recolhidos ao final da tarde, altura em que devem ser novamente alimentados e *acomodados* para passar a noite.

No caso de se tratar de produtores orgânicos, as suas hortas situam-se também na proximidade da casa. Aqui se produzem coentros, alface, cebolinho, cenoura, espinafres, entre outras culturas denominadas de *verdura*. Estas hortas orgânicas são cultivadas em canteiros elevados, chamados *leirões* (cf. figura 4.5), que vão sendo ampliados de acordo com o volume de vendas das feiras orgânicas semanais que estes agricultores abastecem na capital do estado.[17]

Em geral, são os homens que trabalham nas hortas e são eles que são vistos como os agricultores e donos das terras. Mas dizer que as mulheres não trabalhem nas hortas seria uma incorrecção etnográfica. Existem, de facto, várias mulheres que trabalham quotidianamente nas hortas e que, inclusivamente, são as responsáveis pelo seu *banco de feira*, onde vendem produtos agrícolas e/ou *comidas* (isto é, bolos e sobremesas de milho e mandioca, etc.). No entanto, o seu trabalho é visto como *uma ajuda* ao marido, assim como os filhos ajudam os pais.[18] Em alguns casos, os rapazes podem mesmo ter uma horta orgânica da sua responsabilidade e, por conseguinte, uma banca própria na feira. Ainda que as suas hortas sejam *abertas* na parcela dos pais, esta situação permite a emancipação económica dos filhos solteiros ou recém-casados, que, assim, podem *trabalhar para si* ou para as suas famílias.

Podem existir, portanto, várias hortas dentro da mesma parcela. Mas as hortas têm sempre um responsável, que é geralmente um homem e não um casal ou uma família. Esse *pai de família* é o principal responsável pela organização do trabalho no conjunto da parcela, contando com o trabalho da esposa, dos filhos, de um trabalhador contratado temporariamente. Os dividendos da roça ou da cana, no caso de não se tratar de produtores orgânicos, são também geridos por ele. No momento em que

[17] A comercialização directa por parte dos produtores da região é um aspecto crucial na viabilidade económica da actividade agrícola e tem ressonâncias com alguns dos pontos que caracterizavam as condições de vida dos moradores de engenho no passado. Sobre a centralidade do barracão e a importância das feiras, v., nomeadamente, Palmeira (1978).

[18] Sobre a concepção de trabalho como ajuda, cf. Woortamnn (1997) e Dabat (2007).

um filho adulto quer *abrir a sua própria roça* tem de pedir permissão ao pai. Uma vez autorizado, o filho passa então a dispor do rendimento do seu próprio roçado ou de uma horta de orgânico que tenha cultivado. Já nos anos 70, entre os agricultores familiares e foreiros, o *roçado* do *pai de família* era destinado a prover o consumo da casa, ao passo que os *roçadinhos* onde os filhos trabalhavam eram exclusivos destes (Heredia 1979; Garcia Jr 1983). No assentamento, a existência de hortas principais e de outras que são exclusivas dos filhos dos parceleiros acentua as relações interdependentes entre as casas da mesma parcela e demonstra a preponderância do parentesco e do género na concepção deste espaço social.

Ao contrário de outras plantações, como a cana, as hortas de orgânicos exigem muito cuidado de manutenção diária, nomeadamente com a limpeza (*carpir* ou mondar a terra) e a rega *(aguar)*. A este propósito, foi-me dito um dia que «a horta é como um casamento, tem que [se] cuidar todos os dias, não [se] pode deixar nem um, que o bicho aparece e o mato cresce». Nesta perspectiva, as hortas implicam um compromisso activo e quotidiano com as pessoas que por elas são responsáveis. E cujo cuidado, como uma dedicação pessoal, processa uma espécie de domesticação da natureza, impedindo deste modo o mato de crescer e os bichos (predadores) de aparecerem e devastarem a produção. Esta ideia de responsabilidade entre as pessoas e os cultivos será discutida mais à frente. Importa para já notar como a frase evidencia o isomorfismo entre a posse da terra e a conjugalidade, o compromisso quotidiano de cuidar da terra, assim como da relação.

Durante o trabalho de campo em Arupema era comum ouvir dizer que uma horta era *bonita* ou que uma dada horta era *a mais bonita do assentamento*. Esta apreciação sobre o valor estético das hortas – pela sua forma geométrica e colorida – é indissociável do seu valor social e o mesmo é extensível à apreciação das casas e das próprias parcelas. Este é, aliás, um apontamento clássico que pode ganhar com a reflexão da etnografia de Malinowski sobre as hortas trobriandesas. Como Malinowski sublinha, trabalho e estética podem ter um mesmo valor – a distinção social de bom hortelão *(gardener)* e bom trabalhador em geral sobrepõem-se (cf. Malinowski 1984, 58-62). Quando visitei pela primeira vez Arupema, os meus interlocutores foram-me dando a conhecer preferencialmente as pessoas cujas casas eram consideradas as mais *ajeitadas* e as hortas mais bonitas do assentamento. Comentavam comigo e proferiam frases de admiração e elogio dos *leirões* mais limpos, vigorosos e diversificados, as estruturas cuidadosamente erguidas para suportar o pé de chuchu ou as ramas do pé de feijão subindo pelos paus, como se encontram

**Figura 4.8 – Apreciação de uma horta de feijão (assentamento Arupema, Junho de 2010)**

dispostas na figura 4.8. Ela foi captada na primeira vez que visitei o assentamento Arupema e regista o momento em que Lucas (na fotografia juntamente com Seu António), que viria a ser durante o trabalho de campo um dos meus principais interlocutores, me levou a conhecer aquela que seria, do seu ponto de vista, uma das hortas mais bonitas de Arupema.

Deste ponto de vista, dizer que uma horta é bonita joga com, pelo menos, três ordens de ideias. Por um lado, sugere que ela está bem cuidada, evidenciando e valorizando o trabalho investido por aqueles que tomam conta da horta. A extensão das hortas indica o investimento aplicado e, por conseguinte, também a sua rentabilidade. Assim, uma horta bonita é uma horta grande, cuja dimensão permita, pelo menos, sustentar a família, tanto pelo consumo como pela venda dos produtos no mercado, ganhando uma ponderação económica e simbólica, no sentido da reprodução social. Por fim, dizer de uma horta que é bonita mostra também que está de acordo com aquela que tem vindo a ser a identidade de Arupema desde que foi constituído o assentamento. O modo de produção biológico (designado localmente como *orgânico*) foi introduzido em Arupema primeiro por acção do Mst, que despoletou a formação dos

agricultores e constituiu uma associação de produtores orgânicos que abrange cerca de quarenta famílias. Mais tarde, a actividade contou também com grande incentivo do presidente da associação do assentamento, José Francisco, que está inserido em várias estruturas políticas locais e regionais afins à questão ambiental (STR, CTB, entre outras) e cujo capital político e social tem sido fundamental na consolidação dos pontos de venda no Recife (*feira do orgânico*). Assim, a existência de hortas dá-nos a indicação acerca da concordância dessa parcela e, por analogia, dessa família, com uma espécie de missão do assentamento Arupema, cuja vocação se condensa no *slogan* usado para divulgar e promover os vendedores dos vários *pontos de feira* de produtos orgânicos do Recife: «Arupema: preservando e produzindo orgânico.»

Por relação à produção agrícola convencional, os produtos orgânicos têm um preço mais alto e mais estável ao longo do ano. Graças a esta valorização, é possível que as famílias retirem a maior parte do seu rendimento desta actividade, não precisando de recorrer a outros trabalhos assalariados fora da agricultura familiar, como o trabalho na usina, por exemplo. Deste modo, uma grande parte das famílias do assentamento Arupema dedica-se quotidianamente às suas hortas. Mas não exclusivamente.

Numa área um pouco mais afastada encontram-se as roças, onde se planta mandioca (para fazer farinha), macaxeira (para alimentação directa), inhame, cará – conhecidas na região como *lavoura branca* – e ainda o milho e o feijão. Tal como as hortas, as roças são mudadas de lugar, rotativamente, com uma frequência variável, de forma a aumentar a produtividade da terra. Mas, diferentemente destas, o trabalho na roça é mais esporádico. A sua venda é feita através de um intermediário, chamado *atravessador*, que compra a produção no local e se encarrega de a colocar à venda no circuito comercial.

No ponto mais afastado da *casa* situada na parcela encontra-se frequentemente nas parcelas de Arupema uma área de terra plantada com cana-de-açúcar. Por ser a cultura agrícola mais disseminada na Zona da Mata, que tem dominado a economia local até aos dias de hoje, a produção de cana goza de uma garantia de escoamento comercial que a grande parte dos outros produtos agrícolas não tem para estes agricultores familiares.[19] Por isso, o rendimento anual da plantação de cana constitui um fundo de maneio importante para a família.

---

[19] A totalidade da produção de cana-de-açúcar plantada quer pelos grandes produtores, sejam *fornecedores* ou usinas, quer pelos pequenos agricultores familiares, como os assentados da reforma agrária, é vendida às usinas da região para produzir açúcar e etanol. Para uma caracterização da indústria canavieira em Pernambuco, cf. Andrade (2001).

Por todo o Nordeste, a cana-de-açúcar é uma cultura com um ciclo agrícola anual, cuja colheita se realiza apenas na altura da *safra*, que nesta região específica ocorre entre os meses de Setembro e Janeiro. Tendo em conta que se trata de uma monocultura com uma profundidade histórica que se remete ao século XVI, a sazonalidade da cana-de-açúcar tem fortes implicações nas relações sociais que estes pequenos agricultores e antigos moradores de engenho estabelecem em complementaridade com o ciclo agrícola do roçado (cf. Andrade 1973, 71-76).[20] Esta característica está particularmente presente nas relações de parentesco, seja na organização do trabalho familiar e na sua divisão de género, seja na troca de presentes entre pais e filhos, afilhados e outros parentes que se realiza por ocasião do Natal e ano novo, altura em que se recebem os dividendos anuais do corte da cana.

## Conclusão: a parcela é o sítio

De acordo com a longa tradição antropológica de aproximação à casa enquanto categoria analítica privilegiada, neste capítulo exploro as suas potencialidades descritivas, de maneira a compreender as relações sociais que se desenvolvem dentro das casas dos assentamentos rurais e que constituem novas unidades familiares de residência e de trabalho da terra. Tal como em muitos outros lugares, nomeadamente nos contextos rurais da América Latina e do Sul da Europa, também aqui o termo *casa* se refere tanto à construção material como às pessoas que nela habitam (Pina-Cabral 1991). É uma entidade física, mas também uma referência social e económica (Carsten 2004, 39). Além disso, a casa apresenta-se ainda enquanto categoria nativa, isto é, uma unidade empírica relevante na Zona da Mata de Pernambuco.

Neste contexto que se tornou clássico nas ciências sociais brasileiras desde Gilberto Freyre, a casa foi mesmo considerada uma espécie de fenómeno social total, princípio ordenador do mundo social, quer rural,

---

[20] Nos últimos anos, o Mst tem vindo a suscitar um debate acerca da plantação de cana dentro dos assentamentos rurais na região. Na leitura deste movimento, a cana continua associada a um regime que predomina social, económica, política e ambientalmente na região, não podendo ser dissociada das condições de escravatura e exploração de mão-de-obra, concentração de terra e devastação ambiental. Apesar de a reforma agrária ter possibilitado que alguns pequenos agricultores tenham tido acesso à terra, o movimento considera que a plantação de cana por parte dos assentados não resulta numa real mudança estrutural. O argumento não deixa de ser significativo para entendermos esta associação entre um certo tipo de cultivo, como a cana, e o mundo social e do trabalho, que ele carrega historicamente.

quer urbano, do Nordeste brasileiro, acentuando a lógica de complementaridade, mas de diferença irredutível entre o mundo dos livres e cativos, que acompanhou tanto a consolidação como a decadência do patriarcado rural (Freyre 2001 e 2006). Ao reconsiderar a relação entre casa, morada e trabalho na longa tradição dos estudos rurais brasileiros (Palmeira 1977; Heredia 1979; Garcia Jr 1983; Dabat 2007) a partir destes novos desenvolvimentos na região, designadamente, com a criação dos assentamentos de reforma agrária, pretende-se dar conta dos mecanismos e lógicas de parentesco que são colocados em prática quotidianamente e da forma como integram a vivência da terra para estas populações rurais.

Em primeiro lugar, identificamos a existência de uma nova unidade familiar. De acordo com Louis Marcelin, a casa é uma prática quotidiana, um conjunto de acções realizadas pelas várias pessoas da família que nela vivem e que vão produzindo domesticidade (cf. Marcelin 1999, 36). Também aqui esta domesticidade passa ao longo do tempo pela criação de um agregado de casas (ou *configuração de casas*) que se situam no terreiro de uma mesma parcela e que estabelecem redes entre si baseadas nas relações de parentesco. Deste modo, em vez de uma unidade familiar nuclear, à qual corresponde uma casa e uma parcela de terra, no assentamento Arupema existem agora novas unidades familiares (mas também sociais e económicas) que são caracterizadas por um conjunto, um agregado, de várias casas ligadas entre si que envolvem o conceito ideal de sítio. A noção de casa não se circunscreve ao edifício material onde a família reside, abarcando também outros espaços onde são levadas a cabo as actividades quotidianas que são social, económica e simbolicamente relevantes para a concepção de casa enquanto lugar da família. Neste sentido, podemos dizer que a casa é a parcela/o sítio. Tal como noutras áreas rurais do Nordeste brasileiro e da América Latina, o espaço que rodeia a casa, o terreiro, é uma extensão da própria casa (Heredia 1979; Viegas 2007; Gudeman e Rivera 1990; Machado 2012).

Além do terreiro, esta noção de casa compreende também os outros espaços da parcela, como sejam o quintal (traseiras),[21] o cercado, hortas e roças. Não existindo simplesmente enquanto unidade residencial, uma casa implica a terra para plantar, aproximando-a da noção de *sítio*, enquanto terra de cultivo, tal como foi descrito a partir de contextos camponeses nordestinos por Maria Isaura Pereira Queiroz (1976), Doris Meyer (1979) e Ellen F. Woortman (1995). Também entre os pequenos

---

[21] Segundo Palmeira, a casa do morador «inclui sempre um *terreiro*, *chão de terra* ou *fundo de casa*», onde o morador *bota roçado* (Palmeira 2009a, 205)

**Figura 4.9 – No terreiro, dando manga aos bois (assentamento Arupema, Fevereiro de 2011)**

proprietários e foreiros da Zona da Mata Norte, Heredia verificou existir uma indissociabilidade entre a casa e o roçado na concepção dos sítios (Heredia 1979, 37).

A parcela, tal como um sítio, combina, portanto, a casa de morada (residência) com a área de plantação (trabalho). Enquanto unidade, o espaço da parcela é gerido segundo as lógicas familiares, que permitem, por exemplo, que lá se construa uma casa de habitação para alguns filhos, mesmo que não estejam na linha directa de sucessão da terra. Esta concepção de família presente nos assentamentos e a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares de subsistência dos assentados aproximam-se, assim, de um ideal camponês, em que os filhos mais velhos devem suceder aos pais, estando a reprodução familiar intimamente dependente da transmissão tanto da casa como da terra.

Esta preferência para a construção da casa na parcela aproxima-se da velha concepção de *casa de morada* e do próprio *sítio* do morador, que correspondem às expectativas destes sem-terra locais que ocuparam os engenhos da região. Note-se que, por toda a Zona da Mata, os assentados da reforma agrária são justamente os antigos moradores de engenho e trabalhadores assalariados da cana e que conviveram desde sempre com pequenos proprietários *(sitiantes)* localizados nos interstícios da *plantation*. Neste sentido, a preferência pela localização da casa na parcela remete

para os vários elementos simbólicos e históricos que, intersubjectivamente, estas pessoas partilham.

Alargando a perspectiva temporal da análise, podemos traçar algumas linhas de continuidade entre certos fenómenos etnografados, aumentando assim o seu potencial explicativo. Como consequência da escassez de terras que imperava na região na década de 1970, os filhos dos pequenos produtores e foreiros da Zona da Mata Norte estudados por Beatriz Heredia, que não tinham acesso a terras para comprar ou arrendar, construíam as suas casas nas terras do pai. A autora interpreta esta situação como uma afirmação da independência dos agricultores, de forma a contornarem a situação que lhes era imposta e sobre a qual não tinham qualquer autonomia. Se a construção de casas novas pelo foreiro reafirmava, naquele tempo, a sua condição de produtor independente (Heredia 1979, 147), isto fazia-se, designadamente, por relação aos moradores de engenho que não tinham essa possibilidade (cf. Dabat 2007, 532). Enquanto a passagem de parcelas de terra de antigos moradores de engenho para os filhos foi interrompida pelos grandes proprietários de modo a pôr fim aos moradores, os foreiros chegavam mesmo a construir casas nos limites das terras que aforavam para a residência dos filhos à medida que estes se iam casando (Heredia 1979, 21).

Ora, a construção das casas de taipa dos filhos dos assentados dentro das parcelas dos pais, nas imediações da casa de alvenaria principal, evidencia – além da informalidade da construção – a transitoriedade da situação dos seus ocupantes, na medida em que revela a existência de um valor de continuidade e transmissão da terra de pais para filhos. Apenas neste sentido, as restrições formais que suportam os assentamentos rurais que enunciámos acima revelam a falta de lugar para a sucessão familiar. Apesar de a família ser a principal unidade social na acepção da reforma agrária brasileira, presente tanto na prática do Mst como nos procedimentos do INCRA, não comporta operativamente o prolongamento geracional que se realiza através da sucessão da parcela. É neste sentido que podemos caracterizar a reforma agrária como um modelo sincopado de assentamento de famílias.

Tanto os movimentos tendem a convidar famílias a juntar-se a um acampamento como, no momento do cadastro dos acampados que virão a ser seleccionados, se tomam os nomes dos dois elementos do casal que serão registados pelo INCRA como *titulares das parcelas*. Também nos próprios assentamentos é sempre contabilizado para efeitos administrativos e políticos o número de famílias e não de pessoas. Como vemos, na presente ideologia da reforma agrária, a família, concebida como fa-

mília elementar, ocupa um lugar central enquanto unidade de ocupação camponesa da terra. Influenciado pelo pensamento católico, que esteve na base da constituição destes movimentos,[22] este modelo de reforma agrária tem na família a sua unidade conceptual e operativa e vê no casal o núcleo de reprodução central da vida familiar. Está, portanto, centrado numa noção de conjugalidade que, tal como Pina-Cabral tem vindo a problematizar (cf. Pina-Cabral e Silva 2013, entre outros), reproduz a imagem do presépio – pai, mãe e filho.

As famílias assentadas constroem para si, entretanto, um mundo que integra a sua relação com a terra e que têm no sítio o modelo ideal. O processo de construção das casas dos assentados revela também um processo através do qual são geridas – algumas vezes esbatidas e outras reproduzidas – as distinções e hierarquias sociais dentro de um assentamento que foi formado na justaposição de um antigo engenho de cana-de-açúcar. Este exercício permite ainda entender a forma como são actualizadas as noções de posse e uso da terra que estavam subjacentes às práticas anteriores da morada nos engenhos.

Apesar de o seu futuro permanecer imprevisível, as pessoas vão resolvendo as suas vidas. Aquilo que a análise etnográfica do assentamento Arupema nos diz é que o trabalho nas hortas e a construção das novas casas são o modo pelo qual a família garante a transmissão da posse da terra para os filhos, dado que esta depende da presença da família na parcela. As casas e as parcelas fornecem-nos as categorias locais através das quais os assentados constroem e recriam a sua relação com a terra dentro do assentamento. Aquilo que é valorizado e legitima a sua posse é a residência e o trabalho da terra. O facto de um casal fundador permanecer na parcela e nela criar condições para que os filhos residam e, pelo menos um deles, possa retirar o seu rendimento dela, viabiliza a permanência dos seus descendentes na terra. Este valor da presença continuada parece instaurar um novo regime de valor da terra que se destaca do antigo modelo, onde a posse da terra passava necessariamente por depender do senhor-de-engenho e ainda do modelo sincopado que a reforma agrária estabelece. Desta forma, poderemos entender a gestão do espaço da parcela enquanto sítio – ou seja, tanto das casas como das hortas – como um esforço para construir o lugar da família e, assim, a própria família.

---

[22] Sobre este assunto, cf. Paiva (1985), Garcia Jr. e Palmeira (2001) e Rosa (2004b) e sobre a importância da Igreja Católica na consolidação da naturalização da família nuclear no contexto europeu, cf. Goody (1983).

## Capítulo 5

# Andar pelo meio do mundo e assentar: género e territorialidades nas dinâmicas familiares

Neste capítulo irei desenvolver as questões que dizem respeito à tessitura das relações de parentesco das pessoas que vivem em Arupema. Darei especial enfoque às concepções de conjugalidade e género que marcam as trajectórias de vida destas pessoas, assim como as actuais vivências na condição de assentado. É neste sentido que a mobilidade territorial se articula com o que podemos designar por ciclos de conjugalidade. Por outro lado, uma abordagem que integre a perspectiva geracional dá uma nova luz à relação entre conjugalidade, reprodução e filiação, argumentando que esta etnografia nos permite pensar a maternidade e paternidade como parte de um processo intergeracional que implica a ideia de que neste contexto elas não terminam depois do período fértil da mulher. Por fim, procurarei descrever as relações que se estabelecem entre as diversas casas da mesma parcela, onde moram os vários membros da família, constituindo uma rede específica de casas característica do *sítio* nordestino.

A um outro nível, neste capítulo trato também da forma como as famílias se organizam em torno da terra, à qual tiveram acesso por via da reforma agrária.

O tema da escassez de terra e da relação entre a propriedade da terra e as relações familiares foi central na abordagem dos meios rurais europeus (Bourdieu 1962; Goody 1976; Goody *et al.* 1979; Medick e Sabean 1986; Pina-Cabral 1989 e 1991; Carneiro 1998; Sobral 1999). Do mesmo modo, esteve também presente nos trabalhos realizados sobre as relações entre a pequena e a grande propriedade no Brasil (Querioz 1976; Velho 1976; Moura 1978; Heredia 1979 e 1989; Meyer 1979; Garcia Jr. 1983; Woortamnn 1995). O material etnográfico que aqui apresento permite-nos reflectir sobre o momento em que pela primeira vez uma população rural

historicamente marginalizada tem acesso a uma forma de propriedade da terra, colocando-se de imediato a questão da sucessão, que, como vimos, não está, contudo, prevista no processo de reforma agrária.

## *Andar pelo meio do mundo*

Começo por apresentar dois estudos de caso que mostram a diferente relação de mobilidade dos trabalhadores de engenho e suas mulheres nas trajectórias de vida anteriores ao assentamento. Os dois casos são ilustrativos da diferença que existia no passado entre aqueles que eram moradores com sítio e os moradores sem sítio, mostrando como estes últimos tinham, de facto, uma condição de *sem-terra* locais.

Quando foram para Arupema, Emília não gostou. Há vinte anos Arupema era um engenho com poucos moradores, cujas casas se encontravam dispersas por entre a cana rarefeita. Na sede do engenho, onde se situava a casa-grande, que o proprietário raramente frequentava, encontravam-se apenas a casa do administrador, que Emília e o marido viriam a ocupar, a cocheira dos animais e as casas de mais três ou quatro famílias de moradores. O lugar era relativamente distante da cidade sede do município e isolado das estradas principais.

As pessoas deslocavam-se a pé, de burro ou de cavalo. Emília também havia nascido num engenho, mas vivera em muitos outros lugares onde manteve sempre alguma actividade laboral que lhe permitia ter dinheiro suficiente para sentir independência económica em relação ao marido. Quando José Francisco recebeu o convite para ir trabalhar como administrador do engenho Arupema, Emília partilhou com os irmãos o desagrado de ir para aquele *fim de mundo*. Estes sugeriram-lhe que ficasse a morar na cidade, mas Emília acompanha sempre o marido para onde ele for trabalhar. Segundo ela, *já andou muito*. Ao todo, depois de casados, Emília e José Francisco fizeram sete mudanças. Conheceram-se num engenho *perto da BR,*[1] onde os pais de ambos eram foreiros, e casaram-se com cerca de 20 anos. Pouco tempo depois nasceria Marcos, o primeiro filho do casal.

José Francisco tinha começado por ser apontador[2] e, por influência do marido da irmã, rapidamente passou a exercer a função de adminis-

[1] O principal eixo rodoviário que atravessa o estado em torno do qual se localizam muitas cidades.

[2] Apontador é uma das funções específicas do trabalho do engenho que é realizada por um empregado próximo do administrador e do cabo, competindo-lhe o registo do número de horas e o volume de trabalho que cada trabalhador realiza, sendo que para essa função é particularmente necessário que a pessoa tenha um grau de alfabetização, o que não estava ao alcance de qualquer trabalhador de engenho.

trador e a trabalhar para uma das maiores empresas regionais de produção e transformação de cana-de-açúcar – a conhecida marca de cachaça *Pitú*. Trabalhando como administrador para a Pitú, José Francisco era obrigado a deslocar-se para um dos vários engenhos que a empresa tem arrendados e onde planta cana. Este trabalho permitia-lhe alguns privilégios em relação aos restantes trabalhadores do engenho. Um deles era a residência numa das melhores casas disponíveis. Como já vimos anteriormente, a casa do administrador situava-se habitualmente na sede do engenho e destacava-se das dos demais trabalhadores, de taipa, pelo seu tamanho e ainda por ser ladeada de alpendres.

O cargo implicava, é claro, uma responsabilidade grande e a difícil situação de intermediário das relações entre o patrão e os trabalhadores do engenho. Acontecia com frequência os administradores de engenho serem alvo de acusações e ameaças que José Francisco recorda com alguma naturalidade. Os conflitos com trabalhadores eram por vezes tão acentuados que os administradores tinham de ser afastados, obrigando a que se chamasse com urgência um outro para o substituir. Recusar um destes destacamentos implicava ficar no desemprego, o que não era uma situação desejável para a família. Emília e José Francisco viveram este dilema quando foi destacado para um engenho que ficava a mais de 30 km do local onde estavam e da cidade de Vitória, onde residiam os pais, que, entretanto, se haviam aposentado. Tendo na altura um filho pequeno e *a mulher bochuda* (isto é, grávida), José Francisco não podia arriscar ficar desempregado. Portanto, acabou por aceitar e deslocaram-se para este novo local. Ficaram ali, porém, apenas alguns meses.

À cidade de Vitória haveriam de voltar durante algum tempo também por alturas em que José Francisco ficou desempregado. Durante cerca de um ano Emília viveu com o marido e os dois meninos em casa da sogra até receberem a indemnização da Pitú, que usaram para comprar uma casa própria. Então a família ficou a viver na cidade por algum tempo. Durante esse período de dois anos, José Francisco passava o dia no engenho onde trabalhava e voltava para casa à noite. Mas, como disse Emília, «Z*ézinho* gosta de morar onde trabalha» e não repetiu a experiência. Foi então que, em Janeiro de 1991, José Francisco começou a trabalhar para o engenho Arupema, cujos herdeiros diziam querer *botar para moer* novamente. Esta promessa por parte dos proprietários era recorrente nos engenhos que estavam parados e tinha bastante acolhimento junto dos moradores, perspectivando melhores condições de trabalho e, assim, de vida. O casal e os três filhos – entretanto já havia nascido Fia – instalaram-se na grande casa do administrador, onde tinham também um pe-

daço de terra para *botar roçado*, fazer horta de chuchu (onde empregaram vários trabalhadores ao dia, incluindo pessoas de dentro do engenho) e ainda ter uma cocheira com animais. Nessa casa viveram vários anos. Só em 1998, quando o antigo engenho se transformou em assentamento, é que construíram uma nova casa, para onde mudaram, num local muito próximo dentro da parcela definida pelo INCRA, mantendo, contudo, a localização privilegiada. Na casa que deixaram – a antiga casa do administrador do engenho – ficou a viver o filho mais velho, que entretanto havia casado e tido um filho. Algum tempo depois também o segundo filho de Emília e José Francisco veio a construir a sua própria casa no terreiro da família.

Um outro caso que exemplifica a situação dos assentados chegados a Arupema apenas em finais da década de 1990 é o de Rita. Diferentemente da história de família de Emília e José Francisco, Rita seguiu a trajectória do acampamento, tendo chegado pela primeira vez a Arupema na altura do acampamento que daria origem ao assentamento, em 1997. Foi-lhe então atribuída uma parcela de terra para si e sua família. Também ela nasceu num engenho não muito longe dali, a escassos quilómetros, que se percorrem a pé. No entanto, Rita já viveu em muitos outros engenhos desde que se casou até ir morar para Arupema, onde tanto o pai como o avô haviam trabalhado em tempos:

> Andei muito com o primeiro marido, sabe? Depois separei-me. Vim para casa. Ainda passei três anos em casa de pai, lá em Cachoeira. Depois fui para o Recife, [onde] trabalhei dois anos em casa de família.[3] [...] Depois voltei. Aí, arrumei um casamento e casei. Com catorze anos [de casamento] viemos para aqui para Arupema. Chegamo aqui, pouco tempo depois ele morreu e eu fiquei. «Já faz... doze anos, né, Braz?», pergunta Rita para o homem com quem vivia quando a conheci, também ele assentado em Arupema.

Em várias conversas que tivemos, Rita, de 54 anos, falou-me do seu périplo pela Zona da Mata, sempre acompanhando os maridos que se deslocavam de engenho em engenho. Mas o trajecto de Rita não é fácil de delinear. Por um lado, porque se caracteriza por inúmeras mudanças de residência que ocorreram ao longo da sua vida depois de casar, aos 19 anos. Por outro, a forma como Rita me apresenta este seu percurso obedece de modo muito marcante a uma associação entre mudanças e mari-

[3] *Trabalhar em casa de família* é uma actividade comum que muitas mulheres da geração de Rita partilham, experiência que se remete ao período em que eram jovens e iam trabalhar como empregadas domésticas geralmente em casas na cidade.

dos com quem partilhou tal experiência. Uma das diferenças substanciais entre a condição de Rita e a de Emília é que os maridos de Rita eram moradores sem sítio, isto é, trabalhadores que de facto não tinham acesso à terra. Assim, se Emília salienta as dificuldades da mudança do marido para um engenho apenas a 30 km da área em que residia, Rita falou-me das suas mudanças de modo completamente diferente:

> Rita – O primeiro não se mudava muito, não. Morei com ele cinco anos e seis meses. Só fizemos umas dez mudanças. Na primeira casa morei um ano. Saímos de lá fomos para a fazenda, lá passou três anos. Dentro de um ano e cinco mês... [foram] quatro, cinco, seis, sete mudanças. Completou as oito que vimos para Cachoeira. Com a outra, foi nove mudanças. E com o outro [marido] moreno, [em] catorze anos, foram trinta e cinco mudanças. Essa não sei contar não. Tem mudança que parece que foi um sonho, sabe. Andei um bocado, andei um bocado [...] Também morei em Amaragi, meu marido, este segundo, mudava muito, se mudava muito, parecia um menino. Aí não tinha lugar que a gente não morasse. Até perto de Alagoas [...] Eu sei que esse mundo é muito. Ele cortando cana, limpando. Ele estava ali dois meses... seis meses, ia-se embora.
>
> Ana – Não se entendia com o patrão?
>
> Rita – Gostava de se mudar mesmo! Tinha vez que eu achava até bom. Agora quando ele demorava nos sítios que eu não gostava, naquele lugar deserto… não gostava, se ia-se embora [eu] até saía contente. Mas tinha lugar que eu saía chorando. Agora se a gente tem vizinho, tudinho, em lugar bom, aí eu achava ruim [sair]. Quando ele dizia que ia, aí ia mesmo [...] A gente se mudava muito. E mudou-se tanto que terminou ao cabo com os sem-terra [risos].

Traçar um percurso cronológico da mobilidade de Rita não é o objectivo principal da sua apresentação aqui e sim o facto de a sua trajectória expressar um modo de vida que grande parte dos parceleiros de Arupema tinha vivido antes de se fixar no assentamento. Aquilo que importa evidenciar é a condição de mobilidade dos sem-terra e a forma como as biografias e histórias de família destes assentados se inscrevem na própria história da Zona da Mata de Pernambuco. A partir das suas experiências vividas podemos compreender como a mobilidade laboral dos canavieiros e moradores de engenho participa nas suas concepções de territorialidade. Do mesmo modo, também as relações familiares e as suas noções de parentesco, conjugalidade e filiação são marcadas por esta vivência particular.

Nascer num engenho e ter vivido em muitos outros corresponde a uma trajectória comum dos moradores de engenho, cujas vidas estão ligadas à *palha da cana* e que constituem o grupo social dos sem-terra locais,

ou seja, as pessoas envolvidas nos *movimentos* que reivindicam a reforma agrária no contexto da Zona da Mata de Pernambuco. Da mesma forma, a experiência do próprio processo de *luta pela terra* – com a participação em marchas, a sucessão de ocupações e acampamentos e a instalação num assentamento – não destoa nesta lógica de deslocação periódica pelo espaço. Além de enformar a maneira como se vêem a si mesmos (no sentido de identidade social), a mobilidade é significativa e até naturalizada na forma como as pessoas concebem a sua experiência:

> Nunca mais voltei para casa dos pais, de morada não, só de visita. Só passemo três semanas no meio, porque ele [o marido] se mudava muito. Quando voltemo de Alagoas, ele vendeu tudo lá, só trouxemo os menino e os pano, aí cheguemo a Ninho das Águias, passamo lá três semana. [Depois] ele arrumou casa e saímo. Era casa e trabalho [Rita].

Mais ainda do que histórias de vida refeitas em trajectórias temporais, a experiência familiar destas pessoas pode descrever-se por meio de mapas de mobilidade onde as relações de parentesco são estabelecidas numa teia de redes que se dispõe por toda a região da Zona da Mata, ligando os engenhos à história particular de cada casal.

Como vemos com os casos de Rita e de Emília, esta experiência é ordenada a partir de uma concepção da conjugalidade segundo a qual a mulher acompanha o marido. Mas o inverso – o marido acompanhar a mulher – não acontece. Esta concepção da conjugalidade está relacionada com a configuração das relações de trabalho neste contexto tão marcado pela cana-de-açúcar, onde o vínculo laboral estava também associado à cedência de uma residência (casa e trabalho).[4] Recordar a sua história de família implica uma memória geográfica que se traça por vários lugares, engenhos e outros, fazendo corresponder os momentos importantes da história de vida e familiar, como a relação conjugal ou o nascimento de um filho, à memória da vivência num lugar específico. Assim, entre engenhos, *pontas de rua*, Recife e São Paulo, se estabelece uma trama territorial e de relações de parentesco que configura o espaço social em que as pessoas habitam.

---

[4] Neste contexto dos engenhos, não era comum as mulheres criarem um vínculo laboral com o patrão enquanto trabalhadoras do engenho, à semelhança dos homens. Apenas nas situações em que mulheres com filhos tinham de sustentar sozinhas a sua família elas se tornavam propriamente cortadoras de cana. Em geral, podiam encontrar-se mulheres a trabalhar na cana, mas mais frequentemente em tarefas diferenciadas das dos homens (como semear ou limpar a cana). De outro modo, elas podiam ainda *ajudar*, juntamente com os filhos, no corte de cana dos respectivos maridos, complementando o seu trabalho caso estes estivessem contratados *à produção* (cf. Dabat 2007).

São, afinal, vivências no espaço, que têem a sua própria historicidade – uma dimensão da análise do parentesco que tem sido muito desenvolvida por trabalhos antropológicos dedicados ao contexto ameríndio (cf. Gow 1995), mas que apontam para uma linha de análise ainda mais abrangente, segundo a qual «a constituição de pessoas e lugares são aspectos do mesmo processo mutuamente implicados. Neste sentido, o parentesco é geografia ou paisagem» (Leach 2003, 30-31).

## *Dar uma casada*

O início da relação conjugal e a integração das mulheres na vida familiar passam por um processo de formalização que conheci pela expressão «dar uma casada» e que envolve uma fuga ou simulação de fuga da parte das mulheres que passam a viver na casa da família do marido. De forma a compreendermos as formas actuais de conjugalidade, nesta secção proponho começar por suspender a noção de casamento e que se use, em alternativa, a de conjugalidade. De facto, em Arupema, a grande maioria das pessoas casadas não o fez formalmente no registo civil e, entre as que o fizeram, muito poucas são as que realizaram uma cerimónia religiosa. Isto acontece independentemente da geração a que as pessoas pertencem, sejam os titulares das parcelas (que têm entre 40 e 60 anos) ou os filhos, que estão na casa dos 20 anos, que é a idade esperada para se iniciar uma relação conjugal.

Dois meses depois de eu ter chegado a Arupema, em Dezembro de 2010, soube que Nainha tinha casado, ou melhor, tinha «dado uma casada». A novidade surpreendeu-me, mas a expressão usada intrigou-me mais ainda. Foi durante o fim de semana. Nainha, uma moça de 16 anos, saiu de casa com o namorado e não voltou. «Deu uma casada», segundo me explicaram nessa altura, em que pela primeira vez ouvia a expressão. O que se sabia era que a moça tinha ido morar com o namorado em Águas Brancas, em casa da mãe dele. Assim, sem avisar. «Dar uma casada» é a expressão que fui ouvindo inúmeras vezes para descrever o tipo de união conjugal da maior parte dos meus interlocutores. Havia, portanto, uma insistência em mostrar que não se tratava de um casamento formal, fosse na igreja ou no registo civil, o que era sintetizado nesta expressão – *dar uma casada*. No caso de Nainha, ter *dado uma casada* implicou também a simulação de fuga e o estabelecimento na residência da família do marido. Se o facto de as mulheres *fugirem* parece ser visto como se de uma excepção se tratasse, a recorrência das situações demonstra, contudo, uma tendência para a virilocalidade.

A notícia espalhou-se depois de Nainha ter vindo buscar os seus pertences a casa da mãe, onde vivia antes. Uma cunhada de Nainha relatou que a mãe dela, ao ver a filha vir buscar as roupas, «só fez foi chorar». Também a pessoa que me contava estava particularmente preocupada com a situação, alegando que «agora as moças fazem mais isso». De facto, nesses dois meses da minha residência continuada em Arupema conheci o caso de três moças que o tinham feito. A preocupação das mães com a saída de casa das filhas ainda jovens é muitas vezes justificada por interromperem a sua formação escolar. Depois de *casarem*, comentou comigo uma destas mães, os maridos não as deixam mais ir ao *colégio* (escola secundária). Neste caso, como Nainha foi viver para a casa da sogra, noutro assentamento limítrofe (Águas Brancas), para além de ter deixado o colégio, deixou também de ir trabalhar *no orgânico*, actividade que tinha ao fim de semana e que lhe permitia ter acesso a algum dinheiro. Também o marido já produzia e vendia produtos orgânicos. Consta, aliás, que foi nesse circuito social que se conheceram.[5]

Ao *dar uma casada*, Nainha foi para casa do marido noutro assentamento e interrompeu repentinamente todas as actividades e laços familiares que tinha em Arupema, lugar onde cresceu. Contudo, tal não implica necessariamente um movimento definitivo de virilocalidade. Significa principalmente a expressão de uma união conjugal que não resultou de uma preparação da união entre as famílias do noivo e da noiva e que, até simbolicamente, passa pelo deslocamento físico da mulher para a área de residência do futuro marido. De tal forma assim é que, no caso específico de Nainha, passadas apenas algumas semanas, ela veio a residir durante pouco mais de um mês em Arupema, na casa de um outro irmão (que, entretanto, se havia separado da esposa e ido viver para São Paulo). Este breve retorno foi, no entanto, uma transformação, já que ela voltou não como uma filha de assentados, mas como mulher casada. Enquanto casal, Nainha e o marido estiveram durante algum tempo a procurar um novo lugar onde viver conjugalmente, instituir uma casa.

O caso ilustra e ao mesmo tempo antecipa um pouco as várias possibilidades que são apresentadas a alguém que, como Nainha e o marido, não está de maneira óbvia no lugar de sucessão directa no acesso à terra. Logo que chegaram a Arupema, o marido *abriu uma horta*, mantendo

[5] Numa etnografia rica sobre o Haiti, R. Bastien descreve justamente a sociabilidade nos circuitos de ida e volta para as feiras e a importância dos caminhos como espaço privilegiado para o namoro (v. Bastien 1951).

tendo também aquela que já tinha antes em Águas Brancas, onde se deslocava diariamente para trabalhar.

Três meses depois, soube que Naínha e o marido tinham viajado para São Paulo, onde ele também tinha família. Uma semana depois ainda não tinham dado novidades, mas acabaram por chegar mais tarde. A princípio ficaram em casa de uma irmã de Naínha que já vivia há algum tempo em São Paulo. Nesta casa vivia também um outro irmão de ambas, o *caçula*.[6] Soube ainda que Naínha arranjou emprego num *shopping*, mudou de casa e, até ao momento em que acompanhei a situação, permaneceu em São Paulo.

Ainda que eu tenha sabido da *casada de Naínha* por uma mulher mais velha que mostrava alguma preocupação face à situação (ela própria católica, casada e mãe de uma moça solteira), este tema surge nas conversas como uma novidade, no sentido dos acontecimentos que pontuam o devir do quotidiano, mas não como uma anormalidade – algo que não corresponde àquilo que é expectável socialmente. Casos como o de Naínha não são raros, mas é assinalável a maneira como o tema surge nas conversas como uma novidade e também a maneira como se dramatiza, através destes actos de *dar uma casada*, a precariedade da vida. O drama expressa o contraste com o que seria um casamento ideal e que implicaria a prévia aceitação de ambas as famílias e até a preparação daquilo que a mulher levaria consigo na consumação da união conjugal. A surpresa, que faz parte do processo de *dar uma casada*, surge ao mesmo tempo como uma forma de legitimação da união conjugal, fazendo lembrar a instituição do rapto da noiva, que a literatura antropológica tratou no âmbito da teoria do parentesco (cf. Woortmann e Woortmann 1992).

A verdade é que durante todo o período de trabalho de campo não presenciei qualquer oura forma de ritualização ou formalização da união conjugal senão esta mesma modalidade de constituição da conjugalidade. Fui reparando como da parte da família do noivo e da noiva vai preparando em actos processuais essa consumação da conjugalidade. Da parte do noivo, por exemplo, com a antecipação da construção da casa para o casal. À porta das casas acumulam-se materiais de construção, como a pilha de barro, de telhas ou tijolos, preparando as novas casas que hão-de ser construídas no terreiro. Da parte da noiva, faz-se com antecedência a *arrumação* – a preparação do conjunto de bens que as mulheres levam para a sua casa por ocasião do *casamento*. Trata-se habitualmente de um conjunto de utensílios domésticos, como *pano de prato*, toalhas,

[6] Expressão pela qual é conhecido o filho mais novo.

loiça, etc. Estes objectos são colectados ao longo do tempo pela rapariga, contando com o apoio da mãe. Em parte poderíamos dizer tratar-se do que vulgarmente se designa na literatura antropológica por *dote* (enxovais, *trousseaus*). Contudo, o verbo *arrumar*, no contexto brasileiro, pode também significar «casar-se» ou «conseguir o casamento». Ainda que em alguns casos não implique a transacção de bens, também entre os ribeirinhos do delta amazónico, o termo *arrumação* designa «acordos feitos para o casamento – a escolha da esposa e as conversas entre os pais» (Machado 2012, 135). A existência da *arrumação* demonstra então um investimento familiar em determinada relação conjugal. Acontece, entretanto, que, quando uma mulher sai de casa dos pais sem avisar e *dá uma casada*, não leva nem vai buscar nenhum destes objectos que constituem a *arrumação*. Ela poderá regressar apenas para ir buscar as suas roupas pessoais.

Em inícios da década de 1990 também Russel Parry Scott (1990), Margarita Gravíria Mejía (1992) e Woortmann e Woortmann (1992) faziam referência à existência da expressão específica «dar uma casada» entre os sitiantes do Nordeste brasileiro, sugerindo tratar-se de uma relação concreta, que é empiricamente diferente de outras formas de iniciar a união conjugal. Neste sentido, *dar uma casada* constituiu, de facto, uma lógica conjugal particular que implica a realização de uma série de procedimentos diferentes de um casamento tanto para os noivos como para os pais. Ela não parece ter outras consequências ao nível, por exemplo, da maior ou menor legitimidade ou reconhecimento social daquele casamento. Ainda que no assentamento Arupema *dar uma casada* fosse visto em 2010 como uma situação mais frequente do que anteriormente, não significa que nos casos em que se processa actualmente não se estejam a cumprir as regras sociais, no sentido da concepção de uma conjugalidade ideal. Assim, do ponto de vista da legitimidade social, *dar uma casada* é uma prática igualmente reconhecida para constituir conjugalidade.

Mais do que dinheiro para a roupa e para a festa, condição moral para casar na igreja, a existência de filhos, arrumação ou mesmo a aceitação dos pais, o que os relatos de ambas as gerações sustentam, tanto quanto o material etnográfico que apresento, é que, para constituir conjugalidade neste contexto da Zona da Mata, o que é realmente imprescindível é a existência de uma casa para morar.

Começando a ser construída pelo homem durante o namoro, a casa acompanha o ciclo de vida do casal. De certa forma, a casa é a *arrumação* do noivo, diferenciando-se neste sentido claramente de outro tipo de bens com os quais o marido possa igualmente contribuir para a união conjugal,

tais como as mobílias e os electrodomésticos básicos. Antes de ser habitada, esta casa do noivo é limpa pelas mulheres da família do homem (geralmente, a mãe e irmãs solteiras) ou pela própria noiva. Seja de taipa ou de tijolo, com o passar do tempo, a casa vai-se construindo, sofrendo alterações e melhoramentos, ao passo que se substituem telhados improvisados por telha, se coloca mosaico no chão ou se rebocam e pintam as paredes. Existem casas de taipa que têm acrescentos de tijolo e casas de tijolo que são acrescidas de pequenas construções acopladas de pau a pique. Em momentos assinaláveis do ciclo de vida familiar, que são muitas vezes ritualizados, é frequente realizarem-se importantes transformações na casa, marcando e materializando assim as mudanças ocorridas nas próprias relações familiares. Caso haja condições, além de obras de melhoramento, podem acrescentar-se divisões, como a casa de banho (*banheiro*) ou um alpendre. Tal foi o caso de Dona Mara quando, passados vários anos a viver junto com o marido, decidiu fazer a celebração do seu casamento na igreja evangélica local. Anunciando tal formalização da união, Dona Mara e o marido decidiram melhorar a estrutura da casa com peças de madeira novas, colocaram azulejos na cozinha e pintaram as paredes da casa, tudo a tempo da grande festa, para a qual chamaram toda a família, parentes e *irmãos* evangélicos.

Tal como a casa, também a conjugalidade se vai construindo. Inclusivamente, o verbo usado para se referir ao estado civil acentua a transitoriedade da acção, sendo mais frequente ouvirmos que fulano *está casado* (estar) com sicrano, do que ele *é casado* (ser) com ela. Num ensaio acerca das relações de parentesco na Bahia, João de Pina-Cabral e Vanda Aparecida da Silva (2013) chamam-nos a atenção para a necessidade contínua de manifestação de «consideração» entre os membros do casal, sendo que os cônjuges devem assumir-se mutuamente, sob pena de deixarem de o ser (Pina-Cabral e Silva 2013, 74). Segundo os autores, o entendimento do que está em causa nesta relação de parentesco apenas se torna possível com o abandono dos pressupostos eurocêntricos marcados por uma tradição conceptual onde a relação conjugal está baseada num conceito de matrimónio como algo de permanente e indissolúvel (Pina-Cabral e Silva 2013, 72) e que, antropologicamente, não serve também para dar conta da realidade etnográfica que aqui apresentamos.

## A relação entre as casas no terreiro

Uma nova união conjugal implica, então, a construção de uma nova casa na parcela. Tal como já foi referido, a construção da casa faz-se ten-

dencialmente na parcela dos pais do marido. Não se tratando de uma regra absoluta, sendo que existem alguns casos em que as mulheres residem em casas separadas nas parcelas dos pais, encontramos com recorrência o princípio de residência virilocal. Este conceito designa a residência do jovem casal na proximidade da casa do pai do marido. Em alguns casos, os recém-casados podem ficar a residir na casa dos pais do marido por algum tempo, acomodando-se num dos quartos da casa. No entanto, uma vez que o princípio de residência é preferencialmente neolocal, esta situação é tida por temporária, estendendo-se pouco além do nascimento do primeiro filho do casal. Na perspectiva da mulher, *quem casa quer casa* – o tão conhecido provérbio que marcou a compreensão etnográfica da dinâmica familiar camponesa no Alto Minho no Portugal dos anos 1970 (cf. Pina-Cabral 1989). Do mesmo modo, o ideal de que o novo grupo doméstico venha a ter uma casa e um roçado próprios estava presente já nos anos 70 entre os pequenos proprietários e foreiros da Zona da Mata Norte e Sul, estudados por Beatriz Heredia (1979) e Afrânio Garcia Júnior (1983), respectivamente:

> Se nem sempre a terra possuída por uma das famílias de origem é suficiente para permitir o roçado [do novo casal], a herança por partilha da terra funciona permitindo a construção de uma nova casa [Garcia 1983, 116--117].

Ainda que o conceito seja designado pelo elemento masculino, a descrição das práticas virilocais diz-nos mais acerca da vida quotidiana das mulheres. De facto, apesar de se tratar da terra da família do marido e de frequentemente serem os próprios homens a construir a casa (como também assinalou Mayblin, 2010), são as mulheres quem está diariamente mais presente no espaço doméstico da família, a casa e o terreiro. É neste sentido que a maior densidade das relações sociais que se consideram ter a ver com a família se estabelece entre mulheres, que têm a seu encargo o cuidado das crianças.

Assim, do ponto de vista das mulheres, a união conjugal implica estreitar relações com a sogra. Ao passar a morar mais perto dos sogros, a mulher casada acaba por se afastar dos próprios pais. Emília tem as duas noras por perto. Como moram ambas no seu terreiro, ela considera que substitui o papel de mãe das suas noras, *dando conselho* sobre a criação dos filhos, sobre a limpeza da casa, etc. Muitas vezes partilham tarefas diárias, nomeadamente aquelas relativas à agricultura, como semear, colher e preparar os produtos para levar para feira, o que se faz geralmente apenas numa das casas da parcela. Entre estas casas existe frequentemente

**Figura 5.1 – Aglomerado de casas no terreiro de uma família (assentamento Arupema, Novembro de 2010)**

a partilha de comida, sendo habitual as suas noras, Amanda e Gabriela, irem buscar feijão para o almoço a casa da sogra. Já antes de casarem as noras começam a frequentar a casa da futura sogra, onde ajudam na preparação da comida, varrendo ou *passando o pano no chão*. Este foi o caso de Gabriela quando namorava o filho mais velho de Emília, Marcos. Nessa altura, Marcos trabalhava na horta orgânica juntamente com os pais. Foi com o dinheiro que juntou da venda dos produtos do seu trabalho na horta que preparou o casamento, comprando os móveis e o palitó que usaria para a cerimónia na igreja.

A partir do momento em que a mulher se une conjugalmente ao marido, é esperado que a mulher receba ajuda por parte da família do marido. Durante o período de *resguardo*, depois do parto, quando as mulheres *descansam*, são as sogras que prestam o apoio necessário em casa. Por sua vez, Amanda, que mora mesmo ao lado e não tem filhos, cuida das crianças da cunhada, que com ela passam uma parte significativa do dia. No entanto, mesmo que o jovem casal more em casa da sogra, é esperado que seja a esposa a cuidar do seu marido e filhos, nomeadamente

no que toca à preparação dos alimentos e ao cuidado com as roupas.[7] É muitas vezes aí que se originam os conflitos entre as sogras e noras, o que, caso *arenguem muito*, resulta na antecipação da mudança de casa do jovem casal.

Como já foi referido, é comum haver mais do que uma casa em cada parcela (cf. figura 5.1). Com a construção das casas dos filhos casados, constitui-se uma espécie de aglomerado de casas em torno de um único terreiro. A existência de várias casas em cada parcela do assentamento Arupema não corresponde, no entanto, à multiplicação de pequenas unidades sociais semelhantes e autónomas. Trata-se, afinal, de um outro tipo de configuração familiar[8] onde cada casa está articulada com as outras casas dispostas no terreiro por via das relações de parentesco e que se aproxima da noção de *sítio*, enquanto espaço social da família camponesa, tão característica dos meios rurais nordestinos (Queiroz 1976; Woortmann 1995 e 1997; Wanderley 2003).

As relações que estas casas estabelecem entre si não são relações simétricas entre diversas famílias nucleares análogas, mas hierárquicas e complementares. As várias casas existentes na parcela são diversas tanto nos materiais como na anterioridade e são diversas na forma como se organizam em torno de uma casa principal. Numa dessas casas mora o casal mais velho, habitualmente os titulares da parcela – quer se trate daqueles que (*a*) estiveram envolvidos no processo de *conquista da terra* despoletado pelo acampamento, residindo, neste caso, em casas de tijolo construídas com recursos provenienetes do INCRA, ou (*b*) dos titulares que eram anteriormente moradores ou trabalhadores do engenho e que, em muitos casos, habitam ainda as suas casas de então. Na casa principal do terreiro encontram-se os dispositivos necessários para gerir a actividade agrícola da parcela, tais como o forno a lenha, a antena da rede telefónica e o interruptor do motor para extracção da água, que serve todas as casas, caso estes serviços existam, e ainda as sementes, os instrumentos agrícolas e o material necessário para *o banco de feira*.

Além desta casa, encontramos frequentemente a casa de um dos filhos do casal titular, onde mora com a respectiva família nuclear, a mulher e os filhos. Quase sempre se trata de um *filho homem* do casal titular. Este filho constrói a sua casa geralmente de taipa no terreiro dos pais (cf. figura 4.3) ou, como vimos no capítulo anterior, recebe a antiga casa de morada

---

[7] Também no contexto ameríndio do Sul da Bahia estudado por Susana de Matos Viegas, ainda que o parentesco possa ser revogável, existem as mesmas associações entre a mulher e a sua casa, assim como entre as tarefas dela e a mãe ou sogra (2007, 112).

[8] Sobre este conceito, cf. Pina-Cabral (1991).

para habitar – acabando por se posicionar como privilegiado na sucessão da terra, dado que já se encontra a *tomar de conta*. A expressão «tomar conta» remete para uma noção de posse pela ocupação e responsabilidade sobre o cultivo da terra à qual voltarei no próximo capítulo.

Também do ponto de vista da actividade produtiva existem diferenças significativas entre os vários filhos que moram na parcela, distinguindo dos demais aquele que, além da residência, encontra na agricultura a possibilidade de trabalhar e, assim, sustentar a sua família. Enquanto crianças, é comum que todos os filhos ajudem no trabalho agrícola, actividade que é coordenada pelo pai que é o titular da parcela. Esta gestão da actividade produtiva está, portanto, a cargo do *pai de família*, que, tanto no que diz respeito à plantação da cana como do roçado, decide acerca dos modos e tempos de plantação, da gestão da mão-de-obra e da comercialização final dos produtos. Este conceito de *pai de família* refere-se à figura masculina de autoridade que um homem passa a ser quando constitui família. A mulher é, por sua vez, a *mãe de família*.

Geralmente, um dos filhos que casa e fica a residir na parcela permanece a acompanhar o pai neste trabalho diário e, caso se trate também de agricultores orgânicos, pode vir a ter uma horta própria e até um banco de feira independente do dos pais. Como veremos no capítulo seguinte, esta situação tem consequências do ponto de vista da posse da terra, cuja legitimidade assenta sobretudo no trabalho. Tendo em conta a idade dos titulares da parcela – que tinham, à data da criação do assentamento, entre 20 e 50 anos –, começamos agora, passados cerca de quinze anos da criação do assentamento, a assistir a esta fase de charneira do ciclo de vida familiar. Deste modo, ao longo do tempo, os espaços de uso conjunto da família, que eram administrados pelo titular da parcela, tendem a ser assumidos por apenas um dos filhos, que irá suceder ao pai.

Justamente, para estas pessoas, a reforma agrária representa, entre outras coisas, a oportunidade de ter terra para deixar para os filhos. Ainda que a parcela de cada família esteja definida e delimitada à partida, apresenta-se como um espaço que pode ser apropriado em função desta necessidade familiar de ter terra para que os filhos possam construir a sua casa, ficando assim por perto. Neste sentido, cada pai deverá providenciar aos filhos, pelo menos a um deles, o lugar para que estes possam construir uma casa onde viver com a respectiva família. Porventura, esta situação não acontece com todos os filhos, mas apenas com aqueles que, tendo permanecido em Arupema e trabalhado na agricultura, não encontraram outra forma de subsistência ou se deslocaram para São Paulo, Recife ou mesmo uma cidade mais próxima.

Caso todos os filhos viessem a herdar de facto um pedaço de terra, com a morte do casal titular, a parcela seria dividida em vários *sítios* para cada um dos filhos. Nesta situação, a parcela transformar-se-ia em pedaços de terra muito pequenos, que se tornariam insuficientes para a sobrevivência de todas as famílias herdeiras. Este modo de reprodução familiar que encontri em Arupema assemelha-se, estruturalmente, ao modelo camponês clássico disseminado pelos meios rurais europeus e latino-americanos, onde encontramos práticas sucessórias que privilegiam apenas um dos herdeiros (cf. Bourdieu 1962 e Carneiro 1998 e, para a América Latina, Moura 1978, Deere e Léon 2003 e Scott 2009).

Esta situação foi acontecendo, aliás, nos pequenos interstícios da *plantation* pernambucana ocupados pelos sitiantes – conhecidos localmente como *terra de herdeiro* ou *terra de herança* –, onde a terra disponível depois da sucessiva fragmentação acabou restrita a um uso mais residencial do que produtivo. Estamos então perante o princípio que tanto o INCRA como tacitamente o Mst perfilham, segundo o qual a parcela não deve estar sujeita ao mesmo regime legal da herança do Código Civil. Tal como vimos anteriormente, deste posicionamento resulta um prolongamento da situação em que as famílias detêm apenas o título de *concessão de uso* e não de propriedade da parcela.

Assim, do ponto de vista dos assentados, na ausência de mais espaço ou de um espaço em aberto, ou seja, perante a escassez de terra, assegurar a residência de pelo menos um dos filhos do casal permite a continuidade da família e a manutenção daquele *sítio*.

Como já descrevi no capítulo anterior, o sítio é reconfigurado no assentamento precisamente pelo agregado de várias casas ligadas entre si, onde moram os vários membros da família. Analiticamente, esta nova unidade familiar assemelha-se à «configuração de casas» proposta por Louis Marcelin para descrever o contexto baiano urbano de Cachoeira (Marcelin 1999, 33) e, tal como referido acima, à noção de vicinalidades sugerida por Pina-Cabral em trabalhos mais recentes de sistematização do conceito (Pina-Cabral 2011; Pina-Cabral e Silva 2013).

Central para as sociabilidades, a casa dos pais alberga também os parentes que estão fora e que, ocasionalmente, visitam a família. Estas curtas visitas requerem todos os cuidados próprios da estada em casa por alguns dias, como a alimentação, a dormida e a troca de roupa. Esta situação é recorrente, nomeadamente, com as filhas que, tendo casado longe, visitam a sua família nos fins de semana, feriados ou por temporadas um pouco mais prolongadas, dependendo do investimento que essa viagem implica. Nem sempre acompanhadas pelos respectivos maridos, não dei-

**Figura 5.2 – Pai, filha e neto no roçado. Em segundo plano avistam-se as suas casas no mesmo terreiro (assentamento Arupema, Abril de 2011)**

xam de levar os filhos para que possam conviver com a restante família. É neste sentido que receber pessoas em casa, mesmo que temporariamente, é tão importante para a manutenção das relações de parentesco, sobretudo daquelas que estão longe.

Numa destas casas, além da casa principal dos titulares da parcela e da casa do sucessor, pode ainda residir um outro filho casado que trabalhe sazonalmente na usina, uma filha solteira com os seus filhos ou que, entretanto, se tenha separado do marido. A possibilidade de retornar a casa dos pais, seja em visita temporária – como nos relatou Rita – ou por um tempo indeterminado, está, portanto, prevista nesta concepção de espaço doméstico familiar. A importância da casa dos assentados como abrigo para parentes próximos que possam precisar de auxílio, casa ou trabalho temporários, pode, com o tempo, vir a trazer outras formas de inserção no assentamento, sejam elas laborais, relacionais (namoros) ou mesmo adquirindo uma parcela que entretanto fique vaga. A eventualidade de estes parentes dos assentados virem a ter um lote de terra é também assinalada pelos autores do estudo sobre os impactos dos assentamentos (Leite *et al.* 2004, 123). Seja pela partilha de comida ou de trabalho, estas relações diárias de proximidade e de ajuda mútua contribuem para a con-

solidação do parentesco e, desta forma particular, constituem uma espécie de projecto familiar que implica necessariamente uma visão analítica com espectro temporal integrante do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (cf. Fortes 1971), que trato na secção seguinte.

## Ser mãe duas vezes

Se a casa assume a sua centralidade na formação da unidade conjugal, instaurando-se como acto fundador do parentesco, como é amplamente disseminado noutros contextos brasileiros e da América Latina (Gow 1991; Gudeman 1976; McCallum e Bustamante 2012; Pina-Cabral e Silva 2013), importa também saber o que acontece quando os cônjuges se separam. Nos casos de separações conjugais que conheci em Arupema, acabaram por ser os homens a permanecer na parcela. Contrariando a preferência atribuída pela regulamentação do INCRA, que dá prioridade à mulher, são várias as situações em que os homens ficaram a viver na casa depois da separação. Não raro, encontrei situações em que a parcela se encontra registada no nome do homem e da sua primeira mulher, ainda que ele ali resida com uma segunda esposa. Num caso de adultério do marido, cuja separação acompanhei, foi a esposa quem saiu da casa onde viviam, tendo-se mudado para a cidade mais próxima. No entanto, mesmo quando os pais se separam e os filhos ficam com a mãe, que é quem preferencialmente deve criar os filhos, isso não implica que eles quebrem totalmente a ligação com o pai.

A separação conjugal diz-nos ainda sobre outro aspecto que se prende com esta concepção específica de casa. Ora, no caso de os cônjuges se separarem, é comum que a mulher retorne a casa dos pais, onde irá encontrar lugar para viver e apoio para criar os filhos, especialmente se estes são crianças. O retorno a casa dos pais depois do fim de uma relação conjugal é, portanto, verosímil para muitas jovens mulheres com filhos, incluindo as filhas dos assentados. Por essa razão, as casas dos titulares de parcelas em Arupema são habitadas quotidianamente por crianças. Ao morar junto, os titulares ajudam a criar os filhos dos seus filhos. Esta vivência quotidiana na casa principal, onde os filhos e netos vão frequentemente, aglutina a família.

Do ponto de vista da geração mais velha, estas crianças ligam as diversas casas e podem ainda vir a ser seus *filhos de criação*. Eventualmente, depois da estada da filha, os pais acabarão por ficar com algum dos netos para criar. Se, perante a separação conjugal, se coloca a questão de saber com quem os filhos ficam (se com a mãe ou com o pai), esta dinâmica

geracional volta a equacionar o tema da filiação, interrogando-nos sobre de quem são, de facto, filhos.

A família de Seu Severino mora mesmo acima da casa onde vivi durante o trabalho de campo, numa parcela que *faz rumo* com a de Emília e José Francisco. Juntamente com Severino, que é o titular da parcela, viúvo e com mais de 70 anos, moram vários filhos, em casas construídas muito próximas umas das outras. Depois de se separar do marido, Duda, a sua filha mais velha, foi viver para a casa do pai, conforme me contou: «Quando eu me casei não tava aqui [no sítio], eu vim agora, depois que eu me separei do marido. Tou separada.» Com ela foram também alguns dos seis filhos que teve. Quando conversámos, moravam consigo uma menina de 8 anos (a filha mais nova) e Raquel, que tinha à data um bebé de colo. Pipoco, o filho mais velho de Duda, havia entretanto casado e passado a morar juntamente com a mulher numa outra casa, logo ali no mesmo terreiro. Como viveu grande parte da sua vida com os avós maternos, ajudando o avô desde cedo no trabalho das terras, Pipoco trata Seu Severino por *pai* e vice-versa. Ao lembrar de quem o acompanhava durante o tempo que passou no acampamento, Severino explicita esta relação: «Era eu e um rapaz que mora aí em baixo, nessa casinha, filho. É neto, mas é filho, foi criado aqui mesmo.»

Também para os próprios *filhos de criação* as várias relações de parentesco que foram tendo ao longo da sua vida são claras, não desconhecendo quem são os seus pais biológicos. A relação mãe-filho é o âmago legal da filiação no Brasil, reificada pela exigência formal de registar um recém-nascido no nome da mãe e que descura, ao mesmo tempo, a necessidade de identificar o pai.[9] Existem alguns trabalhos antropológicos que nos apresentam esta mesma situação em que os *filhos de criação* têm conhecimento de quem são os seus genitores, pais biológicos ou *legítimos* (Mejía 1992; Viegas 2003 e 2007; Fonseca 2004; Pina-Cabral e Silva 2013).[10] Muitas vezes, designam por *pai* ou *painho* tanto o pai como o avô biológicos. Esta constatação concorre para o estudo da diversidade das relações familiares, designadamente no que fiz respeito à filiação, assim como nos permite enriquecer as conceptualizações teóricas acerca da natureza da relação de parentesco, introduzindo a processualidade que está presente nos actos continuados de *criação*, *dar sustento* ou *consideração*.

[9] Sobre a discussão suscitada no contexto português pela aprovação de uma nova legislação relativa à filiação, cf. Pina-Cabral (1993).

[10] Para uma reflexão acerca da diferença entre *filhos de criação* e a adopção no contexto brasileiro, v. ainda Viegas (2007, 119-121).

Em Arupema chega a colocar-se a possibilidade de os filhos voltarem a residir com a mãe depois de esta se estabelecer novamente numa casa e numa relação conjugal estável. Mas nem sempre isso acontece, ora porque os avós não querem mais separar-se destas crianças, ora porque elas acabam por crescer e seguir as suas vidas.

Conheci várias pessoas que tinham *filhos de criação*, muitas vezes seus netos, sobrinhos (filhos de uma irmã) ou filhos de conhecidos. Geralmente, a mãe *dá um filho a criar* a alguém depois de se separar do pai das crianças, podendo ficar ou não na companhia de algum dos outros filhos dessa relação. Muitas vezes, principalmente quando as mães são pobres e passam dificuldades, as pessoas pedem a criança para criar. Foi o que aconteceu com Nazaré quando se separou do marido, eram os seus dois filhos pequenos. Como tinha de sair de casa para ir trabalhar à jorna, o filho mais novo ficava o dia todo no berço e por isso, segundo a mãe, só andou a partir dos 2 anos. Porém, como Nazaré diz, «menino não é como roçado, que a gente *pranta* e fica lá», por isso a mãe ia buscá-lo sempre que podia. Nessa altura, o apoio da mãe foi imprescindível. Sem avaliar moralmente a situação, Nazaré conta que as pessoas lhe pediam o filho, mas ela nunca deu: «A pessoa carrega o filho nove meses, depois tem aquela dor tão grande para o ter e quando sai é um bocado de mim, não vou dar não.»

Algum tempo depois Nazaré conheceu Roberto, o homem com quem vivia maritalmente na altura em que os conheci. Viviam então numa casa situada na área comunitária de Arupema, dado que os pais de Roberto tinham recebido uma parcela naquele assentamento. Com a morte do pai, Roberto ficou apenas com uma parte da parcela onde pode continuar a plantar um pedaço de terra, sendo que, apesar de a mãe ainda estar viva e continuar a viver ali, foi o seu irmão que assumiu a titularidade. Nesse momento, Nazaré acabava de ter tido o seu quarto filho, contando com os dois do primeiro relacionamento. Desta vez, com 34 anos, Nazaré decidiu fazer uma cesariana, por este procedimento lhe permitir realizar simultaneamente a laqueação de trompas, interrompendo assim definitivamente a sua vida reprodutiva do ponto de vista fisiológico por estar preocupada com as suas dificuldades económicas. Só mais tarde vim a conseguir entender estas decisões, que me causaram tanto estranhamento através dessa ideia de que a vida reprodutiva efectivamente não cessa depois da sua finitude física. Depois do parto, Nazaré ficou portanto *ligada*, ou, como também ouvi dizer, *capada*. Note-se que a laqueação de trompas da mulher a propósito do nascimento de um filho implica a realização de um procedimento cirúrgico conhecido como *cesária* (cesariana) e

que é uma prática muito generalizada no contexto do Nordeste brasileiro nas últimas décadas, com o advento dos hospitais privados (McCallum 2005; Dalsgaard 2006). Este procedimento cirúrgico, ao contrário do *parto normal,* permite uma separação entre as práticas da sexualidade e reprodução. Por ser um método contraceptivo definitivo, esta esterilização voluntária das mulheres jovens foi um dos aspectos que maior consternação me causaram ao longo do trabalho de campo na região. Tendo sido usada até muito recentemente como prática compulsória de controlo da população em vários contextos de dominação na América Latina, nomeadamente no Peru sobre o mandato de Fujimori, é hoje em dia realizada a pedido destas mulheres de grupos sociais mais pobres. É usada como método contraceptivo que está estritamente ao seu alcance, na medida em que podem decidir sozinhas vir a fazê-lo de facto, o que, na sua perspectiva, lhes confere algum poder sobre o seu destino.

Quanto aos filhos de criação ou à situação específica de dar um filho a criar a outra pessoa, tal como verificou Cláudia Fonseca num estudo entre os grupos populares dos bairros pobres da cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, há, no entanto, que sublinhar que a diferença que existe entre as mulheres que dão filhos para criar e aquelas que recebem estas crianças não tem tanto a ver com uma vantagem material das últimas (ou mesmo uma diferença de classe), mas antes com a fase do ciclo de vida em que se encontram (Fonseca 2004). Ainda que estas redes de ajuda mútua sejam mobilizadas para garantir a sobrevivência da criança, o contrário também pode acontecer. Assim, a circulação de crianças pode servir para intensificar e até expandir os laços de parentesco, fazendo com que uma mulher venha a ver os seus filhos casados muito mais frequentemente se estiver a criar uma das suas crianças. Do mesmo modo, é muito comum, neste contexto estudado por Fonseca, que as pessoas tenham passado por várias casas *(households)* ao longo da sua vida e tenham tido muitas mães (podendo distinguir entre «a que me deu à luz, a que me criou, a que cuida de mim»), o que, tal como verificamos em Arupema, não implica uma ruptura das relações familiares anteriores.

O assunto remete-nos novamente para as questões levantadas acima acerca da reprodução, da conjugalidade e da filiação. Como é bastante generalizado nos meios rurais pobres do Brasil, também na Zona da Mata a parentalidade e a conjugalidade não ocorrem necessariamente em simultâneo ou em conjugação. Ainda que o casamento seja o *locus* preferencial para a constituição da família e, por conseguinte, da reprodução, do ponto de vista das práticas sociais, as condições de vida, particular-

mente aquelas que marcaram as trajectórias dos trabalhadores sem terra, explicam que a união conjugal não seja uma condição imprescindível para ter filhos. O que a reprodução da vida em Arupema, entretanto, parece evidenciar é que o acesso à terra de pelo menos um elemento da família em cada fase do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico tende a acentuar a gravitação da vida em torno da conjugalidade.

A sexualidade e parentalidade estão assim mais próximas e ligadas. Sendo habitual que tanto as mulheres como os homens tenham filhos antes dos 20 anos, assume-se que, com o começo de uma vida sexual activa, se experiencia também com naturalidade a possibilidade de ter filhos. É bastante comum que as pessoas que chegaram a Arupema apenas no momento da criação do assentamento tenham tido mais do que uma relação conjugal. Tanto entre os parceleiros-titulares como entre os seus filhos, muitos são os casos de pessoas que têm filhos de vários relacionamentos anteriores. Para as mulheres, a passagem por casa dos pais depois de uma separação constituiu um interregno antes de *arrumarem* um novo casamento, como foram os casos de Rita, Nazaré e, eventualmente, virá a ser o de Duda. Para os homens que chegaram igualmente a Arupema no âmbito da unidade conjugal, como vimos no capítulo 2, isso não significa que não trouxessem nessa unidade-família do assentado filhos de relacionamentos anteriores – como assim me revelava Pedro, ao falar-me da sua família: «É, eu sou pai de duas famílias, já. Tenho mais filhos espalhados no meio do mundo.» O termo «família» espelha bem essa centralidade, que, mesmo assim, ocupa o ideal da família nuclear como unidade de discursividade sobre o parentesco.

Uma outra face desta concepção de parentesco que julgo que tem sido menos sublinhada é uma espécie de visão da maternidade como um processo de reprodução intergeracional – a possibilidade de vir a ser mãe ou a ser pai depois do fim do período fértil da mulher. Em Arupema e por toda a região são frequentes os casos de netos que são criados pelos avós maternos. Esta situação acontece tanto nos meios rurais como nos meios urbanos que fui conhecendo à medida que as redes familiares dos assentados me guiavam por via das visitas regulares aos parentes. Na prática, e adoptando uma abrangência temporal mais lata, que tem em conta as várias fases do ciclo de vida e do próprio ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (cf. Fortes 1971), percebemos que a parentalidade pode prolongar-se pelo período fértil dos filhos, quando estes *dão* os seus filhos para os avós criarem. O facto renova então o nosso olhar sobre o significado para estas mulheres da prática de laqueação de trompas, que inicialmente me parecia radical.

De facto, acontece que uma mulher com mais de 40 anos e que esteja já *ligada* possa vir a ser mãe. Por outras palavras, existe a expectativa efectiva de uma experiência da maternidade depois do período de reprodução física da mulher. Esta possibilidade é vista por todos como aceitável e até desejável, já que resulta de um contributo precioso que os filhos podem fazer aos pais. De acordo com Mejía, criar um neto era uma situação valorizada pelos membros da comunidade e as avós tinham mesmo essa expectativa tanto para suprir a sua necessidade de manifestação de afecto pelas crianças como para a organização familiar e a sua divisão social do trabalho voltar a ser ordenada com a presença de pessoas mais novas na sua casa (Mejía 1992, 89-90).

A ideia de ser mãe duas vezes pode explicitar dois significados. O primeiro refere-se a uma mulher que tenha sido mãe em dois períodos distintos da sua vida, primeiro quando teve os seus filhos biológicos e, depois, ao criar os filhos dos seus filhos ou parentes próximos. O outro significado para a expressão prende-se com a noção de «identidades continuadas» através da dupla relação que se estabelece com a criança que *se cria em casa*, sendo que nesta concepção de parentesco, que privilegia a relação mãe-filho, um neto, que é também *filho de criação* de alguém, é como se fosse seu filho duas vezes. Estas «experiências de intersubjectividade constitutiva», como são criar um filho, têm assim continuidades identitárias em momentos posteriores (cf. Pina-Cabral e Silva 2013).

Ao estabelecermos uma ponte entre estas duas questões – a laqueação de trompas das mulheres jovens e a possibilidade de vir a ser mãe duas vezes recebendo *filhos de criação* em casa – verificamos existir um «descompasso entre fertilidade e domesticidade», tal como Pina-Cabral e Silva têm encontrado entre pescadores e canoeiros no manguezal do Baixo Sul da Bahia. Nesse contexto, as pessoas têm filhos desde muito cedo e sobretudo durante a primeira parte da sua vida adulta quando, por um lado, não têm os meios económicos e sociais para fundar ambientes domésticos novos e, por outro lado, são muito móveis em termos profissionais e conjugais. Só mais tarde na vida podem constituir casas estáveis (Pina-Cabral 2011; Pina-Cabral e Silva 2013):

> Dir-se-ia que o pressuposto de que a fertilidade (e, portanto, a filiação) ocorrerá dentro de relações matrimoniais estáveis não é central nas formas de viver das pessoas por nós estudadas. Não quer isto dizer, porém, que não se constituam relações domésticas estáveis baseadas na conjugalidade heterossexual ou na relação entre um filho e uma mãe [Pina-Cabral e Silva 2013, 84].

Para os autores, este desfasamento entre ciclo de fertilidade pessoal e ciclo de constituição da casa, enquanto unidades domésticas, resulta da própria ênfase sobre a liberdade da pessoa singular face às instâncias colectivas (id., *ibid.*, 87). É neste sentido que vemos também a parentalidade, isto é, *ser pai* ou *ser mãe*, mais do que um projecto conjugal estável e duradouro, como um campo de realização pessoal que começa cedo, tanto para os homens como para as mulheres, com o início da vida sexual activa. E que não implica necessariamente uma relação conjugal – que, esta sim, está dependente da constituição de uma casa.

## Tramas territoriais e conjugalidade

Neste capítulo propus tratar a conjugalidade e as formas de filiação numa perspectiva intergeracional, integrada em trajectórias de vida que reconfiguraram tramas territoriais[11] de populações rurais que ao longo das últimas décadas traçaram as suas vidas entre engenhos, *pontas de rua*, acampamentos e uma fixação nos assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco. Para dar conta da trajectória de intensa mobilidade destes assentados, característica que é seminal na sua experiência de vida familiar e na sua identidade social, precisámos de situar esta «identidade particular» no processo histórico e contexto social em que ocorreu (cf. Harris 2000).

Se várias etnografias brasileiras caracterizam *o sítio* enquanto unidade de parentesco dos meios rurais nordestinos e consideram *os sitiantes* os camponeses desta região, também é verdade que, devido à grande pressão sobre a terra na Zona da Mata de Pernambuco, os sítios apenas existiam nos interstícios das plantações de cana-de-açúcar ou, em momentos em que a economia da cana ditava uma menor valorização da terra, dentro dos engenhos e usinas. De facto, os moradores de engenho tinham uma condição de sem-terra, não lhes sendo permitido *criar raízes* em nenhum dos engenhos onde moravam.

Aquelas famílias que se encontravam no engenho Arupema à data da sua ocupação pelo Mst viviam nos seus sítios há várias gerações. As que chegaram com o assentamento experienciaram uma maior transformação das suas tramas territoriais, particularmente pela forma como passaram

[11] Como referi na introdução do livro, durante a realização deste trabalho beneficiei da interlocução no âmbito do projecto «Trama territorial», coordenado por João de Pina-Cabral, que tinha por ponto de partida este conceito elaborado originalmente por Emília Pietrafesa Godoi. Nele se reflectiram múltiplas perspectivas sobre dinâmicas familiares e territorialidades que se repercutiram nesta reflexão.

a aproximar-se mais do ideal da conjugalidade como fundadora das relações familiares assentes numa ligação com a terra. Podemos mesmo estabelecer uma relação entre a posse da terra dos moradores com sítio e a estabilidade das suas relações conjugais que de facto se verificam por relação aos outros assentados. A este propósito é importante notar que os evangélicos constituem uma grande parte da população da Zona da Mata e são também a maioria dos habitantes do assentamento Arupema. Enquanto grupo social, correspondem ao grupo dos assentados que chegaram com o Mst ou depois, dado que as famílias de moradores que ali habitavam antes eram todas católicas. Com o passar do tempo, algumas destas pessoas foram-se convertendo às igrejas evangélicas que se instalaram no local, primeiro, através da realização de cultos no acampamento e, depois, com a construção de igrejas e de *comunidades de irmãos,* que acabam por ser um dos principais espaços de encontro no quotidiano dos assentados de Arupema. Uma reflexão acerca da concepção do papel da mulher evangélica na família mereceria um desenvolvimento etnográfico e analítico, relacionando a questão com os interessantes trabalhos que se têm dedicado ao estudo dos evangélicos nas periferias das grandes cidades brasileiras e que evidenciam aspectos como os géneros, família e participação política (Fernandes *et al.* 1998; Mafra 2002; Mafra e Almeida 2009). Tendo em conta que, nos meios rurais, as igrejas evangélicas são bastante conservadoras em termos de valores, como os da família e da ordem social, a participação dos evangélicos no movimento de luta pela reforma agrária abre todo um campo de reflexão que fica aqui apenas enunciado. Evidenciamos a relação entre o significado que as pessoas atribuem à grande transformação que viveram com a possibilidade de terem acesso à terra (que aconteceu apenas na medida em que se envolveram pessoalmente na luta pela reforma agrária) e que, de algum modo, encontra ressonâncias na sua experiência de profunda transformação operada através da conversão e que, em muitos casos que conhecemos, implicou também um corte com relações familiares e convenções sociais anteriores.

Ainda que tivesse acentuado de forma pioneira a importância dos afectos para a constituição e reprodução das relações familiares e de poder no espaço social profundamente hierárquico dos engenhos, tal como Mejía assinalou já em 1992, como vemos, o modelo da família patriarcal elaborado e difundido por Gilberto Freyre deixou de corresponder à diversidade de situações familiares encontradas na região nos dias de hoje. Por outro lado, os trabalhos que analisaram a família enquanto grupo doméstico atendem principalmente ao seu carácter de unidade de pro-

dução e consumo (Heredia 1979; Garcia Jr. 1983), o que, pela natureza do objecto de estudo que recortam, não contempla o conjunto das relações familiares. É necessária uma abordagem epistemológica que permita dar conta das dinâmicas de parentesco que estão em prática na vivência quotidiana.

Assim, do ponto de vista sincrónico, procurámos descrever o que significa viver num aglomerado de casas na parcela do assentamento, em que a casa dos pais é central para as sociabilidades e consubstancialização. Mais do que partilhar uma casa, *morar junto* ou morar *no sítio* é ter a possibilidade de permanecer na proximidade dos parentes. Estes aglomerados de duas ou três casas que encontramos em cada parcela vão constituindo, ao longo do tempo, o sítio das famílias assentadas, que pode ser composto por várias famílias nucleares e que, no seu conjunto, formam uma outra estrutura de relações, a «família extensa patrilocal» (Mejía 1992, 26; Woortmann 1995). Ao *dar uma casada*, acto que instaura a relação conjugal, a mulher passa a ir viver para a terra dos sogros, ficando a partir de então de fora da linha de sucessão da terra dos pais. É neste sentido que Ellen e Klaas Woortmann consideram que a fuga da filha é uma forma de reter a terra na família. Não se tratando de facto de uma excepção, a fuga inscreve-se num «conjunto de práticas/estratégias voltadas para a preservação do sítio» (Woortmann e Woortmann 1992, 26). Ao integrarmos a temporalidade na análise das estruturas sociais, mostra-se verossímil a possibilidade de vir a ser mãe duas vezes, aspecto que, juntamente com a prática de *dar uma casada,* consolida a centralidade da casa nas relações familiares ao mesmo tempo que instaura uma perspectiva sobre a reprodução sexual assente num projecto intergeracional. Sublinhei, entretanto, que um dos efeitos das novas vivências familiares está marcado pela prossecução de um ideal de interligação da identidade familiar e territorial com a reprodução da vida no *sítio*. Como mostrei, as relações entre as casas num sítio não são relações simétricas entre diversas famílias nucleares análogas, mas hierárquicas e complementares. As várias casas existentes na parcela são diversas tanto nos materiais como na anterioridade e são diversas na forma como se organizam em torno de uma casa principal. Elas são também, no entanto, um eixo dinâmico de identidade que está inequivocamente alicerçado na descoberta da posse da terra. Sobre ela me debruço agora no próximo capítulo.

Capítulo 6

# «Essa terra que tomo de conta»: a posse e a transmissão da terra

A etnografia desenvolvida nos capítulos anteriores já aponta para a importância das árvores enquanto elemento indissociável da posse da terra para os habitantes de Arupema e a história das suas tensões na região. Relembremos que a plantação de árvores nos engenhos foi um ponto nevrálgico nas relações entre os proprietários da terra, os senhores-de-engenho e aqueles que a ocupavam e trabalhavam: os moradores. Para estes últimos, estar autorizado a plantar árvores de fruto significava deter a permissão para estabelecer uma relação mais duradoura com aquele local, tendo em conta que o próprio ciclo de vida da árvore é intrinsecamente mais longo do que o das culturas anuais que os moradores com sítio podiam plantar no seu pedaço de terra.

Certa vez foi-me relatada a expulsão de uma família de foreiros ocorrida na década de 1960 apenas pelo facto de uma das suas crianças ter comido uma manga «do chão da proprietária», exactamente na época das mangas, em que os ramos das mangueiras se vergam com o peso excessivo de fruta. A expulsão foi justificada pela proprietária simplesmente porque a criança o não poderia ter feito sem que lhe tivesse pedido antecipadamente autorização. Considerar-se a colheita de uma manga do chão uma usurpação é realmente levar-se até ao limite o sentido mais literal e moderno da propriedade privada como um direito de excluir outrem de qualquer uso ou benefício do que se concebe como posse sua (cf. Macpherson 1992, 2). Um olhar atento e etnograficamente sustentado sobre o que está em causa neste episódio não nos poderá levar simplesmente a alegar uma espécie de impiedade moral ou abuso dos proprietários da região, ainda que em muitas das minhas conversas esta fosse a versão explicitada pelos meus interlocutores (a sua exegese).

A linha interpretativa que aqui quero explorar obriga-nos a uma visão mais ampla e complexa do que o episódio revela, marcada pela enorme

tensão sobre a terra que se vive na região da Zona da Mata canavieira há vários séculos e pelos extremos que chega a atingir neste contexto em períodos determinados, como quando estes moradores foram expulsos a partir da década de 1950. Nesse período decorreu um processo de expropriação e expulsão em massa dos trabalhadores, moradores e foreiros das terras que ocupavam com vista à incorporação de novas terras nos canaviais, evidenciando a enorme desigualdade social entre a grande maioria da população não proprietária e as elites terratenentes (Furtado 1964; Palmeira 2009a; Dabat 2007; Correia de Andrade 1973).

As árvores e especificamente as árvores de fruto, que as perspectivas antropológicas comparativas já notaram serem foco de atenção humana e de significação social (cf. Rival 1998), ocupam um lugar de destaque na história da propriedade da terra no Brasil que tem sido recentemente realçado (cf. Viegas 2007, 207-235). A questão merece ainda maior desenvolvimento, nomeadamente no entrelaçar dos sentidos vividos da expropriação territorial e da tensão e luta pela terra aos níveis mais aproximados das vivências dos habitantes do Brasil nordestino rural e não tanto dos movimentos sociais organizados. As árvores de fruto ganham com efectividade um lugar específico nesta luta pela posse da terra que se articula também com outros sentidos de uma identificação entre a pessoa e o chão – o chão onde se enterra o umbigo, por exemplo – que irão ser igualmente tratados neste capítulo.

O tema da tensão e luta pela posse da terra está no Nordeste do Brasil permeado pela própria história da legislação. Ao nível do direito, o *usucapião* é o princípio central da história dos direitos de propriedade da terra. Como argumenta a historiadora Márcia Motta, o direito à propriedade pelo cultivo e ocupação efectiva começa por surgir como um incentivo à colonização do território no período colonial (cf. Motta 2009, 16). Podemos, entretanto, encontrar uma continuidade entre os direitos de propriedade pela ocupação e conquista que presidiram à filosofia jurídica da propriedade da terra no período colonial e a história das práticas e lutas pela propriedade da terra no período que se lhe segue até à actualidade. O usucapião é definido, tanto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como no Código Civil de 2002, enquanto recurso jurídico por meio do qual é reconhecida a propriedade da terra àquele que tenha a sua posse não contestada e ininterruptamente há pelo menos cinco anos. De facto, segundo o artigo 191.º da Constituição:

> Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em

> zona rural, não superior a 50 ha, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. [1]

A presença e centralidade do usucapião no próprio imaginário e enfrentamentos sobre a posse da terra na Zona da Mata (e especificamente em Arupema) estão desde logo claras nas reflexões dos assentados que foram no passado moradores do engenho, nas suas histórias pessoais e vivências, primeiro, no engenho e, depois, no assentamento. Recordando com quem aprendera a trabalhar e a plantar, Seu Amaro, antigo morador do engenho Arupema e hoje assentado, falava-me sobre o assunto:

> Seu Amaro – Na época em que o meu pai morava nos engenhos, ele trabalhava no engenho, mas tinha o sitiozinho, dentro da propriedade do engenho. Era cinco, seis contas de terra. Mas a terra não era dele, não. Era do senhor do engenho. Aí tinha aquele sitiozinho... Chamavam sítio. O resto era tudo arrodeado de cana. Para plantar uma mandioca, uma macaxeira, qualquer coisa...
>
> Ana – Podia plantar o que quisesse?
>
> Seu Amaro – Não. Só era esse negócio: uma batata, macaxeira, mandioca, uma verdura. Não plantava banana, coco, porque o senhor do engenho não queria. Porque quando os morador saísse daquele sítio, ele tinha medo que os morador fosse cobrar aqueles pés de coco. Porque banana é assim, banana comprida ainda pode plantar, mas coco e banana prata não pode plantar não, porque o negócio fica efectivo e é crime arrancar. Aí os senhores de engenho não concordavam, não. Não deixavam. Plantavam uma macaxeira e uma mandioca e pronto e o resto era do barracão mesmo [Novembro de 2010].

Um homem idoso com quem conversei numa localidade vizinha contava-me que, quando a proprietária da fazenda onde ele morou era viva, «para o sítio passar para o filho ou para plantar fruteira [árvores de fruto], o morador tinha que se humilhar a ela. Ela deixava plantar roçado nos sítios, mas pés de fruta não podia sem pedir autorização». Certa vez, referiu, quando um homem, morador, plantou dezenas de coqueiros, «ela mandou derrubar». Do ponto de vista do proprietário da terra, estas medidas drásticas corrigiam imediatamente a situação, impedindo que as árvores crescessem e se tornassem, assim, um marco da presença de quem as plantou e da passagem do tempo desde esse momento. *A posteriori*, essas árvores comprovariam a permanência daquelas pessoas na terra.

---

[1] No Código Civil brasileiro, publicado em 2002 e em vigor desde 2003, o usucapião define-se de igual modo no artigo 1239.º

Como estes relatos evidenciam, os vínculos entre a árvore, os seus frutos e o chão onde se localiza mostram-se, assim, muito fortes, adquirindo um atributo de autoridade e, muitas vezes, exclusividade sobre ambos. Se a plantação de árvores estava sujeita a tamanha vigilância e controlo por parte do senhor-de-engenho ou do seu administrador no local, ela manifestava a existência de um código socialmente partilhado de reconhecimento da propriedade da terra através da ocupação prolongada. Justamente, esta relação entre as árvores e a posse da terra encontra-se amiúde registada na literatura histográfica e antropológica acerca *da morada* no contexto da Zona da Mata (Palmeira 2009a; Dabat 2007). Como afirma Moacir Palmeira:

> Não há dúvida de que a concessão de sítios representa o mais importante dos «prêmios» que o senhor de engenho atribui ao morador, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante) [Palmeira 2009a, 206].

Neste trecho, o autor mostra explicitamente que na região da Zona da Mata havia um entendimento tanto da parte dos proprietários como dos moradores de que ter árvores de fruto num terreno é condição de posse da terra. Como me dizia Seu Amaro, «o *negócio* fica efectivo e é crime arrancar». Nestes trabalhos, essa relação não foi, no entanto, explorada etnograficamente nem desenvolvida como parte dos significados e das relações entre os próprios moradores e posseiros – um rumo que seguirei neste capítulo. As árvores de fruto serão aqui o ponto de partida, uma vez que foram referidas abundantemente pelos meus interlocutores de Arupema, como mementos, dispositivos da memória, quando falávamos sobre as parcelas de terra que consideram suas, de sua posse. Entender o que significa este mesmo sentido de posse para eles é também uma das vias de análise que aqui seguirei na senda de uma série de trabalhos antropológicos que recentemente recuperaram abordagens antropológicas clássicas sobre a posse da terra *(land tenure),* como as de Malinowski (2002) em *Coral Gardens,* situando-as num campo de debate comparativo e atento às dinâmicas sociais mais vastas que incorporam a própria história jurídica e social de luta pela terra e a propriedade em geral (Hann 1998; Strathern 2009; Viegas 2016).

## Árvores de fruto como mnemónica

A um primeiro olhar, a maneira como ouvi os meus interlocutores referirem-se às árvores de fruto aproxima-nos dos dispositivos de memória sobre a territorialidade dos yanesha, no Peru, descrita por Santos Granero: uma «escrita da história na paisagem» ou a partir da paisagem (cf. Santos-Granero 1998). Por se tratar principalmente de árvores de fruto, as árvores trazem o benefício evidente de fornecerem frutos abundantes e nutritivos, como o coco, a banana e a jaca, que asseguram alimento para a família. Junto à casa e, especificamente, ao seu redor, a plantação de árvores de fruto, como o coqueiro, a bananeira ou a jaqueira, cria um espaço de sombra que protege contra o calor abundante que se faz sentir na região ao longo de quase todo o ano. Ao longe, essas pequenas manchas de árvores, que frequentemente escondem uma casa, evidenciam, por sua vez, a existência dos sítios, destacados na paisagem rural, dominada pelo verde uniforme da cana-de-açúcar. Elas são, nesse sentido, um marco da paisagem do assentamento – como nos poderiam sugerir as abordagens sobre a antropologia da paisagem (cf. Hirsch 1995).

Em maior aproximação ao que Santos Granero descreve, foi ao acompanhar os meus interlocutores nos seus movimentos quotidianos que as árvores de fruto surgiram de forma mais contundente como marcos da história. Assim aconteceu, por exemplo, quando estava a acompanhar Seu Vítor e ele se referiu a um grande cajueiro que está na sua parcela do assentamento. Debaixo dele, disse-me, já passou muitas vezes quando era solteiro e depois, desde que se mudou para ali. Além do cajueiro, descobri então que era também no espaço da sua parcela que se encontrava a casa onde a mãe morou por duas vezes quando aquela terra ainda fazia parte do espaço do engenho. Seu Vítor, que contava 70 anos à data do trabalho de campo, nasceu em Rio Comprido – engenho vizinho que dista alguns quilómetros apenas –, mas, segundo o próprio, «se criou aqui em Arupema». «Naquele tempo se mudava muito», acrescentou. Ao todo, desde a sua infância, já morou em Arupema por quatro vezes distintas.

Em muitas das minhas conversas sobre a constituição das parcelas de cada assentado repetidamente notei que as pessoas lembram explicitamente as árvores que plantaram na sua parcela no momento em que se instalaram lá:

> A parcela só era mato, tava pior que agora [...] Tinha mato, jaca... lá em baixo no córrego tinha jaca, depois eu plantei pés de coco, de jaca, graviola, limão... [Seu Amaro, Novembro de 2010].

> As parcelas não tinham sido cortadas ainda não. Demorou ainda, senhora. Passou um ano! Trabalhando aqui. Já tinha escolhido. Cada um escolheu a parte para trabalhar. Depois o INCRA veio e partiu [...] Aqui não tinha nada, só tinha mato. Era cercado aqui. A minha e a do Seu José Francisco era tudo cercado. Esses pé de fruto já foi tudo que eu plantei. Era manga de gado [...] Por aqui era tudo pasto, era manga. Agora esse pé de jaca, pé de manga, foi tudo qu'eu plantei [Severino, Abril de 2011].

Esta avaliação acerca do que se encontrava na parcela no momento em que foi *cortada* ou *partida*, isto é, delimitada, e de como os seus ocupantes a têm transformado desde então foi sempre um mote trazido por eles para as nossas conversas de um modo significativo para o argumento aqui em causa. Alguns desses elementos são indicativos do que era socialmente valorizado na escolha para a nova parcela. De facto, ainda que os novos assentados não procurassem explicitamente locais com pés de fruta, a sua existência, decididamente, parecia mover as pessoas nessa escolha:

> Eu peguei esse trecho todo aqui de Arupema. Rodei a mata, não me agradei. Aí vi uns pés de dendê e disse [ao meu esposo]: «Amorzinho, ali tem água.» Uns pés de pau que bota coco, que a caça do mato gosta muito, tatu. Ainda não vi um lugar que tivesse dendê e não tivesse água. [Disse para ele:] «A gente vai a casa, faz um lanche e a gente traz logo uma foice, um facão e uma enxada, porque se tiver água a gente começa logo a roçar e a trabalhar» [Dona Mara, Novembro de 2010].

Pés de fruta como indicativos de recursos naturais, como a água – imprescindíveis para cultivar –, estão aqui imbrincados, portanto, com essa memória do espaço de habitação antigo.

Este poder mobilizador dos pés de fruta tornou-se explícito também quando os meus interlocutores se referiam à altura em que teve de haver mudanças na atribuição das parcelas de terra entre as famílias dos assentados nos primeiros anos de criação do assentamento. Ao descreverem o que se tinha passado nesses processos de mudança, os pés de fruta aparecem com todo o seu poder mnemónico: são o referente para assinalar a sequência de pessoas que, mesmo em curto espaço de tempo, ocuparam certa parcela:

> Aqui, nesta parcela, tinha outra mulher, saiu para o outro lado de lá. Na outra [parcela] tinha bananeira, feijão e roça. Tinha milho também. Aí, quando mudou para cá, ficou. Nessa aqui era capoeirão. O pé de fruta que tinha aqui já foi a parceleira que tinha plantado, dois pés de manga que tem

> ali em baixo e um pé de coco, que ficou dela. Somente. O proprietário não tinha nada plantado aqui, era quase mata, era mata, capoeirão [Rita, Novembro de 2010].

Os pés de fruta são, portanto, explicitamente, um dispositivo de memória, uma forma de «inscrever a história na paisagem», como escreveu Santos Granero (1998). Mas são ainda mais do que isso. Inscrevem directamente essa história nas tensões sobre a posse da terra. Na verdade, as descrições que tive sobre esses processos de mudança de parcela resultavam principalmente da necessidade de me explicarem como alguns deles tinham sido tão significativos. A relação entre a posse da terra, as suas tensões e as árvores de fruto vai, na verdade, percorrendo o tempo. Em situações mais recentes e entre familiares também ocorre. Num caso entre irmãos que conheci, o apego pessoal às árvores era mais acentuado. Júlia falou muito do que plantou na parcela que lhe foi atribuída no início do assentamento e donde saiu, com consternação, depois de o marido a ter *vendido* e decidido que iam voltar para São Paulo. Referia-se especialmente às muitas árvores de fruto que ela própria plantou, que complementava com a memória de terem tido de partir uma pedra robusta para chegar a uma mina de água que havia debaixo da pedra e era imprescindível para se fixarem ali. À data do trabalho de campo, quem vivia naquele lugar era Augusta, irmã do marido de Júlia, com quem esta última mantinha ainda relações hostis devido à *desavença* decorrente precisamente deste processo. À medida que me mostrava o seu terreiro, Augusta fazia referência directa às árvores que haviam sido plantadas por Júlia, distinguindo-as daquelas que ela própria havia plantado desde que ali morava, havia apenas cinco anos. Estes casos são muito significativos. Mostram-nos como o cultivo de pés de fruta vai tornando uma terra com dono terra personalizada.

## Posse como personalização

A personalização e responsabilidade na relação entre pessoas e cultivos como fundamento da posse da terra têm sido referidas recentemente como uma das dimensões significativas em contextos rurais e indígenas no Brasil (Viegas 2007 e 2016; Fausto 2008; Costa 2010; Machado 2012). Tal como no caso dos ribeirinhos do delta amazónico tratados por Juliana Machado, esta ligação das pessoas com as árvores que plantam no seu terreiro surge mais frequentemente entre as mulheres. De facto, tam-

bém em Arupema são as mulheres, enquanto responsáveis pelo espaço da casa e do terreiro, que fazem domesticidade (cf. Marcelin 1999, 36). Esta constituição do espaço doméstico, familiar, faz-se assim tanto pela vivência quotidiana como pelos actos inaugurais, como sejam a plantação de árvores ou a construção da casa. Aliás, a presença destas árvores no terreiro não é, como vimos já desde o capítulo 4, dissociável da casa.

A relação entre as pessoas e as árvores assume ainda uma outra dimensão que permite que a caracterizemos como personalizada: está presente em duas fases marcantes do ciclo de vida – o nascimento e a morte. No caso do nascimento é particularmente significativo que, num passado que me foi várias vezes relatado pelas mulheres mais velhas, depois do parto a placenta (normalmente chamada *umbigo* ou *parto*) era posta debaixo de uma árvore no terreiro da mãe da criança. A prática parece ter sido muito generalizada nesta zona rural até à década de 1970, altura em que as mulheres deixaram de ter os filhos em casa e passaram a fazê-lo no hospital, com recurso a cuidados médicos.[2] Para grande parte da população rural, diferentemente dos trabalhadores industriais da cana-de-açúcar, o acesso à assistência médica é associado ao *tempo de Arraes*, um marco temporal que estabelece um corte com o passado, por referência ao governo do estado de Pernambuco de Miguel Arraes, entre 1963 e 1964, altura em que as populações rurais maioritariamente ligadas aos canaviais tiveram acesso a um conjunto de *direitos* resultantes da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, tais como a aplicação do salário mínimo nacional, sindicalização, concessão de férias e de protecção social e que são descritos como uma melhoria radical das suas condições de vida (Sigaud 1977 e 1980; Dabat 2007; Palmeira 2009).

Augusta, com pouco mais de 50 anos, tem guardados *os umbigos* dos quatro filhos, mas já não sabe qual é que corresponde a cada um deles. Os filhos, todos eles, nasceram *na rua*, ou seja, na cidade, portanto, a sua placenta seguiu o tratamento hospitalar comum. No entanto, Augusta guardou o pedaço do cordão umbilical que ficou preso à criança e que, depois de secar, cai nos seus primeiros dias de vida. Dá-se vulgarmente o nome de *umbigo* ou *imbigo* tanto a este pequeno pedaço de cordão umbilical como à placenta expelida depois do parto e à cicatriz que permanece na barriga da criança ao longo de toda a sua vida.

---

[2] Sobre a medicalização do parto e outras questões relativas à maternidade, nomeadamente a prática tão disseminada de esterilização das mulheres no Nordeste brasileiro, v, Dalsgaard (2006).

Quando me falava sobre o assunto, na presença da irmã e deliberadamente depois de o marido ter deixado a sala onde conversávamos, Augusta mostrava-se preocupada com os umbigos dos filhos (aqui no sentido de cordão umbilical desidratado) porque, «não sabe onde [os] jogar», ou seja, depositar. Segundo ela, «podem aparecer baratas e comer, o que daria doença» nos seus filhos. No extremo, a inquietação desta mulher assentava no temor de que, quando ela própria morrer, os umbigos dos filhos fiquem *perdidos*. Segundo me disseram, os umbigos devem ser enterrados: «depois de enterrado fica logo sossegado». Isto faz-se, porém, sem que as crianças saibam o local em que são enterrados. Manter essa localização em segredo é considerado por estas mulheres imprescindível. Dona Biu, uma mulher mais velha, explicou-me como se fazia:

> Tinha vez que eu mesma cortava, quando não tinha parteira e nem as irmãs chegava[m] logo. Botava o cordão, media, amarrava e cortava o *imbigo*. Embrulhava de pano, cobria e deixava pra lá. Quando a irmã chegava: «Ó comadre Rosa, tá tudo pronto aí.» Aí ia cavar buraco e ia, comadre Laíde, comadre Rosa, tudo era parteira. Era *o parto*[3] que era de enterrar. O umbiguinho quando cai serve de remédio. *O parto* não, ficava lá, cavava buraco e ficava [...] Aquela tripa do umbigo que a gente corta é pegado com *o parto*. Aí cava um buraco e enterra. É fora de casa, dentro do mato. Bota uma pedra em cima, *por mor* dos cachorro... Ninguém pode saber, não. Só a mãe e quem tá com a pessoa, né? Nem o filho pode saber, nem mocinha... *O parto* é escondido para as menina não ver. Primeiro era assim. Não pode não. De jeito nenhum [Dona Biu, Novembro de 2010].

Na sua etnografia de 1951 sobre o Haiti, Remi Bastien fala do enterro do umbigo de um recém-nascido e de uma árvore (frequentemente também uma bananeira) para, por um lado, reclamar a pertença deste ao *lakou*[4] e, por outro, reclamar direitos de propriedade. Na sua descrição, «pouco depois de nascer, uma criança já é possuidora e dona, não de modo puramente simbólico. O cordão umbilical, depois de ser cortado, é enterrado perto da casa e, em cima, planta-se uma bananeira ou uma outra árvore de fruto. A planta pertence à criança e a venda dos seus produtos será, de preferência, empregue para comprar-lhe algo de vestuário» (Bastien 1951, 38).

No contexto português do Alto Minho, estudado por João de Pina-Cabral na década de 1970, a placenta enterrava-se dentro da casa, de-

---

[3] Refere-se à placenta.

[4] *Lakou* é a designação local do grupo doméstico, muito próximo do conceito nordestino de sítio (cf. Bulamah 2013).

baixo das pedras onde se faz o fogo da cozinha (Pina-Cabral 1989). Ao mesmo tempo, queima-se o cordão umbilical logo após este ter sido cortado, porque, «se o cordão umbilical for apanhado por ratos, a criança terá tendência no futuro a roubar» (Pina-Cabral 1989, 140). Também no contexto haitiano acima mencionado se considera que, caso o enterro da placenta fosse feito fora da casa, os espíritos maus se apoderariam dela e poderiam prejudicar o bebé (Bastien 1951, 52).

Como verificamos, todos estes procedimentos estão sujeitos a grande cuidado, envoltos em perigo. Trata-se de uma concepção que liga as acções da mãe com o corpo e o carácter dos filhos. Assim, se as mulheres ficam deitadas durante a gravidez, o bebé fica preguiçoso, se elas trabalham durante todo este período, ele *fica esperto*. Além do terreiro onde se nasceu, contaram-me que a placenta podia também ser enterrada na porteira de uma fazenda, de modo que a pessoa viesse a ser rica.[5] Nesta continuidade ontológica entre a pessoa e o destino que se dá *ao seu umbigo*, existem elementos simbólicos (tais como os animais e os lugares) aos quais se atribuem significados específicos e que lhe conferem identidade e pertença. Por outro lado, importa ainda referir que a propriedade da terra era e continua a ser um elemento fundamental na percepção da estrutura social (Garcia 1983, 82), daí que *enterrar o umbigo* de um filho de canavieiros, geralmente moradores sem terra, na entrada de uma fazenda constitua um gesto simbólico de passagem para uma posição social melhor.

A *plantação do umbigo* enquadra-se, então, num tema recorrente na literatura antropológica (Pina-Cabral 1989; Carsten 2004; Viegas 2007; Godoi 2013). No caso de Arupema, estas práticas parecem criar laços entre as pessoas e a terra por intermédio das árvores, constituindo um sentido de pertença ao local onde essa parte do corpo foi cuidadosamente enterrada. Esta relação concreta, corpórea e simbólica, que existe entre a placenta de uma pessoa e a árvore que sobre ela foi plantada, o terreiro ou a terra onde foi enterrada, qual depositária, traz-nos para uma dimensão sensorial de afinidade entre o corpo das pessoas e a materiali-

[5] Neste sentido, porteira significa o portão de entrada de uma fazenda. De facto, a existência de uma porteira neste contexto está associada especificamente ao tipo de ocupação do espaço que é uma fazenda, dado que, ao contrário dos engenhos de cana, que não são delimitados materialmente por nenhuma vedação, as fazendas, onde se cria gado, são cercadas de sebes, que contêm o movimento dos animais e têm habitualmente uma entrada única marcada pela porteira. Sobre esta multiplicidade de categorias locais de ocupação da terra, nomeadamente sobre a distinção entre fazenda, engenho e sítio, v. capítulo 3.

dade dos lugares que elas habitam. Enfatiza uma dimensão bem mais ampla do que a das condições materiais de existência e da terra, como veremos já na secção seguinte.

## O sítio onde se nasce, onde se morre e a história da luta pela terra

Em Arupema ouvi com frequência – ainda que em privado – falar de como *as pessoas voltam ao lugar onde o seu umbigo foi enterrado*. É uma afirmação significativa, tanto mais num contexto em que a maior parte das pessoas estava sujeita a uma grande mobilidade e à extrema concentração fundiária que a excluía da posse da terra. Emília Pietrafesa de Godoi (2013) refere ter igualmente ouvido dizer em Alcântara, no estado do Maranhão: «A gente nunca esquece o lugar onde enterra o seu umbigo.» A expressão «deixar o umbigo em» surge no próprio dicionário *Houaiss* (2002), significando «ser nascido em», isto é, ter nascido num determinado lugar.

Se a condição de sem-terra era, de facto, o que caracterizava a vida do grupo social dos assentados da Zona da Mata, estes elementos são indicações claras de que mesmo nessa condição de sem-terra as pessoas tinham um vínculo forte e estavam constantemente a lutar, na sua vida quotidiana, pela conquista da terra que habitavam e que esse vínculo não era estritamente de natureza económica. Num dos poucos trabalhos dedicados ao estudo da vivência dos assentamentos rurais na região, Nazareth Wanderley havia já concluído que aquilo que levou estes *trabalhadores rurais* a participar no processo de reforma agrária foi precisamente a «busca do sítio» (Wanderley 2003). O sítio é de facto um espaço de identificação e de pertença pessoal e familiar temporalmente continuada.

Quando recordam a sua chegada a Arupema, é muito frequente que os assentados refiram os seus familiares que, já no passado, quando Arupema ainda era um engenho e não um assentamento, haviam morado naquele mesmo local:

> Dona Mara – Eu nasci aqui, me baptizei naquela igreja católica aqui. A família da minha mãe é todinha aqui, nasceu e se criou aqui. Voltei para aqui e já vai completar doze anos que estamos aqui. Viemos através do Mst, foi uma batalha. Quando eu voltei tinha uns 42 anos. Só eu que saí de Arupema com treze dias de nascida. O meu pai trabalhava para o engenho, cortava cana. A minha mãe era em casa. Depois que ela foi-se embora, para o sítio do sogro, ela foi trabalhar na agricultura [...] Ela nasceu aqui também. O meu pai nasceu em Pé de Araçá. Era dos mundo de lá [...] Quando a

> minha mãe falava eu achava que ia morrer em Arupema. Ela sempre vem aqui.
>
> Ana – A sua mãe enterrou o seu umbigo aqui?
>
> Dona Mara – Quem sabe, Ana? Ela não falou, mas eu penso que sim. Eu fiz [com as minhas filhas]. Pior é se eu enterrei os umbigos de minhas filhas tudinho em Pé de Araçá, aí elas vão ter que voltar para lá. Mas também, se elas voltarem para lá, o sítio de lá é delas. Através do documento dele [o primeiro marido], quando me deram a certidão de casamento e eu descobri que a terra lá era no nome dele e ninguém sabia. A terra de lá é delas. Quem tá lá é uma cunhada minha e um cunhado, mas a terra lá é muito ruim, muito fraca e além disso foi um lugar onde tive muito sofrimento. [voltar para lá] Quero não! [Novembro de 2010].

A associação entre o umbigo e o terreiro onde este foi enterrado acentua esta relação da pessoa com a terra onde nasce. Assim, a casa onde a mãe de uma pessoa morava aquando do seu nascimento ganha relevância para a sua própria identidade. A prática da *plantação do umbigo* no terreiro reporta também a ligação que se concebe existir entre a mulher que é mãe e a sua casa e terreiro contíguo.

Trata-se de uma relação que é dialéctica. Além de ser o local onde se enterra *o umbigo*, a terra tem tudo o que é preciso para cuidar da pessoa. O *pipiri da esteira*[6] usa-se para sarar o umbigo do bebé e o primeiro ovo que a galinha no terreiro põe é colocado, ainda quente, no umbigo dos bebés caso esteja muito saído. Por sua vez, a pessoa passa a pertencer àquela terra também na medida em que ali resida, construa a sua casa, plante árvores de fruto e outros alimentos com o seu trabalho.

Este enfoque na relação filial, mais do que uma argumentação baseada na autoctonia, remete para a historicidade da pessoa cuja mãe, à altura do seu nascimento, morava num determinado lugar. Lembremos que a Zona da Mata de Pernambuco é historicamente um contexto onde a vivência e residência na terra, exclusivamente mediadas pela relação de trabalho num engenho, não estavam ao alcance de todos e é (apenas) nessa medida que a plantação do umbigo em determinado chão não permitia à pessoa que esta se *enraizasse*, no sentido figurado de criar raízes, porque ela precisava de ter mobilidade.

Como desenvolvi nos capítulos 3 e 5, a mobilidade era condição necessária de vida dos moradores de engenho que eram, de facto, sem-terra. No entanto, essa mobilidade nunca significou um desapego a locais de

---

[6] *Pipiri* ou *pipiri da esteira (Typha latifolia)* é uma planta que nasce abundantemente na várzea e que é usada no Nordeste para a confecção de esteiras.

nascimento nem de morte. Como comecei por referir, a relação personalizada com as árvores de fruto também tem manifestações significativas no momento da morte da pessoa. Ainda que actualmente os enterros não sejam feitos perto das casas ou ao redor da igreja, como recordam os antigos moradores de Arupema – já que todos são sepultados no cemitério da cidade –, uma parte da pessoa fica resguardada nas árvores de fruto. Se essa parte tão inicial da constituição da pessoa no nascimento, que é o cordão umbilical, se enterra perto de uma árvore, no momento da morte ali se deixam a decompor roupas do falecido. Tal como com *o umbigo*, também as roupas dos que morreram estão sujeitas a alguns cuidados especiais, não sendo habitual que venham a ser usadas por outras pessoas ou sequer recomendável que sejam destruídas recorrendo ao fogo. Nos casos em que um bebé nasce morto (os nados-mortos e os casos de aborto) é igualmente enterrado debaixo de uma árvore.

Na sua pesquisa etnográfica acerca das reivindicações e lutas pela posse da terra na África do Sul, Antonádia Borges aponta a relevância da volta aos locais de residência por parte dos trabalhadores de fazendas que dali foram expulsos à força, um processo de reivindicação levado a cabo pelos antigos trabalhadores negros depois do fim do *apartheid* (Borges 2011). Neste contexto, onde o valor da terra se prende com a sua qualidade de depositária dos antepassados, a autora demonstra como os funerais são ocasiões em que os vivos estabelecem relação com os ancestrais, constituindo-se também enquanto lugar de manifestações políticas pela restituição da terra (Borges 2011).

Este tipo de associação não tem sido muito recorrente quando falamos do contexto nordestino rural brasileiro. No entanto, justamente, o enterro dos mortos foi uma das reivindicações que despoletaram a constituição das ligas camponesas na Zona da Mata pernambucana durante a década de 1950, quando foreiros e moradores de engenho se começaram a associar de modo a criarem um fundo colectivo para pagar o caixão de madeira a todos aqueles que fossem sepultados e não tivessem dinheiro para tal. Inicialmente conhecida como Sociedade Beneficente dos Defuntos, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco[7] foi constituída em 1955 no engenho Galileia, não muito distante do en-

[7] A Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) ficou conhecida pela imprensa dominada pela elite local, temerosa da implementação do comunismo na região, como «liga camponesa», uma expressão que a associava às prévias organizações do Partido Comunista Brasileiro, fundadas em 1945, e entretanto extintas (Julião 2009, 279).

genho Arupema, também situado nas proximidades da cidade de Vitória de Santo Antão. Além deste propósito, a SAPPP pretendia fundar uma escola primária, criar um fundo para adquirir sementes e instrumentos agrícolas e melhoria das condições de vida em geral. Esta iniciativa foi então alvo de grande repressão e violência, vários processos judiciais e a efectiva expulsão da terra dos trabalhadores e foreiros por parte dos proprietários dos engenhos onde esses grupos se formavam (Castro 1967).

É muito significativo que, precisamente, uma das formas de intimidar os moradores a sair tenha sido através da destruição não apenas das suas casas, mas explicitamente também das árvores de fruto. Como relata Francisco Julião, um dos principais intervenientes na judicialização [8] desta luta política dos moradores e foreiros: «Derrubam os casebres e arrancam, de trator, as fruteiras dos camponeses» (Julião 2009, 281). A mobilização foi então canalizada para a defesa da possibilidade de os moradores e foreiros permanecerem no sítio onde viviam ou serem indemnizados pelas *benfeitorias de lavoura*, caso saíssem, além da contestação contra o aumento desmesurado do foro (pagamento anual pelo arrendamento das terras), transformando-se assim em lutas pela posse da terra, precursoras da reforma agrária em todo o Brasil (Furtado 1964; Palmeira 2009). Essas benfeitorias eram tipicamente árvores de fruta.

De certa forma, tal como as árvores, a presença do umbigo enterrado por uma mãe no terreiro também demonstra a anterioridade da pessoa naquele lugar – e portanto a sua posse enquanto significado social. No entanto, o conhecimento do local desse enterro é mantido em segredo pela mãe. Se, como vimos, plantar uma árvore de fruto tem implicações do ponto de vista do direito e da luta pela posse da terra, enterrar o umbigo contribui para a criação de uma pertença territorial que, embora não seja reclamada politicamente, como as árvores, acaba por ter uma afinidade com a noção de posse. Esta associação entre direitos e sentidos vivenciais da terra está para os meus interlocutores muito intrincada. A literatura antropológica tem mostrado que essa interligação é recorrente em vários con-

---

[8] Por judicialiação entende-se a passagem para a esfera judicial, dos tribunais, dos conflitos fundiários que existiam entre os proprietários e os ocupantes da terra e que eram até então tidos como assuntos privados, que diziam respeito apenas aos intervenientes e cuja acção se desenrolava exclusivamente dentro do espaço social e político do engenho ou da fazenda. Sobre o papel de Francisco Julião neste processo, nomeadamente através da instauração de processos judiciais e do recurso ao Código Civil como instrumento de luta e, mais tarde, enquanto deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e, depois, deputado federal eleito por Pernambuco, v., entre outros, Julião (1962), Castro (1967) e Palmeira (2009 [1974]).

textos. Vimos acima um caso na África do Sul. Também na América Latina diversos casos apontam neste mesmo sentido. Entre os Nasa das Terras Altas do Sudoeste da Colômbia, por exemplo, o assunto tem uma repercussão na pessoa mesmo depois da morte, já que o local de enterro do umbigo atrai a pessoa mesmo depois de ter morrido – independentemente do local onde tenha falecido, o seu espírito regressará ao local onde o seu umbigo está enterrado –, o que tem levado os Nasa a reivindicar especificamente o território a partir desses pontos de referência.[9]

## *Botar roçado*

Além das árvores de fruto, existe ainda uma relação pessoal de posse com as roças e outros tipos de plantação agrícola próprios do sítio. A actividade agrícola, tão bem descrita pelas etnografias realizadas na Região Norte e Sul da Zona da Mata de Pernambuco ao longo dos anos 1970 (Heredia 1979; Garcia 1983), é ainda hoje designada localmente pela expressão «botar roçado», tida como a actividade por excelência dos pequenos produtores independentes da região (Palmeira 2009a, 205). O termo *roçado* é usado genericamente para designar a plantação, o cultivo agrícola, a *lavoura*, e distingue-se significativamente do plantio de cana, que predomina, produtiva e socialmente, na ocupação histórica da terra neste contexto. Por sua vez, o verbo utilizado *botar* (aqui sinónimo de colocar, fazer) acarreta uma ideia de transitoriedade, que dá conta da dimensão temporária da actividade de cultivar e que, no contexto da Zona da Mata, se realiza frequentemente na propriedade de outrem.

Note-se que esta distinção entre *lavouras temporárias*, que poderíamos fazer corresponder aos cultivos de roças, e *lavouras permanentes*, que aqui estão claramente identificadas com as árvores de fruto, foi encontrada nas categorias operativas dos órgãos administrativos centrais brasileiros por Afrânio Garcia Júnior (Garcia 1983, 125), presentes no Recenseamento Agrícola de 1950, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde são definidas nos seguintes termos:

> Lavouras permanentes: compreendendo terras ocupadas com culturas de longa duração, tais como café, laranja, cacau, banana, uva, etc., que, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos.
>
> Lavouras temporárias: abrangendo áreas ocupadas com culturas de curta duração (via de regra, menor do que um ano) e que necessitam, geralmente,

[9] Comunicação pessoal do antropólogo colombiano Andrés Ospina (Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia 2013).

> de ser plantadas após cada colheita, tais como arroz, algodão, cana-de-açúcar, milho, trigo, flores e hortaliças. Incluíram-se também nesta categoria as plantas forrageiras destinadas a corte [Garcia 1983, 125].

Tal como temos vindo a argumentar, historicamente esta distinção reflecte-se também no reconhecimento da posse da terra que determinados usos conferem. Como afirma ainda Afrânio Garcia Junior:

> Quando há árvores plantadas, os terrenos cultivados são designados por sítios. Se o roçado é uma plantação que ocupa a terra por breve espaço de tempo, o sítio implica uma ocupação prolongada do mesmo espaço [Garcia 1983, 30].

Assim, a presença prolongada que a plantação de árvores requer destaca-se daqueles outros cultivos de ciclo curto, cuja plantação se faz periodicamente e que podem, inclusivamente, ser realizados em diferentes pedaços de terra. É o que acontece com os principais produtos do roçado na região da Zona da Mata. Idealmente, além do lugar de residência, o sítio constitui-se enquanto espaço produtivo variado, composto tanto pelas árvores de fruto ao redor da casa e do terreiro como por pequenas hortas, onde se cultivam os produtos hortícolas mais perecíveis, designados por *verdura*, a roça de mandioca e/ou macaxeira e ainda os cultivos de milho, feijão, batata e cará, entre outros. O termo *roça* pode ainda ser usado para significar especificamente o plantio de mandioca ou macaxeira. Na Zona da Mata de Pernambuco o termo sinónimo de *zona rural*, em contraste com as áreas urbanas, é o termo *sítio* e não o termo *roça*, como acontece, por exemplo, na Bahia (cf. Viegas 2007). Por sua vez, num assentamento rural, a parcela, isto é, o lugar onde se tem a casa, o terreiro e o roçado, é também chamada sítio. Deste modo, a palavra *sítio* pode designar: (*a*) a parcela de terra familiar; (*b*) uma localidade situada no meio rural (o sítio de Arupema, por exemplo); (*c*) o próprio meio rural.

Como vimos no capítulo 4, todos estes diferentes cultivos se localizam em áreas específicas de cada parcela do assentamento Arupema. A roça e os outros cultivos, assim como as hortas de verdura, circulam rotativamente pelo espaço limitado da parcela. Esta circulação obedece, contudo, a determinadas regras que se prendem com a proximidade da casa e outras plantações, nomeadamente a cana-de-açúcar,[10] a presença de água

---

[10] Quando cuidada, designadamente por meio de adubagem e *limpas* periódicas, a cana-de-açúcar é uma cultura cujo pé pode permanecer plantado por cinco a sete anos com uma produtividade aceitável para o aproveitamento industrial. Do ponto de vista estritamente agrícola, o distanciamento geográfico desta plantação por relação às outras

**Figura 6.1 – Seu Cícero plantando maniva na sua parcela (assentamento Arupema, Abril de 2011)**

para rega, a ordem de plantio e associação entre plantas, entre outros (v. figura 3.1, com o diagrama da parcela).

Ainda que não estejam separados física e simbolicamente por nenhuma vedação, existem na parcela roçados que pertencem à família, cujos produtos são destinados ao consumo da casa, e outros que podem pertencer a pessoas específicas, cuja posse pessoal é reconhecida por todos os membros da família. Esta distinção não corresponde, contudo, a uma atribuição definitiva de terra a certos elementos da família, como seria, por exemplo, no caso de uma divisão da parcela para efeitos de herança. Neste caso, cada filho teria um pedaço de terra onde poderia ou não *botar roçado*. Como falamos de cultivos temporários – que podem durar, no máximo, um ano e meio, como acontece com a mandioca, cujo ciclo pode levar entre dez e quinze meses na terra –, a sua circulação em diferentes áreas da parcela é possível (e, por vezes, até aconselhável).

---

prende-se com o uso de herbicidas durante a fase de crescimento, cuja aplicação não é permitida pelo modo de produção orgânica usado nas verduras, mas, principalmente, pelo uso do fogo que precede a colheita anual da cana.

Além das plantações consideradas da família e onde todos podem chegar a trabalhar, aquilo que acontece em Arupema é a existência de determinadas plantações que, independentemente do local da parcela onde se possam localizar, são de posse exclusiva de uma pessoa da família. Assim, se por algum motivo a mãe for «tirar macaxeira à roça de Marcos» para cozinhar em casa, dá previamente conhecimento ao filho de que o irá fazer. Tratando-se da plantação de macaxeira que o filho mais velho plantou, mesmo que tenha sido na parcela dos pais, onde, aliás, reside com a sua mulher e filhos, considera-se que o produto ali cultivado é seu. Assim, em caso de necessidade, como na situação que presenciei, em que não havia mais nenhuma roça plantada na parcela há tempo suficiente para que se pudesse arrancar uma macaxeira madura para comer, Emília pediu autorização ao filho para o fazer, reconhecendo que o cultivo era da posse do filho. Esta situação ocorreu aquando da preparação de uma refeição, mas foi muito recorrentemente que assisti à identificação pessoal entre determinados cultivos, fossem roça ou frutas, e alguns dos membros da família. Se a macaxeira era de Marcos, a *boladinha de milho* que está cultivada na terra em frente, do outro lado do caminho que atravessa a parcela, e que a mãe haveria de colher espaçadamente nas semanas seguintes ao São João, era de Emília (a mãe), assim como o dinheiro ganho com a banana comprida vendida na feira semanal revertia exclusivamente a favor de José Francisco (o pai), que a tinha plantado.

Tal como entre os foreiros e pequenos proprietários da Zona da Mata, as famílias de assentados de Arupema organizam os vários cultivos nas suas parcelas de acordo com diversas modalidades de trabalho e posse. Assim, existem os roçados destinados ao consumo de toda a família, que são geridos pelo *pai de família* e onde trabalham virtualmente todos os membros do grupo doméstico, designadamente o pai, a mãe e os filhos que se encontram a residir em casa dos pais. Estas são imprescindivelmente plantações de macaxeira,[11] batata e inhame, milho e feijão – produtos agrícolas que constituem a base da sua alimentação. Além destes, podem existir também roçados particulares que são resultado do trabalho individual de um dos membros da família, geralmente um dos filhos. De acordo com Heredia (1979, 106) e Garcia (1983, 193), os primeiros são comummente conhecidos como *roçados* e os segundos como *roçadinhos*. Estes últimos são da responsabilidade de uma pessoa em especial, seja um filho, o pai ou a mãe, e destinam-se habitualmente à venda e não ao consumo directo pela família (ainda que, como vimos, em alguns

[11] Mais raramente de mandioca para fazer artesanalmente farinha.

casos o consumo esporádico possa acontecer, não sendo, por princípio, a sua finalidade). Por sua vez, os rendimentos que resultarem da transacção comercial destes cultivos individuais pertencem exclusivamente à pessoa que tem a sua posse. Dado que a sua ocorrência não é ininterrupta, isto significa que em determinadas alturas pode haver mais roçadinhos individuais do que noutras, dependendo tanto da disponibilidade de terra para cultivar como da necessidade que cada pessoa possa ter mediante as diferentes fases da sua vida.

A plantação de roçados e mesmo a criação de animais de pequeno porte são actividades realizadas pelos *sem-terra* durante o acampamento em que reivindicam a desapropriação da terra (Figurelli 2007; Loera 2009). Segundo me contaram alguns assentados que «vieram com os sem-terra», muitos começaram a plantar logo que chegaram a Arupema, quando moravam em barracas de lona preta, num aglomerado estrategicamente posicionado dentro do engenho. Fizeram-no mesmo durante o período em que não sabiam ainda quanto tempo levaria até *ganharem a terra*. Eram cultivos familiares, para onde se deslocavam o homem e a mulher diariamente. No acampamento todos sabiam a quem pertencia cada roçado. Os produtos do roçado eram, então, a base da sua alimentação, complementada pelos alimentos que recebiam uma vez por mês através de um programa de distribuição de alimentos a todos os acampados da reforma agrária, conhecido por «esta básica »e que continha impreterivelmente arroz, feijão, fuba (farinha de milho), café, açúcar e leite.

Muitas vezes, ao serem expulsos do acampamento, a evacuação forçada dos acampados era despoletada precisamente pela destruição destes roçados por parte do administrador ou de outros trabalhadores do engenho, como os vigias, a mando do respectivo proprietário (cf. Figurelli 2007, 73). Em Arupema, durante o processo que começou com o primeiro acampamento e que podemos considerar ter terminado com a construção da casa dentro da respectiva parcela, já depois de o assentamento ter sido formalmente constituído, as casas e os roçados dos assentados tiveram várias localizações pelo espaço do engenho:

> A gente lá plantava, ninguém sabia onde a terra ia ser cortada para ninguém pegar parcela, e a gente plantava batata, macaxeira, cará, hortaliça, jerimum, quiabo, maxixe. Arrancou: pronto. A terra ficou limpa [Dona Mara, Novembro de 2010].

Ao contrário da plantação de árvores, a memória destes roçados não levanta a reclamação de direitos de posse em determinado lugar, visto

que são tidos como plantios transitórios e devem ser feitos rotativamente de forma a aumentar a sua produtividade. Nestes casos, apenas a sua colheita deve respeitar quem os plantou (a posse), mas não se considera que, por o ter feito, a pessoa ganhe legitimidade na reivindicação da posse daquele local. Mesmo assim, não é de descurar o facto de que, durante o processo de atribuição de parcelas, houve um reconhecimento por parte de todos os envolvidos – técnicos do INCRA, acampados e antigos moradores – de que se deveria tentar marcar a parcela junto aos locais onde aqueles acampados cultivavam os seus roçados, quando esta correspondia à sua vontade.

De acordo com os relatos relativos ao período que se seguiu ao acampamento de Março de 1998, no momento em que as pessoas que se encontravam acampadas na sede do engenho Arupema se mudaram para a parcela, os actos de *abrir uma roça*, plantar árvores de fruto e construir a casa foram os gestos iniciais para construir o lugar da família na nova terra. Ao mudarem-se para a parcela, estes aspectos são referidos como marcos dessa ocupação e transformação deste novo espaço no seu *sítio*.

> Não tinha nada aqui. A única coisa que tinha era esses pés de pau aí dentro do cercado. Aí, tudo o que tem aqui foi a gente, os dois, que construímo, que fizemo [Dona Mara, Novembro de 2010].

## Animais

Além dos cultivos particulares, também os animais considerados *gado* e *criação* podem ser possuídos individualmente. Isto implica que os animais em causa tenham sido adquiridos ou oferecidos a uma pessoa específica e que estes possam ser trocados e vendidos com o seu consentimento. O lucro resultante da venda do gado criado reverte para a aquisição de bens de consumo estritamente individuais, tais como o vestuário pessoal.

Quando se trata de *gado*, isto é, bezerros, bois e vacas e ainda burros, jumentos e cavalos, os animais podem ser vendidos com vista à compra de terra – daí que o gado possa ser tido como uma espécie de dote, como uma reserva de valor, particularmente importante para a preparação do casamento dos filhos, o que também em Arupema envolve encontrar um pedaço de terra onde se possa construir a casa. A *criação* – como se designam localmente os animais de menor porte criados no terreiro,

como porcos, cabras, ovelhas e galinhas – é alimentada e trocada ao longo do tempo por quantias bem menores do que as ganhas com o gado. Os valores atribuídos aos animais dependem principalmente da sua idade e peso, cuja ponderação está presente na negociação entre aqueles que vendem e os que compram os animais. Assim, uma galinha podia valer em 2011 entre 15 e 30 reais na feira, ao passo que se vendia um bode (caprino macho jovem) por cerca de 60 reais e um carneiro (ovino macho adulto) por um valor que podia chegar até aos 200 reais. Os bezerros, como são designados os bois entre os 6 e os 8 meses, podiam valer um mínimo de 700 reais, chegando um boi adulto a poder ser vendido para *carne de corte* por cerca de 2500 reais (que correspondia a um pouco mais do que quatro vezes o salário mínimo brasileiro, fixado em 600 reais por mês em 2011):[12]

> Eu crio meus bichinhos por isso. Eu me *empalho*[13] mais nos bicho do que no roçado. O dinheiro é seguro: «Quanto é esse carneiro?»; «Duzentos, cento e oitenta...»; «Quanto é um bezerro?»; «Oitocento, mil real, mil e pouco...» O roçado é desgarrado demais. Quando a gente tem muitas cargas é barato, quando não tem nada o preço tá lá em cima, mas a gente não tem nada [...] Tem tempo que está mais fraco, eu vendo um bicho, um carneiro para inteirar... Tem época que o roçado dá, mas tem época que, quando a gente vai para a feira, quando paga o frete do carro, não dá [Zé Amaro, Abril de 2011].

Estes animais podem ainda ser vendidos para suprir as necessidades de todos os elementos da família em alturas de escassez de recursos da unidade doméstica, chamada na região de *precisão* (Heredia 1979, 101 e 135). Foi o que aconteceu, por exemplo, com Seu Elias, quando teve de vender o bezerro, no momento em que necessitou de completar a construção da casa na sua parcela do assentamento, dado que o dinheiro disponibilizado pelo INCRA para o efeito não era suficiente para cobrir todas as despesas. Mas, por princípio, o lucro realizado com a venda destes animais compete à pessoa a quem o animal pertencia. Assim, é comum os pais oferecerem aos filhos, por vezes ainda antes dos 10 anos,

---

[12] Refere-se o salário mínimo não apenas como parâmetro abstracto de comparação para dar a entender o valor comercial atribuído aos animais, mas também porque *o salário*, enquanto valor mínimo de remuneração mensal (que é estipulado anualmente para os trabalhadores da cana-de-açúcar num processo em que participam os sindicatos dos trabalhadores rurais [STR] e os patrões/usineiros), continua a ser uma categoria importante para estes agricultores assentados como forma de aferir os seus próprios rendimentos a partir da venda de produtos agrícolas, orgânicos ou não, na feira.

[13] Empalhar, no sentido figurado, significa empatar, adiar a resolução de um assunto, «subterfúgio usado para ganhar tempo» (Houaiss 2002, 1456).

**Figura 6.2 – Lucas recolhendo o boi para a cocheira (assentamento Arupema, Abril de 2011)**

*um bodinho* ou *uma carneira* para que aprendam a cuidar dos animais, mesmo que estes fiquem junto com os outros animais da família:

> Eu tenho muita amizade aos meus bichos. O certo é certo. Eu comecei a criar com 12 anos de idade, de meia do meu avô, criando gado [...] Era pivete. Estudava naquela casa-grande ali. Comecei a criar bezerro lá [...] Aí eu vim para aqui e continuei a criar. E fui comprando bezerro, fui ajeitando até de hoje. Tem vez que eu boto nome... [Zé Amaro, Abril de 2011].

Tendo em conta que os animais são móveis, ao contrário das árvores e dos cultivos temporários, os filhos podem então começar a acumular alguma posse própria, que os poderá acompanhar quando saírem da casa dos pais. À medida que a criança cresce, estes animais poderão vir a ser trocados por outros de maior valor, como os bois, e eventualmente usados para comprar algo mais dispendioso, como, por exemplo, uma motocicleta (*uma moto*), veículo que nos meios rurais do Nordeste do Brasil pode ser precioso e que, particularmente para os rapazes, está associado a um valor de grande mobilidade e autonomia.[14]

[14] Na sua etnografia sobre a região do Agreste de Pernambuco, Mayblin (2010) refere a disputa simbólica que existe entre a compra dos tijolos (para a construção da casa) e da moto, ressaltando a existência de uma tensão experienciada pelos homens ao longo das suas vidas, em especial quando é esperado que casem, entre a mobilidade e a fixidez, características associadas aos homens e às mulheres, respectivamente (Mayblin 2010, 47-50).

Já antes de casar Amanda tinha recebido dos pais uma bezerra e duas galinhas. Apesar de ter *dado uma casada* para ir viver com o namorado, o que implicou não ter *arrumação*, é assinalável que tenha podido ir buscar estes animais a casa dos pais e levá-los para a sua nova casa, construída no terreiro dos sogros. Ali, diariamente, Amanda cuida da sua criação, sobretudo galinhas, e conhece a genealogia entre todas elas, apesar de a população no seu chiqueiro ter aumentado significativamente, além das duas que tinha no início. Quanto à bezerra, foi agregada aos bois que o marido já tinha antes e são agora *ajeitados* todas as manhãs por ele. Acomodar o gado da cocheira com palha, levá-lo para o cercado ou para a várzea (*a solta*) durante o dia, plantar e colher capim para o alimentar e ainda negociar o seu preço para a venda são tarefas da responsabilidade do homem. No entanto, ainda que os animais estejam juntos na mesma cocheira ou sejam alimentados com o mesmo capim, a sua posse individual não é dissolvida, não passando a pertencer conjuntamente ao casal depois do casamento, assim como o rendimento que se retire deles não virá a pertencer, nem numa pequena parte, aos pais de Amanda, que lhos ofereceram.

## Trabalho e transmissão da terra

Tratando-se de agricultores cuja principal fonte de rendimento resulta da venda dos produtos na feira semanal, também a utilização das roças ou roçadinhos, tal como a criação de gado e outros animais, estão direccionadas para a venda do produto no mercado, de maneira que o seu dono tenha um rendimento autónomo e individualizado. Importa então salientar que, mais do que a propriedade da terra onde se cultiva, a posse dos cultivos advém de uma identificação que existe com a pessoa que é responsável por eles.

Relembremos o caso de Marcos, mencionado anteriormente. Mesmo antes de casar, além da roça de macaxeira, Marcos já trabalhava na horta de produtos orgânicos que tinha na parcela do pai. Ao trabalharem para si, os rapazes vão juntando dinheiro para o casamento, tornando possível a sua autonomia futura. Além da horta em si, *trabalhar no orgânico* pode significar também ter um *banco de feira*, assumindo um lugar de venda nas feiras semanais que se realizam na cidade do Recife. A deslocação para essas feiras é feita por um autocarro alugado semanalmente para transportar produtos e vendedores, na maior parte dos casos os próprios agricultores, a partir do assentamento. Quando Marcos *saiu da feira*, isto é, deixou a actividade agrícola e a respectiva venda para passar a ser mo-

**Figura 6.3 – Marta ralando o milho no chão da sua casa (assentamento Arupema, Julho de 2012)**

torista deste *ónibus* que leva os produtores de Arupema, a horta que ele cuidava passou temporariamente a ser *tocada* pela mãe, Emília, dado que o pai trabalhava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, auferindo por isso um ordenado mensal. Alguns meses passados, quando o irmão mais novo ficou desempregado e decidiu passar a *produzir orgânico*, pôde fazê-lo, tal como o irmão havia feito, também na parcela dos pais, mas desta feita noutra localização. Não sendo uma regra explícita, a mudança de dono implica a mudança do cultivo para uma nova localização, reconhecendo este vínculo entre a pessoa e o seu roçado ou a sua horta.

Um outro caso concordante com esta ideia é o de Lucas, que escolheu um novo local para *abrir a horta*, ou seja, transformar com o seu trabalho uma nova porção de terra em terra produtiva. Como o próprio me relatou, nesse local o chão estava muito duro, por ali ter estado anteriormente o cercado do gado onde os *animais calcavam a terra*. Lucas começou então por «abrir tudo com a enxada e depois chamou o tio com o tractor». A partir de então «é Lucas que coordena a horta». Disse-me a mãe: «Agora é ele, ele é que sabe o que fazer.» *Coordenar a horta* e *saber o que fazer* são tarefas a cargo da pessoa que é responsável pela horta ou pelo roçado e isso implica decidir quais os produtos a plantar, quando e onde o fazer.

Além de encomendar o estrume necessário e gerir as sementes, o responsável pela horta tem também de *preparar o leirão* ou *chamar trabalhador* para realizar esse trabalho. *Cavar* ou *fazer leirão* é considerado um trabalho muito duro, principalmente se tiver de ser feito durante a hora de mais calor, debaixo do sol. Essa é uma tarefa que compete aos homens – ainda que algumas mulheres também o façam – e é frequentemente realizada pelo trabalhador que se contrata ocasionalmente, sendo pago *ao dia* (quando o pagamento corresponde às horas de trabalho acordadas) ou *à produção* (quando o pagamento é ajustado de acordo com a tarefa a realizar, independentemente de quanto tempo implica a sua concretização).

Para a manutenção diária da horta do orgânico, que envolve as actividades mais minuciosas de semear, limpar, *aguar* (regar) e colher, Lucas conta com a ajuda da mulher, Amanda, e da mãe, Emília. As actividades relacionadas especificamente com a feira, a que se chama *fazer mangalho*, e que se realizam intensamente na véspera do dia da feira, são geralmente realizadas por todos os membros da família que se encontrem disponíveis na casa, mas não dispensam o contributo das mulheres. São as mulheres que seleccionam os produtos colhidos de acordo com o tamanho e o aspecto, que os lavam e os separam em quantidades que correspondem às doses a serem vendidas directamente ao consumidor. Este trabalho de *lavar e amarrar verdura*, diferentemente do da produção, faz-se em parte na horta, mas também no espaço da casa e do terreiro, onde se dispõem as caixas já prontas, que serão depois carregadas no *ónibus da feira*. Nesta viagem e na venda, Lucas é geralmente acompanhado pela mãe, que durante algum tempo o fez sozinha. No entanto, assim que Lucas *assumiu*, decidiu também mudar de ponto de feira onde localizavam a sua banca no Recife, dado que, de acordo com ele, não vendiam muito no anterior, onde a mãe estava.

Tal como os outros feirantes de Arupema, Emília aproveita a viagem de regresso da feira de orgânico para, numa paragem em Vitória de Santo Antão, se abastecer dos produtos necessários ao consumo da casa durante essa semana. Ao fim do dia, ao chegarem a Arupema, Emília e Lucas fazem as contas de quanto ganharam com a venda dos produtos da horta e dos vários roçados da parcela e dividem os lucros. Uma vez que é Lucas o responsável pela horta, é dele a maior parte do rendimento, que reparte com a mãe por esta o *ajudar*. Neste cálculo importa também referir que o dinheiro ganho com cada produto específico é reservado para aquele que é o seu *dono*, isto é, que o cultivou, como acontece com a macaxeira de Marcos ou a banana de José Francisco.

Passadas algumas semanas após a horta de Lucas ter sido *aberta*, comentei que estava bonita e grande. Interpelado pela apreciação, Lucas respondia-me que ainda era pequena e que ele queria «ficar para ver como isto corre por mais um tempo». De facto, Lucas começou lentamente a assumir parte das responsabilidades que, na ausência do pai, eram exclusivamente assumidas pelo irmão mais velho, gerir a actividade agrícola da parcela, tanto da horta como dos plantios de milho, feijão, chuchu e ainda uma porção de cana-de-açúcar que é anualmente vendida à usina. Antes de «se meter nesse negócio dos ónibus», era Marcos quem tratava também dos outros cultivos familiares, mas agora, diz Manoel, amigo da família desde há muito: «É Lucas que voltou e que tem de tomar conta.»

## «Essa terra que tomo de conta»: posse e transmissão indivisa da parcela

A expressão «tomar conta» ou «essa terra que eu tomo de conta» que ouvi abundantemente por relação à parcela evidencia dois aspectos fulcrais. O primeiro prende-se com o esforço continuado que constitui o trabalho agrícola, este investimento quotidiano das pessoas em determinada terra que legitima a sua posse. Por outro lado, *tomar de conta* é uma noção alternativa à de propriedade privada, uma vez que acentua o carácter condicional que legitima a posse da terra e que é, justamente, a presença e o cuidado continuados. Tal como acontece entre as populações ribeirinhas da Amazónia estudadas por Mark Harris, a residência continuada é a principal forma de estabelecimento de direitos sobre um determinado pedaço de terra ou os seus recursos, uma vez que a propriedade é criada por se viver nela ou nela se trabalhar (Harris 2000, 77). Também em Arupema existe um nexo entre o cuidado e o trabalho investidos e a noção de posse, declarada localmente na expressão «tomar de conta». Ela será melhor descrita, no entanto, como um valor de responsabilidade na relação entre pessoas e cultivos. Neste sentido, tomar conta de uma terra é condição elementar para ser seu dono. Sejam hortas, roça ou cana, existe um reconhecimento do esforço investido nos cultivos, o que exclui os casos em que a pessoa foi paga para o fazer, que pertence à categoria émica de *trabalhador* (empregue no trabalho assalariado do canavial e ainda no trabalho temporário – *trabalho ao dia* ou *trabalhador alugado* – que algumas pessoas, homens e mulheres, realizam na parcela de outras).

De acordo com Beatriz Heredia, é ao trabalhar nos *roçadinhos* que se atribui legitimidade aos filhos para serem os beneficiários da venda dos

respectivos produtos. Também segundo os seus interlocutores, *tomar conta* do roçado é «saber trabalhar direito» (Heredia 1979, 109), ou seja, saber preparar a terra, plantar e fazer a manutenção necessária antes da colheita. Sobre os sentidos da terra para outros grupos camponeses também no Nordeste do Brasil, os sitiantes do Sergipe, Ellen F. Woortmann observava:

> A julgar por observações de hoje, a terra para o sitiante não devia ser percebida como mercadoria ou apenas como objeto de trabalho, mas como o resultado do trabalho de um grupo familiar. Objeto, enquanto natureza livre, «dada por Deus», que permite a concretização do trabalho enquanto valor ideológico: só o trabalho sobre a terra – a «terra de trabalho» – é trabalho. É a terra que permite a realização do sujeito trabalhador e é apenas o trabalho transformador da natureza que legitima a transmissão para «heréus». Se as transacções monetárias se realizam, elas envolviam não a terra em si, mas as «benfeitorias», isto é, o produto de um trabalho realizado, um trabalho pretérito domesticador da natureza. Terras não trabalhadas, «natureza pura», não eram vendidas, eram «soltas». Ademais, a maior parte das transacções ocorre entre parentes. Se existia a noção de propriedade mercantil, inibida ademais pelo próprio regime de morgadio, existia sem dúvida, como revelam meus informantes, a noção de «dono» da terra que foi trabalhada: o sítio, o roçado, a capoeira, como testemunho de um trabalho passado [Woortmann 1995, 225].

Em Arupema, onde a parcela é considerada o sítio, a terra não está dividida igualitariamente por todos os elementos da família, assim como a área cultivada não é trabalhada colectiva ou equitativamente por toda a família, sobretudo entre os filhos dos parceleiros. Sendo de usufruto individual, a existência de diferentes roçados na parcela da família acentua o carácter de individualidade (Heredia 1979, 27) e, acrescentaríamos, é estruturalmente marcada pela diferenciação de género. Mas, também aqui, os roçadinhos, na sua relação com o roçado, estão inevitavelmente ligados com o ciclo de vida (Heredia 1979, 106; Garcia 1983).

Como descrevi no capítulo 4, com a construção das casas dos filhos dos titulares, existe uma relação entre a residência e o trabalho na actividade agrícola desenvolvida pelos filhos e a consequente transmissão da terra, que é, neste caso, a parcela. Ao longo do tempo, desde que foi criado o assentamento, foram surgindo novas casas de taipa dentro das parcelas das famílias. Em torno do terreiro dos pais, à medida que se casam, alguns filhos – geralmente, os homens – vão construindo as suas casas, onde irão residir com a mulher e filhos, como aconteceu primeiro com Marcos e depois com Lucas.

Se alguns dos filhos dos titulares da parcela podem construir casa e *botar roçado* ou *abrir uma horta orgânica*, essa possibilidade não se coloca para todos os irmãos. Alguns deles podem até ficar a residir na parcela dos pais depois de constituírem uma relação conjugal numa nova casa. No entanto, apenas para um dos filhos há a possibilidade de desenvolver uma actividade agrícola. Tendo em conta que a dimensão da parcela é limitada – um aspecto de ponderação ainda maior do que o facto, já de si significativo, de que esta prática é ilícita aos olhos do INCRA e da ideologia da reforma agrária que explanei nos primeiros capítulos –, os assentados têm evitado a divisão da terra em vários sítios. É claro que nesse sentido seguem uma tradição há muito descrita sobre as estratégias de sucessão em contextos camponeses. Nos termos dos estudos clássicos sobre o campesinato que foram influenciados pelas perspectivas teóricas de Alexander Chayanov acerca do trabalho familiar e do processo económico camponês (1966), a divisão da terra em pequenas unidades de produção e consumo seria, segundo este cálculo económico, insustentável (Heredia 1979; Garcia 1983). Note-se que, também entre os grandes proprietários da região nordestina, a posse indivisa dos engenhos canavieiros foi sendo assegurada como forma de garantir a integridade do património familiar (cf. Woortmann 1995, 224).

Como mostrei detalhadamente no capítulo 3 e importa aqui relembrar, existe um ideal que de alguma forma todos quereriam seguir, segundo o qual um assentado é uma pessoa que viveu o processo de reivindicação e luta pela terra integrado no movimento de reforma agrária. Uma parcela de terra atribuída neste processo deveria servir uma e apenas uma família nuclear. Não sendo viável, no entanto, atingir esse ideal, foi necessário acomodar a expansão do grupo doméstico, ditada pelo passar de gerações, que, diferentemente de assentamentos mais recentes, no assentamento Arupema, existente há mais de dez anos, é um processo que já atingiu grande número dos assentados-titulares. Possibilitar a construção da casa às novas gerações de descendentes dos titulares foi-se tornando, então, a solução prática. Apesar de estes filhos dos assentados terem de trabalhar noutra actividade, a concessão de chão para a residência acaba por ser valorizada.

Esta situação de charneira entre a geração dos titulares e dos filhos não acontece em todas as parcelas do assentamento, mas, mesmo assim, segundo a minha estimativa, deverá atingir pelo menos um terço delas. Mais importante para o argumento aqui em causa é que esse terço (27 casos por mim identificados) é precisamente dos assentados mais antigos que têm filhos já em idade adulta. Nos 63 casos em que existe apenas

uma casa na parcela, 32 estão *do outro lado da mata,* que é precisamente onde se fixaram os assentados vindos do processo de luta pela terra nos acampamentos de casais mais jovens.[15] Como mostrei, os filhos do sexo masculino em idade adulta começam por ter a sua horta independente, o seu roçadinho, a comprar materiais de construção que vão ficando visíveis pela casa dos pais e idealmente a construir a sua casa. Nas palavras de Amaro, cujo filho mora paredes meias com o pai, «a ideia é que ele fique aí, movimentando»:

> Vou morrer sossegada porque vou ver as minhas filhas cada uma na sua casinha com um pedacinho de terra para sobreviver. Foi a minha luta... tudo foi um plano de Deus. Para quando eu fechar os olhos o meu esposo ficar no lugar dele, as minhas filhas cada uma ficar no lugar delas, os meus netos. Irmão José Francisco, quero que faça um papel porque essa terra não se vende, nem se dá nem se troca. As minhas filhas vão viver aqui, os meus netos e bisnetos. E quando ninguém mais quiser morar aqui ela volta para o estado de novo, porque foi de lá que ela veio. Não quero que vendam, não quero que façam nada. Porque isto aqui foi uma luta de cinco anos [Dona Mara, Novembro de 2010].

Em muitos casos, principalmente aqueles que são localizados *do outro lado da mata*, onde, à data de constituição do assentamento, existia apenas um morador e onde prevalece o cultivo de cana-de-açúcar, a existência de apenas uma casa em cada parcela corresponde à não constituição do sítio tanto enquanto espaço produtivo variado como enquanto dinâmica familiar de transmissão da terra. No entanto, os 63 casos em que existe apenas uma casa na parcela não se adequam em absoluto a essa situação. De facto, muitos destes casos de parcelas que em 2011 tinham uma única casa referem-se a famílias a quem foi atribuída uma parcela em Arupema já depois de 1998. O facto de não existir ainda uma segunda casa é apenas resultado da fase no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, sendo provável que a sucessão da parcela por meio da expansão do espaço de ocupação de um dos filhos do sexo masculino venha a fazer-se no futuro.

Nos momentos em que os parceleiros sentem ímpetos de abandono do projecto familiar inscrito no assentamento esta perspectiva de um fu-

---

[15] Estes dados dizem respeito apenas às parcelas formalmente demarcadas e numeradas pelo INCRA, que perfazem um total de 90, não incluindo outras dinâmicas de residência e ocupação do espaço do assentamento, como as que se verificam na área comunitária, por exemplo.

turo familiar no sentido aproximado ao que João de Pina-Cabral (1991 e 2013) chamou identidades continuadas é o que parece prevalecer. Assim, por exemplo, aos 70 anos de idade, Pedro contava-me como tinha ficado desanimado depois da morte da mulher, anos antes, tendo-se então sentido tentado a «vender a parcela e ir para a rua». Nessa altura, disse-me, recordava o que a sua *véia* lhe pedia: «Venda não, neguinho! Deixe para os filhos.» E assim fez:

> Só tou aqui porque tem filho, aí quando morrer vou deixar para os filhos para eles não ficar sofrendo que nem eu sofri [...] Moça, eu vim porque eu morava na rua, eu não tinha terra para trabalhar, um pedacinho de terra para trabalhar, houve esse negócio de sem-terra e eu entrei dentro. Fiz sete anos debaixo da lona para pegar esse pedacinho [...] Eu sofri muito para pegar aqui a terra. Arriscar de morrer, que nem morreu muito sem-terra, debaixo de lona, quer vê? Dormia debaixo de estribaria, de menino a mulher. No INCRA nós ia de dia, dormia tudo que nem porco, que nem cigano, num pedacinho de papel lá por debaixo dos prédios. Sofri muito, sofri [...] Graças a Deus hoje em dia tenho o sitinho. Vivia no que é dos outros [...] Eu tinha nada! Eu só tinha a noite e o dia e a missa da madrugada, quando o padre queria dizer! Eu morava no que é dos outros! Eu morava em sítio, lá no terreno dele, era rodeado de cana. Só deixava mesmo uma conta de terra, cansada, para eu trabalhar. Plantava, mas era pouquinha terra. Só trabalhava mais para ele [Pedro, Abril de 2011].

# Breve conclusão

Em suma, vimos ao longo deste capítulo que, num plano sincrónico, numa parcela podem existir diversas modalidades de ocupação entre os elementos de uma mesma família. A articulação entre os diferentes espaços da parcela, nomeadamente dos roçados pessoais e familiares que acima descrevi, realiza-se por meio das relações de parentesco e torna-se inteligível com a noção de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (Fortes 1971), que enfatiza a temporalidade das estruturas sociais, permitindo-nos dar conta da forma como a sucessão se processa e como são transmitidos os direitos de propriedade. Os titulares da parcela ocupam a casa principal do terreiro e é o *pai de família* que rege a actividade agrícola da parcela, incluindo a cedência de terra para os filhos irem *botando roçado* ou *tocando uma horta*. Enquanto isso, novas casas de barro são construídas no terreiro e correspondem aos novos núcleos familiares dos filhos dos titulares, concretizando-se, assim, um ideal de parentesco de «morar junto» (Mejía 1992). Aqueles que habitam uma casa de barro se-

**Figura 6.4 – Menino comendo jaca debaixo de um pé de fruta no terreiro (assentamento Arupema, Março de 2011)**

parada posicionam-se, entretanto, na linha familiar de transmissão da terra. Apenas num dos casos que acima explicitei essa residência dos filhos no terreiro implica a cedência de um pedaço de terra como fonte principal de subsistência económica. Enquanto moram com os pais, os filhos devem trabalhar no roçado familiar e, eventualmente, ter o seu próprio roçadinho. Mas, a partir do início da idade adulta, especialmente entre os rapazes, os filhos solteiros que vivem com os pais devem encontrar a sua fonte de rendimento autónoma que lhes garanta o acesso a um salário, como o trabalho na usina, numa pedreira ou de mototáxi. Considerando que estão a *trabalhar para si*, os filhos devem juntar dinheiro para poderem um dia mais tarde construir ou comprar na cidade a sua própria casa, para onde idealmente se deslocariam. No entanto, considera-se que os filhos solteiros que vivam com os pais devem também contribuir para a casa, ajudando nas despesas semanais de consumo familiar. Assim, por exemplo, se um rapaz trabalha na usina, recebendo 100 reais por semana, ele deve entregar entre 40 e 60 reais aos pais para *ajudar à feira*. Não se trata aqui apenas de uma quantificação dos gastos familiares, mas de uma gestão dos recursos disponíveis na casa e também da própria família, envolvendo tanto os filhos que estão em casa como

os que saem. Isto significa, como na conclusão final do livro reafirmarei, que o sítio que os assentados de Arupema estão a refundar nas novas configurações territoriais que são os assentamentos não é afinal ou apenas uma repetição do antigo ideal camponês da terra em sucessão familiar. Ele sobrepõe-se ao ideal da socialidade *quente*, da possibilidade de, mesmo em momentos diferentes do ciclo de vida, ter os vários filhos a viver junto dos pais. Foi no momento em que os moradores da Zona da Mata viram realizado um sonho de longo termo de acesso à terra, apenas parcialmente concretizado como um modelo camponês. Contudo, a ligação identitária a efectivas territorialidades, por um lado, e o valor da terra como eixo aglutinador da família parecem ser uma dimensão que marca os sentidos vivenciais dos assentados da Zona da Mata de Pernambuco.

## Capítulo 7

# Conclusão

Ao longo do livro fui delineando vários eixos de compreensão de vivências que confluíram na coabitação de antigos moradores de engenho da Zona da Mata de Pernambuco num assentamento rural criado em 1998. Tendo-me proposto entender esses processos num assentamento com mais de dez anos, a análise etnográfica que aqui desenvolvo articula aspectos da sucessão da família, do género e da propriedade da terra como parte da própria historicidade do espaço do engenho e do assentamento.

Neste capítulo conclusivo enuncio quatro linhas interpretativas que julgo serem contributos significativos para uma reflexão antropológica mais vasta sobre estes temas. Assim, uma primeira linha diz respeito *à questão da propriedade e da sucessão*; a segunda às *dinâmicas de parentesco e género* que resultaram de olhar a relação entre reprodução sexual e maternidade a partir da perspectiva intergeracional das mulheres; a terceira à *transposição de sentidos de historicidade da região canavieira para o espaço familiar*, contido no antigo sítio camponês e ao mesmo tempo em vicinalidades; a quarta à *sobreposição de regimes de valor da terra entre o espaço do engenho e o do assentamento*. Retomando várias das linhas de discussão teórica e conceptual desenvolvidas, nesta conclusão sugiro uma interpretação dos espaços do assentamento como parte do que vários antropólogos têm descrito como verdadeiras reconfigurações das identidades na relação com a terra, ocorridas no Brasil a partir da década de 1990. Ao invés de separar a compreensão do mundo camponês nordestino actual da compreensão desse processo de reconfiguração de identidades mostro as vantagens em articulá-los para dar conta das transformações de meios rurais marcados por uma história de marginalidade no acesso à terra face ao processo de reforma agrária.

*

A literatura sobre *família, propriedade da terra e sucessão* no Sul da Europa tem tratado a diversificação de estratégias para lidar com a escassez de

recursos, regendo-se pelos princípios da varonilidade ou da virilocalidade (cf. Bourdieu 1962, Goody 1979, Pina-Cabral 1989 e Carneiro 1998, entre outros). Também no contexto brasileiro são vários os trabalhos etnográficos que apontam a estratégia sucessória de privilegiar apenas um dos herdeiros como forma de evitar o fraccionamento da terra que colocaria em causa a integridade do património territorial e a reprodução social dos grupos camponeses (Moura 1978; Woortmann 1995; Seyferth 2009). Ainda outros trabalhos mostram o papel da migração enquanto estratégia de reprodução camponesa, entre os quais podemos destacar os de Garcia (1989), Menezes (2002) e Scott (2009). Como sublinha Mauro Almeida, «um corolário da restrição na transmissão da propriedade é a proletarização dos filhos excluídos» (Almeida 1986, 19), ao passo que Seyferth (1985) mostra que existe uma relação entre a proletarização e o princípio da neolocalidade das famílias conjugais, tal como sucede em Arupema, onde aos filhos que não herdam a propriedade da terra é cedida uma área para construir a sua casa, mas não para trabalhar na terra. Trabalhar, cultivar e, mais ainda, ter cultivos de longa duração são os termos da posse, em muitos casos feita equivaler à propriedade da terra, mesmo do ponto de vista legal.

A compreensão da evolução da propriedade da terra no Brasil, particularmente o facto de a propriedade latifundiária ter sido a primeira forma de propriedade da terra, enquanto a pequena propriedade camponesa teve de ser conquistada, disputando o rígido sistema latifundiário, ajuda-nos a enquadrar melhor essa importância histórica da posse por meio da ocupação (cf. Guimarães 2009, 48). Como mostra Guimarães, entre os séculos XVI e XVIII, a propriedade da terra ou era concedida por doação a grandes latifundiários ou era conquistada pela posse/ocupação (Guimarães 2009, 51).[1] No caso da região canavieira de Pernambuco verificamos de facto que, tal como acontece noutras regiões de grandes monoculturas, os senhores-de-engenho detinham a propriedade da terra mesmo nos períodos em que a economia açucareira entrava em declínio. Em muitos casos, o declínio significava dispensar largos contingentes de mão-de-obra, especialmente quando a terra passava a ser usada para a criação de gado, que necessitava comparativamente de muito menos mão-de-obra. As abordagens históricas sobre esta região têm mostrado que nesses períodos os trabalhadores do engenho que tivessem alguma garantia de posse acabavam

---

[1] Desde o início, com as sesmarias, a legitimação da posse da terra era adquirida através da produção, ainda que neste período a terra fosse tida como um privilégio de poucos. A terra como mercadoria só viria a ser reconhecida a partir de 1850, com a Lei de Terras.

por conseguir desenvolver uma agricultura de subsistência, como acontecia tipicamente com o caso dos moradores, foreiros ou microproprietários (das *terras de herdeiro*).

Noutros contextos rurais do Nordeste do Brasil, onde a posse da terra é constituída pela invocação de um fundador ancestral, como no sertão do Piauí (cf. Godoi 1998), ou a transmissão é feita por uma linha de herança familiar, como acontece entre os sitiantes do Sergipe (cf. Woortmann 1995), o que legitima o direito à terra é justamente a continuidade temporal da família através desta dinâmica das áreas de residência (cf. Viegas 2016). Naquele que é conhecido como *o mundo dos engenhos*, Wanderley (2003) identifica os princípios de *morar e trabalhar* com o ideal camponês procurado pelos assentados da Zona da Mata de Pernambuco. Noutro trabalho, a mesma autora acrescenta não se tratar de uma simples relação económica com a terra, em que esta se torna apenas um objecto de investimento ou mesmo um simples meio de subsistência. Na sua dimensão social e cultural, argumenta, a propriedade da terra é a condição para que se viva em família, para que se garanta através dela a sua reprodução em condições de dignidade e em conformidade com um padrão que se considera ideal (Wanderley 2004, 72).

No assentamento Arupema, como argumentei etnograficamente, a constituição de uma nova casa não significa a criação de uma nova unidade familiar nuclear e sim um passo na linha de sucessão intergeracional. Um dos eixos argumentativos centrais no desenvolvimento etnográfico desta análise é o de mostrar que, por se tratar de um assentamento de reforma agrária, esta situação apenas corresponde à transmissão da titularidade da *concessão de uso da parcela*. Como vimos, quer se trate da dinâmica de construção de casas, quer da gestão das hortas, roçados e animais, subjaz um princípio de manutenção da terra na família como eixo da sua dinamização e continuidade no tempo mais do que como eixo de *propriedade da família*. O que quero sublinhar aproxima-se do que Gudeman e Rivera (1990) argumentaram para o campesinato colombiano, sublinhando que, em termos de sucessão ou de continuidade temporal da propriedade, esta deve ser compreendida, principalmente, por meio de uma lógica económica de morada, relacionada com a permanência e o aumento do tamanho da casa que garante a continuidade da família, mais do que uma lógica económica da acumulação e do lucro. Esta valorização da permanência da família também foi sublinhada por vários antropólogos para os contextos ribeirinhos da Amazónia brasileira (Lima e Harris 2000; Machado 2012) e para os pequenos proprietários da Zona da Mata de Pernambuco em inícios da década de 1990 (Mejía 1992).

A questão da sucessão da terra revela, então, um tipo de arranjo familiar, um acordo que é estabelecido entre pais e filhos em articulação com as lógicas formais do INCRA. O processo é, a este nível, equiparável ao que foi seguido pelos camponeses do Sul de Minas Gerais através de «transacções preferenciais» entre irmãos e irmãs, os quais respeitavam, contudo, o Código Civil (cf. Moura 1978), e pelos assentados do assentamento Novo Horizonte, situado no estado do Rio de Janeiro, um dos poucos assentamentos onde ocorreu a atribuição do título de propriedade dos seus lotes aos assentados (cf. Cordeiro 2010).

Ao inverso do que acontecia no tempo dos engenhos, a vivência dos assentamentos permitiu a activação dos casamentos, a sucessão da casa e da parcela para um dos filhos e a possibilidade de dar aos outros filhos um *chão de morada* para construírem a sua casa ou para os receber temporariamente em algum momento das suas vidas. Com a autonomia que ganharam, estas pessoas procuraram transformar a parcela num espaço familiar, num sítio, n*a terra da gente*, reconfigurando a própria família de acordo com o velho princípio de voltar ao lugar onde o seu umbigo foi enterrado. Assim, mais do que a sucessão e manutenção da propriedade, este novo espaço criado no assentamento – *o sítio* – constitui-se como um lugar de identidades continuadas, por onde os vários elementos da família podem passar em diversas fases das suas vidas, servindo a própria continuidade familiar.

*

As *dinâmicas de parentesco e género* ajudam-nos a compreender estes processos de continuidade familiar. As dinâmicas familiares de conjugalidade, co-residência, comensalidade e virilocalidade concorrem para a concretização do código da sucessão da terra que está presente na matriz cultural dos sítios nordestinos. O sucessor acaba por assumir a responsabilidade quanto ao uso da terra, como é frequentemente apontado na literatura do campesinato, assim como o de ser o centro de decisão moral e material da família, e, em princípio, acabará também por assumir a titularidade da parcela (cf. Cordeiro 2010). Não obstante, um dos argumentos etnográficos centrais que aqui desenvolvo, particularmente no capítulo 5, mostra que não é só de sucessores que se fazem as relações familiares dos assentados de Arupema. A parcela deve poder abarcar os outros filhos e netos, seja em vários momentos das suas vidas: quando solteiros, na fase inicial das suas vidas conjugais, permitindo-lhes a construção de uma casa, ou ainda – especialmente no caso das filhas – numa fase intermediária das suas relações conjugais, funcionando como o local de abrigo para si e para

os seus filhos. Cordeiro (2010) também chama a atenção para estes projectos de continuidade familiar e de sucessão: a existência de um espaço de residência estável, que pode, inclusivamente, albergar pessoas que não se encontram habitualmente a residir e a trabalhar ali.

Tal como a vocação da terra da parcela não está confinada à sua capacidade produtiva, como demonstrei, o valor do trabalho dos membros da família advém de um sentido que não é estritamente o do trabalho enquanto meio de produção, mas que se aproxima de uma noção de manutenção diária da vida social (Harris 2000, 144), que se expressa no enunciado que tantas vezes me foi veiculado em Arupema, de que «o pai planta maniva e a mãe cozinha macaxeira». A divisão de género aproxima-se aqui mais de uma semelhança e equivalência nas preocupações morais e ontológicas de ambos, tal como Maya Mayblin demonstrou na sua etnografia sobre uma comunidade católica da região do Agreste de Pernambuco (2010). De acordo com Mayblin, apesar de a maneira como uma mulher demonstra as suas capacidades morais diferir realmente da de um homem, isso não muda a natureza básica do que é demonstrado (Mayblin 2010, 11). Assim, um homem pode ser ostensivamente o *chefe de família*, mas isto não se traduz directamente numa posição de vantagem, dado que o seu poder «é constantemente temperado com expectativas e obrigações, julgamentos sociais e morais que estão ligados à própria posição de poder ou liderança, tanto dentro como fora de casa» (Mayblin 2010, 13). É nesta medida que a ponderação do rácio do salário que o filho deve entregar em casa, por exemplo, coloca o pai sob julgamento moral ao aferir-se se ele abusa ou não dos filhos.

Ser um bom *pai de família* e uma boa *mãe de família* são, então, noções que assentam mais numa divisão sexual do trabalho do que na desigualdade e desvalorização da mulher. Esta diferença evidente manifesta-se nas vivências quotidianas de homens e mulheres e nos diferentes espaços simbólicos e sociais que ocupam. É neste sentido que se considera que a terra é dos homens e que a casa e o terreiro são das mulheres. No entanto, tanto estes espaços estão ligados como as actividades que neles se realizam se articulam e complementam entre si, não parecendo aqui recair o grande divisor de género que a crítica feminista denunciou: a desvalorização do espaço doméstico (Collier e Yaganisako 1987; Carsten 2004). Assim, para homens e mulheres a forma como *tomam conta* é diferente, enquanto *o pai planta maniva e a mãe cozinha macaxeira*, mas ambos participam nesta manutenção diária da vida social, aproximando-se, portanto, dessa visão de complementaridade de género que a literatura antropológica tem vindo a realçar (Gow 1991; McCallum 2001).

*

Uma terceira linha de argumentação que importa aqui referir resulta da perspectiva temporal que pude abarcar nesta análise, tendo por referência os estudos etnográficos realizados na mesma região nas décadas de 1970, 1980 e 1990 pelo *grupo do Ri*o. Essa temporalidade permite-nos *transpor sentidos de historicidade da região canavieira para o espaço familia*r. Ainda que os meus interlocutores habitantes do assentamento Arupema tenham sido praticamente sem-terra durante a maior parte das suas vidas, os seus testemunhos e histórias de vida demonstram, contudo, que a terra sempre foi para eles um referente identitário central na experiência da sua vida familiar.

As trajectórias de vida dos assentados que apresentei operam numa variedade de experiências e referentes culturais – trabalhado assalariado, morada, acampamento, sítio – que se cruzam em lutas políticas e sociais. É na continuidade das vicinalidades próprias do sítio que se constituem relações de afinidade entre os *parceleiros* vizinhos e núcleos de povoamento mais densos. Como ouvi dizer a uma das minhas interlocutoras, «*sítio bom* é onde *tem vizinho*», definindo-se assim por oposição a *lugar deserto*, *sem vizinhos*. De facto, por via do casamento dos filhos dos *parceleiros* vão-se entrelaçando redes de famílias que, com o passar do tempo, vão constituindo vicinalidades e *núcleos quentes*, isto é, áreas onde existem mais relações entre parentes. Em Arupema esta situação ocorre principalmente em torno das casas que são habitadas há mais tempo – algumas desde o tempo do engenho. A noção de vicinalidade permite-nos dar conta das relações sociais que se estabelecem por afinidade entre pessoas de várias casas que se localizam nas proximidades umas das outras (cf. Pina-Cabral e Silva 2013).

Ora, os lugares habitados há mais tempo têm também uma maior diversidade de cultivos, roçados, hortas de orgânicos e, inclusivamente, as árvores, cuja duração requer também a permanência e o decorrer do tempo. Assim, também do ponto de vista produtivo e mesmo da percepção local da paisagem, se distinguem do *deserto verde* que caracteriza a plantação de cana, tão predominante na região. Ao revés das vicinalidades, esta dinâmica envolve esvaziamentos cíclicos do espaço que é queimado anualmente para o corte da cana. É o que acontece abundantemente na área do assentamento designada por *o outro lado da mata*, onde, como vimos, a presença de famílias remonta à criação do assentamento, dado que só existia uma família de moradores até então. Recortada com a mesma proporção de parcelas por relação ao resto do assentamento, mas visivelmente ocupada com menos sítios, é nesta área que

se tem verificado existirem mais *repasses* de parcelas com a saída de uma família assentada e a chegada de outra.

Tal como vimos no capítulo 4, a apreciação das parcelas é também uma avaliação moral da pessoa por ela responsável. E é deste ponto de vista que a apreciação da parcela permite ainda tecer considerações acerca da posse da terra e da sua própria realização enquanto assentado da reforma agrária. Assim, se a pessoa não trabalha na parcela, se ela está visivelmente abandonada, *coberta de mato*, de *capoeira* ou *de cana*, isto diminui a sua propriedade sobre ela, na medida em que, do ponto de vista moral, quem não trabalha na terra não é seu dono (Woortmann 1995). A prova de se tratar de um princípio de orientação social, mais do que de um princípio formal da reforma agrária, está em não se conhecerem casos em Arupema e, segundo informações recolhidas na delegação regional do INCRA, também no próprio estado de Pernambuco de assentados a quem o INCRA tenha retirado a parcela por estes não a trabalharem convenientemente.

*

O último aspecto que quero evidenciar é uma das principais linhas de continuidade do texto e que se prende com *a sobreposição do espaço do engenho e do assentamento*. Mais do que uma permanência do padrão de organização espacial preexistente, verifica-se uma série de continuidades com as lógicas de funcionamento do engenho em que o assentamento se instalou. Se a proposta de reforma agrária instaura uma espécie de *começo* num determinado lugar, ele não perde automaticamente toda a sua historicidade. Com efeito, em Arupema as dinâmicas de povoamento e ocupação da terra anteriores ao assentamento são relevantes para a constituição das relações sociais. Segundo um dos principais estudos dedicados à caracterização sociológica dos assentamentos realizado a partir de amostras recolhidas em diversas áreas do Brasil (Leite *et al.* 2004), na zona canavieira do Nordeste, que abrange tanto a Zona da Mata de Pernambuco como as áreas litorais dos estados da Paraíba e Alagoas, cerca de metade dos assentamentos está organizada em agrovilas. Os autores chegam mesmo a estabelecer uma relação entre a imposição do Mst da construção das casas de habitação na agrovila, contrário à vontade dos assentados, e a maior frequência com que os assentados abandonam as suas parcelas. De facto, os moradores preferem viver em casas mais precárias nos respectivos lotes do que em agrovilas, reclamando genericamente a preponderância destes padrões culturais de organização do espaço rural (cf. Leite *et al.* 2004, 81).

Também Wolford considera que as dificuldades iniciais de implantação do Mst na região se prenderam com a existência de diferentes «imaginários

espaciais», na expressão que toma de empréstimo a Lefebvre, ou diferentes entendimentos acerca da terra entre moradores de engenho e Mst, cuja concepção da terra enquanto espaço privilegiado de produção e reprodução social colidia com a local (Wolford 2004, 147). De acordo com Wolford, a experiência de relação com a terra dos moradores de engenho da Zona da Mata de Pernambuco significava para eles o corolário da protecção e estabilidade que existia dentro da ordem hierárquica do espaço do engenho. Esta interpretação vai no mesmo sentido que L'Estoile tem vindo a apresentar quando refere a importância da *sombra* no espaço dos assentamentos, remetendo-a para a noção de protecção providenciada anteriormente pelo patrão e depois pelo INCRA (cf. L'Estoile 2011). Estes autores estudaram os recém-criados assentamentos no Sul da Zona da Mata – área mais canavieira do que o Norte ou a faixa de transição para o Agreste – no momento em que estes tinham acabado de ser criados. As quezílias relativas à vocação dos assentados e à gestão colectiva de determinadas questões como a participação política em associação, a produção enquanto alternativa à cana, entre outras, estavam no auge das disputas de poder locais. Podemos, em suma, dizer que a reforma agrária aconteceu no mundo dos engenhos na medida em que também conseguiu accionar o imaginário idealizado da morada no passado (Sigaud 1977; Palmeira 1977) e que é justamente contra essas configurações de poder que se insurge o movimento da reforma agrária.

Num contexto onde a pressão sobre a terra era tão significativa como nos engenhos, onde até o tipo de cultivos realizados era escrutinado pelo patrão, ter um lugar onde *botar roçado* e não ter de o fazer *no que é dos outros*, tal como poder decidir o que plantar, ganha outra relevância. Depois de *ganhar a terra*, a parcela transforma-se também num lugar onde os parentes podem circular ou permanecer com maior ou menor prolongamento temporal. Tal como demonstrei no capítulo 4, se o espaço simbólico da casa é extensível ao terreiro, o terreiro não pode ser indissociável da parcela, aqui no sentido da concretização material do modelo camponês nordestino de sítio. Por sua vez, do ponto de vista dos moradores que já habitavam o engenho, o momento de delimitação da parcela consolida o reconhecimento por parte de todos de que a sua presença continuada naquele local cria um vínculo com a terra que contribui para legitimar a sua posse.

Neste sentido, podemos sustentar etnograficamente que ser dono da terra implica especificamente poder decidir o que plantar. Como vimos, esta aspiração vai ao encontro da questão que se colocava aos moradores e foreiros da região quando lhes era negada ou retirada a possibilidade

de plantar árvores de fruto no seu terreiro, sob o princípio de que «o negócio fica efectivo e é crime arrancar». Entendemos então a importância das árvores de fruto, assim como das casas de morada e dos cultivos investidos do trabalho de pessoas específicas nesta história da terra, enquanto marcadores que nos permitem chegar ao que se entende por posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco.

Assim, importa salientar como a reforma agrária instaurou para todas estas pessoas a possibilidade de ultrapassarem as restrições ou o impedimento efectivo de acesso à terra que existia no passado, ao permitir, finalmente, que se apropriassem da terra. *Ser dono*, *tomar de conta* ou *ter a posse* da parcela são as formas como os assentados concebem a sua relação com a terra. A condição de *ser dono* é concebida num eixo estrutural que se estabelece por oposição a *ser escravo*, o que realça o apanágio de uma ética de autonomia e agencialidade relativamente ao trabalho e à própria vida que é possível ter agora enquanto agricultores assentados de Arupema. Uma grande parte das pessoas que conheci chegou a experienciar o trabalho do canavial enquanto moradores de engenho, onde tinham, por definição, uma posição de subserviência em relação ao *patrão*. Esta transição de séculos de *escravo* a *dono*, que parece difícil fazer corresponder à já tão longa história de interdição formal da escravatura ocorrida há mais de um século, dá razão às várias abordagens de cientistas sociais que têm salientado a continuidade de condições de trabalho e vivência das populações que dependem do trabalho da terra no Brasil desde inícios do século XX. A estrutura vivencial dos moradores de Arupema parece dar voz a essa ideia.

Ao contrário do que outros autores têm defendido, não distinguindo assentamento de campesinização (cf. Fernandes e Neto 2004, 88), consideramos estar perante uma justaposição de regimes de valor, na medida em que não se trata apenas de terra para trabalhar, mas também de uma ideia de território – conceito que pretende superar a dicotomia implícita entre *land as politics/land as living* (Nugent e Harris 2004). Assim, a expressão que dá título a este livro – «essa terra que tomo de conta» –, além de mostrar o isomorfismo entre a posse da terra e o cuidar, evidencia também as disputas em torno da terra e em torno das próprias noções de propriedade da terra. Sustentadas pela casa e trabalho nos engenhos, na operacionalização da reforma agrária por via da *ocupação* e, finalmente, no *sítio* enquanto chão/terra e continuidade familiar, constituem diferentes sentidos de posse da terra que, na sua coexistência e disputa, caracterizam contemporaneamente a região da Zona da Mata de Pernambuco.

# Bibliografia

AAVV. 2002. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

AAVV. 2009. «Apresentação à coleção história social do campesinato brasileiro». In *Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias,* orgs. E. Godoi, M. Menezes e R. Marin. Vol. 1, *Construções Identitárias e Sociabilidades*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 9-17.

Almeida, A. W. B., e G. Dias. 2009. «Entrevista a Alfredo Wagner Berno de Almeida». *Ruris*, 3 (2): 17-54.

Almeida, M. 1986. «Redescobrindo a família rural brasileira». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (1): 66-83.

Almeida, M. 2007. «Narrativas agrárias e a morte do campesinato». *Ruris*, 1 (2): 157-180.

Alvim, R. 1997. *A Sedução da Cidade: os Operários-Camponeses e a Fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.

Andrade, M. C. 1973 [1963]. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Andrade, M. C. 2001. «Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco». *Estudos Avançados*, 15 (43): 267-280.

Andrade, M. C. de. 2009 [1963]. «As tentativas de organização das massas rurais – as ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al.* Vol 1, *Leituras e Interpretações Clássicas.* São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 73-85.

Andrade, S. 1997. «A questão agrária no Nordeste». *São Paulo em Perspectiva*, 11 (2): 109--118.

Bamford, S., e J. Leach. 2009. *Kinship and Beyond: the Genealogical Model Reconsidered*. Nova Iorque: Berghahn.

Bastien, R. 1951. *La Familia Rural Haitiana: Valle de Marbial*. México: Libra.

Bruno, R. 1995. «Le statut de la terre: entre conciliation et confrontation». *Cahiers du Brésil contemporain*, 27/28: 55-60.

Bulamah, R. 2013. «O cultivo dos comuns: parentesco e práticas sociais em Milot, Haiti». Tese de mestrado em Antropologia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Cardoso, C. 2009 [1979]. «A brecha camponesa no sistema escravista». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al.* Vol. 1, *Leituras e Interpretações Clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 97-115.

Carneiro, A., e M. Cioccari. 2011. *Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962-1985: Camponeses Mortos, Torturados e Desaparecidos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Carneiro, M. 1998. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa.

Carsten, J. 2000. *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge: Cambridge Univesity Press.

Carsten, J. 2004. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

Carsten, J., e S. Hugh-Jones, coords. 1995. *About the House: Levi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

Carvalho, A. V. de, coord. 2009. «Texto analítico sobre as contribuições (acervo documental) e sobre o conteúdo das entrevistas (acervo oral) do processo de discussão da proposta do I PNRA». Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/03/05, «Apoio às Políticas e à IICA/NEAD, Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável», Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade.

Castro, J. 1967. *Sete Palmos de Terra e um Caixão: Ensaio sobre o Nordeste, Área Explosiva*. São Paulo: Brasiliense.

Collier, J., e S. Yanagisako. 1987. «Introduction». In *Gender and Kinship: Essays toward a Unified Analysis*, orgs. J. Collier e S. Yanagisako. Stanford: Stanford University Press, 1-50.

Comerford, J., e M. Bezerra. 2013. «Etnografias da política: uma apresentação da colecção Antropologia Política». *Análise Social*, XLVIII, 207: 465-489.

Cordeiro, M. 2010a. «Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão». Tese de mestrado em Ciências Sociais (especialização em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Cordeiro, M. 2010b. «Famílias na política de reforma agrária: práticas de sucessão e gerenciamento da propriedade de terra». Comunicação apresentada na 27.ª RBA, Belém (Pará), 1 a 4 de Agosto.

Costa, L. 2010. «The Kanamari body-owner. Predation and feeding in Western Amazonia». *Journal de la Société des Américanistes*, 96 (1): 169-192.

Da Matta, R. 1987. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

Dabat, C. 2007. «Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais». Tese de doutoramento em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

Dalsgaard, A. 2006. *Vida e Esperanças – Esterilização Feminina no Nordeste.* São Paulo: Editora da Unesp.

Deere, C., e M Léon. 2003. «Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina». *Sociologias*, 5 (10): 100-153.

Diégues Jr., Manuel. 2006 [1949]. *O Bangüê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional.* Rio de Janeiro: Instituto do Açucar e do Álcool.

Ewart, E. 2005. «Fazendo pessoas e fazendo roças entre os panará do Brasil central». *Revista de Antropologia*, 48 (1): 9-35.

Fausto, C. 2008. «Donos demais: maestria e domínio na Amazônia». *Mana*, 14 (2): 329--366.

Ferlini, V. 2003. *Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial.* São Paulo: EDUSC.

Fernandes, B. M., e C. C. Neto. 2004. «Das ocupações de terra à reforma agrária: territorialização, renda capitalizada e sobretrabalho». *Revista Margem Esquerda: Ensaios Marxistas*, 2: 83-94.

Fernandes, R. C., *et al.* 1998. *Novo Nascimento – Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro: Editora Mauad.

Ferraz, S. 2008. «Sesmarias do açúcar, sítios históricos». *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, 2 (26): 59-78.

Figurelli, M. 2007. «Decompondo registros: conflitos de terra em Pernambuco». Tese de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonseca, C. 2004. «The circulation of children in a Brazilian working-class neighborhood: a local practice in a globalized world». In *Cross-Cultural Approaches to Adoption*, org. F. Bowie. Londres: Routledge, 165-181.

Fortes, M. 1971 [1958]. «Introduction». In *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, org. J. Goody. Cambridge: Cambridge University Press, 1-14.

Freyre, G. 1937. *Mucambos do Nordeste: Algumas Notas sobre o Typo de Casa Popular mais Primitivo do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

Freyre, G. 2001 [1933]. *Casa Grande & Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.

Freyre, G. 2004 [1937]. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.* São Paulo: Global Editora.

Freyre, G. 2006 [1936]. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. São Paulo: Global.

Furtado, C. 1964. *Dialética e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Galano, A. 1983. «Notes sur les intellectuels et la paysannerie au Brésil». *Amerique latine*, 16: 2-26.

Garcia Jr., A. 1983. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Garcia Jr., A. 1986. «Libres et assujettis: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nord-Est du Brésil». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 65: 14-40.

Garcia Jr., A. 1993. «Permanences et mutations dans le Brésil agraire. Introduction». *Études rurales*, 131-132: 9-18.

Garcia Jr., A. 2002. «A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro». Comunicação apresentada no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 25 a 29 de Novembro.

Garcia Jr., A. 2003. «Modes de domination et déracinement de la paysannerie». In *Travailler avec Bourdieu*, orgs. P. Encrevé e R. Lagrave. Paris: Flammarion.

Garcia Jr., A. 2009. «Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas». *Mana*, 15 (2): 411-447.

Garcia Jr., A. 2010. «Observing change in the plantation system: a historically situated team research project». Comunicação apresentada no Congresso da Associação Americana de Antropologia, Nova Orleães, 16 a 21 de Novembro.

Garcia Jr., A. R. 1989. *O Sul: Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social.* São Paulo, Brasília: Marco Zero, Ed. Universidade de Brasília, MCT-CNPq.

Garcia Jr., A., e M. Palmeira. 2001. «Transformação agrária». In *Brasil, Um Século de Transformações*, orgs. I. Sachs, J. Wilheim e P. Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 38-77.

Garcia, M., e M. Garcia-Parpet. 2009. «Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina». In *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil.* Vol. 1, orgs. D. Neves e M. Silva. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 69-87.

Godoi, E. P. de. 1998. «O sistema do lugar: história, território e memória no sertão». In *Além dos Territórios: para Um Diálogo entre a Etnologia Indígena, os Estudos Rurais e os Estudos Urbanos*, orgs. E. Godoi e A. Niemeyer. Campinas: Mercado de Letras, 97-131.

Godoi, E. P. de. 2013. «'O mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou': considerações sobre mobilidades, encantamentos e pertença». Comunicação apresentada no simpósio internacional *Habitar o Mundo*, Campinas, Unicamp, 8 a 10 de Maio de 2013.

Gomes, A. 2006. *Da Mobilização às Mudanças Sociais*. São Paulo: Polis, Ceres-Unicamp.

Goody, J. 1976. *Production and Reproduction: a Comparative Study of the Domestic Domain*. Cambridge: Cambridge University Press.

Goody, J. 1983. *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Goody, J., J. Thirsk e E. Thompson. 1979. *Family and Inheritance: Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gow, P. 1991. *Of Mixed Blood*: *Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Gow, P. 1995. «Land, people and paper in Western Amazonia». In *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*, orgs. E. Hirsch e M. O'Hanlon. Oxford: Clarendon Press, 43-62.

Gudeman, S. 1976. *Relationships, Residence and the Individual: a Rural Panamanian Community*. Londres e Henley: Routledge & Kegan Paul

Gudeman, S. 2001. *The Anthropology of Economy: Community, Market, and Culture*. Oxford: Blackwell.

Gudeman, S., e Rivera, A. 1990. *Conversations in Colombia: the Domestic Economy in Life Text*. Cambridge: Cambridge University Press.

Guimarães, A. P. 2009 [1963]. «Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. A. Welch *et al*. Vol I*, Leituras e Interpretaçoes Clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 45--55.

Hann, C. M., coord. 1998. *Property Relations: Renewing the Anthropological Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Harris, M. 2000. *Life on the Amazon: Anthropology of a Brazilian Peasant Village*. Oxford: Oxford University Press.

Heredia, B. 1979. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Heredia, B. 2008. «O campesinato e a *plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação». In *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*, orgs. D. Neves e M. Silva. Vol.1. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 39-68.

Hirsch, E. e M. O'Hanlon. 1995. *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. Oxford: Clarendon Press.

Howell, S., e M. Melhuus. 1993. «The study of kinship; the study of person; a study of gender?». In *Gendered Anthropology*, ed. T. Dell Valle. Londres: Routledge, 38-53.

INCRA. 2000. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Arupema*. Moreno: Fadurpe.

INCRA. 2004. *II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco*. Recife.

Julião, F. 2009 [1962]. «O que são as ligas camponesas?» In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al*. Vol. I, *Leituras e Interpretações Clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 271-297.

Kalinoe, L., e J. Leach. 2004. *Rationales of Ownership: Transactions and Claims to Ownership in Contemporary Papua New Guinea*. Wantage: Sean Kingston Publishing.

Kearney, M. 1996. «Introduction». *Latin American Perspectives*, 23 (2): 5-15.

L'Estoile, B. 2011. «Appropriating the land: claims of possession and sense of belonging in Brazilian land reform settlement». Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *The Value of Land*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 29 e 30 de Setembro.

Leach, E. R. 1961. *Pul Eliya, a Village in Ceylon: a Study in Land Tenure and Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

Leach, J. 2003. *Creative Land: Place and Procreation on the Coast of Papua New Guinea*. Nova Iorque: Berghahn.

Leite, S., *et al.* 2004. *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*. Brasília: NEAD.

Lima, A. C., coord. 2012. *Antropologia e Direito: Temas Antropológicos para Estudos Jurídicos*. Brasília, Rio de Janeiro e Blumenau: ABA, LACED, Nova Letra.

Lima, D. 2004. «"The roça legacy": land use and kinship dynamics in Nogueira, an amazonian community of the middle Solimões region». In *Some Other Amazonians: Perspectives on Modern Amazonia*, orgs. M. Harris e S. Nugent. Londres: Institute for the Study of the Americas,12-36.

Lima, D. 2006. «A economia doméstica em Marimauá». In *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*, orgs. C. Adams, R. Murrieta e W. Neves. São Paulo: FAPESP, Ed. Annablume, 145-172.

Lima, M. 2008. «Trabalhadores e comunicação: a Zona da Mata em Pernambuco». *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, 2 (26): 273-289.

Loera, N. 2009. «Tempo de acampamento». Tese de doutoramento em Antropologia Social, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Loera, N. 2013. «Acampamentos em movimento: circulação e alianças no mundo das ocupações de terra». Comunicação apresentada no simpósio internacional *Habitar o Mundo*, Campinas, Unicamp, 8 a 10 de Maio.

Lopes, J. 2003. «A recepção dos trabalhos de Pierre Bourdieu e a renovação das análises sobre as classes populares brasileiras». *Cultura Vozes*, 97 (4): 13-29.

Lopes, J. 2009a. «'A ponta do novelo': em busca da trajetória de Lygia Sigaud». *Mana*, 15 (1): 257-278.

Lopes, J. 2009b. «Lygia Sigaud 1945-2009». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (71): 5--8.

Lopes, R. 1999. «Etnografia de um saber disciplinar: um olhar por sobre a sociologia e a antropologia do campesinato». Tese de doutoramento em Antropologia Social, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Machado, J. 2012. «Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico». Tese de doutoramento em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Macpherson, C. B. 1978. «The meaning of property». In *Property, Mainstream and Critical Position,* org. C. Macpherson. Toronto: University of Toronto Press, 1-13.

Mafra, C. 2002. *Na Posse da Palavra – Religião, Conversão e Liberdade Pessoal em Dois Contextos Nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mafra, C., e R. Almeida. 2009. *Religiões e Cidades – Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Terceiro Nome.

Malinowski, B. 1984 [1922]. *Argonauts of the Western Pacific: an Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Prospect Heights, IL: Waveland Press.

Malinowski, B. 2002 [1935]. *Coral Gardens and their Magic: a Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobiand Islands*. I, *The Description of Gardening*. Londres: Routledge.

Marcelin, L. 1999. «A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo baiano». *Mana*, 5 (2): 31-60.

Maresca, S. 1992. «Patrons en personne et ouvriers en nombre. Les réactions des diverses classes rurales face à l'essor du syndicalisme des travailleurs agricoles au Brésil». *Études rurales*, 125-126: 131-151.

Marques, A. 2009. «Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: os casos do sertão pernambucano e do Norte mato-grossense». *Travessia – Revista do Migrante*, 65: 59-70.

Martins, J. 2003a. «O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos)». In *Travessias: A Vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos*, org. J. Martins. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 11-52.

Martins, J. 2003b. «A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso». *Tempo Social*, 15 (2): 141-175.

Martins, J. 2010. *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: Contexto.

Mayblin, M. 2010. *Gender, Catholicism, and Morality in Brazil: Virtuous Husbands, Powerful Wives*. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan.

McCallum, C. 2005. «Explaining caesarean section in Salvador da Bahia, Brazil». *Sociology of Health e Illness*, 27 (2): 215-242.

Mejía, M. 1992. «A família numa comunidade da área canavieira de Pernambuco». Tese de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Menezes, M. A. de. 2002. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: Um Estudo de Famílias de Camponeses-Migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Menezes, M. A. 2004. «Dinâmicas sociais no campo – introdução». In *Globalização e Desenvolvimento Sustentável*, org. M. Wanderley. São Paulo: Polis.

Menezes, M., e E. Malagodi. 2009. «Da reconversão produtiva ao desenvolvimento autônomo: a difícil trajetória dos assentamentos rurais em terra de usina». In *Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil*, orgs. A. Silva, J. Cavalcanti e M. Wanderley. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 227-251.

Meyer, D. 1979. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de Uma Comunidade Rural Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Micaelo, A. L. 2012. «A casa na parcela: família e posse da terra entre o engenho e o assentamento». Comunicação apresentada no Encontro Trilateral. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 27 a 29 de Junho.

Motta, M. 1998. «Terra, nação e tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850)». In *Nação e Poder: as Dimensões da História*, orgs. S. Mendonça e M. Motta. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 81-92.

Motta, M. 2009. *Direito à Terra no Brasil: a Gestação do Conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda.

Moura, M. 1978. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança Numa Área Rural*. São Paulo: Hucitec.

Neves, D. 2008. «Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais». In *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil,* org. D. Neves. Vol. 2. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 303-323.

Nugent, S., Harris M., eds. 2004. *Some Other Amazonians: Perspectives on Modern Amazonia.* Londres: Institute for the Study of the Americas, University of London.

O'Dwyer, E. 2005. «Laudos antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina?». In *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*, org. I. Leite. Florianópolis: Associação Brasileira de Antropologia, 215-238.

Paiva, V., coord. 1985. *Igreja e Questão Agrária.* São Paulo: Edições Loyola.

Palacios, G. 2004. *Campesinato e Escravidão no Brasil: Agricultores Livres e Pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817).* Brasília: Editora UnB.

Palacios, G. 2009 [1987]. «Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al.* Vol. 1, *Leituras e Interpretações Clássicas*, São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 145--178.

Palmeira, M., coord. 1978. «Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (projeto de pesquisa)». *Anuário Antropológico*, 76: 201-238.

Palmeira, M. 1994. «Memorial do candidato». Trabalho apresentado ao concurso público e títulos de professor titular do Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, texto policopiado.

Palmeira, M. 2009 [1974]. «Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana». In *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas – o Campesinato como Sujeito Político nas Décadas de 1950 a 1980,* vol. 1, orgs. B. Fernandes *et al.*, São Paulo: Editora da Unesp; Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 171-200.

Palmeira, M. 2009a [1977]. «Casa e trabalho: notas das relações sociais na plantation tradicional». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al.* Vol. 1, *Leituras e Interpretações Clássicas.* São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 203-215.

Peirano, M. 2000. «A antropologia como ciência social no Brasil». *Etnográfica*, IV (2): 219--232.

Pereira, A. 2008. «O declínio das ligas camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na segunda República, 1955-1963». *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, 2 (26): 245-272.

Pina-Cabral, J. 1984. «Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural». *Análise Social*, XX (81-82): 263-284.

Pina-Cabral, J. 1991. *Os Contextos da Antropologia.* Lisboa: Difel.

Pina-Cabral, J. 1993. «A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social». Análise Social, XXVIII (123-124): 975-997.

Pina-Cabral, J. 2007. «A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista». *Novos Estudos CEBRAP,* 78: 95-112.

Pina-Cabral, J. 2011. «Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América». Comunicação apresentada na mesa redonda «Dinâmicas da vicinalidade: parentesco, casa e mobilidade» no 35.º encontro anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 24 a 28 de Outubro.

Pina-Cabral, J. 2012. «The two faces of mutuality: contemporary themes in anthropology». *Anthropological Quarterly*, 86 (1): 257-275.

Pina-Cabral, J., e V. Silva. 2013. *Gente Livre: Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome.

Queiroz, M. 1976. *O Campesinato Brasileiro: Ensaios sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.

Ricci, R. 2009. «A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64». In *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas – A Diversidade das Formas das Lutas no Campo,* orgs. B. Fernandes *et al.* Vol. 2. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 321-338.

Rival, L. 1998. *The Social Life of Trees: Anthropological Perspectives on Tree Symbolism*. Oxford: Berg.

Rosa, M. 2004a. «As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco». *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 47 (3): 473-503.

Rosa, M. 2004b. «O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco». Tese de doutoramento em Sociologia, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio.

Rosa, M. 2009. «A 'forma movimento' como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil». In *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas – A Diversidade das Formas das Lutas no Campo,* orgs. B. Fernandes *et al.* Vol. 2. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 95-111.

Rosa, M. 2010. *Greves, Acampamentos e Outras Formas de Mobilização Social – O Legado de Lygia Sigaud*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais.

Sahlins, M. 2011. «What kinship is (part one)». *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)*, 17: 2-19.

Sahlins, M. 2013. *What Kinship Is – and Is Not*. Chicago: University of Chicago Press.

Sanjek, R., ed. 1990. *Fieldnotes: The Making of Anthropology*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

Santos-Granero, F. 1998. «Writing history into the landscape: space, myth, and ritual in contemporary Amazonia». *American Ethnologist*, 25 (2): 128-148.

Scott, J. 1976. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.

Scott, R. 2009. «Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o 'cativeiro' e o 'meio do mundo'». In *Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias,* orgs. E. Godoi, M. Menezes e R. Marin. Vol. 2*, Estratégias de Reprodução*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD-MDA, 245-268.

Scott, R. P. 1990. «O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico». *Cad. Pesquisa*, 73: 38-47.

Seyferth, G. 1985. «Herança e estrutura familiar camponesa». *Boletim do Museu Nacional – Nova Série*, 52: 1-27.

Seyferth, G. 2009. «Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no vale do Itajaí (SC)». In *Diversidade do Campesinato,* orgs. E. P. Godoi, M. Menezes e R. Marin. Vol. 1*, Expressões e Categorias – Construções Identitárias e Sociabilidades*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 275-295.

Sigaud, L. 1977. «A idealização do passado numa área de *plantation*». *Contraponto*, 2: 125--126.

Sigaud, L. 1979. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudos sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

Sigaud, L. 2000. «A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana». *Novos Estudos Cebrap*, 58: 73-92.

Sigaud, L. 2005. «As condições de possibilidade das ocupações da terra». *Tempo Social*, 17 (1): 255-280.

Sigaud, L. 2008. «A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast». *Social Science Information*, 47 (10): 71-97.

Sigaud, L. 2009. «A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves». In *Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas – O Campesinato como Sujeito Político nas Décadas de 1950 a 1980,* orgs. B. Fernandes *et al.* Vol. 1. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 287-305.

Sigaud, L., e B. L'Estoile. 2006. *Ocupações de Terra e Transformações Sociais: Uma Experiência de Etnografia Coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sigaud, L., M. Ernandez e M. Rosa. 2010. *Ocupações e Acampamentos: Sociogênese das Mobilizações por Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sigaud, L., M. Rosa e M. Macedo. 2008. «Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao estado: uma análise em perspectiva comparada». *Dados*, 51 (1): 107-142.

Sobral, J. M. 1999. *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de Uma Freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Souza Filho, C. 2007. «Políticas públicas da reforma agrária». Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária, 34 (2): 69-75.

Storel Filho, A., L. Pereira e S. Sapucahy Filho. 2007. «O processo de desapropriação na reforma agrária». *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária*, 34 (2): 103-118.

Strathern, M. 2009. «Land: intangible or tangible property?». In *Land Rights,* org. T. Chesters. Oxford: The Oxford Amnesty Lectures, 13-38.

Thorlby, T., J. Gonçalves e M. Melo. 1992. *Pitanga: os Outros Quinhentos*. Recife: Recife Gráfica Editora.

Velho, O. 1976. *Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento*. São Paulo: Difel.

Velho, O. 2009. «O conceito de camponês e a sua aplicação à análise do meio rural brasileiro». In *Camponeses Brasileiros,* orgs. C. Welch *et al.* Vol. 1*, Leituras e Interpretações Clássicas*. São Paulo: Editora da Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 89-96.

Velsen, J. V. 1987 [1966]. «A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado». In *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, org. B. Feldman-Bianco. São Paulo: Global Editora, 345–374.

Viegas, S. M. 2003. «Eating with your favourite mother: time and sociality in a Brazilian Amerindian community». *The Journal of the Royal Anthropological Institute,* 9 (1): 21-37.

Viegas, S. M. 2007. *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Coimbra: Almedina.

Viegas, S. M. 2010. «Ethnography and public categories: the making of compatible agendas in contemporary anthropological practices». *Etnográfica*, XIV (1): 135-158.

Viegas, S. 2012. «Territorialidad no topográfica en la reivindicación de una tierra indígena (Tupinambá de Olivença, Baía, Brasil)». In *Autoctonía, Poder Local y Espacio Global*

*frente a la Noción de Ciudadanía*, orgs. G. Orobitg e G. Celigueta. Barcelona: Publicacions i Edicions y de la Universitat de Barcelona, 139-157.

Viegas, S. M. 2016. «Temporalities of ownership: land possession and its transformations among the Tupinambá (Bahia, Brazil)». In *Ownership and Nurture: Studies in Native Amazonian Property Relations*, eds. Marc Brightman, Carlos Fausto e Vanessa Elisa Grotti. Nova Iorque e Oxford: Berghahn Books, 332-353.

Wanderley, M. 2000. «A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil». *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2: 29-37.

Wanderley, M. 2003. «'Morar e trabalhar': o ideal camponês dos assentados de Pitanga». In *Travessias: a Vivência da Reforma Agrária nos Assentamentos*, org. J. Martins. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 203-246.

Wanderley, M. 2004. *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinânicas Sociais, Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, Ceres-Unicamp.

Wanderley, M. 2009. *O Mundo Rural como Um Espaço de Vida : Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Welch, C., *et al.*, orgs. 2009. *Camponeses Brasileiros*. Vol. 1, *Leituras e Interpretações Clássicas*. São Paulo: Unesp, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD.

Wolf, E. 1976. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Wolf, E., e S. Mintz. 2010. «Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas». In *O Poder Amargo do Açúcar: Produtores Escravizados, Consumidores Proletariados*, org. S. Mintz. Recife: Editora Universitária UFPE, 169-223.

Wolford, W. 2004. «Of land and labor: agrarian reform on the sugarcane plantations of Northeast Brazil». *Latin American Perspectives*, 31 (2): 147-170.

Woortmann, E. 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec.

Woortmann, E., e K. Woortmann. 1997. *O Trabalho da Terra: a Lógica e a Simbólica da Lavoura Camponesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Woortmann, K. 1990. «Com parentes não se 'neguceia', o campesinato como ordem moral». *Anuário Antropológico*, 81: 11-73.

Woortmann, K. 2001. *O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Woortmann, K., e E. Woortmann. 1992. *Fuga a Três Vozes*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

## Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Estatuto do Trabalhador Rural – Lei n.º 4214, de 2 de Março de 1963 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm.

Estatuto da Terra – Lei n.º 4504, de 30 de Novembro de 1964 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

Lei do Sítio – Decreto executivo n.º 57 020, de 11 de Outubro de 1965 – disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57020-11-outubro-1965-397326-norma-pe.html.

Lei n.º 8629, de 25 de Fevereiro de 1993 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm.

INCRA – Instrução normativa n.º 39, de 11 de Junho de 2007 – disponível em http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao–/atos-internos/instrucoes/file/212-instrucao-normativa-n-39-11062007?start=20.

INCRA – Norma de execução n.º 45, de 25 de Agosto de 2005 – disponível em http://www.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao–/atos-internos/normas-de-execucao/file/323-norma-de-execucao-n-45-25082005?start=40.

# Anexos

**Anexo 1 – Lista da «situação dos ocupantes» que consta do processo do INCRA «Projeto de assentamento Arupema» (1998)**

SITUAÇÃO DOS OCUPANTES

IMÓVEL : ENGENHO
MUNICÍPIO :

| Nº DE ORDEM | NOME DO OCUPANTE (DOC DE IDENTIFICAÇÃO) | IDADE (ANOS) | Nº DE DEPENDENTES | TIPO DE OCUPAÇÃO | TEMPO DE OCUPAÇÃO (ANOS) | ÁREA EXPLORADA (ha) | OBSERVAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | 47 | 04 | Morador | 45 | 10,0 | Fruteira/lavouras |
| 02 | | 40 | 03 | Morador | 40 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 03 | | 35 | 04 | Morador | 20 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 04 | | 20 | 05 | Morador | 20 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 05 | | 30 | 04 | Morador | 30 | 5,0 | Fruteira/lavouras |
| 06 | | 28 | 03 | Morador | 1,5 | 1,5 | Fruteira/lavouras |
| 07 | | 32 | 04 | Morador | 5,0 | 4,0 | Fruteira/lavouras |
| 08 | | 30 | 04 | Morador | 28 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 09 | | 58 | 06 | Morador | 55 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 10 | | 35 | 04 | Morador | 35 | 1,5 | Fruteira/lavouras |
| 11 | | 40 | 03 | Morador | 40 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 12 | | 36 | 04 | Morador | 36 | 1,0 | Fruteira/lavouras |
| 13 | | 38 | 03 | Morador | 35 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 14 | | 54 | 05 | Morador | 50 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 15 | | 33 | 03 | Morador | 22 | 2,0 | Fruteira/lavouras |
| 16 | | 26 | 02 | Morador | 26 | 2,5 | Fruteira/lavouras |
| 17 | | 40 | 03 | Morador | 40 | 3,0 | Fruteira/lavouras |
| 18 | | 29 | 04 | Morador | 24 | 6,0 | Fruteira/lavouras |
| 19 | | 56 | 03 | Morador | 50 | 3,0 | Fruteira/lavouras |

Engenho

Resumo
19 famílias residentes
71 pessoas residentes

As culturas aqui discriminadas e os animais, pertencem, aos moradores. Estas áreas referem-se a seus sítios e somam uma área declarada verbalmente, de 52,5 ha

Animais
Bovinos de 1 à 2 anos = 25 cabeças
Éguas = 01 cabeça
Burros = 06
Caprinos = 26
Cavalos = 15

Arq. (ems)

## Anexo 2 – Decreto presidencial que declara o interesse social para fins de reforma agrária do engenho Arupema

Nº 6 SEXTA-FEIRA, 9 JAN 1998

DIÁRIO

DECRETO DE 8 DE JANEIRO DE 1998

SR-03/Nº 311/96

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Engenhos [redacted] [redacted] situado nos Municípios de [redacted], [redacted] [redacted], Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Engenhos [redacted]", com área de 2.256,1000 ha (dois mil, duzentos e cinquenta e seis hectares e dez ares), situado nos Municípios de [redacted] [redacted], objeto dos Registros nºs 8.375, fls. 71, Livro 3-T; 16.120, fls. 59, Livro 2-CR e 5.549, fls. 26, Livro 3-O, do Cartório do 1º Ofício e Anexos da Comarca de [redacted], Estado de Pernambuco.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
*Milton Seligman*

## Anexo 3 – Auto de «imissão de posse» do engenho Arupema, 1998

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro do ano de 1998, no Município de [redacted], neste Estado de Pernambuco, em cumprimento ao Mandado de Imissão de Posse nº 017/98-SC, do MM. Juiz Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, extraído dos autos da Ação de Desapropriação nº 98.0013931-1, movida pelo **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, contra [redacted] [redacted], inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted] com endereço à Rua Amélia, bairro das Graças - Recife, Estado de Pernambuco, e aí sendo, após as formalidades legais, **IMITIMOS** o expropriante - **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, na posse do imóvel rural denominado "**ENGENHOS** [redacted] [redacted]", com área registrada de 2.256,10 ha (dois mil, duzentos e cinquenta e seis hectares e dez ares) e área identificada de 2.252,45 ha (dois mil duzentos e cinquenta e dois hectares e quarenta e cinco ares), localizado no Município de [redacted], neste Estado de Pernambuco, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com terras dos Engenhos [redacted] [redacted]; ao SUL, com terras dos Engenhos "[redacted] [redacted]; ao LESTE, Terras dos Engenhos [redacted] (parte), e [redacted]; e ao OESTE, com terras do [redacted] [redacted]" da Usina [redacted]. Feita a imissão de posse, lavramos o presente auto, que após lido e achado conforme, vai devidamente assinado por nós, Oficiais de Justiça Avaliadores, e pelo imitido, neste ato representado pelo Sr. Superintendente o Dr. Roosevelt Gonçalves de Lima e pelo Procurador Regional Dr. Marcus Vinicius Valois de Melo, além das testemunhas abaixo nominadas.

OG BATISTA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DE JUSTIÇA

DR. ROOSEVELT GONÇALVES DE LIMA
SUPERINTENDENTE DO INCRA/PE

CLAUDEMIR GOMES CHAGAS
OFICIAL DE JUSTIÇA

DR. MARCUS VINICIUS VALOIS DE MELO
PROCURADOR REGIONAL DO INCRA/PE

TESTEMUNHAS:

ID [redacted]

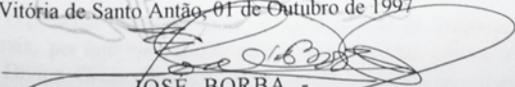
## Anexo 4 – Certidão emitida pelo Cartório de Vitória de Santo Antão (Outubro de 1997)

105

Cartório do 1.º Ofício e Anexos
- TABELIONATO -
Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas
C.G.C 11.512.563/0001-85 - FONE/FAX: 523 2330
JOSÉ BORBA
- TITULAR -
Bel. PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
TACIANA BORBA
ANIBAL BORBA
- SUBSTITUTOS -
Vitória de Santo Antão - PE

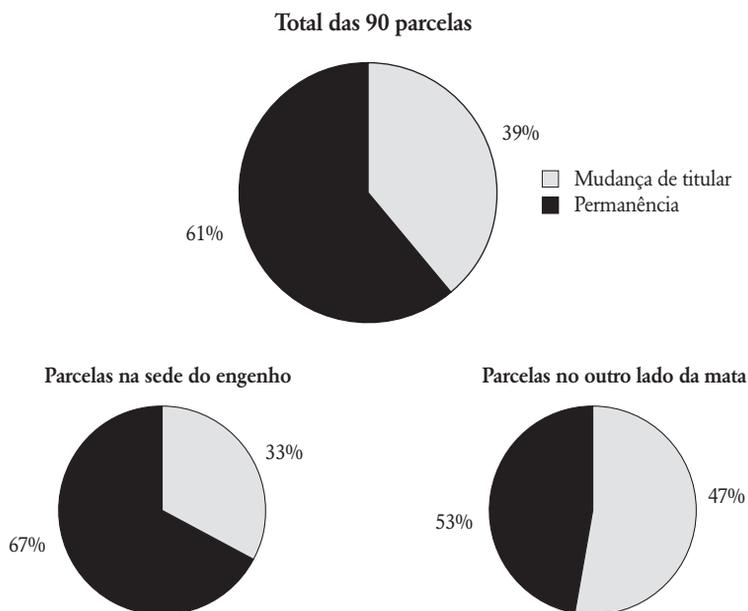
CERTIDÃO VERBUM AD VERBUM

CERTIFICO por me haver sido verbalmente pedido e que revendo os Livros de Registro deste Cartório, neles verifiquei se achar matriculada sob o nº 16.120 às fls. 59 do Livro 2-CR em 27 de Agosto de 1996, o Imóvel: [...], situado no município de [...] desta Comarca, com uma área de 1.159,79 hectares, com seus limites certos e reconhecidos: ao Norte, com terras do Sítio [...] e Sítio [...] ao Sul, com terras do Engenho [...] ao Nascente, com terras dos Engenhos [...] e Sítio [...] e ao Poente, com terras do Engenho [...]. Proprietário: [...] brasileiro, casado, industrial, residente na cidade do Recife-PE. Título Anterior: Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 22/08/1963, nas Notas do 1º Oficio desta Comarca, registrada sob o nº 12.325, fls. 61 do Livro 3-AD, em 28/08/1963, neste Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca. Vitória de Santo Antão, 27 de Agosto de 1996. CERTIFICO AINDA, que sob o nº R.1-16.120 às mesmas folhas e Livro acima mencionados consta o registro que passa a descrever Verbum ad Verbum: R.1-16.120 - Em 27 de Agosto de 1996. Transmitente: O Espólio de [...]. Adquirente: [...] brasileira, viúva, do lar, residente na cidade do Recife-PE, CPF nº [...] Título de Transmissão e Forma do Título: Formal de Partilha extraído dos Autos do Inventário dos bens deixados por falecimento de [...], passado pelo Escrivão Antônio Fabrício Guedes Alcoforado, 2º Cartório de Órfãos Interditos e Ausentes da Comarca do Recife-PE, homologado por sentença pelo Dr. Ives Miranda Mayal, em 19/05/1994. Vitória de Santo Antão, 27 de Agosto de 1996. Em tempo: Valor Cr$ 300.000,00. Vitória de Santo Antão, 27 de Agosto de 1996. CERTIFICO MAIS que sob o nº 13.325 às fls. 61 do Livro 3-AD consta o registro em nome do Sr. [...], do Engenho [...] adquirido na época através de Escritura de Compra e Venda lavrada pelo Tabelião José Aragão em 22 de Agosto de 1963. CERTIFICO TAMBÉM que esta Certidão narra a cadeia dominial do imóvel que abrange um período de 34 anos. CERTIFICO FINALMENTE que não consta registro ou averbação de penhora, hipotecas ou outros gravames referentes ao imóvel.

Vitória de Santo Antão, 01 de Outubro de 1997

- JOSÉ BORBA -
Titular do 1º Ofício da Comarca
de Vitória de Santo Antão

VÁLIDO SOMENTE COM CHANCELA MECÂNICA

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO
José da Costa Borba Neto
Titular
Paulo Roberto Leite de Arruda

**Anexo 5 – Repasse: mudança e permanência de titulares de parcelas entre 1998 e 2011 (como percentagem do total e por localização das parcelas)**

*Nota* – De um total de 90 parcelas, 52 situam-se na sede do engenho e 38 no outro lado da mata. Em 2011 tinha havido repasse em 35 parcelas (17 na sede do engenho e 18 no outro lado da mata).

*Fonte* – Relação de beneficiários do SIPRA, consultada a 28-4-2009 (INCRA). Os números correspondem aos processos que foram formalizados até 2009, mas, de acordo com a informação recolhida junto do mesmo INCRA, até 2011 não houve mais alterações.

Este livro apresenta uma problematização das práticas familiares relacionadas com o uso e posse da terra nos assentamentos de reforma agrária do Nordeste do Brasil. O trabalho descreve o processo como se constitui um assentamento rural ao longo do tempo, partindo das experiências vividas dos seus habitantes e enfatizando a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares dos antigos moradores dos engenhos de cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco. Trata-se de uma etnografia sobre a vivência da reforma agrária onde as problemáticas antropológicas da apropriação da terra e das relações de parentesco subjacentes à conjugalidade, género, parentalidade e transmissão são situadas nas novas dinâmicas sociais e territoriais decorrentes deste momento importante de reorganização dos espaços rurais.

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

UID/SOC/50013/2013
UID/ANT/04038/2013

www.ics.ul.pt/imprensa